

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
RODRIGO DA SILVA FÉLIX

Imperatriz Teresa Cristina, a “mãe dos brasileiros”: uma vida silenciosa?

Uberlândia
2022

RODRIGO DA SILVA FÉLIX

Imperatriz Teresa Cristina, a “mãe dos brasileiros”: uma vida silenciosa?

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História, como requisito parcial para a obtenção do título
de Doutor em História. Linha: História e Cultura.
Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar

Uberlândia
2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados
informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

| | |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| F316 2022 | <p>Felix, Rodrigo da Silva, 1981- Imperatriz Teresa Cristina, a "mãe dos brasileiros": [recurso eletrônico] : uma vida silenciosa? / Rodrigo da Silva Felix. - 2022.</p> <p>Orientador: Alexandre de Sá Avelar. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós- graduação em História. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.te.2022.103 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. História. I. Avelar, Alexandre de Sá, 1975-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pósgraduação em História. III. Título.</p> <p>CDU: 930</p> |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902 Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

| | | | | | |
|------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|-----------------|-------|-----------------------|-------|
| Programa de Pós-Graduação em: | História | | | | |
| Defesa de: | TESE DE DOUTORADO, Ata 2, PPGHI | | | | |
| Data: | Trinta e um de janeiro de dois mil e vinte e dois | Hora de início: | 14:00 | Hora de encerramento: | 17:00 |
| Matrícula do Discente: | 11713HIS019 | | | | |
| Nome do Discente: | Rodrigo da Silva Felix | | | | |
| Título do Trabalho: | Imperatriz Teresa Crisna, a “mãe dos brasileiros”: uma vida silenciosa? | | | | |
| Área de concentração: | História Social | | | | |
| Linha de pesquisa: | História e Cultura | | | | |
| Projeto de Pesquisa de vinculação: | Tradição ou ventos modernos? O IHGB e a questão biográfica (1910-1940) | | | | |

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Ana Flávia Cernic Ramos (UFU), Amon Santos Pinho (UFU), Nainôra Maria Barbosa de Freitas (Centro Universitário Barão de Mauá), Júlio César Ben voglio (UFES), Alexandre de Sá Avelar orientador do candidato.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Alexandre de Sá Avelar, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ul mada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do tulo de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Bentivoglio, Usuário Externo**, em 31/01/2022, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre de Sá Avelar, Membro de Comissão**, em 31/01/2022, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nainora Maria Barbosa de Freitas, Usuário Externo**, em 31/01/2022, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amon Santos Pinho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 31/01/2022, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flavia Cernic Ramos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 31/01/2022, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3297214** e o código CRC **0B67563D**.

Resumo: Partimos das diversas possibilidades entre biografia e a escrita da história, tomando como referência dona Teresa Cristina Maria, a última imperatriz do Brasil. Por meio da escrita biográfica, podemos perceber que os indivíduos são frágeis, complexos e contribuem para uma determinada construção de memória. No caso da esposa de dom Pedro II, temos como pano de fundo o imaginário acerca das mulheres brasileiras do século XIX e as muitas narrativas sobre a imperatriz brasileira, forjando, assim, a imagem de Mulher-Monumento. De igual forma, notamos que sua trajetória esteve ligada à própria consolidação política do estado imperial. Observamos que a figura de Teresa Cristina Maria, refletida na historiografia brasileira, permanece ainda como a “boa mãe dos brasileiros”. Contudo, surgem outras imagens que sugerem deixar de lado a enraizada aura de “mulher silenciosa” ou submissa, demonstrando uma amplitude de atuação e de olhares sobre sua trajetória no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Imperatriz Teresa Cristina. Biografia. História do Brasil. História das Mulheres.

ABSTRACT: We analyze a variety of possibilities between biography and the writing of history, taking as a reference Teresa Cristina Maria, the last empress of Brazil. Using the biographical writing, we perceive that the individuals are vulnerable, complex and contribute to a specific construction of memory. In the case of Dom Pedro II's spouse, we have as a background the imagery about the Brazilian women of the XIX century and the various narratives about the Brazilian empress, what creates an image of a Monument Woman. In the same way, we notice that her path was related to the political consolidation of the imperial state itself. We observe that Teresa Cristina Maria's figure, reflected in the Brazilian historiography, is still seen as “the good mother of the Brazilians”. However, there are also other imageries that intend to ignore the idea of a “silenced or submissive woman”, what demonstrates a multitude of points of views about the history of Brazil.

KEYWORDS: Empress Teresa Cristina. Biography. History of Brazil. History of Women.

Agradecimentos

Neste percurso pelos caminhos da Memória e da História, muitos foram os desafios, expectativas, aprendizados e afetos. Por isso, agradecer também é um trabalho de memória, um momento de pausa, de reflexão, de encerramento e de perspectivas. Seria justo se nomeasse todos os que fizeram parte deste caminho. Entretanto, o esquecimento também se faz presente neste processo de rememorar o cotidiano. Assim sendo, em primeiro lugar, agradeço a todos os que compuseram comigo este trabalho em todos os percursos, que foram de extrema importância para meu autoconhecimento como indivíduo e como historiador.

À Universidade Federal de Uberlândia, ao Programa de Pós-Graduação em História, bem como a todos os que compõem a equipe. Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB, ao Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis/RJ, sempre muito atenciosos em facilitar o acesso aos documentos e na partilha de ideias. Aos responsáveis pelo processo de digitalização do acervo, que é um suporte importantíssimo aos pesquisadores.

À Biblioteca Nacional/RJ e a sua Hemeroteca Digital, ao Museu Histórico Nacional/RJ, enfim, a todas as instituições que, direta ou indiretamente, estiveram em diálogo comigo durante o doutorado. Em especial ao Museu de Arte Sacra da Diocese de Uberlândia pelo apoio e incentivo, sem os quais não seria possível concluir este trabalho.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar, pela grande ajuda no desenvolvimento de ideias, pela liberdade e pelo aprimoramento da pesquisa. Igualmente à banca examinadora: Prof. Dr. Amon Pinho (UFU), Profa. Dra. Ana Flávia Cernic Ramos (UFU), Profa. Dra. Nainôra Maria B. de Freitas (BARÃO DE MAUÁ), e ao Prof. Dr. Júlio César Bentivoglio (UFES), pela leitura generosa deste trabalho.

Especialmente meu reconhecimento aos grandes amigos que me acompanharam nestes caminhos de memória: Johnisson Xavier, Mariana B. Quillici, Jonas Samudio, Neuber Johnny Teixeira, Jacqueline Batista, Ueslei Almeida Pacheco, Ítalo Nelli e Pe. Rogério A. Alves. Enfim, aos amigos de todas as horas e de outros tempos, meu sincero obrigado.

Por fim, sou grato à vida que tem me levado por caminhos tão diversos e repletos de surpresas, especialmente nestes momentos tão sombrios que vivemos. Celebro a vida, a saúde, a amizade de todos os afetos, bem como tudo o que foi possível realizar nestes anos todos de pesquisa e de partilha.

Lista de ilustrações:

Imagem 1: Litografia da imperatriz Teresa Cristina/Sisson, Revista do IHGB, 1859.

Imagem 2: retrato da imperatriz Teresa Cristina (busto), Otto Hess, 1889.

Imagem 3: retrato da família imperial no Paço Isabel, Petrópolis-RJ/O. Hess, 1889.

Imagem 4: pintura de Ferdinando I, rei das Duas Sicílias.

Imagem 5: miniatura de Francisco I, rei das Duas Sicílias.

Imagem 6: miniatura de Maria Isabella de Bourbon, rainha das Duas Sicílias.

Imagem 7: retrato de Ferdinando II, rei das Duas Sicílias, 1855.

Imagem 8: retrato de Francisco II, último rei das Duas Sicílias.

Imagem 9: retrato de Maria Sophia, última rainha das Duas Sicílias.

Imagem 10: miniatura de Teresa Cristina aos 15 anos de idade/Michelle Albanesi, 1837.

Imagem 11: Sessão do Conselho de Estado/Georgina Albuquerque, 1922.

Imagem 12: Coroação de dom Pedro II/ François René Moreaux, 1842.

Imagem 13: Medalha comemorativa do casamento de Teresa Cristina, 1842.

Imagem 14: Medalha comemorativa do casamento de Teresa Cristina, 1842, verso.

Imagem 15: Casamento por procuração da imperatriz/ Alexandre Cicarelli, 1846.

Imagem 16: Gravura do casal imperial após o casamento.

Imagem 17: Pedro II, a imperatriz Teresa Cristina com as filhas, Isabel e Leopoldina, François René Moreaux, 1857.

Imagem 18: Charge da imperatriz Teresa Cristina no jornal paraguaio “El Centinela”, 1867.

Imagem 19: Retrato da família imperial, Insley Pacheco, 1866.

Imagem 20: Carta da imperatriz ao conde *d’Eu* de 1870/Foto do autor, 2013.

Imagem 21: Os imperadores em visita à Bahia/Joaquim Gomes Tourinho da Silva, 1861.

Imagem 22: Desembarque da comitiva imperial em Sergipe, 1859.

Imagem 23: Caricatura de dom Pedro II/A. Agostini, 1881.

Imagem 24: Os imperadores em trajes de mineiros/A. Agostini, 1881.

Imagem 25: A imperatriz Teresa Cristina em Londres, 1871.

Imagem 26: Caricatura dos imperadores no Egito/A. Agostini, 1871.

Imagem 27: Charge da segunda viagem de dom Pedro II no jornal “O Mosquito”,1876.

Imagem 28: A comitiva imperial em *Niágara Falls*, J. Samuel Mason,1876.

Imagem 29: Ilustração do retorno dos imperadores/A. Agostini, 1877.

Imagem 30: Retrato de Pedro II, da imperatriz Teresa Cristina e Pedro Augusto Saxe-Coburgo, 1887/Acervo pessoal do autor.

Imagem 31: Diários manuscritos da imperatriz Teresa Cristina/Foto do autor, 2012.

Imagem 32: A comitiva imperial em visita a Pompéia/Giorgio Sommer, 1888.

Imagem 33: Homenagem da *Revista Illustrada* pelo regresso dos imperadores/A. Agostini, 1888.

Imagem 34: Uma das últimas fotos da imperatriz Teresa Cristina, 1889.

Imagem 35: Primeira página do jornal “Gazeta de Notícias”, 1921.

Imagem 36: Cortejo com os caixões de d. Pedro II e d. Teresa Cristina pelas ruas de Petrópolis/RJ,1939

Imagem 37: Mausoléu imperial na catedral de Petrópolis-RJ.

Imagem 38: Banda marcial “Imperatriz Teresa Cristina”.

Imagem 39: Banda marcial “Imperatriz Teresa Cristina”.

Imagem 40: Medalha comemorativa do Recolhimento de Santa Tereza, com efígie da imperatriz Teresa Cristina,1852.

Imagem 41: Homenagem à imperatriz Teresa Cristina/ “O Mequetrefe”, 1888.

Imagem 42: Primeira página do jornal “O sexo feminino”, 1875.

Imagem 43: Capa do periódico “A mulher”, 1881.

Imagem 44: Capa do jornal “A família”,1889.

Imagem 45: Homenagem à imperatriz Teresa Cristina em “A família”, 1889.

Sumário

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução..... | 11 |
| Capítulo I. Teresa Cristina Maria: Quem se lembra?..... | 15 |
| 1.1. História e a experiência biográfica: diálogos e possibilidades..... | 16 |
| 1.2. Imperatriz Teresa Cristina Maria: outros olhares..... | 24 |
| 1.3. O ocaso do império: uma nova república nos trópicos..... | 39 |
| 1.3.1. Em Portugal..... | 44 |
| 1.3.2. Um reino italiano: Nápoles, família e a decadência de uma dinastia..... | 46 |
| 1.4. O retorno dos Bourbons: a restauração..... | 49 |
| 1.5. O declínio dos Bourbons e a unificação italiana..... | 54 |
| 1.5.1. Ferdinando II, o “rei bomba” | 54 |
| 1.5.2. Francisco II, o último rei..... | 58 |
| Capítulo II. Um reino improvável: Teresa Cristina e a consolidação de um império tropical..... | 63 |
| 2.1. É hora de casar: uma princesa italiana para o imperador do Brasil..... | 71 |
| 2.2. Imperatriz Teresa Cristina e a memória do cotidiano..... | 83 |
| 2.3. Uma virada na maré: a Guerra do Paraguai..... | 90 |
| Capítulo III. Caminhos da imperatriz: as viagens de Teresa Cristina pelo Brasil e pelo mundo..... | 105 |
| 3.1. Pedro e Teresa: viajantes pelo mundo..... | 128 |
| 3.1.2. A segunda viagem em 1876: os imperadores <i>ianques</i> | 138 |
| 3.1.3. 1887: Uma viagem e o último respiro da monarquia..... | 150 |
| 3.1.4. Imperatriz Teresa Cristina: uma memória para a posteridade..... | 161 |
| 3.1.5. Imagens de mulher: dona Teresa Cristina e a representação feminina no Império do Brasil..... | 172 |
| 3.1.6. Vozes destoantes no império: a imprensa feminina..... | 179 |
| Considerações finais..... | 189 |
| 5. Principais fontes..... | 192 |
| 6. Referências bibliográficas..... | 193 |

Introdução

Este trabalho começou a surgir em meados de 2009, primeiramente como ideias desorganizadas e dispersas. Nos anos seguintes, paralelamente ao término da graduação em Filosofia em Belo Horizonte/MG, outras questões foram aparecendo para um projeto de mestrado. Mas por onde começar? O que fazer? Foi então que, por meio do arqueólogo e prof. Carlos Magno, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, tive contato com a historiadora Mary Del Priore. Foi com muita gentileza e atenção que ela apontou alguns caminhos possíveis para uma biografia da imperatriz Teresa Cristina. Muitos e-mails foram trocados, muitas conversas com os amigos, e muito tempo de planejamento para poder dar o passo seguinte.

Nesse percurso, após muitas decisões e conselhos, foi na Universidade Federal de Uberlândia/UFU, pelos idos de 2011, que pude dar corpo ao projeto de mestrado, sob a orientação do prof. Dr. Alexandre Avelar, que desde então vem apoiando esta construção. O primeiro impulso era compor uma biografia já naquela ocasião. Contudo, depois das discussões oportunas, o tema mudou de foco em um primeiro momento, onde a “escrita de si” de Teresa Cristina, bem como sua constituição como “mulher-monumento” na história do Brasil, foram o eixo central da pesquisa.

Durante a experiência do mestrado, pude aprender o ofício de historiador, aprender de fato, esse é o verbo. O primeiro contato com os diários e cartas da imperatriz foi de vital importância, para o questionamento e problematização deles, conforme os métodos da pesquisa histórica. Ao contrário do que muitos diziam, não foi nada romântico, ou uma experiência “transcendente”, ver os manuscritos de mais de 100 anos, escritos por uma mulher cheia de privilégios sendo casada com o imperador do Brasil. Ao contrário, a preocupação era de ordem prática: transcrever algumas de suas cartas. Um processo nada fácil tendo em vista o estilo e a linguagem da escrita. Selecionar tais textos e fazer um recorte temporal também era algo que se impunha. Dessa forma, um método rigoroso teve que ser aplicado.

Posto isso, não resta dúvida que muito foi aprendido e vivido nos dois anos de trabalho e escrita do mestrado. Posteriormente, a ideia original de uma biografia estava mais clara, bem como os meios para concretizá-la. Sim, este trabalho pretende ser uma biografia no sentido do termo. Contudo, é uma biografia acadêmica. Isso implica, em muitos aspectos, critérios específicos de análise, e um tom, por vezes, descritivo dos eventos. Tais mecanismos devem

contribuir para que não caíamos na falácia de “obrigá-la” a revelar tudo de sua vida, mas que ainda assim possa emergir algo de concreto de sua existência.

Assim sendo, no capítulo I, partimos das muitas discussões em torno da relação entre história e escrita biográfica. Sob muitas óticas, a biografia surge como um elemento real de percepção do cotidiano e de suas múltiplas experiências. Os autores trazidos afirmam que a biografia pode ser muito interessante, mas também incorrer em alguns perigos. Tentamos não cair na “ilusão biográfica”, confrontada por Pierre Bourdieu, ou seja, não buscar respostas definitivas para as contradições da vida de d. Teresa Cristina e de seus não ditos. Tão pouco “canonizá-la” com uma vítima esquecida da história, como fizeram alguns autores. Antes, procuramos mostrar a trajetória de uma mulher nascida em outro continente, de outra cultura, que não quis se destacar na política imperial mas que, ao seu modo, contribuiu para a cultura e a história do Brasil.

Nas muitas discussões acerca da experiência biográfica, com suas características ao longo da história, constatamos que o indivíduo surge como ponto chave na narrativa biográfica. Ficam evidentes sua humanidade, seus defeitos e contradições, mas também seus acertos. Estamos acostumados a ouvir que, para ser lembrado, alguém devia “entrar para a história”, o que sempre nos leva a pensar nos “grandes da história”, que, de algum modo, destacaram-se em suas escolhas. Entretanto, o que é primordial na biografia acadêmica é justamente a quebra desse paradigma, ou seja, todos são agentes da história, estão profundamente inseridos em seu processo, contribuindo ativamente para seu êxito ou fracasso.

Continuando, voltamo-nos para a figura da imperatriz Teresa Cristina sob diferentes olhares de outros autores, que se voltaram para sua trajetória. Alguns procuram mostrar uma mulher interessante, muito consciente do lugar que ocupava, outros, todavia, evidenciam seu distanciamento calculado de questões políticas, ou ainda, apostam no esquecimento a que foi relegada ao longo do tempo. O aspecto comum em quase todos é a relação profunda de sua vida com o ideal de “mulher virtuosa”, tão apreciado no século XIX por algumas esferas sociais. A última imperatriz do Brasil teve sua imagem fortemente vinculada a esses ideais, ainda em vida, como veremos. Sua morte repentina no exílio acabou por lhe conferir uma aura de martírio, depois do golpe republicano em 15 de novembro de 1889. O objetivo aqui foi analisar os diferentes pontos de vista sobre a trajetória de Teresa Cristina, bem como a forma que sua memória se fixou na posteridade.

Tendo em vista que o indivíduo está inserido em seu contexto histórico e familiar, passamos, brevemente, pela história dos Bourbons em Nápoles, cidade de origem da imperatriz.

Sua família teve papel importante nos eventos que moldaram a primeira metade do século XIX, na Itália, pré e pós-napoleônica, até a unificação como estado monárquico em 1860. Esse fato resultou na destituição da dinastia bourbônica e no fim do Reino das Duas Sicílias. Esse processo unificador esteve presente em praticamente toda a Europa do século XIX, tendo como base os ideais nacionalistas.

No capítulo II: “Um reino improvável: Teresa Cristina e a consolidação de um império tropical”, analisaremos a consolidação da monarquia brasileira e, por conseguinte, do Estado com a chegada da família real portuguesa em 1808. Dessa forma, observamos, ao longo dos anos, o processo de institucionalização do Brasil, por meio das reformas impostas por d. João VI, logo após ser aclamado rei de Portugal, Brasil e Algarves. Nesse processo, ao se tornar independente de Portugal, o recente império dos trópicos foi tecendo sua narrativa política, social e cultural. Já como imperatriz brasileira em 1843, Teresa Cristina também teve sua trajetória ligada à própria formação do estado imperial e de suas representações.

Para compreender, em parte, o cotidiano de Teresa Cristina, teremos como chave a escrita de seus diários e algumas cartas ao longo de sua vida. A escrita do cotidiano pode revelar várias facetas de quem escreve. Da mesma forma, é um espaço em que se encontram a subjetividade, o particular de cada indivíduo, mas também algo de público, que permanece para a posteridade.

No capítulo 3 intitulado: “Caminhos da imperatriz: as viagens de Teresa Cristina pelo Brasil e pelo mundo”, seguiremos com a narrativa biográfica tendo como ponto de partida as viagens da imperatriz Teresa Cristina pelas principais regiões econômicas do império. Tais viagens tinham como principal objetivo promover a integridade política imperial representada na figura de d. Pedro II. Para tanto, as viagens eram amplamente divulgadas pela imprensa da Corte e das províncias a serem visitadas. Da mesma forma, todo o aparato criado em torno dos imperadores devia transmitir a noção de hierarquia e de estabilidade, para forjar uma representação social e política.

Não trataremos de todas as viagens realizadas pelo Brasil durante o II Reinado, mas tomamos com ponto de partida a primeira viagem do casal imperial, pouco tempo depois do casamento de Pedro II e de Teresa Cristina. Seguiremos com as viagens nas províncias do Nordeste em 1859-1860, e posteriormente, fazemos um recorte sobre as viagens ao Paraná e a Minas Gerais, em 1880. O principal objetivo em priorizar tais viagens é demonstrar que houve, ao longo do governo de d. Pedro II, uma intensa mobilização para conhecer as diferentes regiões brasileiras, que estavam em grande expansão territorial, política e econômica, constituindo-se, assim, regiões importantes para a economia imperial. Por fim, deter-nos-emos nas três viagens

ao estrangeiro realizadas em 1871, 1876 e 1887, estas com aspecto distinto, ou seja, não foram feitas em caráter oficial, mas antes, como parte de um desejo pessoal do imperador de conhecer o velho mundo.

Outro aspecto importante a ser tratado neste capítulo versa em torno da imagem histórica de Teresa Cristina, intitulado de “Imperatriz Teresa Cristina: uma memória para a posteridade”. Neste tópico, buscamos fazer um panorama da figura da imperatriz na memória coletiva, permeada pelas iniciativas de Teresa Cristina no aspecto cultural e artístico do Brasil. Da mesma forma, grosso modo, investigamos como ela permanece ligada ao imaginário coletivo em algumas cidades brasileiras que a homenageiam.

O ponto final da discussão desse capítulo será a relação da figura de Teresa Cristina com o imaginário feminino no Brasil imperial. Como suporte, utilizaremos bibliografia específica sobre a história das mulheres no Brasil, bem como jornais da época editados pelas mulheres e dirigidos ao público feminino. Essa prática tornou-se um importante espaço de atuação política e social das mulheres no século XIX, em diferentes situações. Um lugar de fala das mulheres que buscavam, acima de tudo, a valorização e a emancipação de sua condição na sociedade. Tendo em vista que a imperatriz Teresa Cristina sempre foi exaltada como “modelo das virtudes femininas”, buscamos estabelecer uma relação entre sua pessoa e o imaginário acerca das “virtudes femininas”, e qual seu impacto nas práticas vivenciadas pelas mulheres no Brasil de d. Pedro II.

I

Teresa Cristina Maria: quem sem lembra?

*É hoje o anniversario natalício da illustre senhora que um dia veio da Itália, abandonando a pátria para tomar o logar de imperatriz do Brasil. Comprimetamol-a, pois que pelas suas virtudes, tornou o melhor exemplo para a mãe de família brasileira. Protectora dos desamparados, dos pobres temos fé que no dia do seu anniversario, não se esquecerá, em meio dos brilhantismos da côrte, que além, rodeando a quinta de S. Christóvão há a tribu dos que pedem a benção da liberdade, os escravizados.*¹

Estamos acostumados a ouvir que o Brasil não valoriza sua história, seus “heróis”, sua cultura etc. De fato, não estamos acostumados, por vários fatores, a fazer um exercício constante de memória sobre nosso processo histórico, nem sobre tantos outros aspectos no que dizem respeito à compreensão de nossa gente, de sua diversidade e do que queremos como país. Entretanto, não é essa a questão apontada neste trabalho, mas sim um olhar sobre a vida de uma mulher que viveu no século XIX, neste mesmo lugar de tantos contrastes chamado Brasil. Estamos falando de Teresa Cristina Maria de Bourbon (1822-1889), a última imperatriz brasileira. Uma personagem de nossa história ainda hoje um tanto desconhecida da maioria das pessoas que, naquele tempo, acostumaram-se a chamá-la de a “mãe dos brasileiros”.

Dessa forma, como nós do séc. XXI, de um país dito republicano, podemos enxergar uma mulher da aristocracia européia, representante de um regime imperial e, portanto, rodeada de privilégios, de um tempo diferente do nosso? Quem foi D. Teresa Cristina? O que sua memória e sua trajetória representam para nossa história hoje? É possível traçar um perfil atual, de suas qualidades tão enaltecidas por seus contemporâneos? De seus defeitos? Como veremos, vários historiadores e pesquisadores, de tempos em tempos, voltaram-se para a figura da última imperatriz motivados por vários fatores. Ainda assim, a imagem que prevalece parece ser aquela de uma mulher “silenciosa e esquecida”, pela historiografia, como ressaltam alguns autores. A imponente figura de d. Pedro II foi, de certa forma, sobreposta à de sua mulher, em que, não

¹ *Gazeta da Tarde*, 14 de março de 1884. Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

raras vezes, a vemos somente como coadjuvante no longo período em que esteve nos trópicos, dividindo o poder com o imperador por quase 50 anos.

Assim sendo, este é um trabalho biográfico de retorno a sua memória e a sua trajetória, e, por esse motivo, constitui-se o eixo desta pesquisa. Assim, buscaremos compreender, na medida do possível, a vivência da imperatriz Teresa Cristina em seu cotidiano, de sua atuação na esfera íntima e pública. Sem dúvida, essa não é uma tarefa fácil para o historiador -biógrafo, contudo tentaremos seguir nessa trilha.

1.1. História e a experiência biográfica: diálogos e possibilidades

A escrita biográfica sempre esteve na prática historiográfica desde a Antiguidade. Durante muito tempo, foi vista com certa desconfiança pelos historiadores, ficando relegada, na maioria dos casos, aos mais corajosos. Todavia, hoje o cenário mudou e a biografia está sendo consumida em todos os lugares e, por vezes, são classificadas pelos biógrafos de “definitivas”. O debate sobre a legalidade da produção biográfica esteve, até certo tempo atrás, em pauta na mídia por causa da aprovação de uma lei, que autoriza a publicação das biografias ditas “não autorizadas”. De qualquer maneira, as prateleiras de livrarias e bancas estão repletas de uma variedade de retratos de artistas, de celebridades, de políticos, de figuras históricas etc. Sob este prisma, continuamos atraídos pelo sentimento do *voyeur*, na busca por sanar nossa curiosidade sobre nossos “heróis”.

Evidentemente, a biografia no âmbito acadêmico não deve seguir por esse caminho de ruídos e curiosidades. Existe um debate produtivo sobre as formas de fazer biografia, do papel dos indivíduos no processo histórico, de suas particularidades e, claro, de seus defeitos. Tudo isso para termos em mente que os sujeitos históricos não estão fechados em si mesmos. Suas ações objetivas no cotidiano são constantemente contraditórias e as lacunas sobre suas vidas, muitas vezes, são intransponíveis. Nessa perspectiva, o que nos interessa é ressaltar que a história também é permeada pela experiência biográfica e um dos desafios postos é justamente superar nossos desejos e idealizações no que concerne aos biografados.

Algumas questões surgem inevitavelmente na pesquisa biográfica. Como uma trajetória individual, suas particularidades e limitações contribuem efetivamente na compreensão do processo histórico? O que o historiador-biógrafo deseja dos seus personagens? São algumas das perguntas. De todo modo, está presente para nós que todo processo é forjado pelos indivíduos do passado e do presente, no particular, ou no coletivo em cada tempo histórico.

O historiador Benito Bisso Schmidt (2014) afirma que ao longo do tempo, a escrita biográfica respondeu a diversas demandas e foi moldada, de tempos em tempos, como narrativa. Isso ocasionou alguma popularidade, ao passo que gerou, igualmente, desconfiança sobre a prática de narrar vidas. Nessa linha de discussão, a biografia serviu a vários propósitos, sendo que o primeiro deles tinha o caráter identificatório, ou seja, possuía a intenção de legitimar um determinado discurso sobre a virtude e a moral da sociedade, em que os biografados ocupavam lugar de destaque. Nesse eixo, “a noção de *bios* vai além da mera narrativa da vida, dando, assim, um contorno, uma tônica sobre a maneira de como se deve viver”². Assim sendo, a narrativa sobre os heróis trazia esse aparato modelar para o leitor e o colocava na trilha de guerreiros trágicos e de exemplos de vida e de moral.

A narrativa biográfica, portanto, sempre esteve na esfera do desejo por algo do outro, já que, desde a Antiguidade, procurava-se saber sobre a vida e os feitos de alguém importante, sobremaneira dos grandes homens. Assim, a biografia como estilo não é algo novo, nem foi de todo descartado como prática historiográfica, mas teve e ganhou novos contrastes e contornos ao longo do tempo. Poderíamos perguntar: Por que ainda lemos biografias? O que nos motiva? Sem dúvida, uma dose de voyeurismo está presente em nós, podendo existir até o desejo de comparação entre os leitores e os biografados no que concerne às escolhas, às contradições, aos acertos e a um desejo de identificação. Em suma, é uma possibilidade no controverso “paraíso biográfico”³.

A figura do herói, podendo ser ele o grande guerreiro trágico quase sempre teve papel emblemático em outras épocas em que o exemplo e a grandeza de seus atos, sua bravura e certo desprezo pelas vaidades da vida colocavam-no em outro nível de existência, por ser dotado de qualidades que os meros mortais somente desejariam possuir para, assim, permanecer no tempo. Com isso, uma certa dose de idealização foi condição para assimilar o enredo da vida dos heróis.

As biografias podem ser vistas como uma espécie de invólucro, “roupas e botões” de uma pessoa. Nesse sentido, uma trajetória individual não poderia ser contada em sua plenitude. O papel do historiador não teria resultado satisfatório diante do enigma da existência, e da imposição do tempo. No entanto, o que observamos é o caminho inverso: uma infinidade de trabalhos biográficos que buscam entender as contradições, e os diversos caminhos de vida de homens e mulheres, de épocas bem diferentes, ou mesmo de hoje. Nesse caso, o ofício do

² SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. In: *História*: Vol.33, n.1, p. 124-144, jan./jun. 2014, p. 128.

³ VILAS BOAS, Sérgio. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. São Paulo: ed. UNESP, 2008. p. 13.

“historiador- biógrafo”⁴ consiste em seguir os rastros da vida, vestígios de memória que se espalham ao longo do tempo, não deixando de lado a postura do questionador, onde a busca pela “verdade” ou a realidade totalizante e unificadora da vida dos indivíduos não sejam o objetivo principal da pesquisa biográfica, embora esses aspectos não escapem à biografia.

Entendemos que a vida dos personagens é interpretada conforme os vestígios ou traços que deles possuímos e que suas vidas vão sendo escritas permeadas por lacunas e ausências. Em suma, vão sendo tecidas de acordo com o enredo criado. Com isso, não queremos dizer que as biografias são elaboradas mediante a pura subjetivação do biógrafo, mas apontamos que a vida dos indivíduos pertence unicamente a eles mesmos e que nós enxergamos apenas parte dela. Nessa perspectiva, biografias surgem e sempre surgirão, saciando, ao menos em parte, o desejo pelo outro. Dessa forma, o olhar do historiador é algo preciso e vital para tecer essa narrativa, na medida em que não lhe escapa todas as fissuras existentes entre ele e o biografado.

A biografia pode atender aos interesses dos mais diversos, ter uma dimensão subjetiva e traduzir aspectos do âmbito público ou privado, sendo essas nuances uma das muitas demandas postas para a pesquisa historiografia e para seus métodos. Em outras palavras, as biografias são narrativas repletas de possibilidades:

Tradicionalmente, o campo de análise das narrativas biográficas confunde história pública com a história privada, sendo difícil separar as informações pessoais que podem ser legitimamente consideradas como de interesse geral daquelas que devem ser resguardadas como manifestações genuínas das escolhas mais íntimas, que só interessam à própria pessoa. De fato, as biografias revelam narrativas históricas a partir de perspectivas subjetivas, e por isso mesmo carregam em si dois valores que por vezes entram em conflito, como a história – com seus imperativos objetivistas – e a memória, construção subjetiva por excelência⁵.

Nessa perspectiva, fica evidente a responsabilidade do historiador, no que diz respeito ao entendimento do tempo presente, pelo qual a sociedade busca compreender-se na tentativa de conquistar uma consciência histórica evidente. Fica claro, no entanto, que boa parte da relação entre o biógrafo e seu trabalho é perpassada por motivações subjetivas, mas que revelam algo de verdadeiro no processo de compreender o passado e o presente. Dessa maneira, o historiador propõe o “fio condutor”, que não é definitivo no percurso da busca pelo passado que

⁴ AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões. In: *Dimensões*, vol. 24, 2010, p.161.

⁵ MULHOLLAND, Caitlin; DALSENER, Thamís. As biografias não autorizadas: uma história a ser contada. In: FUKELMAN, Clarisse (org). *Eu assino embaixo: biografia, memória e cultura*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 77.

já não existe e de seus agentes. Por isso mesmo, é uma realidade já fora de nós, repleta de não-ditos, mas que traz algo de concreto para os indivíduos do presente:

Portanto, antes da tentativa de formular respostas fechadas e definitivas, a história chama a atenção para as discontinuidades de cada época e, por conseguinte, de seus protagonistas, sendo estes os grandes personagens ou as pessoas simples que, com seu trabalho cotidiano, inscrevem-se nos enigmas da memória e nós, os historiadores, tentamos, cada qual a sua maneira, contribuir para a emancipação da memória, sendo esta “uma de nossas funções vitais na sociedade”⁶.

Observamos a função central do historiador: levantar questões, perceber as discontinuidades dos fenômenos históricos, perceber a maneira como os indivíduos inserem-se no palco da história, atuando como protagonistas, ou até mesmo quando são esquecidos. Em relação a isso, percebemos que, nos diversos caminhos da memória, é imprescindível fazer os devidos recortes nessas “tramas de memória”⁷, permitindo ao historiador desvencilhar-se das grandes conquistas dos homens do passado e “apanhar aquilo que foi deixado de lado”⁸, que são os vestígios que nos permitem recolher aquilo com o qual, por vezes, não sabemos como lidar.

Sob esse aspecto, a figura de d. Teresa Cristina Maria surge nessa relação descontínua do tempo. Muitos historiadores afirmam que sua memória, em certo sentido, permaneceu desconhecida, “silenciada” e emoldurada por adjetivos e idealizações, não conseguindo se desvencilhar da vida de d. Pedro II e seu longo reinado. Uma mulher que viveu há mais de 130 anos, em uma época distinta da nossa, com outros valores e vivências. Tentar compreender a trajetória da última imperatriz do Brasil é, também, deixar aparecer sua humanidade, seus limites, contradições, ausências e por que não seus calculados silêncios?

Somos então questionados sobre a relação existente entre a compreensão da escrita historiográfica e a maneira que os sujeitos nela se encaixam. Conforme Sabina Loriga (1998), falar da humanidade enquanto sujeito histórico é falar de sua fragilidade, incoerência e suas ambivalências. O ser humano não pode ser entendido como ser pronto e acabado, ou mesmo, predestinado a certo tipo de desfecho. A escrita biográfica, no âmbito crítico, permite avaliar a construção social, individual ou coletiva ao longo do tempo. Não é interessante para a história

⁶ Idem, p. 146.

⁷ NORONHA, Gilberto. *Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: EDUFU, 2007, p.14.

⁸ GAGNEBIN, Memória, História, Testemunho. In: SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de História: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004, p.90.

a “essência da humanidade” e seus supostos significados transcendentais, mas sim a falta desses:

O indivíduo não tem como revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado. Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e nas ineficácias normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder⁹.

Podemos observar, ao longo do caminho, os aspectos que revelam as discontinuidades da história, bem como as escolhas dos sujeitos, não propriamente dos grandes heróis nacionais, mas de todos aqueles que existiram. Diante dessas características, as vidas de homens e mulheres vem sendo retomadas, na tentativa de vê-los em seus lugares de atuação. Dessa forma, as pesquisas biográficas dão ênfase para a liberdade de ação, uma voz singular que, absolutamente, não pode ser tomada do mesmo modo. Ao cair no equívoco da determinação de uma existência, é onde permanece a tão discutida “ilusão biográfica” conforme já afirmou Pierre Bourdieu (1986)¹⁰, e não na biografia em si mesma.

Entendemos que os indivíduos são objeto da história, portanto, fonte e um elemento onde se pode buscar respostas, nem sempre precisas. Isso não quer dizer que estas sejam as que desejamos, ou mesmo que são claras e objetivas. Como já mencionamos, o historiador é aquele “formulador” de questões, que se utiliza do que tem a sua disposição e estabelece os critérios para traçar uma rota eficaz. A história é uma prática empírica, de acordo com Prost, e o ser humano está no meio desse jogo, nem sempre consciente de seu papel:

Três traços caracterizam o objeto da história. Ele é humano, o que significa que inclusive os historiadores aparentemente indiferentes aos homens são levados até eles por vias transversas: a história da vida material ou do clima interessa-se pelas consequências de suas evoluções para os grupos humanos [...]. Para que um homem suscite, isoladamente, o interesse da história, é necessário que ele seja, como se diz, representativo, isto é, representativo de um grande número de outros homens; ou então, que tenha exercido uma verdadeira influência sobre a vida e o destino dos outros ou ainda que tenha chamado a atenção por sua própria singularidade [...]. Por último, o objeto da história é concreto: os historiadores têm desconfiança em relação aos termos abstratos; eles desejam ver e sentir. Há algo de carnal na história¹¹.

⁹ LORIGA, Sabina. *A biografia como problema: jogos de escalas*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas 1998, p. 249.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986.p. 183-191.

¹¹ PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Trad. Guilherme J. F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 2008, p.136.

Em consequência, a retomada dos estudos acerca de indivíduos numa determinada realidade particular demonstra que a historiografia tem-se permitido dar atenção às singularidades dos eventos e, por conseguinte, das próprias pessoas, de forma que a vida e a história interligam-se. Nessa perspectiva, buscamos perceber o fenômeno dos indivíduos como personagens históricos, conhecidos ou não, que emergem como protagonistas no palco da história. Nos diversos caminhos da memória e da história, é imprescindível fazer diversos recortes nessas “tramas de memória”¹², tornando possível ao historiador elaborar novas possibilidades em torno de um passado que não existe mais, mas que se apresenta fragmentado e enigmático.

Reconhecemos nesse processo que a história está ligada a múltiplos caminhos que o historiador pode escolher. Portanto, compor uma biografia, além da busca por reconstruir uma história de vida, “centrada na individualidade do ser, implica construir várias redes de relações”¹³. Estas agem de forma a contribuir para o êxito do indivíduo biografado, em seu tempo, bem como trazer à tona, em certa medida, valores e anseios vividos por ele. Nessa perspectiva, uma forma de assimilarmos o passado e seus personagens nas “batalhas da memória”¹⁴ implica a composição daquilo que nos parece ser insignificante e até mesmo incompreensível em suas vidas, o que nos afasta da ideia de que há um destino incontornável para a existência.

É precisamente nessa dinâmica que a escrita biográfica deixa claro sua relevância, ao desbruchar-se sobre a história individual, vista no tempo e espaço, ou sobre a vida de alguém concreto, fazendo relações com outras demandas. É, portanto, evocada em um espaço de aprendizagem, “um patrimônio adquirido no decorrer dos anos, e experimentado em vivências diferentes”¹⁵. A narrativa biográfica entendida nesses moldes não deixa espaço para apreender um sujeito em uma unidade completa, ou uma totalidade insuperável, pois “a vida é errante e aberta”¹⁶. No entanto, por vezes ainda, deparamo-nos com narrativas que colocam o biografado em um lugar imutável e romântico. Tal atitude só vem afirmar que uma trajetória de vida, vista neste ângulo, torna-se impraticável, e desinteressante, pelo menos para a historiografia. Uma

¹² NORONHA, Gilberto. *Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: EDUFU, 2007, p.14.

¹³ GUIMARÃES, Valéria Lima. Em torno da biografia como gênero histórico. In: *X Encontro Regional de História- AMPUH-RJ: História e Biografias*. UFRJ, 2002, p. 2.

¹⁴ DELGADO, Andrea. Cora Coralina: a construção da mulher-monumento. In: *Caderno Espaço Feminino*, v.19, n.1, jan/jul. 2008, p.1.

¹⁵ GUIMARÃES, 2002, p. 3.

¹⁶ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru: Edusc, 2007, p.248.

pesquisa biográfica, portanto, deve englobar a vida e a história, como já foi dito, de maneira que ambas não possam distanciar-se do trabalho do historiador-biógrafo. A partir disso, percebemos que a dimensão de uma existência ativa vai ao encontro do trabalho historiográfico e dos seus frutos. Portanto, a vida é uma condição fundamental para a história e seus desfechos.

O indivíduo evocado na experiência biográfica desliza constantemente entre o caráter romanceado e o verídico de sua realidade concreta. O biógrafo busca percorrer cada trajetória e “dar-lhe imortalidade”¹⁷; espera-se, pois, que o biografado se mostre de alguma forma e corresponda às expectativas dos leitores, o que pode não acontecer. A escrita biográfica traz um compromisso com a vida em sua dimensão psicológica e histórica, em seus sucessos e fracassos. Por isso mesmo, deixa de lado a falsa ideia de que cada um apenas cumpre seu destino. Fica a certeza de que nossa trajetória de vida é, muitas vezes, incerta e fortemente problemática.

A interpretação surge como um elemento necessário, uma maneira de compor as lacunas entre um documento, ou a ausência dele. Este processo aparece-nos de forma veemente. Nesse caso, são importantes a atenção e a consciência, de que o biógrafo deve se desenvolver nos limites que, na ótica de Sérgio Vilas Boas (2008), constitui-se como “progresso do conhecimento”¹⁸. O ato de dar significados à vida dos homens, vivos ou mortos, possibilita, conforme o mesmo autor, compreender as experiências explícitas ou obscuras. Contudo, não passa longe o outro lado da moeda: a autonomia perigosa do biógrafo, capaz de estabelecer um tipo de “transferência psicológica”, equívoco este que pode transformar o personagem e sua vida em uma lenda ou mito:

[...] a compreensão se baseia no fato de sermos sujeitos, “egos”, e de vermos o outro ora com um ego alter, isto é, como um outro, um estranho, ora como um alter ego, isto é, como alguém que compreendemos porque poderia ser nós mesmos, com quem simpatizamos ou fraternizamos [...]. A compreensão envolve também afetos. Não há como escapar de que somos sujeitos que lidam com os outros sujeitos. Apesar de algumas simplificações, operamos a auto-reflexividade, a autocrítica que exige a heterocrítica, o trabalho coletivo que exige o individual, e vice-versa, o singular contido no universal e, vice-versa e, como se não bastasse tudo isso, expressar com fluência a subjetividade [...]. A Psicologia diz-nos que o processo biográfico é uma questão de transferência e contratransferência¹⁹.

De fato, em alguns casos, é o que infelizmente acontece, sobremaneira, quando uma biografia traz consigo os adjetivos: “definitiva ou oficial”. Não há, para a história, a possibilidade de determinar os limiares da existência de qualquer ser humano ou de qualquer

¹⁷ DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Trad. Gilson C. Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 2009, p. 58.

¹⁸ VILAS BOAS, Sérgio. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. São Paulo: ed. UNESP, 2008, p.29.

¹⁹ Idem, p. 30.

evento histórico. O trabalho de elaboração é feito posteriormente, tendo em vista os vestígios e fragmentos, trazendo mais perguntas do que respostas. Assim sendo, é impraticável pensar em uma relação de fé, entre aquilo que o pesquisador vê e sente, e “aquilo que ele crê”²⁰. Para tanto, torna-se inviável, na biografia histórica, conforme ressalta Benito Schmidt (2012), uma postura que desconsidera a metodologia crítica, baseada nos documentos e rastros de memória:

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a biografia histórica é, antes de tudo, história, portanto, precisa se pautar por procedimentos de pesquisa e pelas formas narrativas próprias a essa disciplina que se põe a explicar e/ou a compreender o passado. Assim, a prática do gênero, pelo menos em âmbito acadêmico, deve estar subordinada às regras do *metier*, entre as quais se destacam a necessidade de se ter como guia de investigação um problema histórico formulado a partir de referências conceituais e de fontes documentais apropriadas, e a de se expor os resultados do trabalho em um texto que remeta “para fora do texto”, ou seja, que indique os procedimentos analíticos utilizados e os materiais empíricos que subsidiaram a investigação²¹.

Nesse aspecto, verificam-se os critérios que se diferenciam, na maneira como a experiência biográfica é tomada dentro e fora da historiografia. Outro fator discutível na escrita de vidas está relacionado à necessidade de se explicar tudo o que for possível nas narrativas sobre os biografados, algo que não desejamos fazer. No acalorado debate atual sobre o papel da biografia, Benito Schmidt²² chama a atenção para o papel pedagógico que a biografia ocupa nessa discussão porque que ainda busca, respondendo aos anseios do presente, “presentificar o passado”²³, na medida em que almejamos modelos de identidade.

Na gama de opções e instrumentos à sua disposição, o autor, historiador ou não, passa pela dimensão cronológica da vida de “seus” objetos, podendo ir, por vezes, para além do personagem, ou seja, seguindo pistas de seus descendentes, ou de pessoas que viveram no mesmo contexto, quando isso é possível. De igual forma, as efemérides, em alguns casos, acabam por sobrepor-se aos indivíduos, como é o caso da imperatriz Teresa Cristina, cuja vida, até certo ponto, não despertou tanto interesse, o que pode ter ocorrido, talvez, por ela não ter tido uma atuação efetiva na política brasileira, como fizeram suas antecessoras, Leopoldina e Amélia. Isso não significa que sua vida não possa ser objeto de análise para uma determinada compreensão de tempo.

²⁰ Ibidem, p. 31.

²¹ SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p.195.

²² AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

²³ Idem, p. 29.

1.2. Imperatriz Teresa Cristina Maria: outros olhares.

Para Michel de Certeau, a historiografia é uma operação, um processo investigativo que permeia toda a certeza do historiador na busca pelo passado. Nesse percurso, vasculhamos tudo o que nos é permitido, vamos ao encontro do menor indício e nossa operação é marcada, inclusive, por traços de subjetividade, ou seja, ligamos “ideias aos lugares”²⁴ e às pessoas. Nesse raciocínio, quando optamos pela memória de um indivíduo, essa certeza evidencia-se. Atualmente, o lugar do historiador torna-se cada vez mais significativo, na medida em que vivemos cada vez mais num mundo de muitas rupturas e busca incansável por algo duradouro. Enfim, existem muitas lacunas, muitos espaços em branco que exigem o cuidado do historiador. Mesmo diante de tantas demandas atualmente não se duvida do papel da memória como auxiliar do percurso historiográfico.

As biografias, de maneira geral, apontam para as possibilidades na busca por outras formas de entendimento para a escrita da história, uma narrativa em torno da memória do cotidiano de diversos indivíduos inseridos no tempo e no espaço. Sob esse prisma, outros vestígios são igualmente procurados. Convictos da necessidade da permanência, a vida e o cotidiano são aqui tomados como meio subjacente aos percursos da memória, uma relação em que o indivíduo faz de si mesmo objeto, algo a ser “desvendado”. A memória marca um lugar na história, não duvidamos, ainda que não seja possível apreender todos os seus vestígios, que apresentam fatos e pessoas em uma rede de “intrigas”, conforme afirma Paul Veyne²⁵.

Portanto, agimos nos limiares do descontínuo em nosso ofício. A busca pela figura e pelos rastros de memória da imperatriz Teresa Cristina, uma personagem emoldurada por idealizações e silêncios, apresenta, também, um caminho de possibilidades para compreender sua trajetória, vista neste tópico sob os olhares de diversos autores.

O Brasil do II Reinado começou a firmar a composição de seu imaginário nacional, acerca dos “heróis nacionais”. Nessa perspectiva, o grande impulsionador foi, sem dúvida, o IHGB²⁶, que tinha seu principal patrono e incentivador, o próprio imperador Pedro II. Sua

²⁴CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p.65.

²⁵ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. Antonio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1971.

²⁶ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado em 21 de outubro de 1838. Era a principal instituição de pesquisa, memória, história e de cultura do Brasil no séc. XIX. Mesmo com a queda da monarquia, o IHGB continuou como epicentro de produção sobre a História do Brasil, seja de caráter oficial, seja de abordagens diversas sobre o processo histórico social. Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, 246 págs.

fundação significava que o Brasil imperial buscava uma memória oficial, uma narrativa sobre sua própria história:

A inauguração de um Instituto Histórico e Geográfico no Rio de Janeiro justificava-se por meio de um explícito apelo político: “não se compadecia já com o gênio brasileiro, sempre zeloso da glória da pátria, acontecidos em diversos pontos do Império, sem dúvida ainda não bem consignados”. Os sócios da nova agremiação, movidos pelo patriotismo e gosto pelas letras, deveriam coligir e organizar documentos para os estudos históricos e geográficos nacionais, o que transformava o IHGB em centro autorizado para a elaboração de um discurso sobre o Brasil. Esse aspecto se torna evidente na própria estratégia de fundação da instituição para cuja sede, na capital do Império, deveriam convergir os conhecimentos acumulados sobre a nação. À semelhança das academias ilustradas européias, a associação de literatos brasileiros nascia sob os auspícios do Estado Imperial, articulando-se a um amplo projeto de centralização política, vitorioso em meados do século XIX. Por tanto tempo a cargo do “gênio especulador dos estrangeiros”, chegara o momento de escrever a história do ponto de vista dos brasileiros²⁷.

O Instituto tinha por objetivo fomentar a memória nacional do império brasileiro, em todas as áreas de conhecimento e, da mesma forma, despertar nas pessoas o interesse pela história oficial da monarquia e tirar do esquecimento o vulto dos “grandes homens”, por meio de uma “aposta biográfica”²⁸, criando assim, uma “galeria de brasileiros ilustres”²⁹. Para tanto, o IHGB empreendeu várias iniciativas para o público mais diversificado, criando petições para monumentos públicos, a princípio, dedicados aos fundadores do Império, dessa forma, “salvando do esquecimento”³⁰ os ilustres homenageados. A primeira seção para esse fim apareceu em 1839, e foi sendo composta anos seguintes, com algumas interrupções, trazendo, assim, à memória dos brasileiros do século XIX, uma lista de personagens, em sua maioria homens, que ajudaram a fundar o estado imperial. Houve, entretanto, uma seção dedicada às mulheres, a partir de 1841, dentre as quais estava a imperatriz Teresa Cristina, como veremos adiante.

Nesse primeiro momento, na tentativa de analisar alguns perfis da imperatriz do Brasil, utilizaremos vários artigos escritos em momentos distintos, que atenderam demandas igualmente distintas. Como mencionado, ainda no século XIX, o IHGB deu início ao projeto de resgatar a memória biográfica de alguns personagens do Brasil. Teresa Cristina, por razões

²⁷ OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a História. A biografia como problema historiográfico no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: 2009. P. 39. (tese de doutorado).

²⁸ Idem, p. 34.

²⁹ ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p.177.

³⁰ Idem, p. 180.

óbvias, compôs a “Galeria dos Brasileiros Ilustres”³¹, organizado por S. A. Sisson em 1858. Tinha ela, então, 36 anos de idade, e havia 15 anos que Teresa Cristina reinava junto com d. Pedro II, principal patrono do instituto. No supracitado volume, constam mais de 40 resumos biográficos e ilustrações de muitos políticos do império, começando pelo marquês do Paraná, seguindo com o marquês de Caxias, Pedro II, e a imperatriz Teresa Cristina, que encerra a edição, sendo a única mulher retratada³²:

Sua Majestade, a Senhora D. Teresa Cristina Maria, terceira imperatriz do Brasil, nasceu a 14 de março de 1822. É irmã de S. M. o Sr. D. Fernando, atual rei das Duas Sicílias, por sucessão de seu pai, o rei Francisco I. Ornada pela mão pródiga da Providência de todas as virtudes que podem realçar o alto valimento do trono, a imperatriz do Brasil, nascida sob um outro horizonte, é, na opinião unânime dos brasileiros, uma protetora desvelada e amante, em cujo seio augusto se entesoura uma afeição sincera do seu povo. Se em algumas resoluções da monarquia pode-se crer que as inspirou de mais perto esse espírito divino que outrora, diz-se, iluminava os apóstolos e os aúspices, na escolha da augusta soberana do Brasil, mas que nunca poder-se-á adotar como um mistério celeste o acerto e o seu resultado feliz³³.

Vemos claramente uma narrativa rebuscada e laudatória muito comum na época. Lembrava aos leitores a origem europeia e dinástica de Teresa Cristina, e enaltecia seu papel na sociedade imperial do Brasil. É importante esse artigo biográfico, por ser um dos poucos escritos por um contemporâneo da imperatriz³⁴. O texto segue trazendo notas do casamento em 1843, da chegada de Teresa Cristina ao Brasil, em setembro do mesmo ano, bem como o nascimento dos primeiros filhos, D. Afonso e D. Pedro, ambos falecidos repentinamente, em 1845 e 1850. O autor realça as qualidades morais, e espirituais da imperatriz diante desses acontecimentos, bem como seu caráter assistencialista, que contribuiu para firmar e popularizar seu título de “mãe dos brasileiros” no senso comum:

[...]. Atualmente dedicada à educação das princesas Isabel e Leopoldina, S.M. ensina às mães como, entre as galas do poder, se desvela o coração no cultivo dos grandes sentimentos. Mãe inteligente e amorosa, como é esposa terna e amante, a imperatriz é hoje o modelo augusto, em que os brasileiros estudam o desenvolvimento da beleza e dos afetos. Protetora de muitas associações filantrópicas, S. M. ampara-as a um mesmo tempo com o auspício de soberana

³¹ A nova edição foi reorganizada pelo Senado Federal na “Coleção Brasil 500 anos”, vol. 1 em 1999, disponível para *download* no site da Revista do IHGB..

³² SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, 1999, p. 465.

³³ Idem, p. 467.

³⁴ Constam também em algumas ocasiões pequenos recortes biográficos em jornais da época, conforme podemos observar ao longo deste trabalho. Em grande parte, trazem o mesmo perfil da “bondosa mãe dos brasileiros”, com uma narrativa que enaltece suas qualidades, sua afeição pelos brasileiros e o seu papel como imperatriz.

e com o desvelo feminil; os pobres invocam-na como assídua esmoler; os órfãos, como mãe; e o seu povo, como a mais eficaz das protetoras³⁵.

Não resta dúvida que, ao esboçar o perfil biográfico de d. Teresa Cristina, S. A. Sisson pretendia elevar as qualidades da imperatriz, como esposa e mãe. Um olhar masculino que relacionava esses adjetivos, com um modelo de vida para as mulheres no Brasil imperial. Assim sendo, eram “indissociáveis do tema da pátria mãe”³⁶. Ao compor o *corpus* biográfico de algumas brasileiras, o IHGB realçava as qualidades do amor maternal à pátria, permeando o imaginário nacional acerca deste sentimento que, ao mesmo tempo, deveria “transcender a divisão sexual e social”³⁷, para enaltecer as ilustres brasileiras, sejam elas mães, solteiras ou guerreiras.

No que se refere à d. Teresa Cristina, o autor destaca as prerrogativas da vida doméstica, da intimidade da casa, e o cuidado das filhas. Esta era a imagem pública que se desejava divulgar acerca da mulher do imperador: uma mulher que não cometia o equívoco de opiniões políticas, não fazendo nada além de sua competência de companheira, conselheira etc. Ou seja, nada além do que se podia esperar do comportamento de uma mulher. Sob este prisma, d. Teresa Cristina era colocada como “modelo” para as demais mulheres brasileiras, que deveriam tomá-la como exemplo, para a harmonia da vida doméstica. Entretanto, não podemos acreditar que tal era a identificação de todas as brasileiras com esse imaginário, conforme veremos ao longo do texto.

³⁵ Ibidem, p. 470.

³⁶ ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 195.

³⁷ Idem.



Figura 1: a imperatriz Teresa Cristina em cenário íntimo³⁸.

Evidentemente, que Sisson não foi o único a escrever sobre a imperatriz Teresa Cristina. Ao longo do séc. XIX, um resumo de sua vida era geralmente publicado em jornais da corte, em datas como seu aniversário, no dia 14 de março. Nesses pequenos relatos, podemos observar um aspecto do lugar que Teresa Cristina ocupava no imaginário nacional da época. Tais relatos caracterizam-se mais como homenagem prestada à imperatriz, portanto diferem-se, em certo sentido, dos artigos do IHGB. Entretanto, seguiremos analisando o perfil apresentado por outros autores, que também publicaram diversos artigos na revista do IHGB. Destacamos, primeiramente, os trabalhos de Max Fleiuss³⁹ e Carlos de Laet⁴⁰, que, na primeira metade do

³⁸ Litografia representando a imperatriz Teresa Cristina impressa na revista. A imagem é colocada antes da nota biográfica em que o leitor pode visualizar a figura da imperatriz que elabora em seu íntimo uma imagem da “mulher virtuosa” dedicada ao lar e rodeada de livros, símbolos do saber.

³⁹ Imperatriz D. Teresa Cristina. In: *Revista do IHGB*, vol. 146, p. 347-380. Rio de Janeiro, 1922.

⁴⁰ A imperatriz. In: *Revista do IHGB*, vol. 152, p. 790-792. Rio de Janeiro, 1925. Foi também publicado no *Jornal do Brasil* em 25 de dezembro de 1925.

séc. XX, foram oradores em datas significativas e pronunciaram conferências sobre temas diversos da história do Brasil e de seus personagens, dentre os quais estava a imperatriz Teresa Cristina. Carlos de Laet intitula sua conferência e artigo de “A imperatriz” e, como outros autores, faz menção às origens italianas de Teresa Cristina. Nas primeiras linhas, já fica claro que a intenção é homenagear a “esposa do grande homem”⁴¹, a “metade da alma” de Pedro II. Por conseguinte, ressalta a suposta harmonia em que o casal vivera. Ao se confirmar o casamento entre os noivos, um fato que muito foi apontado por vários historiadores era a visível decepção de d. Pedro II quando viu pela primeira vez sua esposa. Sua baixa estatura, seu modo de andar, enfim, sua falta de beleza, foram amplamente descritos em praticamente todas as biografias do imperador. Sobre essa cena escreve Laet:

“[...]. Balélas populares dizem que ao imperial noivo se escondeu o defeito physico da futura imperatriz, a quem faltava a segurança no andar, claudicando um pouco. Não foi, certamente, uma esplendida beleza, mas havia em seu semblante tal expressão de bondade, que difficil fôra falar com a imperatriz e ficar sem lhe querer bem. Nem todos, exigentes em esthetica, almejaviam tel-a por noiva; ninguém, contudo, imaginaria melhor physionomia para uma querida e adorada mãe”.⁴²

O autor não nega a tão comentada falta de encantos físicos, que tinham atraído o jovem Pedro II, quando este recebeu o retrato da princesa napolitana. Mas a falta de beleza, conforme Laet, era compensada com uma personalidade atrativa, “amável e sentimental”, mas igualmente ciumenta. Lígia F. Cunha (1974) também cita esse episódio, mas afirma que não sabe até onde vai a verdade dos fatos, visto que foram moldados pelo testemunho “nem sempre insuspeito dos presentes”⁴³. O relacionamento entre o casal foi o mote do pequeno artigo do autor, que afirmava a vida doméstica e harmônica que, segundo ele, reinava em São Cristóvão. Esta suposta harmonia também não é insuspeita, conforme descreve o conde d’Eu em carta ao pai:

“Na segunda-feira, dia 26, ao passar pela biblioteca quando ia jantar com imperador que, como de costume, caminhava alguns passos à frente dela (e com quem, presumo pelo que ela nos contou, estava discutindo como às vezes faz), ela tropeçou em um fichário sob uma mesa e caiu de frente”.⁴⁴

⁴¹ LAET, Carlos de. A Imperatriz. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB* Rio de Janeiro: T. 98, v. 152, 1925, p. 790.

⁴² Idem.

⁴³ CUNHA, Lygia Fonseca Fernandes da. Imperatriz D. Teresa Cristina. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB* Rio de Janeiro: V. 304, jul./set. 1974, p. 212.

⁴⁴ Carta do conde d’Eu para o pai, o duque de Nemours em 29 de outubro de 1885. Apud BARMAN, 2012, p. 463. O documento encontra-se no Arquivo Grão-Pará, Petrópolis/RJ.

Embora o trecho faça referência a um episódio de 1885, portanto, já na maturidade do casal, vê-se que, nos últimos anos de vida de Teresa Cristina, a relação com o marido era, por vezes, tensa como também ressalta Roderick Barman (2012): “Em relação à família, as relações do imperador com a esposa pouco haviam mudado, embora D. Teresa Cristina parecesse mais assertiva com o marido sobre questões pessoais”⁴⁵. Sob esse aspecto, Laet também afirma que o imperador “nem sempre foi um marido impecável”, até justificando essa atitude: “que se atire o primeiro calhão os leitores masculinos”⁴⁶.

Em suma, o que o autor quis exaltar era justamente a resignação de Teresa Cristina, diante destas infelicidades, colocando-a em um nível oposto a de d. Pedro II, inclusive salientando que as opiniões de d. Pedro II eram influenciadas pela mulher cuja, “sagacidade e finura, eram muito superiores, as que de ordinário se lhe atribuíam”⁴⁷. Conclui, recordando um contemporâneo, que lhe confidenciou sobre o episódio ocorrido em 15 de outubro de 1889. Na ocasião em que um rapaz, chamado Adriano do Valle, disparou vários tiros contra a carruagem imperial, na saída do teatro de Santana. Relata, as impressões de d. Teresa Cristina sobre o ocorrido, raramente expostas:

“Estava d. Thereza Christina a conversar com uma veneranda matrona, d. Maria Antonia da Fonseca [...]. A conversa se interrompeu-se com a nossa chegada, porém, segundo me pareceu, deveria ter sido animada; e impressionou-me também o ar de profunda tristeza que se debuxava no semblante da imperatriz. Dias depois revelava-me d. Maria Antonia alguma causa que jamais se apagou da minha memoria. A imperatriz abriu-se com a sua velha amiga e confidente: Maria Antonia, dissera-lhe, o imperador e o governo estão profundamente enganados com o facto de ante-hontem. Esse moço não faria aquillo, se não obedecesse a uma trama politica. A revolução está ahi, Maria Antonia, e talvez a republica e a anarchia”⁴⁸.

De fato, no mês seguinte, d. Teresa Cristina e a família partiram para o exílio após a proclamação da república e o fim da monarquia. Ao recordar o fato, o autor deixa sua última impressão sobre a figura da imperatriz do Brasil e o sentimento com que ela encarou esses acontecimentos. Pode-se notar também a clareza com que Teresa Cristina enxergava o confuso contexto, que antecedeu o golpe republicano. Assim sendo, percebemos o grande interesse dos associados do IHGB em “resgatar” a memória desses personagens e lhes dar um sentido trágico e memorável para suas vidas.

⁴⁵ BARMAN, Roderick. *Imperador Cidadão*. Trad. Sonia M. Yamamoto. São Paulo: Ed. UNESP, 2012, p. 462.

⁴⁶ LAET, Carlos de. A Imperatriz. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB* Rio de Janeiro: T. 98, v. 152, 1925, p. 790.

⁴⁷ Idem, p. 791.

⁴⁸ Ibidem.

Coube a Max Fleiuss, então secretário do IHGB, elaborar posteriormente, uma conferência para as comemorações do centenário da independência do Brasil, e sobre a “venerada figura da ex-imperatriz do Brasil, dona Thereza Christina”⁴⁹. Fazia-se, também, memória do centenário de seu nascimento, em 14 de março de 1822:

“No dia de hoje, ha precisamente um século, sob o ceo azul de Nápoles, na então capital das Duas Sicílias, cuja a poesia da natureza inspirou os magníficos versos de Tasso e as páginas ardentes de Mme. de Stael [...]. Esta data, sem dúvida alguma, impõem-se a nossa veneração e estudo, como a evocação histórica dum grande vulto, perfil mais de sancta ou de *madona*, do que mesmo de imperante; menos da imperatriz do Brasil, do que da de seu anjo tutelar, da verdadeira “MÃE DOS BRASILEIROS”, como foi e ainda hoje a posteridade a nomeia”.⁵⁰

A narrativa de Fleiuss mantém os elogios próprios de um orador. Todavia, tenta demonstrar ao leitor um aspecto mais realista e despojado de Teresa Cristina, quando a compara à “doce madona de Rafael, ou de Leonardo da Vinci”. Ladeada pelas belas paisagens napolitanas, tentava afastá-la dos atributos meramente aristocráticos. Dessa forma, esse perfil despido das bajulações imperiais vem suscitar nos leitores do século XX a admiração por essa “*sancta* velhinha”, em sua simplicidade cotidiana e em sua dedicação aos mais pobres do Brasil. O despojamento mencionado está diretamente ligado com a mudança de postura do IHGB, após a proclamação da República em 1889. De acordo com Alexandre Avelar (2020)⁵¹, a mudança de regime ocasionou um “rompimento com o fio da história”⁵², assim, a maneira de olhar para os personagens do Brasil também se reconfiguraria.

O perfil biográfico apresentado é bem mais detalhado, descreve a longa viagem depois do casamento, no palácio real de Nápoles, e algumas curiosidades sobre a proximidade da jovem imperatriz, com a tripulação da fragata “Constituição”. Convidava todos os dias um oficial para almoçar com ela e chegou a cuidar de um dos tripulantes, que adoecera e veio a falecer no trajeto. O autor exalta, como pôde, as qualidades da nova imperatriz brasileira, que desembarcou no cais *Pharoux*, em setembro de 1843.⁵³

⁴⁹ FLEIUSS, Max. imperatriz D. Thereza Christina. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB* Rio de Janeiro: T. 92, v. 146, 1925, p. 347. A conferência foi realizada no salão nobre do IHGB em 1922 e publicada na revista em 1925.

⁵⁰ Idem, p. 348.

⁵¹ AVELAR, Alexandre de Sá. Entre a tradição e a inovação: o IHGB e a escrita biográfica nas primeiras décadas republicanas. In: *História da Historiografia*, v. 13, n. 33, maio-ago., ano 2020, p. 397-429.

⁵² Idem, p. 399.

⁵³ Ibidem, p. 356.

Já no Brasil, acontecem as comemorações esperadas: salva de canhões, recepção pela delegação de ministros, militares, aristocracia, membros da igreja, e claro, da curiosa população do Rio de Janeiro. Juntamente com d. Teresa Cristina, veio seu irmão, o conde Luigi Maria d'Áquila, que iria se casar com a irmã de Pedro II, d. Januária. A cidade tinha parado para receber a nova imperatriz. Já no Paço de São Cristóvão, a vida seguiu os protocolos comuns nas monarquias. Fleiuss procurou detalhar ao leitor todos os passos desse primeiro momento do casal, que passeava pelas ruas da cidade, cumprimentando as pessoas. Ressaltava, igualmente, o aspecto positivo de todo esse aparato, para a simbologia da monarquia.

Outra particularidade de Fleiuss é reproduzir trechos de várias cartas de Teresa Cristina em diferentes momentos, e para diversas pessoas⁵⁴. Com isso, revela uma mulher atenta e igualmente detalhista, que, na intimidade, expõe com mais desenvoltura suas opiniões: “A viagem tem estado agradável, vendo todos estes logares de S. Paulo e reconhecendo como essa cidade progride dia a dia”.⁵⁵ Ao fim de seu discurso, lamenta os acontecimentos do dia 15 de novembro, sobremaneira como foram tratados Pedro II e Teresa Cristina. Após o falecimento da imperatriz, em 28 de dezembro de 1889, reproduz várias notas dos jornais, que exaltavam a vida da ex-imperatriz. Dessa forma, expressa o que foi d. Teresa Cristina para a memória dos brasileiros, e para ele, obviamente:

“Durante 46 annos que viveu entre nós, realizou Tereza Christina, a terceira imperatriz, o perfeito prototypo de virtudes christãs, pelo que lhe coube esse título de Mãe dos Brasileiros, no consenso unanime dos corações [...]. Milhares de factos poderiam ser aqui citados, si o respeito devido a sua sancta memória não nos mandasse discretamente silencia-los. Quantos lares paupérrimos receberam, durante annos, o auxílio anonymo de uma ou duas centenas de mil réis, sem nunca terem sabido quem assim os socorrera com essa esmola”.⁵⁶

Como mencionamos acima, o discurso foi feito na sede do IHGB em 1922, durante as comemorações do centenário de independência do Brasil e do nascimento de Teresa Cristina. Foi publicado posteriormente, em 1925. Dessa forma, essa narrativa moldou, em certo sentido, o que se pensou e se escreveu sobre a personagem na historiografia posterior. Estava sempre relacionada à pessoa de d. Pedro II e nunca deslocada de sua sombra. Percebemos que, na perspectiva desses autores do início do século XX, nada mais poderia ser dito sobre a memória e a vida da imperatriz Teresa Cristina, para além desses atributos, tornando-se, assim, uma

⁵⁴ As cartas citadas encontram-se na coleção “Baronesa de Loreto”, no Arquivo Histórico de Petrópolis/RJ.

⁵⁵ Última viagem oficial a São Paulo em 8 de novembro de 1886.

⁵⁶ FLEIUSS, Max. imperatriz D. Thereza Christina. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB* Rio de Janeiro: T. 92, v. 146, 1925, p. 365.

trajetória e um legado definitivos. A próxima menção sobre a personagem viria em uma conferência proferida em 1972, também no IHGB, por Lygia Fernandes Cunha, publicada na revista do Instituto em 1974.⁵⁷

Para elaborar o perfil de d. Teresa Cristina, a autora recorreu aos arquivos pessoais da imperatriz: diários, cartas, anotações e outros documentos de pessoas que conviveram com d. Teresa Cristina. Cunha aponta, já no início da conferência, dirigindo-se ao presidente do instituto, a dificuldade em se falar de uma mulher, que não se destacou na história oficial por sua atuação política, ou por se desvencilhar do papel que lhe competia. Entretanto, não era motivo para não se falar da última imperatriz que, segundo Cunha, era um exemplo para todos:

“Senhor presidente: Quando há meses ficou resolvido que me caberia homenagear a memória de Teresa Cristina Maria, imperatriz do Brasil, disse-me V. Exa.: <<Lembre-se que os países felizes e as mulheres honestas não têm história>> como que a me alertar das dificuldades para tal dever. Realmente. Não me foi fácil buscar na mulher votada sobretudo às alegrias e deveres da vida conjugal razões para fazer somente História. Entretanto, a terceira imperatriz, brasileira por adoção e pelo coração, se não participou ativamente em fatos de grande projeção na vida nacional, nem por isso deixou de vibrar em momentos de ardor patriótico, comungando com o povo brasileiro. Não tentou mudar o curso dos acontecimentos; não interferiu nas decisões do imperador; não se prestou jamais a pedidos ou a influenciá-lo em benefício de terceiros; não se projetou como se poderia desejar ou seguindo o exemplo de tantas outras figuras femininas colocadas em lugar semelhante. Educada e discreta, silenciosa e paciente, sábia e bondosa, em todas as oportunidades assoma ao lado do imperador; nas solenidades magnas, nas funções religiosas, nos sofrimentos da guerra, nas visitas a rincões distantes do país, nas vibrações patrióticas, Teresa Cristina está presente.”⁵⁸

A narrativa de autora traz um esboço mais longo, e detalhista dos acontecimentos da vida de Teresa Cristina, afirmando que ela somente “esteve ao lado do imperador”. Desde o dia em que chegou ao Brasil, foi a coadjuvante em todos os sentidos, sem nunca buscar outro lugar fora dos “deveres e alegrias” domésticas. Mais uma vez, o perfil apresentado aposta na “canonização” da imperatriz por todas as suas qualidades e silêncios. Evidentemente, estamos falando de uma princesa do século XIX, que foi educada para cumprir tais posições sem questionar, visto que seu papel era simplesmente gerar filhos para a dinastia. De qualquer modo, é quase unânime, nas primeiras narrativas sobre Pedro II e Teresa Cristina, a “harmonia conjugal” que os unia, bem como aspectos em comum entre os dois. Com o passar dos anos, o amadurecimento dos afetos fica, igualmente, mais evidente.

⁵⁷ CUNHA, Fernandes Lygia. Imperatriz D. Teresa Cristina. In: *Revista do IHGB*, 1974, p. 206-246.

⁵⁸ *idem*, p. 206.

Teresa Cristina é imperatriz, casada, mãe e vai desempenhando esses papéis, segundo Cunha (1974), com os altos e baixos da vida cotidiana. Contudo, em 1865, quando se inicia a Guerra contra o Paraguai, a autora cita trechos de cartas da imperatriz ao marido e ao genro. Pela primeira vez, revela um perfil diferente e, em certo sentido, mais político de Teresa Cristina, que acompanha, atenta, o embarque de tropas para o sul, e todo tipo de notícias da guerra. Pedro II parte para o campo de batalha, deixando a mulher bem nervosa. A correspondência entre os dois é intensa e o imperador quase sempre conclui: “Toma este abraço saudosíssimo de teu marido e amigo Pedro”.⁵⁹ Durante a ausência do marido, Teresa Cristina cumpre sozinha todas as funções públicas: visita a hospitais, teatros, doutoramento na faculdade de medicina, bailes, conferências e audiências em São Cristóvão.

O perfil apresentado por Lygia Cunha ainda tem o forte traço da “mulher virtuosa” que prefere a vida doméstica e não sente necessidade de ir mais além desse espaço. Destaca todas as viagens que Teresa Cristina realizou no Brasil, e no exterior, onde se pode perceber uma mulher mais madura e mais crítica em relação a vivência do cotidiano. O desfecho da narrativa dá-se em Portugal durante o exílio da família imperial e após a morte de Teresa Cristina. Em suma, os autores citados procuraram, ao longo dos primeiros anos do século XX, sob a tutela do IHGB, “reabilitar” a memória e a trajetória da última imperatriz do Brasil. Contudo, não ofereceram um olhar crítico sobre sua figura. Há algum tempo, temos visto outros olhares, mais recentes, sobre o legado de Teresa Cristina para a história do Brasil.

Sob esse prisma, temos as contribuições do historiador italiano, Aniello Avella⁶⁰, que durante muito tempo se ocupou de organizar o acervo documental de d. Teresa Cristina. Para Avella, a escassa referência sobre a imperatriz brasileira só demonstrou um lado da moeda, enrijecendo a imagem de Teresa Cristina, ao longo do tempo. Fica claro que, sob sua ótica, o que surge é uma “mulher silenciada”⁶¹, e não silenciosa. Segundo ele, isso se deu, por vários fatores, dentre os quais, a própria imponência de d. Pedro II:

O caso de Teresa Cristina Maria de Bourbon, esposa de D. Pedro II, representa um enigma e uma grave lacuna na historiografia. Irmã de Ferdinando II de Bourbon, soberano do “Reino de Nápoles” ou “Das Duas Sicílias”, como

⁵⁹ Ibidem, p. 229.

⁶⁰ O professor Aniello Avella esteve ligado à Universidade Estadual do Rio de Janeiro até 2016 e dedicou-se aos estudos relacionados ao intercâmbio entre Itália-Brasil, desde o século XIX, partindo da figura de Teresa Cristina de Bourbon. Traçou um perfil mais atual da imperatriz napolitana e sua contribuição nesse eixo cultural entre os dois países, bem como seu legado para a memória cultural do Brasil. Faleceu em 23 de agosto de 2017 na Itália.

⁶¹ AVELLA, Aniello. Teresa Cristina de Bourbon: uma imperatriz silenciada. In: *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Cd-Rom.

também se dizia, ela nasceu em 14 de março de 1822; chegou ao Brasil em 1843, depois de ter casado com D. Pedro II na capital napolitana em 30 de maio daquele ano, por procuração; morreu no exílio a 28 de dezembro de 1889, na cidade do Porto. Alcinhada por seus contemporâneos de “Mãe dos Brasileiros”, ela é totalmente desconhecida na Itália e pouco estudada no Brasil [...]. Segundo a escassa bibliografia existente, a princesa real napolitana, que se tornou imperatriz do Brasil, teria vivido à sombra do marido, dedicando-se à educação das filhas Isabel e Leopoldina, aos assuntos domésticos, à caridade. A sua imagem é a de uma mulher de limitada cultura, apagada, silenciosa, que compensa com a bondade e as virtudes do coração a falta de maiores encantos físicos.⁶²

Tomando como referência outro texto, da autora Eugênia Zerbini,⁶³ afirma-se que d. Teresa Cristina não foi uma mulher submissa, de interesses limitados à vida doméstica, mas que escolheu uma forma alternativa de afirmar a própria identidade. Para Zerbini, a grande contribuição da imperatriz deu-se no âmbito cultural e artístico do Brasil, com o que concordamos, uma vez que cultivou, desde muito tempo, o interesse pela arqueologia e pelas artes, de forma geral. Nesse contexto, d. Teresa Cristina também ajudou a compor uma importante coleção arqueológica, que constituiu parte do acervo do Museu Nacional, no Rio de Janeiro que, até o momento, acredita-se, em parte, perdida no trágico incêndio do museu, em setembro de 2018⁶⁴.

Com sua chegada, houve um grande fluxo migratório de italianos, que se estabeleceram no Rio de Janeiro, bem como em várias regiões do país. Segundo o prof. Renato Lauro (2012),⁶⁵ foi uma grande propagadora da cultura italiana no Brasil, e por consequência, de sua incorporação nos trópicos, favorecendo a criação de uma “república italiana das artes⁶⁶”. Observa-se, na perspectiva de Avella, a urgência de se ir mais além do conceito de “mãe dos brasileiros”, buscando, igualmente, a figura da mulher consciente de seu papel, junto a Pedro II, embora o desempenhasse de forma distinta:

Ao recuperar a memória de D. Pedro II, colocando-o no panteão dos heróis nacionais, a historiografia republicana o representou como o “Grande Pai” de barba branca, genitor afável e bondoso; Teresa Cristina, a “Mãe dos Brasileiros”, foi sendo colocada na sombra, numa atitude algo machista. O “enigma” da imperatriz “silenciosa”, que na realidade foi uma mulher silenciada, poderá ser solucionado quando os historiadores aceitarem a

⁶² Idem s/d.

⁶³ ZERBINI, Eugenia. *A Imperatriz Invisível*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 2007.

⁶⁴ As investigações sobre o incêndio ainda estão em andamento. O setor de arqueologia já recuperou algumas peças que não se perderam.

⁶⁵ Reitor da Università degli Studi di Roma Tor Vergata. In: AVELLA, 2012, p. 10. A instituição tem uma grande tradição de intercâmbio acadêmico no Brasil, em particular com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ.

⁶⁶ AVELLA, Aniello. *Teresa Cristina de Bourbon: uma imperatriz napolitana nos trópicos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p.71.

coexistência, nela, da esposa, da mãe e da promotora de importantes atividades culturais.⁶⁷

Em outros trabalhos, fica evidente o mesmo objetivo de “restituir voz, corpo e espessura, a personalidade, injustamente esquecida” de Teresa Cristina. Soma-se a ele, o perfil traçado, por Lúcia Maria Paschoal Guimarães⁶⁸. Nele, é reafirmado o caráter enigmático e negligenciado da imperatriz:

[...]. há uma face da Imperatriz que ainda hoje permanece pouco conhecida, até mesmo da historiografia. Talvez, eclipsada pelas suas qualidades pessoais, ou quem sabe devido ao seu calculado afastamento dos assuntos políticos: A princesa nascida às margens do Mediterrâneo, educada e instruída por monsenhor Olivieri, possuía natureza sensível, inteligência apurada e inclinada ao culto das artes. Por sinal, é muito significativo que se tenha deixado fotografar em diversas ocasiões junto a livros, cadernos, tinteiros e outros materiais representativos das suas atividades intelectuais.⁶⁹

O historiador Aniello Angelo Avella dedicou-se durante muito tempo ao estudo do arquivo sobre a imperatriz Teresa Cristina, do Museu Imperial de Petrópolis, no Rio de Janeiro. Organizou e transcreveu os diários e algumas cartas; fez várias conferências, publicou artigos, e um ensaio em italiano sobre a imperatriz brasileira, posteriormente traduzido para o português.⁷⁰ Assim, Avella, Zerbini e Guimarães apostam, em uma “face oculta” de Teresa Cristina, que é necessário ser analisada sob outros critérios. Não compartilham, em certo sentido, com esse posicionamento, os historiadores Mary Del Priore e Roderick Barman. Cada um à sua maneira reafirma o caráter pouco atraente da imperatriz, o que teria causado seu afastamento do círculo intelectual de d. Pedro II:

“A imperatriz era, segundo a imprensa, “um anjo de bondade”, dona de uma “mão caridosa” e incapaz de “arrancar um gemido de dor ao coração dos brasileiros”. Passava o tempo a fazer boas ações. Mas se possuía um caráter doce, fisicamente era um desastre. Tinha o nariz dos ancestrais – em formato de berinjela-, olhos miúdos, lábios estreitos e queixo duro. Os cabelos escuros amarrados em bandos sobre a orelha acentuavam o perfil comprido. Talvez por tudo isso, sorria pouco. As pernas excessivamente arqueadas por debaixo das saias davam a impressão de que ela mancava. Elegância? Nenhuma. Graças? Poucas. Só a voz de contralto que exercitava em pequenos trechos de óperas italianas e a facilidade que se acompanhava ao piano. Correspondia ao ideal que se tinha na época para uma mulher casada: boa mãe e esposa dócil. No mais,

⁶⁷ _____. Teresa Cristina de Bourbon: uma imperatriz silenciada. In: *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Cd-Rom 2010, s/d.

⁶⁸ GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. Teresa Cristina de Bourbon: a face oculta da imperatriz silenciosa. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

⁶⁹ Idem, p. 5.

⁷⁰ AVELLA, Aniello. *Teresa Cristina de Bourbon: uma imperatriz napolitana nos trópicos 1843-1889*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

era inofensiva. Seu encontro com o primo D. Pedro II foi resultado de um casamento arranjado, como tantos que se faziam no século XIX.⁷¹

“D. Teresa Cristina nunca afirmara sua identidade, nunca lutara contra o que o destino (na pessoa de seu marido) lhe ordenara. Conformada com muito pouco, ela havia com o passar dos anos encontrado satisfação em uma vida simples entre São Cristóvão e Petrópolis, dedicando-se à família, às devoções religiosas e às obras de caridade. Embora não haja registro direto de sua opinião sobre as ausências do Brasil em 1871, 1876-1877 e 1887-1888, elas não podem ter lhe dado muito prazer. Em boa parte do tempo era deixada sozinha, apenas com as damas de companhia, em hotéis de alguma capital nacional ou em um balneário de águas, enquanto seu marido viajava intensamente em companhias bem mais estimulantes. D. Teresa Cristina amava o Brasil e seu povo. Ela não desejava nada mais do que terminar seus dias lá. Com 66 anos e sofrendo de asma cardíaca e artrite, ela agora enfrentava a perspectiva de acompanhar o marido em um incessante deslocamento pela Europa, passando seus últimos anos virtualmente sozinha em aposentos estranhos e desconfortáveis. Os eventos de 15 de novembro de 1889 causaram-lhe impacto tanto emocional quanto físico”.⁷²

Observamos, nesses dois trechos, a pouca, ou quase nenhuma importância de Teresa Cristina no cotidiano. Não se destacava em nada, salvo pelas poucas qualidades artísticas e assistencialistas. Del Priore compara a pessoa da imperatriz com outra mulher, segundo ela, muito mais influente, nos círculos palacianos do Rio de Janeiro: Luísa Margarida Portugal e Barros, a condessa de Barral (1816-1891), segundo ela, a grande e única paixão do imperador. Nessa perspectiva, Teresa Cristina não era páreo para a elegante e desenvolta condessa, que tinha se tornado a preceptora das filhas do casal. Para a historiadora, Luísa Margarida se sobrepunha à imperatriz em todos os níveis.

Obviamente, é uma ótica favorável a figura da condessa de Barral, contudo, não podemos tomar como a única ao tratar da biografia de Teresa Cristina. Barman, por outro lado, analisa o relacionamento do casal imperial e suas personalidades distintas. Mais uma vez, d. Pedro II é o grande monarca que toma a cena, ao passo que sua mulher não representava um papel de relevância, nem mesmo uma voz própria sobre nada. Talvez o historiador desconheça os diários em que d. Teresa Cristina registra e tece comentários diretos sobre suas viagens e sobre a conduta do marido, em diversas circunstâncias.

Nos diários de Teresa Cristina, podemos observar que ela não era uma mulher desinteressada, sem cultura, portanto, tinha uma ótica própria, inclusive em assuntos políticos, como se verá. Não são raros os momentos em que anota, detalhadamente, suas impressões sobre os eventos oficiais, dos quais não gostava, bem como, sobre os lugares por onde esteve, por

⁷¹ DEL PRIORE, Mary. *Condessa de Barral: A paixão do imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 167.

⁷² BARMAN, Roderick. *Imperador Cidadão*. Trad. Sonia M. Yamamoto. São Paulo: Ed. UNESP 2012, p. 515.

vezes sozinha, ou em companhia de outras pessoas. Em linhas gerais, os olhares sobre a pessoa e a trajetória de d. Teresa Cristina Maria são divergentes. Alguns são mais brandos, e profundamente afetivos, outros mais críticos. Com isso, verificamos que a multiplicidade dos indivíduos, sobremaneira, os do passado, nos escapam. Não é viável uma única forma de análise sobre suas qualidades e defeitos, como acontece com a imperatriz brasileira.

Dessa forma, verificamos que, embora Teresa Cristina não figure entre os “grandes” homenageados da história, sua memória, de certa forma, mantém-se no cotidiano de alguns lugares. Várias regiões do país, ainda hoje, guardam em seus museus algum objeto, ou mesmo coleções que fazem memória da imperatriz. O mesmo acontece com algumas cidades, por exemplo, Imperatriz/MA, Teresina/PI, Teresópolis/RJ, só para citar algumas. A imagem que ficou para nós, da mulher de Pedro II, é aquela dos finais do império: Uma senhora de cabelos brancos, de traço e roupas simples, muito difundida nas fotografias e retratos oficiais.



Figura 2: D. Teresa Cristina em Petrópolis, pouco antes da Proclamação da República, novembro de 1889.⁷³

⁷³ Otto Hees. *Coleção Retratos da Família Imperial*, 2012, Petrópolis/RJ. CD-ROM.

Sob esse prisma, a imperatriz Teresa Cristina aparece entre as muitas figuras que despontaram no cenário cultural e social do Brasil do II Reinado. Esse trabalho, portanto, tem como personagem central essa mulher que viveu quase 50 anos nos trópicos. Tendo sido considerada brasileira pelos contemporâneos, ainda que pertencente à antiga aristocracia italiana. Da mesma forma, afirmamos que a imperatriz Teresa Cristina forjou uma imagem de si, ao passo que manteve um calculado interesse em questões da política brasileira e da Europa.

Essa imagem está refletida, em particular nos eventos trágicos da Guerra contra o Paraguai, onde acompanhou, com interesse, os acontecimentos, em todas as fases da guerra. Assim, afasta-se da ideia de uma “imperatriz silenciosa”. Contudo, acreditamos que muitos traços singulares de sua personalidade ainda estão por se revelar. Dessa forma, é mais coerente pensar na memória da “mulher silenciada” por diversos fatores na historiografia, mas que, na intimidade, buscou firmar sua identidade. Sua atuação na intimidade, a nosso ver, não é suficiente para fixá-la no estereótipo de submissão irrestrita em sua condição de mulher num mundo masculino, ou para justificar seu suposto desinteresse do mundo extra doméstico. Sua influência, contudo era fortemente percebida.

O adjetivo “silenciosa” pode relacionar-se, equivocadamente, com sua calculada postura em se afastar dos meandros da política maliciosa, ao passo que sua atuação se deu na intimidade. Assim, ao que nos parece, Teresa Cristina escolheu uma conduta diferente, forjando uma forma própria de identidade, diferente de Pedro II. Portanto, revisitar a trajetória da imperatriz brasileira constitui-se um desafio necessário, mas sem cair na malfadada “nostalgia imperial”⁷⁴ surgida no tempo presente. Contar sua história permite-nos desvendar as variadas facetas das mulheres no Brasil imperial, desde os vultos pertencentes ao contexto de Corte até as mulheres que postulavam uma identidade e um lugar próprios na sociedade.

1.3.O ocaso do império: Uma nova república nos trópicos

O Brasil tende a se mostrar um país forjado pelos golpes mais variados, atendendo aos interesses das elites. Tal fato é importante para perceber como os arranjos políticos estão no cerne da nossa experiência histórica, podendo parecer-nos, erroneamente, que a sociedade está alheia a esse processo. Posto isto, iniciamos nosso caminho em busca da trajetória da imperatriz Teresa Cristina, em fins de novembro de 1889. Particularmente nos eventos que aconteceram,

⁷⁴ Sobre o tema ver: SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013; KRAUSE, Thiago; PACHÁ, Paulo. *Nostalgia Imperial*. In: *Jornal Folha de São Paulo. Caderno Ilustríssima*, 19 de julho de 2020. Acesso em agosto de 2020.

no dia 15 em que o império do Brasil deixou de existir. Essa importante mudança no cenário político brasileiro também foi um divisor na última fase da vida de Teresa Cristina.

À ocasião, o então marechal Deodoro da Fonseca proclamou, no Campo de Sant'Ana (atual Praça da República), no centro do Rio de Janeiro, a República dos Estados Unidos do Brasil.⁷⁵ O que muitos chamaram de “revolução brasileira”, na verdade, deu-se de forma mais ou menos tranquila, ao menos no que se refere à participação geral da população que, segundo alguns jornais, “assistiu a tudo bestializada”⁷⁶. A crise do regime já era evidente em vários setores, sobremaneira na década de 1880, quando d. Pedro II, já visivelmente envelhecido e doente, demonstrava sinais de cansaço. Da mesma forma, a ideia de um III Reinado, tendo a princesa Isabel à frente, não causava nenhum entusiasmo nas elites políticas, o que complicava o já cambaleante governo imperial.

Muitos historiadores concordam que a abolição da escravidão, acontecida em 13 de maio de 1888, conhecida como “a Lei Áurea”, esteve entre os principais motivos, que levaram à queda da monarquia em 1889. De fato, a escravidão era “uma mancha na sociedade brasileira”, o que era opinião quase que geral e já vinha sendo combatida há tempos. Assim, muitos foram os debates e caminhos que levaram à efetivação da lei, que libertou os negros ainda escravizados, reflexo de uma sociedade conservadora, extremamente elitizada, e desigual. O *Gazeta da Tarde* publicou um artigo em que expunha claramente o crescente descontentamento da elite escravista, mediante como se deu a abolição. Faz nota da popularidade da monarquia com a libertação, e logo depois, com o retorno do imperador, que tinha ido se tratar na Europa. O jornal advertia, no entanto, a d. Pedro II para não se iludir com a “estabilidade das instituições”, e alertava sobre a “onda republicana” que se espalhava pelo Império:

“[...]. De um republicano do dia, assíduo frequentador das conferências do Sr. Silva Jardim, e que não pronuncia do nome do Dr. Aristides Lobo, sem tirar o chapéu, ouvimos o seguinte: “nós republicanos o que não queremos é o 3º reinado, principalmente se fôr de uma mulher”. Não se illuda, pois, o Sr. D. Pedro II a respeito da estabilidade das instituições vigentes [...]. Mas, para que seu sucessor reine, é preciso que Sua Magestade, desde já desarme as justas impaciências democráticas por uma política larga e generosa, que devia ter-se iniciado logo após o 13 de Maio e que já tarda demasiado. Nos princípios as manifestações republicanas eram obra do despeito, que uma mudança de política desfaria”⁷⁷.

⁷⁵*Cidade do Rio*, 18 de novembro de 1889. Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁷⁶ A expressão “bestializada”, bem como “fato consumado”, foi usada com frequência nas ruas e em vários periódicos, tais como, o “Diário Popular” de São Paulo, a “Gazeta de Notícias”, o “Jornal do Commercio”, ressaltando que nada mais seria possível para salvar o Império do Brasil.

⁷⁷ *Gazeta da Tarde*, 25 de agosto de 1888. Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O artigo segue deixando evidente o espírito político que permeava a questão da abolição e a atuação da princesa Isabel, que “feriu os interesses da mais poderosa classe política do Brasil”⁷⁸. Em suma, deixava claro que a crescente insatisfação dessa classe, com um III reinado nas mãos de Isabel, seria a ruína da monarquia e de seus interesses. A demissão do gabinete conservador de João Alfredo foi, segundo se noticiou, “para inglês ver”, e a recusa do imperador em aceitá-la já dava o tom dos eventos que se seguiriam.

Era evidente para todos que o Brasil dos finais do século XIX havia mudado. A população crescera vertiginosamente em várias regiões, ocasionando mudanças urbanísticas visíveis. A sociedade era igualmente permeada pela diversidade de costumes, pelas diferenças de nacionalidades, crenças, só para citar alguns aspectos. A desigualdade social era, igualmente latente. Uma sociedade monárquica, com uma elite privilegiada, que desfrutava de comodidades e riquezas que não agradavam nenhum pouco a maioria da população, pelo menos.

Os acontecimentos daquele 15 de novembro de 1889 tiveram efeitos diversos nos membros da família imperial. Dom Pedro II, passado o espanto e a indignação, mostrou-se cada vez mais tranquilo, e disposto a aceitar a nova situação. No que concerne à “instalação da República”, escrevia o *Cidade do Rio*: “a situação do 15 de novembro é provisória como organização, mas é definitiva como transformação”⁷⁹. Dessa forma, como se ouviu na ocasião, o novo regime era “fato consumado”. Bem diferente foi o comportamento da princesa Isabel, que ressentida e chorosa, demonstrava claramente sua frustração, e a decepção com os agentes do golpe.

Desde o dia 15, d. Pedro e a família estavam presos no Paço da Cidade, no centro do Rio de Janeiro. Desfecho de uma série de tentativas atrasadas para salvar a monarquia. Dentre as sugestões, estavam a troca ministerial, a federalização do Império, todas propostas que já se faziam necessárias, mas que não chegaram a ser tomadas como urgentes pelo imperador. Coube ao major Major Solón o dever de informar d. Pedro II sobre as deliberações das últimas horas referentes à sua permanência no Brasil. No dia 16, chegou ao Paço Imperial para entregar o comunicado: “Em face desta situação, pesa-nos dizer-vos-lo [...] que a presença da família imperial no país, seria absurda, impossível e provocadora de desgostos que a salvação pública nos impõe a necessidade de evitar”.⁸⁰ Alegando “os sentimentos democráticos da nação”⁸¹, já

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ *Cidade do Rio*, 18 de novembro de 1889. Disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁸⁰ MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a História*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo, 1982, p. 127.

⁸¹ Idem, p. 128.

há muito despertados, assim pedia, em nome do governo, que se retirasse o mais rápido possível, com sua família. O documento era assinado pelo chefe do governo, Marechal Deodoro da Fonseca.

A resposta do imperador não poderia ser diferente à altura dos fatos: “resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir, com toda a minha família para a Europa”. A princesa Isabel também manifestou seu pesar em deixar os amigos, os brasileiros e o país que “tanto amei e amo, para cuja felicidade esforcei-me por contribuir”. Contrariando o que fora estabelecido, os detalhes para a viagem foram resolvidos e antecipados. Os ex-imperadores não iriam mais no domingo à tarde, mas de madrugada para evitar manifestações, “contra ou a favor da monarquia”. O embarque da família imperial foi igualmente melancólico, conforme descreveu o “Jornal do Porto”, que dava notícias da chegada dos exilados em Portugal:

No dia seguinte ao da revolução e pela 1 hora da noite, toda a família imperial saiu a pé de seu palácio na cidade e, atravessando por entre as alas de soldados dirigiu-se para o arsenal, onde entrou para bordo da corveta da marinha da guerra brasileira, *Paranayba*. Nem pelas ruas, nem no local do desembarque se encontrava ninguém, pois tinha-se espalhado e supunha-se que a família imperial só embarcaria no dia seguinte.[...]. Esse transbordo foi feito em lanchas e tornou-se muito difícil por causa do estado da agitação do mar. A imperatriz que está muito velha e cansada, chorava e debatia-se entre as mãos dos que a seguravam. Os infantes, que ainda são pequenos, choravam também; e pelo estado agitado do mar foi necessário leva-los [los] ao colo, bem como a imperatriz ⁸².

Assim, juntamente com o marido, a filha e os netos, a ex- imperatriz embarcou no dia 17 de novembro no *Alagoas*, que devia zarpar imediatamente rumo à Europa. Começava assim, o exílio de Teresa Cristina, já de longa data, chamada por todos de a “bondosa mãe dos brasileiros”. Nesses momentos finais, testemunhou-se um gesto simbólico, que ficou presente na memória de todos os que assistiram à cena: “Antes de embarcar no navio, a imperatriz destronada ajoelhou-se e beijou o chão, despedindo-se do país que sinceramente amou”⁸³. O episódio não demorou para ser comparado àquele, em que a então rainha Carlota Joaquina, tia da imperatriz, demonstrou seu desprezo pelo Brasil: “Há treze annos que só vejo negros e mulatos; afinal vou para terra de gente!”⁸⁴. A cena acabou ficando marcada no contexto da partida de Dom João VI, e sua esposa de volta a Portugal. Contudo, tal imagem negativa não pode ser a síntese de um único perfil de Carlota Joaquina.

⁸² *Jornal do Porto*, 8 de dezembro de 1889. Disponível online na Hemeroteca Digital de Portugal.

⁸³ LAET, Carlos. A imperatriz. In: *Revista do IHGB*, 1925, p, 792.

⁸⁴ FLEIUSS, Max. imperatriz D. Thereza Christina. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB* Rio de Janeiro: T. 92, v. 146, 1925, p. 373.



Figura 3: A família imperial em Petrópolis/RJ.⁸⁵

Já a bordo do *Alagoas*, todos iam tomando consciência da situação, e da nova vida de exilados. O príncipe Pedro Augusto, sempre inquieto, via inimigos por toda parte, e ficava por vezes bem agressivo. Já a idosa imperatriz passava o tempo no quarto, ou conversando com a tripulação. Conta-nos o capitão José Maria Pessoa, que já conformada, relembrava a tragédia de Maximiliano, imperador do México⁸⁶ e primo de Pedro II, e de sua mulher Carlota, e dizia: “podia ser pior, e aqui estamos, todos juntos”⁸⁷. Conforme o tempo passava, e tudo o que acontecera, os sentimentos iam tornando-se mais visíveis, bem como as dúvidas acerca desse resultado tão abrupto e irreversível. “Das mulheres não era de esperar serenidade. A imperatriz

⁸⁵A famosa foto de Otto Hess, conhecida como a última imagem da família imperial no Brasil, foi tirada em frente ao Paço Isabel em Petrópolis/RJ, nos primeiros dias de novembro de 1889. A imagem pretende transmitir uma estabilidade familiar e do regime imperial. No entanto, ficou claro com o golpe republicano o ambiente conturbado em que o império estava vivendo. Disponível em: <<http://fnm.museus.gov.br/noticias/acervos-digitais-resultado-da-parceria-entre-ibram-e-google-no-7o-fnm/>>. Acesso em fevereiro de 2018.

⁸⁶Após a tentativa frustrada de erguer um novo império mexicano, Maximiliano de Habsburgo foi preso e fuzilado em Querétaro, em 17 de junho de 1867. A imperatriz Carlota tinha partido para pedir apoio ao papa, sem resultado positivo, acabou por enlouquecer.

⁸⁷*O PAIZ*, 29 de dezembro de 1889. Disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II. Vol. 3: Declínio: 1880-1891*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977, p. 137.

ia chorosa, queixando-se do frio que a esperava e tanto a faria sofrer”. De qualquer forma, Teresa Cristina acabou por silenciar-se, advertiu o neto Pedro Augusto, quando este ficava descontrolado, e acabava discutindo com o tio, o conde d’Eu. Sabia ela, que há anos os dois não se davam: “plantaram a discórdia na família. Infelizmente é verdade que eles não se gostam”⁸⁸. Os ex-imperadores passavam bastante tempo em “pequenos tronos” de madeira, dispostos em seus aposentos ou na cabine.

Aos poucos, os dias tornavam-se monótonos e silenciosos e o Brasil ficava para trás, definitivamente. Agora só restavam as memórias dos acontecimentos, e dos 46 anos do trono compartilhado com Pedro II, e agora, as incertezas do exílio. Nesse contexto, após semanas no mar, todos chegaram ao destino em Lisboa, Portugal. Para a velha imperatriz, era o início de um fim solitário e melancólico.

1.3.1. Em Portugal.

Foi nesse espírito que o *Alagoas* chegou a Lisboa, em 7 de dezembro, no cais do Sodré. Era grande a ansiedade de todos pela chegada ao destino; pois foram semanas de expectativas. O navio chegou a Lisboa, mas d. Pedro não desceu, aguardou a chegada do rei d. Carlos, e dos membros da família real portuguesa, além de vários políticos, uns mais curiosos que outros. Foi servido um almoço ainda a bordo. Em seguida, ocorreu o desembarque de todos, em torno do meio dia. A galeota real era conduzida ao encontro dos ilustres destronados, por 120 marinheiros. Estavam presentes o rei e a rainha de Portugal, com sua comitiva de ministros, diplomatas e o governador de Lisboa.

Tudo ocorreu permeado pelo ritual da monarquia: salvas de tiros, levantamento da antiga bandeira imperial do Brasil etc. O infante dom Afonso, com o ministro da fazenda, oficiais da marinha, e um grupo da colônia brasileira, esperavam para cumprimentar o imperador. Também jornalistas e um grande número de pessoas curiosas amontoavam-se para ver os exilados. Assim descreve o “Diário de Notícias:

Mal o vapor largara ferro, foi assaltado por um grande número de *reporters* a ver que primeiro falava com o imperador. Não davam um passo nem o Sr. D. Pedro nem pessoa alguma de sua família, sem que o seguissem logo os *reporters*, nossos e do estrangeiro, que não perdiam palavra e tomavam notas com um soffreguidão louca. Abria sua majestade a boca, apenas para bocejar, era logo: Ah, o que disse ele? [...]. Todos eram interrogados. O imperador, de um bom humor excelente, conversava com todos que se aproximavam. A imperatriz vem muito abatida, preocupando-se muito por estar afastada do neto, o infante D. Augusto, que fazia parte da guarnição do encouraçado “Almirante

⁸⁸ Idem.

Barroso”. O governo provisório deu baixa ao príncipe, que se achava na Índia, e virá provavelmente para Lisboa, por Suez e Marselha. Com toda a família em torno de si, a bondosa imperatriz se julgava satisfeita e feliz⁸⁹.

O infante foi o primeiro a cumprimentar o imperador, beijando-lhe a mão, dom Pedro por sua vez, o abraçou em tom alegre e disse: “Ora, viva meu bello rapaz! Estas bom!”.⁹⁰ Em seguida, olhando para o Tejo, dirigiu-se ao ministro da fazenda e disse-lhe: “Que lindo dia! Não há inverno”. A imperatriz desceu logo depois, “extremamente fatigada”, conduzida pelo braço do rei dom Carlos. Por desejo de dom Pedro, a família imperial foi visitar o panteão real de São Vicente de Fora, onde estão sepultados os membros da monarquia portuguesa, e d. Pedro I, pai do ex-imperador. D. Pedro vestia uma casaca azul e a imperatriz seda negra. Não faltaram os correspondentes do “Correio da Noite” e do “Correio da Manhã”, prontos para registrar tudo o que se passava: “Tanto o imperador quanto a imperatriz estão muito abatidos, magros, avelhantados”. Houve muita gente que esperava para ver o velho casal, por isso, o cortejo teve que seguir por outro caminho, à saída de São Vicente.

Tendo cumprido as formalidades, d. Pedro e d. Teresa Cristina foram para o hotel Bragança, pretendendo ficar em Lisboa até o fim do mês. O casal d’Eu partiu para a Espanha, afim de visitar os parentes do conde. Tudo era incerto: o destino após Lisboa, a questão financeira, a saúde da imperatriz, que demonstrava cada vez mais cansaço e melancolia. Nota-se que, de todos os membros da família, o que mais parecia abalado era o príncipe Pedro Augusto, “o favorito”. Havia muito tempo, o jovem príncipe foi considerado o herdeiro de dom Pedro II, portanto, seria o futuro imperador Pedro III do Brasil. Por conseguinte, foi o centro de uma conspiração dentro da família imperial, e com alguns apoiadores, na tentativa de colocá-lo no trono, no lugar da tia Isabel. Dentre os incentivadores estaria a própria avó, Teresa Cristina⁹¹.

Contudo, como já se sabe, o desfecho tanto para o príncipe, como para o restante da família foi outro. Nem ele, nem a princesa, começariam o III Reinado no Brasil. Assim, o rapaz viu-se cada vez mais fora de si, comportamento este, já notado anos antes. Em suma, foi se distanciando cada vez mais do convívio familiar e, após a perda dos avós, acabou por perder-se também, terminando seus dias em um sanatório na Áustria.

De Lisboa, d. Pedro e d. Teresa Cristina seguiram para a cidade do Porto. Já instalados no Hotel do Porto, a vida de Pedro de Alcântara seguiu como de costume, como fora no Brasil,

⁸⁹ *Diário de Notícias*, 13 de dezembro de 1889.

⁹⁰ *Idem*.

⁹¹ Del Priore, Mary. *O príncipe maldito*. Rio de Janeiro: Objetiva 2007, p.252.

e em suas viagens: visitas a museus, escolas técnicas, teatros, praças e jardins. Acompanhado do conde de Aljezur, visitou a câmara municipal, prédios públicos; assistiu manobras dos bombeiros, falou ao telefone. Aproveitou muitas outras atrações que a cidade oferecia. Os dias de d. Teresa Cristina eram mais simples, passados em companhia de suas damas e amigas, Josefina da Fonsceca Costa, e a Baronesa de Muritiba, que a acompanharam no exílio. Fazia poucas visitas a jardins e igrejas. Todos concordavam que a imperatriz estava cada vez mais fraca e abatida. Tossia muito e o frio da cidade agravou sua saúde. Nesse ínterim, os poucos dias que ainda restaram a ex-imperatriz foram passados no quarto do hotel. Para ela, era um “exercício de memória”, de sua vida consumida em terras brasileiras. Na simplicidade do quarto, com seu “trono de madeira”, sua cama, e poucos objetos a “mãe dos brasileiros”, lembrava-se do Brasil.

1.3.2. Um reino italiano: Nápoles, família e a decadência de uma dinastia

A última imperatriz brasileira era, na verdade, italiana, precisamente de Nápoles, fato não muito conhecido até mesmo pelos napolitanos. Contudo, antes de se tornar o reino no qual Teresa Cristina nasceu, foram muitos os acontecimentos que o constituíram, assim como outros lugares na Europa do sec. XIX. Sua história é antiga e cheia de reviravoltas, antes de se tornar o Reino das Duas Sicílias, em 1816. Compreendia à época, quase metade do território da Itália atualmente.

A ilha da Sicília é a maior do Mediterrâneo, e a mais vasta da República Italiana, com uma população de 5, 082 milhões até 2015. Justamente por causa de sua posição estratégica, sempre esteve em confluência, ou em combate com as mais diversas civilizações e culturas, desde a Antiguidade. Uma das principais características daquele povo é o antimilitarismo, embora sempre estivesse no centro de disputas, das principais potências europeias. Nesse contexto, vários foram os que tentaram dominar a ilha, ao longo da história, desde fenícios, gregos, bizantinos, aragoneses, espanhóis e franceses, dentre outros.

Embora os poderes se alternassem, o povo siciliano orgulhava-se de não se deixar subjugar, ou assimilar qualquer cultura estrangeira. Mas foram influenciados nos aspectos linguísticos e culturais. Conforme notou Cícero, no século I, não perdiam suas três principais características: “a inteligência, a desconfiança e o humor”⁹².

⁹² Apud CORRENTI, Santi. *Breve Historia da Sicília*. 2.ed. Roma: Newtoncompton Editori S.R.L 2005, p. 13.

Durante 500 anos, a ilha foi ocupada pelos gregos, entre os séculos VIII e III a.C. Uma colônia vinda da Cálcida foi estabelecida em Naxos⁹³. Várias ocupações gregas foram constituindo-se ao longo desses anos, desde Rodes até Creta. É evidente que a cultura grega foi uma das que mais influenciaram a vida dos sicilianos. Isto pode ser visto na arquitetura, na literatura antiga, e na arte, de forma geral.

O século V a. C marca o auge da Sicília grega, um período de grande expansão urbana, onde grandiosos templos foram construídos em Agrigento, existentes ainda nos dias de hoje. Outras cidades também estão entre as que mais se estruturaram, por exemplo, Catânia, Siracusa com sua famosa rede de muralhas, sendo o único exemplo de arquitetura militar clássico, existente em solo europeu. Essa “potência expansiva” deu-se no governo de Dionísio I, governante de Siracusa, que derrotou os cartagineses, e conquistou toda a ilha.

Com Dionísio II, a política expansionista continuou. Contudo, em 344, devido à não aptidão dos sicilianos pelos conflitos, e à opressão política, a democracia foi restaurada na região siciliana. Teve como grande expoente, Timoleonte, chamado de o “Garibaldi da antiguidade”, pelos historiadores italianos. Entretanto, Agatocle de Siracusa, quase vinte anos mais tarde, retomou a política de expansão, levando o conflito até a África, fundando Oea, atual Trípoli, na Líbia.

Entretanto, não era só no contexto de guerras que a ilha estava inserida. O apogeu cultural grego deu-se com Epicarmo de Siracusa, que criou a comédia, e outros artistas da mesma região, cunharam os “decadramas”. Estes são considerados por alguns como as mais “belas moedas jamais cunhadas”⁹⁴. Destacam-se a medicina empírica de Acrone de Agrigento, baseadas na experiência e não na filosofia ou nos deuses. Os escritos do filósofo Avémerus de Messina defendiam a origem humana dos deuses.

Alguns historiadores italianos defendem a originalidade da cultura siciliana, mesmo comparada com o período grego da ilha, haja vista traços específicos nas artes plásticas, na gastronomia e na literatura⁹⁵. O mais famoso de todos é o físico e matemático Arquimedes de Siracusa (287 -212 a.C.), responsável pela criação do valor do “*pi* grego”, além do “Espiral de Arquimedes”, e a “Ideia da Gravidade Específica”, dentre outras criações.

A cidade de Nápoles, atualmente, é um dos pontos turísticos mais visitados do sul da Itália. Constitui-se como a terceira cidade mais populosa, ficando atrás somente de Roma e

⁹³Idem, p. 18.

⁹⁴Ibidem, p. 23.

⁹⁵ PACE, Bioagio. *Arte e Civilização da Sicília Antiga*; CATAUDELLA, Quintino. *História da Literatura Grega*; PEYREFITTE, Roger, s/d.

Milão. É uma grande metrópole, e sua parte histórica é tombada como patrimônio mundial, pela UNESCO. É um local que atrai milhares de pessoas pela beleza de suas paisagens, culinária, vida cultural, e por seu passado, repleta de grandes museus e palácios. A riqueza natural de Nápoles também é conhecida. É banhada pelo mar Tirreno, região portuária importante para o comércio, e para a indústria. Dentre suas atrações, estão o Vesúvio, as ilhas de Capri, além das ruínas de Pompéia e Herculano, ambas devastadas pela erupção vulcânica, no ano de 79 d. C. Ainda hoje é possível observar suas relíquias arqueológicas, e a dimensão do desastre que lá ocorreu.

A história de Nápoles também é antiga e cheia de contrastes. Assim como a Sicília, esteve sob o domínio dos romanos no séc. IV, pelos bizantinos no séc. VI. Foi anexada ao Reino da Sicília, no séc. XII. Cidade de muitas personalidades: papas, artistas e, claro, da última imperatriz brasileira, Teresa Cristina de Bourbon. No entanto, foi somente no século XIX que as duas ilhas, após períodos conturbados, fundiram-se no “Reino das Duas Sicílias”, como ficou então conhecido a nova organização estatal, sob o governo dos Bourbons. Estes já reinantes na França, e na Espanha. Os austríacos, anteriormente, já haviam dominado Nápoles. Dessa forma, o novo reino nascia, após séculos de submissão às potências estrangeiras. A França e a Áustria estiveram sempre em cena, na tentativa de impulsionar o que mais tarde se concretizaria como a “reforma borbônica”. Os napolitanos, de longa data, estavam cercados por monarcas e por todo o círculo político estrangeiro.

Nesse contexto, já no final dos séculos XVIII e início do XIX, nenhuma ameaça foi mais decisiva como as incursões de Napoleão Bonaparte, nos anos seguintes à Revolução Francesa (1789-1799). O então jovem e ambicioso cônsul francês deu início a uma série de medidas que romperam com os ideais revolucionários. Dessa forma, em 1804, coroou-se a si mesmo, imperador dos franceses. Dava início a um movimento militar expansionista, com o objetivo de estabelecer o mais poderoso império da Europa. O exército francês parecia imbatível e um após outro, os reinos foram sendo invadidos. Entre os anos de 1793 e 1797, com batalhas mais ou menos importantes, e algumas tréguas, o cenário favoreceu as ambições de Napoleão. Os franceses ocuparam a costa do Mediterrâneo. À época, o império austríaco era o único oponente capaz de enfrentar Napoleão e, por outro lado, a Inglaterra era uma potência naval, o que frustrava as tentativas dos franceses de invadir as ilhas britânicas.

Porém, antes de se tornar imperador, Napoleão, que já comandava as forças armadas italianas, foi nomeado comandante do Exército em 1796. Nos anos seguintes, sua posição foi estabelecendo-se no Piemonte, tendo como objetivo central enfrentar e derrotar a Áustria. O

conselho do cônsul francês era experiente em operações militares, o que dava vantagem sobre os italianos. Após várias incursões, Napoleão finalmente invadiu a Áustria com cerca de 53.000 soldados. O imperador austríaco Francisco II⁹⁶, então herdeiro do Império Romano Germânico, foi obrigado a assinar o “Tratado de Campoformio⁹⁷”, em que renunciava seus domínios italianos, e igualmente o título de sacro imperador, tornando-se agora, Francisco I da Áustria. Dessa forma, com a vitória da França de Napoleão, constituiu-se a chamada “Primeira Coligação”⁹⁸.

Nesse ínterim, logo após esses acontecimentos, Nápoles tornou-se uma República, que durou pouco tempo. Não tinha condições de sobreviver em uma Europa ocupada pela França, bem como aos problemas estruturais pelos quais passava. Dessa forma, não demorou muito e Napoleão Bonaparte retomou o controle de Nápoles, em 1805. Ali, entronizou seu irmão, José Bonaparte como o novo rei. Em 15 de fevereiro de 1806, entrou triunfalmente na cidade onde permaneceu até 1808, quando se tornou rei da Espanha. Durante seu curto reinado, algumas reformas importantes foram feitas, como por exemplo, a estruturação do sistema criminal, e os privilégios da aristocracia. O período napoleônico do Reino de Nápoles durou até 1815, quando o império francês deixou de existir, com a derrota e queda de Napoleão, na célebre batalha de Waterloo, em junho de 1815.

1.4.O retorno dos Bourbons: a restauração

A “restauração bourbônica” passou por três fases distintas. O então rei Ferdinando IV de Nápoles e, III da Sicília (1751-1825), foi exilado durante a dominação de Napoleão. O rei retornou definitivamente depois da derrota dos franceses. O marco central da junção dos dois reinos, deu-se após o Congresso de Viena, que dentre outras questões, reorganizou a Europa conquistada e dividida por Napoleão, e reconduziu os governantes legítimos ao poder. A casa dos Bourbons já reinava na Sicília e em Nápoles desde o séc. XVII.

Os corredores dos palácios estavam repletos de intrigas de todo o tipo, sobremaneira no círculo da família real. O rei da Espanha morreu em 1759, sem filhos, o pai de Ferdinando, Carlos, subiu ao trono espanhol, no lugar do irmão. Por sua vez, levou consigo o outro filho, Carlo Antônio, como sucessor. O caminho estava livre para o pequeno rei, de apenas 8 anos.

⁹⁶ Francisco I era pai de Leopoldina de Habsburgo, primeira imperatriz do Brasil, casada com dom Pedro I em 1817. Maria Luísa outra filha do imperador foi a segunda esposa de Napoleão na tentativa de uma aliança franco-austríaca e com a desculpa de criar uma nova dinastia, o que não ocorreu.

⁹⁷ VECCHIATO, Francesco. *Il regno di Napoli nell'età rivoluzionaria e napoleonica: Relazioni internazionali e tensioni social*, s/d, 1998, p. 2.

⁹⁸ *Idem*, p. 4.

Em 1767, portando com 16 anos, terminada a regência, pôde assumir o controle do reino. Contudo, como não se interessava muito pela política, o Conselho de Estado era quem de fato governava. À época da invasão francesa, o rei e sua família tiveram de se exilar em Palermo.

A última fase da restauração, que precedeu a organização do Reino das Duas Sicílias, foi marcada por muitas revoltas e repressões por parte do governo, que tentava reorganizar a situação pós-napoleônica. Evidentemente, houve algumas medidas impopulares, tais como o lugar que a Igreja Católica ocupou na organização da sociedade civil, conforme afirma Vecchiato (1998), e a própria situação da Sicília, que perdia uma parte significativa de sua autonomia, após a “unificação” com Nápoles. O reino de Nápoles e da Sicília era governado pelos Bourbons, contudo, cada território era autônomo, ligado apenas pela dinastia. Com o processo de restauração e de junção dos dois estados, a Sicília perdeu grande parte de sua autonomia.

Ferdinando I, agora rei das Duas Sicílias, após o Congresso de Viena, instaurou um governo centralista e reorganizou a divisão das províncias. Oito ministérios foram organizados, sendo que somente seis cadeiras ficaram com membros sicilianos. Vários decretos foram sendo introduzidos consolidando, dessa forma, o absolutismo real no reino.

Em 1817, o sistema legal foi todo reformado e, mais uma vez, a Sicília não teve seus interesses reconhecidos. Em suma, o centro político e administrativo estabeleceu-se em Nápoles e, com isso, um sentimento anti-bourbônico e napolitano foi tomando forma entre intelectuais, e até mesmo entre a aristocracia. Vincenzo Gagliani, um político entusiasmado, defendia a separação estatal, argumentando que a unificação de Nápoles e da Sicília, “longe de adquirir mais consistência, se prejudicam mutuamente”⁹⁹.

Em 1820, o levante conhecido como “Revolta Carbonara”¹⁰⁰ causou grande impacto na política centrista de Nápoles, que logo se espalhou por outras cidades do sul da Itália. O que motivou a revolta foi a inconformidade com o conservadorismo absolutista do governo, após a restauração. Aboliram-se algumas reformas bonapartistas que objetivavam uma visão “moderada” e liberal na política. Estas eram vistas positivamente pelos liberais, em grande parte formados pela burguesia. O movimento teve grande força em Palermo, Catânia, Messina, e em outras cidades.

⁹⁹ Il Regno borbonico nel primo quarantennio dell'Ottocento. In: *Storia della Sicilia*, s/d, p. 369-396.

¹⁰⁰ Uma seita formada por trabalhadores da “Carboneria”, iniciada ainda na ocupação francesa, visava combater o despotismo defendendo princípios de uma monarquia constitucional, encontrou adesão em vários setores da classe média, do exército, do clero e da nobreza.

O rei Ferdinando, após muita pressão, concedeu uma constituição nos moldes da Espanha, formada por ideais liberais. O fato teve repercussão variada nos centros revolucionários. Em Palermo, a revolta foi mais violenta e a ação abusiva das autoridades contra a população não amenizou a situação. Na Sicília, era exigida a independência política e constitucional existentes antes da restauração.

O confronto durou praticamente até 1827, de forma mais agressiva, em algumas regiões. O breve período da constitucional, esteve marcado por fortes repressões, sendo que somente com a intervenção militar da Áustria, o grupo dos carbonaras foi perdendo força. O movimento atuou na clandestinidade por muito tempo sem, contudo, obter mais sucessos. A autoridade real prevaleceu e o Reino das Duas Sicílias consolidou-se. Todavia, um abismo formou-se entre a dinastia reinante e os sicilianos, mais tarde visivelmente exposto, durante o processo de unificação italiana em 1860.



Figura 4: Ferdinando I das Duas Sicílias¹⁰¹

O governo de Ferdinando I durou 65 anos, considerando todas as fases entre exílio e posterior restauração, até sua morte em 4 de janeiro de 1825, aos 73 anos de idade. Os últimos

¹⁰¹ Disponível em: <<https://fazzolettodicleopatra.wordpress.com/tag/lazzaroni-ferdinando-i-re-delle-due-sicilie/>, >acesso em 25 de maio de 2018.

anos de reinado foram marcados ainda pelo conflito com os carbonários. O filho e príncipe herdeiro Francisco assumiu o título após a morte do irmão, Carlo Tito, aos 3 anos de idade. Nasceu em 19 de agosto de 1777 em Nápoles, e recebeu uma educação melhor, ao contrário do pai. Um dos principais instrutores foi Orsini d'Aragona, duque de Gravina. Interessou-se por vários assuntos, desde ciência, até mesmo história, chegou a publicar alguns ensaios sobre botânica aos 16 anos.

Em linhas gerais, teve uma formação inicial conforme os padrões da realeza da época que, obviamente, sendo herdeiro e homem, também incluía a escola militar. Foi, durante muito tempo, herdeiro e duque da Calábria. Sua juventude esteve ligada aos acontecimentos acima mencionados. Quando tinha 18 anos, começou a participar dos negócios de Estado, fazendo parte do conselho do reino. Contudo, segundo alguns mais próximos, tinha temperamento indeciso e temia sempre contrariar a autoridade dos pais, especialmente da mãe, Maria Carolina.

O casamento de Francisco foi arranjado com a arquiduquesa austríaca, Maria Clementina, apoiado pela rainha, que também era uma Habsburgo. À época do exílio na Sicília, não se envolveu com a vida política, o que o indispôs com a mãe. Evitava a vida na corte, e seus interesses se restringiam ao campo e à vida doméstica. Após 4 anos de casamento, Maria Clementina faleceu e, durante sua estadia em Palermo, não participou da conquista de Nápoles, permanecendo, assim, na Sicília até 1802.

Foi quando decidiu se casar novamente com a princesa espanhola, Maria Isabella, irmã de Carlota Joaquina, que então era casada com dom João VI, príncipe-regente de Portugal. Tempos depois, a família real portuguesa também teve que fugir para o Brasil em 1808, escapando de Napoleão. O casamento nada mais era que uma tentativa de fortalecer uma aliança com a Espanha.

Os futuros pais de Teresa Cristina viveram pouco tempo em Nápoles, tendo que seguir novamente para a Sicília, devido à invasão francesa em 1806. Nesse ínterim, Francisco foi nomeado “vicário geral”, pelo pai Ferdinando I. Foi durante sua regência que pode ter participação mais efetiva na política, interna e externa, presidindo reuniões de conselho, e nomeando ministros. Nesse período, a situação era tensa por causa da presença inglesa na Sicília, que garantia a ordem com o poder militar. Entre os anos de 1810 a 1825, aproximou-se do ideal constitucional.

Foi em 1812 que Francisco promulgou a Constituição na Sicília, fortemente influenciada pelo modelo espanhol, mas também sob a tutela de Lorde William Bentinck, representante da coroa inglesa. O longo reinado do pai, Ferdinando I, colocou-o na posição de

príncipe herdeiro por muito tempo. Dessa forma, foi somente quando assumiu o governo das Duas Sicílias que se percebeu uma considerável mudança em sua conduta política, durante seu curto reinado. Nessa perspectiva, verificou-se uma postura mais radical principalmente com relação aos opositores da dinastia bourbônica e, portanto, do rei.

Francisco I afastou-se do ideias constitucionais e assumiu uma postura mais conservadora. O rei e a rainha viviam cercados por soldados, temendo sempre alguma revolta. Dessa forma, o governo ficou a cargo do primeiro-ministro, Luigi de Médici, e de alguns membros do Conselho de Estado. Notam-se, nos anos de reinado de Francisco I, algum progresso no âmbito econômico e estrutural do reino, tais como, ampliação da malha ferroviária.

De qualquer forma, o maior objetivo era conter os revoltosos carbonários, ainda em atividade nas Duas Sicílias, embora em franco declínio. E houve um controle cada vez mais direcionado aos crimes contra o Estado, tendo como resultado uma nova reformulação jurídica e criminal. A política do rei era a da manutenção da ordem a qualquer custo, e do reconhecimento de seu *status* na política internacional, particularmente, nas alianças com outras dinastias europeias.

Foi com esse objetivo que, em 1829, seguiu em viagem oficial para a Espanha, onde se realizaria o casamento de sua filha, Maria Cristina com Ferdinando VII, que também era seu tio. A comitiva real passou pela França, antiga adversária, que agora tinha como rei Luis Felipe de Orléans, casado com sua irmã, Maria Amália. Uma teia de aranha entre casas reais visava resgatar o *status quo* pré-napoleônico. Em Nápoles, o príncipe Ferdinando ocupava o cargo de regente.

O rei das Duas Sicílias retornou a Nápoles, em novembro de 1830. A vida na corte era, como de costume, cheia de excessos, caçadas, banquetes e visitas. A saúde de Francisco decaiu visivelmente nesse contexto, conforme ressaltou Harold Acton¹⁰², por causa da longa viagem realizada. Francisco I morreu em Nápoles, no dia 8 de novembro de 1830, tendo reinado por apenas 6 anos. A rainha viúva Maria Isabella destacava-se por uma conduta pouco convencional na corte napolitana. Após a morte do marido, viu-se envolvida numa conspiração, que objetivava colocá-la no trono como regente para afastar o herdeiro conservador, Ferdinando.

¹⁰² *Os últimos Bourbons de Nápoles*, Giunti, Florença 1997. Na obra, o autor traça um panorama político e social pós restauração no governo bourbônico. Ressalta o constante conflito entre Nápoles e a Sicília, esta última sempre insatisfeita com o desfecho da “unificação”, bem como os vários movimentos populares que aderiram às revoltas até a queda da dinastia em 1860.

Outro aspecto da vida agitada da mãe de Teresa Cristina eram seus muitos admiradores e sua preferência pelos jovens oficiais da corte. Seu caso mais notório foi com o barão Pedro Von Schmuckher, austríaco e casado. Depois de muitos escândalos, o amante foi expulso de Nápoles em 1838. Maria Isabella estava decidida a se casar novamente e o escolhido foi o conde Francesco de Balzo. O casamento aconteceu com a autorização do rei em 1839. A rainha-mãe era bastante popular e muito influente nos círculos liberais da política até sua morte aos 59 anos, em 13 de setembro de 1848.

Durante a morte de Francisco I e a ascensão do irmão, a princesa Teresa Cristina, futura imperatriz do Brasil, tinha então 8 anos de idade. Vivia distante do ambiente familiar no austero palácio de Chiaromonte. Não tinha uma relação próxima com seus pais, e não estava familiarizada com o ambiente turbulento da corte. O penúltimo rei das Duas Sicílias agora era Ferdinando II, que passaria a ser chamado mais tarde, como “o rei bomba”.



Figura 5 e 6: Francisco I e Maria Isabella, reis das Duas Sicílias, e pais da imperatriz Teresa Cristina.¹⁰³

1.5.O declínio dos Bourbons e a unificação italiana

1.5.1. Ferdinando II, o “rei bomba”

“Completa amanhã mais um anno de existência a Sra. D. Thereza Christina Maria, princeza da casa de Nápoles e imperatriz do Brazil. É a quinta vez, desde que essa senhora é imperatriz do Brazil, que passa

¹⁰³Disponível em: <http://picssr.com/photos/thelostgallery/interesting/page264?nsid=59159563@N04>; Acesso em 5 de dezembro de 2017.

longe do Rio de Janeiro e dessa população que a adora e venera, o dia de seus annos. Senhora de espírito forte e de todas as alevantadas virtudes, tem sabido enfrentar as contrariedades da vida, sem jamais affrouxar em seus sentimentos evangélicos e desviar-se por um instante que seja da linha de seus deveres, já como esposa do soberano, já como mãe, já como avó e principalmente como brasileira. Veio para o Brazil quando reinava em Nápoles seu irmão e lá estava sua família em toda pujança do seu poder. Alguns annos depois essa família fugia de Nápoles, protegida pelas bayonetas estrangeiras, e Fernando II, antes de regressar a sua capital, proclamou uma constituição e sua compatibilidade de viver com a liberdade. Algum tempo depois vencida a liberdade em toda a península, regressava a Nápoles, como rei, Fernando II, e seus primeiros actos eram violar todos os seus juramentos e promessas anteriores e mandar prender seus compatriotas que commeteram o grande crime com o regime livre de sua pátria”¹⁰⁴.

O novo rei das Duas Sicílias e irmão da imperatriz Teresa Cristina começou seu governo em 8 de novembro de 1830, logo após o falecimento de seu pai. Não passava dos 20 anos de idade e, segundo historiadores italianos,¹⁰⁵ tinha bem claro quais as medidas seriam adotadas no reino, para garantir a estabilidade e a ordem. Como todos os Bourbons masculinos, recebeu uma rígida formação militar e religiosa, mas também em certa medida liberal, com princípios constitucionais. Segundo Michele Sangro (2013), o que foi atribuído à conduta autoritária de Ferdinando II anos mais tarde, não diminuiu a estabilidade econômica e institucional do reino. Ressalta que uma das preocupações do novo rei foi a de reorganizar as finanças e a burocracia, como o objetivo de superar, de vez, o período napoleônico. Evidentemente, isso não atenua o caráter autoritário assumido pelo novo rei, após as reformas mencionadas. Este, usando forte repressão militar, buscou suprimir as revoltas que cresceram, sobremaneira na Sicília, o que lhe atribuiu o título de “rei bomba”, sinalizando a violência com que eram tratados os opositores.

Dentre as reformas empreendidas pelo rei, estavam a diminuição dos salários dos magistrados, redução de imposto nos setores do campo, e diminuição dos privilégios da

¹⁰⁴ *Gazeta da Tarde*, 13 de março de 1889. Disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁰⁵ SCUDERI, Grazia. *I poteri locale in Sicilia: dalla costituzione del 1842 alla costituzione del 1848*. Tese de doutorado, Università degli Studi di Catania, Facoltà di Scienze Politiche, 277págs; GALASSO, G. *Storia del regno di Napoli*, Torino, 2007, RUSSO, Filippo. *Ferdinando II: Il grande re*. Collan Storica vol. 3. Fede & Cultura, 2013. SANGRO, Michele de. *Il Bourboni nel Regno delle Due Sicilie*, vol 8, 1884, s/d.

nobreza. Evidentemente, tais atitudes não agradaram as elites, que estavam à frente da política do reino. Uma série de medidas foram adotadas no campo das finanças, e na disciplinarização do exército, que ainda mantinha fortes elementos de outros países, como era durante a ocupação de Napoleão. A classe liberal, em certa medida, aplaudiu as reformas de Ferdinando II, o que o tornou mais popular do que seus antecessores. Entretanto, com o passar dos anos, essa relação foi se modificando visivelmente.

O rei tinha se casado com Maria Cristina de Saboia, filha de Vitor Emanuel I da Sardenha. Do casamento nasceu, em janeiro de 1836, o único filho Francisco, que mais tarde, seria o último Bourbon das Duas Sicílias. Pouco tempo depois, a rainha faleceu e Ferdinando, então, casou-se com Maria Teresa da Áustria, mantendo, assim, uma relação diplomática e dinástica com os Habsburgos. Do segundo casamento, nasceram 12 filhos. Pouco tempo depois, intensificaram-se as relações comerciais com a França e a Inglaterra, o que permitiu a expansão do capital e melhorias urbanas. Em 1839, foi inaugurada a primeira ferrovia da Itália, que ligava Nápoles a Portici, que seria mais tarde ampliada para outras cidades do reino, facilitando e impulsionando o comércio.

Durante a década de 1840, a política interna e reformista deu lugar a conflitos diplomáticos internacionais. Ferdinando II, após demissão do ministro das relações exteriores, rompeu, abruptamente, o tratado comercial com a Inglaterra, desencadeando hostilidades de ambos os lados. O governo inglês, ciente de suas prerrogativas, enviou um bloqueio naval ao porto de Nápoles na tentativa de intimidar o rei e retomar as relações comerciais. Ferdinando, por sua vez, respondeu essa provocação, enviando esquadras militares em vários pontos do Golfo de Nápoles, com a ordem expressa de atacar e destruir a frota, diante de qualquer ofensiva inglesa.

A guerra entre os dois reinos parecia iminente, contudo, a mediação da França garantiu a reformulação do tratado comercial e a criação da parceria mista entre o governo de Nápoles e Londres, referente à exportação de enxofre, antes sob o monopólio francês. Como consequência, o reino das Duas Sicílias foi se fechando ao comércio internacional, e o isolamento do rei, que investiu no aprimoramento policial interno, gerou forte repressão às forças liberais e reformistas que surgiram.

Nesse contexto, outro aspecto importante foi a forte onda revolucionária na Europa a partir de 1848. Vários países clamavam por liberdade e autonomia de cunho separatista. A constituição de Ferdinando II tentava adequar-se a esse movimento por direitos. Entretanto, não era claro em que medida atenderia a essas reivindicações. Assim, grosso modo, a proposta

constitucional do rei não teve efeito concreto, causando desgaste de sua figura entre as diversas camadas sociais e políticas. Para acentuar o cenário internacional, foi proclamada a República na França, e os territórios italianos do Piemonte e Veneza, rebelaram-se contra o império austríaco. A visível incapacidade do governo em lidar com os conflitos internos e a insatisfação liberal ocasionaram uma demissão em massa do ministério do rei¹⁰⁶.



Figura 7: o rei Ferdinando II em 1855.¹⁰⁷

Pouco antes desses acontecimentos, chegou a Nápoles uma delegação brasileira, com o objetivo de achar uma noiva para o jovem imperador Pedro II. As negociações entre o império do Brasil e o rei das Duas Sicílias ocorreram em cenário político tenso, mas que se concretizou de forma rápida. O desfecho de todo esse processo foi a abertura do parlamento, sem grandes mudanças em seu corpo de políticos. Em 1849, as insurreições na Sicília continuavam, ao passo que o governo do rei tentava retomar o movimento reformista. Entretanto, uma forte onda de

¹⁰⁶GIUFFRIDA, Antonino. La “Repubblica Della Scienza” nella Sicilia Borbonica tra mito e realtà. In: *Mediterranea Recherche Storiche*. Anno XI, Aprile, 2014 (online).

¹⁰⁷Disponível em: <<http://wpape.unina.it/dellaval/Borbone%20di%20Napoli/Borb%20Photo.htm>>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

repressão em Nápoles, e na Sicília, intensificou-se, provocando a insatisfação generalizada da população.

O que se verificou, nos anos seguintes do governo absolutista de Ferdinando II, foram oscilações entre a postura conservadora do monarca e medidas paliativas constitucionais. Milhares de pessoas foram presas e houve algumas execuções. Em meados de 1851, a situação política do Reino das Duas Sicílias estava um caos. Tentou-se uma aproximação com a Grã-Bretanha, por intermédio de William Gladstone, o que não agradou ao rei. A opinião pública europeia não via com bons olhos as acusações de maus tratos aos presos políticos do reino.

Em 1856, após um atentado, Ferdinando II foi ferido gravemente, mas sobreviveu. Contudo, seus temores intensificaram-se, e a ferida no peito malcurada pelos médicos da corte, enfraqueceu a saúde do rei. O irmão da imperatriz Teresa Cristina, morreu em 22 de maio de 1859, depois de um reinado conturbado. Sua morte estava envolta em teorias de conspiração, chegou-se a falar de envenenamento. Ele tinha 49 anos.

1.5.2. Francisco II, o último rei

*“Em 1860 quando o povo despertou novamente do longo somno, á voz de Garibaldi, Massini, e Victor Emmanuel, a família real de Nápoles partia para o exílio, ao arvorar-se nas fortalezas napolitanas a bandeira tricolor da Itália redimida. Todos esses golpes deviam ter ferido cruelmente a alma da imperatriz do Brasil [...]. Nunca externou aos seus mais íntimos uma palavra que revelasse má vontade contra a nova ordem das cousas da Itália, não deixando de socorrer, na medida de suas forças, a seus parentes infelizes”*¹⁰⁸

A sorte do último Bourbon das Duas Sicílias também não foi das melhores. Francisco era o único filho de Ferdinando I e de Maria Cristina de Savoia, nascido em janeiro de 1836. Segundo Mariolina Spadaro¹⁰⁹, a vida e o governo do novo rei estiveram permeados pela guerra e pela instabilidade. Portanto, devido ao seu curto reinado, pouco se escreveu sobre ele. Outros preconceitos também se juntaram para compor uma “memória depreciativa”¹¹⁰ de Francisco II. Tinha, segundo alguns historiadores, personalidade tímida e devota, não muito condizente com

¹⁰⁸ *Gazeta da Tarde*, 13 de março de 1889. Disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁰⁹ Pesquisadora da Universidade de Nápoles publicou algumas obras sobre o período dos bourbons na Itália, desde a dominação espanhola.

¹¹⁰ SPADARO, Mariolina. *Francesco II di Bourbone, L'ultimo Re di Napoli: Ritratto di um sovrano che amò sinceramente il suo popolo*. Editoriale Il Giglio, s/d.

a posição que exercia. Despreparado, “ingênuo e covarde”, e eclipsado pela figura da mulher, a rainha Maria Sofia. Spadaro contrapõe esses estereótipos, trazendo uma figura mais trágica, e que, apesar do senso comum, era diferente de Ferdinando II. Francisco iniciou seu reinado, logo após a morte do pai, em 1859. O caráter enigmático do novo rei também contribuiu para várias especulações acerca de sua vida e de sua política¹¹¹.

Francisco casou-se com Maria Sofia da Baviera, em 1858. A duquesa tinha vivido toda a vida no castelo de *Possenhofen* junto com a família, que tinha forte relação com a dinastia dos Habsburgos da Áustria. Sua mãe Ludovica era irmã de Sofia, mãe do imperador Francisco José; sua irmã, era a imperatriz Elisabeth, conhecida como Sissi, casada aos 16 anos com o imperador austríaco. Esse conjunto de relações favoreceu as negociações para o casamento do rei. A figura da rainha Maria Sofia acabou, por assim dizer, moldando o imaginário acerca do declínio dos Bourbons das Duas Sicílias, em 1860. O processo de unificação italiana já se visualizava desde os tempos napoleônicos, tendo como forte elemento as revoltas em Nápoles, e especialmente na Sicília. O território da Itália era fragmentado e constituído por vários estados independentes, e de regiões bem distintas, que sempre estiveram sob domínio estrangeiro. No sec. XIX, a hegemonia dividia-se entre a Áustria, França, Espanha e, pelos interesses comerciais da Inglaterra.

Como já mencionamos, os movimentos revolucionários e de caráter nacionalista sempre estiveram presentes nos territórios italianos. As várias mudanças tecnológicas que a Europa conheceu nas revoluções industriais proporcionou maior intercâmbio entre as regiões, e as relações comerciais e econômicas também se intensificaram. Dessa forma, era visível que os estados monárquicos e absolutistas estavam em crise. À época de Joaquim Murat, general de Napoleão, os carbonários, um grupo formado em grande parte por maçons de Nápoles, já estavam organizados e falavam, abertamente, em mudança política contra o domínio estrangeiro, embora não tivessem caráter, ou apoio popular¹¹². Na década de 1830, o movimento “Jovem Itália”, de índole militar e reformista, pretendia a unificação e a libertação da Itália. Fazia parte do movimento, Giuseppe Garibaldi (1807-1882), que teve forte participação nas revoltas reformistas, inclusive no Brasil. Essas revoltas lançaram as bases de todo movimento em prol da unificação italiana nos anos seguintes.

¹¹¹ VECCHIATO, Francesco. *Il regno di Napoli nell'età rivoluzionaria e napoleonica: Relazioni internazionali e tensioni social*, s/d, 1998.

¹¹² JANNUZZI, Giovanni. *Breve Stória D'Italia*. Ed. Letemendia, 2005; ALIANELLO. *La conquista del sud. Il Risorgimento nell'Italia meridionale*, Rusconi, Milano, 1972; BERTOLETTI, *Il Risorgimento visto dall'altra sponda*, Napoli, 1967. JAEGER, *Francesco II di Borbone. L'ultimo re di Napoli*, Mondadori, 1982.

Francisco II governou de 22 de maio de 1859, a 20 de março de 1861. Nesse curto período, deu prioridade às questões internas do reino, procurando aplicar reformas no âmbito burocrático, jurídico e econômico, bem como, nas condições básicas dos cidadãos. O rei da Sardenha, Vitor Emanuel II, primo de Francisco, já demonstrava simpatia pela unificação e nenhum apoio às tentativas conciliadoras do rei das Duas Sicílias. O processo intensificou-se com a chegada de Garibaldi à Sicília. O golpe final deu-se após as guerras pela “independência italiana”, entre 1848-1866. O reino da Sardenha era o grande antagonista pela unificação, opondo-se aos outros estados. Não nos deteremos nos bastidores das invasões de outras potências, no processo que antecedeu à criação do Reino da Itália, sob Vitor Emanuel II.

Logo após várias batalhas pelas regiões que iam do Piemonte, Modena, Parma, Solferino, dentre outros, em 1860, Garibaldi conquistou a Sicília, Nápoles e os estados papais, tendo o apoio do exército de Vitor Emanuel. O último foco da resistência fixou-se na região de Gaeta, tendo como principal protagonista, Maria Sofia. A rainha vestia roupas de soldado e liderava o exército bourbônico contra Garibaldi e as tropas da Sardenha, tornando-se muito popular, sendo chamada de “a rainha soldado”, e a “heroína de Gaeta”¹¹³, enquanto Francisco II, isolado, rezava. A rendição só ocorreu a pedido do papa Pio IX, que convenceu Maria Sofia que nada mais havia de se fazer.

Assim, após a conquista de Gaeta, o rei e a rainha seguiram para o exílio em Roma, passando a viver no palácio papal do Quirinal, e depois em Farnese. A unificação italiana foi proclamada em 18 de fevereiro de 1861, e Vitor Emanuel II, tornou-se rei de toda Itália. O último Bourbon, enquanto viveu, nunca aceitou as exigências de renúncia dos direitos de monarca, e todos os bens da dinastia foram então confiscados. Morreu em 1894 e Maria Sofia anos mais tarde, em janeiro de 1925, sempre envolvida em polêmicas, por sua relação com políticos socialistas e anarquistas. Os últimos reis das Duas Sicílias atualmente estão sepultados, na cripta da Igreja de Santa Chiara em Nápoles.

¹¹³ PAGNOTELLA, Paolo. Maria Sofia di Bourbone. In: *Maronai D'Italia*, s/d, p. 53; MAINENTI, Fernando. Uma heroína dimenticata: Maria Sofia di Bourbone, L'ultima regina delle Due Sicilie. In: *Agorà XVII-XVIII*. Apr-Set, 2004, p. 30-39; VALLE, Sergio della. L'ultima Regina. In: *RC Napoli Flegreo*, Bolletino n. 9, anno 3, giugno 2003.



Figura 8 e 9: Francisco II e a Maria Sofia, a “Heroína de Gaeta”¹¹⁴.

Durante esses acontecimentos, Teresa Cristina Maria já era a imperatriz do Brasil, desde 1843. Embora não tenha voltado à Itália antes de 1871, acompanhou o declínio de sua dinastia. Ao visitar os antigos palácios de sua família, anotou em seu diário: “Os dias que passei em Nápoles, fora para mim de grande alegria, vendo o lugar de meu nascimento e o belo país. Mas ao mesmo tempo, foram amargurados, não vendo ninguém de minha família; e pensar que aqueles palácios estão desertos, me faz mal”¹¹⁵. Manteve uma razoável proximidade com seu irmão Ferdinando II, com quem estabeleceu o intercâmbio de artefatos arqueológicos de Pompéia e Veio para o Brasil. Enviando, também, peças da cultura indígena brasileira para o museu arqueológico, em Nápoles.¹¹⁶

Observamos assim, um pouco do contexto em que a imperatriz Teresa Cristina viveu seus primeiros anos, como parte da dinastia dos Bourbons de Nápoles. Os historiadores que pesquisaram sobre o Brasil do 2º Reinado e Pedro II não trazem muitos detalhes sobre a juventude de Teresa Cristina, antes de vir para o país. Limitam-se à narrativa dos arranjos

¹¹⁴Disponível em: <<https://www.gaetanoferrara.eu/20/risorgimento/francesco-ii-di-borbone-un-granduomo/>>. ; <http://www.francescasantucci.it/mariasofiaultimareginadinapoli.htm>>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

¹¹⁵ Diário de Teresa Cristina, 29 de fevereiro de 1871. Arquivo Histórico do Museu Imperial.

¹¹⁶ AVELLA, Aniello. *Teresa Cristina de Bourbon: uma imperatriz napolitana nos trópicos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 115.

iniciais para o casamento com o jovem imperador, o ritual de entrega, e posterior chegada. A escassez de fontes desse período da vida da imperatriz e os poucos registros burocráticos do matrimônio estão no Arquivo Histórico de Nápoles, o que caracteriza certa dificuldade para tratar mais detalhadamente do tema. O que é certo é que a jovem princesa napolitana vivia distante da família e do conturbado cenário político do reino, tendo uma educação clássica, sob a tutela do monsenhor Olivieri, no palácio de Chiaramonte, na região de Palermo.



Figura10: Teresa Cristina aos 15 anos em Nápoles.¹¹⁷

¹¹⁷ Miniatura de Michelle Albanesi, Nápoles, 1837. Disponível em: <<https://www.lofty.com/products/20pc-familial-portrait-miniature-collection-1-4w1ci>>. Acesso em novembro de 2019.

II

Um reino improvável: Teresa Cristina e a consolidação de um império tropical

O Império do Brasil era uma realidade singular nas Américas. Quando por aqui chegou d. João VI, com família em 1808, ainda era uma colônia que Portugal explorava há tempos. O cenário rapidamente modificou-se quando a família real portuguesa chegou ao porto de Salvador, na Bahia. De lá, o então príncipe regente assinou em 28 de janeiro, seu primeiro decreto, em nome de sua mãe, d. Maria I já doente. Abria, para as “nações amigas”, os portos do Brasil. Começava, assim, uma série de transformações que levariam à independência territorial, em 7 de setembro de 1822. Vale a pena ressaltar que a Inglaterra¹¹⁸ estava no topo da lista dos países “amigos” da nova capital do reino português. Com essa disposição, chegava ao fim o “Pacto Colonial”, que regulava toda a troca mercantil aos olhos da metrópole.

Com a chegada da família real ao Brasil, significativas mudanças ocorreram, tanto urbanas, quanto artísticas. Uma verdadeira colônia de artistas da França foi incorporada à comitiva real, visto que era comum a realeza da época ser retratada pelos franceses. O mais famoso por aqui foi certamente, Jean Baptiste Debret (1768-1848). Os portos foram abertos para o comércio externo, a imprensa começava a existir no território brasileiro, enfim, a vida cotidiana do Rio de Janeiro não seria mais a mesma. A cidade que recebeu a imensa comitiva real, sem muita opção, viu-se em um grande dilema. Muitas propriedades foram desapropriadas, para hospedar a numerosa comitiva, o que resultou em muita gente, literalmente, sem teto. Em suma, a história da antiga colônia sofreria uma reviravolta:

“Pode-se dizer que, de fato, o século XIX brasileiro teve início somente em 1808, com a chegada de João VI, acompanhado da corte e da família real portuguesa, fugindo das tropas de Napoleão, sob escolta da Armada inglesa. Abriram-se os portos “às nações amigas”, dando-se estatuto privilegiado à Inglaterra, sua protetora. Aparelhou-se o Rio de Janeiro para funcionar como nova capital do império luso-afro-brasileiro. Com enormes dificuldades, tentou-se liquidar o passado colonial e criar um Estado-nação moderno. Fundou-se o Bando do Brasil, a Biblioteca Nacional, a Imprensa Nacional e, decalcada no modelo da ex-capital lisboeta, uma rede de órgãos governamentais. Porém... Exótica e pitoresca, a cidade do Rio de Janeiro, muito precariamente, tornou-se uma capital cosmopolita. Grande quantidade de pintores, artistas, escritores, comerciantes, diplomatas, financistas, jornalistas e um leque variado de

¹¹⁸ A França de Napoleão era uma ameaça para toda a Europa, tendo invadido a maioria dos países. Dessa forma, Portugal também estava na mira francesa. A Inglaterra, então, escoltou a travessia dos navios, que trouxeram d. João VI e sua família para o Brasil. Durante muito tempo, o novo reino estabeleceu um constante comércio com a Inglaterra.

profissionais deram um novo tom à vida social, política, econômica e artística do Brasil. A ex-colônia passou a beneficiar-se de intensa internacionalização, entrando no circuito mundial e livrando-se de alguns entraves do sistema colonial”.¹¹⁹

Dessa forma, em um curto espaço de tempo, o Brasil configurava-se politicamente como reino. O príncipe d. João foi aqui aclamado rei de Portugal e Brasil em 1818, logo após o falecimento de sua mãe, d. Maria I. Entretanto, ele já estava à frente do governo bem antes da fuga para a colônia. O filho mais velho Pedro casou-se com a arquiduquesa austríaca Leopoldina de Habsburgo, tornando-se príncipe herdeiro. Com a queda de Napoleão, o rei teve de retornar para Lisboa, pressionado pelas, em 25 de abril de 1821, depois de 13 anos passados no Brasil. Era evidente que o país não era mais o mesmo, com tantas mudanças implantadas, com certo sucesso, geraram estabilidade interna, e externa. O povo brasileiro já se acostumara com a figura do monarca, de comportamento curioso, que fundou as bases da monarquia brasileira. Agora as atenções voltavam-se, com mais interesse e preocupação, para o príncipe Pedro, que assumira a posição de regente na ausência do pai.

De fato, vários fatores levaram a separação do Brasil em 7 de setembro de 1822, pondo fim a um longo período de sujeição, e exploração pela elite portuguesa. Na tentativa de redefinir a posição do país, junto a antiga metrópole, o governo exigia que os órgãos governamentais no Rio de Janeiro fossem fechados e que o *status* do Brasil fosse resolvido de vez, o que resultaria em nova submissão à autoridade de Portugal. Para esse fim, devia-se obrigar d. Pedro a retornar o quanto antes para Lisboa. No Rio de Janeiro, as forças de resistência, apoiados por d. Leopoldina, convenceram o príncipe a permanecer, definitivamente no Brasil, rompendo, de vez, com os interesses portugueses.

Para sancionar a nova situação política, o Brasil manteria um regime monárquico e imperial, na tentativa de garantir sua soberania e o reconhecimento internacional. D. Pedro I foi aclamado e coroado imperador constitucional do Brasil, junto com d. Leopoldina, cuja atuação para tal feito é hoje reconhecida pela historiografia. Em Lisboa, a situação era bastante preocupante, antes mesmo do retorno de d. João VI. As cortes foram organizadas tendo em frente um grupo político, que desejava mudanças rápidas no governo português, e no poder real.

O desfecho da política interna e externa foi a resolução de d. Pedro em apostar na separação definitiva de Portugal, e garantir autonomia para o império brasileiro. As tropas portuguesas remanescentes foram expulsas e embarcaram para Lisboa. A princesa Leopoldina

¹¹⁹ MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora 34, 2015, p. 275.

convenceu o marido da necessidade urgente de assumir o comando da situação. Em julho de 1822, foi convocada uma Assembleia Constituinte, que resultou, mais tarde, na declaração de independência do Brasil e d. Pedro não seria um rei, mas um imperador:

“Na terminologia da época, a palavra “império” significava uma monarquia de tamanho e recursos extraordinariamente grandes, e essa designação evitava que D. Pedro usurpasse o título de “rei” de seu pai, D. João VI. O título de “imperador” dava a conotação de um regente eleito assim como o imperador do Sacro Império Romano havida sido, ou menos reinava por sanção popular, como o imperador Napoleão I. Como proclamava o título de D. Pedro I, ele era “por Graça de Deus e unânime aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”.¹²⁰

Entretanto, muita coisa ainda precisava ser feita até a consolidação e o reconhecimento do novo império, pelas nações da Europa. Havia a urgência de um exército efetivo, de um sistema educacional e, claro, de uma Constituição. Em tese, o novo estado imperial devia ser liberal e moderno. Para tanto, uma nova Assembleia Constituinte foi convocada pelo imperador para começar os trabalhos. Mediante a lentidão e os interesses pessoais dos participantes, que buscavam privilégios, d. Pedro I acabou por intervir, pessoalmente, na elaboração da 1ª Constituição do Império. Para tanto, anteriormente, mobilizou as tropas para forçar um entendimento. Evidentemente, o imperador não redigiu sozinho a carta magna, teve a “ajuda” dos conselheiros. A 1ª Constituição do Império foi, enfim, promulgada em 25 de março de 1824, e tinha, aparentemente, aspectos liberais. O que ficou claro foi a criação dos quatro poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário e, o mais polêmico, o Moderador. Este último era uma prerrogativa imperial, que colocava o monarca no centro do poder político do império. O primeiro passo para a estabilidade institucional fora dado: poder representativo, e ordem pública, nos moldes tradicionais das monarquias europeias.

¹²⁰ BARMAN, Roderick. *Imperador Cidadão*. Trad. Sonia M. Yamamoto. São Paulo: Ed. UNESP, 2012, p. 18-19.



Figura 11: *Sessão do Conselho de Estado* presidido por d. Leopoldina em 2 de setembro de 1822.¹²¹

O Brasil tornara-se, então, uma monarquia em meio de repúblicas, o que causava desconfiança. De qualquer forma, a nova situação política foi se concretizando e a imagem nacional precisava ser igualmente criada. Símbolos do poder, títulos, palácios, tudo ia sendo feito para garantir a aceitação e a continuidade do regime. O mais importante agora era garantir a estabilidade institucional. A imperatriz Leopoldina já tinha filhas e um menino não havia sobrevivido. Foi em 2 de dezembro de 1825 que o aguardado príncipe nasceu: Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga e Bragança. O novo príncipe trazia para si toda a representatividade da

¹²¹ Óleo sobre tela de Georgina Moura Andrade de Albuquerque, 1922. Fonte: Museu Histórico Nacional/Ibram. A obra é primeira que apresenta o papel ativo da imperatriz Leopoldina como estadista e protagonista no processo de independência do Brasil. Disponível neste link: < <http://mhn.acervos.museus.gov.br/uso-de-imagem/>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

monarquia brasileira. A tradição de um nome antigo e repleto de referências vinha garantir a legitimidade do reino dos trópicos.

Os anos passaram-se e com eles vieram os conflitos entre o imperador e os setores políticos. Depois de muitos desgastes, o resultado foi a abdicação de d. Pedro I, que deixou o Brasil com a imperatriz, d. Amélia de Leuchtemberg, sua segunda esposa, em 1831. O então chamado de “órfão da nação”¹²² ficava em um cenário conturbado. O que se seguiu foi o surgimento de várias rebeliões em todas as partes do país.

A infância do menino imperador foi bem solitária, salvo por alguns momentos na companhia de suas irmãs, Januária e Francisca. Viviam todos isolados no Palácio de São Cristóvão, na Boa Vista, sob a tutela de José Bonifácio, um dos mentores da independência. Nesse ínterim, o Brasil estava bem agitado internamente. A regência estabelecida, depois da partida de Pedro I, não garantiu a estabilidade política e territorial.¹²³ Assim, em várias regiões do Império, estouraram revoltas de caráter descentralizador e, em algumas situações, republicanas. Ainda assim, a educação do pequeno imperador deveria seguir como planejado. Abrangia todos os aspectos possíveis: história, matemática, caligrafia, ciências, enfim, tudo o que formasse em seu caráter, o “fazer o bem, cumprir a Constituição, bem reinar”¹²⁴. Anseios completamente fora do universo de uma criança comum, mas d. Pedro II não era uma criança como as outras, cercado de rigor e privilégios. Toda a educação do monarca devia imprimir em sua pessoa o distanciamento das distrações e dos excessos, como os de seu avô e de seu pai. Portanto, uma vida de estrita disciplina foi estabelecida em São Cristóvão, na tentativa de obter sucesso na empreitada:

“D. Pedro devia levantar-se todos os dias às sete horas da manhã. O almoço era às oito, com a presença de um médico “para não comer muito”. As irmãs não comiam com ele. A preocupação com a frugalidade devia-se sem dúvida à lembrança do avô, d. João VI, conhecido como grande garfo. Das nove às onze e meia devia estudar, e então divertir-se até a uma e meia. O jantar era às duas da tarde, novamente com a presença do médico, além da camarista e da camareira-mor. A conversa só poderia versar sobre assuntos científicos e de beneficência. Às quatro e meia, haveria passeio nos jardins e leitura. Às oito da noite, oração, ceia às nove, e cama às nove e meia. O médico regulava os banhos e a temperatura da água. O imperador só podia ir aos aposentos das irmãs depois do almoço”¹²⁵.

¹²² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *De olho em D. Pedro II e seu reino tropical*. São Paulo: Claro Enigma 2009, p 17.

¹²³ O período regencial durou nove anos de 1831 a 1840, quando ocorreu o golpe da maioridade de Pedro II e o início do Segundo Reinado no Brasil. Os regentes provisórios foram Campos Vergueiro, Lima e Silva, Carneiro Campos e o Padre Feijó.

¹²⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *De olho em D. Pedro II e seu reino tropical*. São Paulo: Claro Enigma, 2009, p. 22.

¹²⁵ CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 26.

Todo esse rigor não era incomum para os padrões da realeza do séc. XIX e nas famílias ricas da sociedade brasileira. No entanto, a maioria da população era analfabeta e não tinha acesso às benesses da educação palaciana. Desde sempre, a preocupação das elites brasileiras não era voltada para a população, mas sempre atendiam a interesses pessoais e às demandas de poder. De todo modo, d. Pedro II assimilou bem os hábitos de uma educação disciplinada: pontualidade e dever para com o país, acima de tudo. Esse traço ficou cada vez mais marcante ao longo de sua maturidade e, posteriormente, na relação com a mulher, Teresa Cristina e na educação das filhas.

Outras figuras faziam parte da rotina de d. Pedro II: d. Mariana, o marques de Itanhaém, o frade carmelita Pedro, todos empenhados na educação cotidiana, e na formação da personalidade do jovem. Todo o corpo do governo acompanhava cada passo do monarca e examinavam, minuciosamente, os relatórios diários. Enquanto isso, a regência turbulenta, em nome de sua majestade, continuava.

Na época da abdicação de d. Pedro I, e sua partida para Lisboa, o menino tinha apenas 5 anos de idade. Seu pai deixava um império jovem, ainda carente de identidade, ao mesmo tempo com desejo de firmar-se. As relações afetivas do imperador menino estabeleceram-se com pessoas distintas de seu círculo íntimo. A presença feminina resumia-se à de suas irmãs e de “Dadama”, sua preceptora. Não houve tempo para que a criança convivesse com os pais, e aproveitasse o ambiente familiar, algo que pôde experimentar quando se casou com Teresa Cristina:

“Um clérigo inglês, que viu o jovem príncipe em 1828 em uma recepção diplomática no palácio da cidade, descreveu-o como “um pequeno camarada refinado de 3 anos, vestido com jaqueta e calças simples” [...]. “ele é habitualmente muito alegre e tem um ar sorridente” [...]. os primeiros laços de afeto de D. Pedro foram estabelecidos com os membros de seus aposentos [...]. D. Mariana parece ter encontrado realização pessoal em sua nova função, considerando seu protegido, a quem não poupava cuidados e afeição, como seu próprio neto. Como sugere o nome que lhe foi dado por seu infante “Dadama”. D. Pedro estabeleceu com ela um apego emocional que as crianças costumam desenvolver a partir dos 7 meses, geralmente por suas mães”¹²⁶.

Como observado, foi dado ao jovem Pedro II o que se acreditava que forjaria sua personalidade, para o êxito do cargo que exerceria no futuro e que já se impunha sobre ele. O cenário do Rio de Janeiro não oferecia muitos atrativos na vida dos reclusos de São Cristóvão, que José Murilo de Carvalho (2007), chamaria de “a corte mais triste do universo”¹²⁷. Obviamente, não foi só de tristeza e reclusão que a vida de Pedro II transcorreu. Já se

¹²⁶ BARMAN, Roderick. *Imperador Cidadão*. Trad. Sonia M. Yamamoto. São Paulo: Ed. UNESP 2012, p. 43.

¹²⁷ CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 34.

vislumbrava no horizonte o desejo, por parte das elites políticas, de antecipar o governo do imperador.

O momento oportuno chegou em 1840, quando as rebeliões no Maranhão, na Bahia, em Pernambuco, em Pará e no Rio Grande do Sul minaram de vez a credibilidade da regência. O imperador tinha, então, 14 anos de idade e a maioridade era esperada somente em 1843, quando completaria 18 anos. Foi criado o “Clube da Maioridade” que punha seus esforços para burlar a Constituição e pôr fim ao período regencial. Muitos foram os embates entre o Senado Imperial, e a Câmara dos Deputados. Existem, contudo, muitas discordâncias no que diz respeito às disposições do jovem Pedro II nesse processo. A versão mais aceita seria a de que quando foi indagado sobre o tema, ele teria dito: “Quero já”¹²⁸. O “Golpe da Maioridade”, como ficou conhecido, foi uma manobra política que se efetuou em 23 de julho de 1840, com o apoio do Partido Liberal. O imperador Pedro II, de 14 anos, foi declarado maior de idade e, portanto, apto para exercer todas as funções do cargo. Iniciava-se, assim, o II Reinado no Brasil.

O espetáculo ritual da coroação foi rigorosamente elaborado para acontecer no ano seguinte, em 18 de julho de 1841. Deveria ficar evidente a nova fase que começava. Para tanto, a imagem pública do novo imperador e de seu regime foi amplamente elaborada e divulgada no Brasil e no exterior. A roupa do rei era igualmente um exagero e trazia toda a simbologia da realeza: uma nova coroa de brilhantes foi feita, das partes da antiga coroa de Pedro I, manto verde, com penas amarelas de tucano, cetro, e unção com óleo sagrado, na capela imperial. Após a cerimônia, houve desfile no Campo de Santana, palco de tantos eventos importantes, decorado com arcos, flâmulas verde e amarelo, efígies de d. João VI e d. Pedro I, e uma enorme varanda de madeira, feita para apresentar ao povo o novo imperador. Não se pouparam despesas para imprimir nos sentidos dos presentes, e nas demais monarquias europeias, o novo momento do império brasileiro.

¹²⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 94.



Figura 12: Sagração e coroação de d. Pedro II.¹²⁹

A imprensa ocupou-se de descrever todas as festividades do ritual, em todos os cantos do império. O *Jornal do Commercio* de 20 de julho de 1841¹³⁰ trouxe estampado, em primeira página, o retrato do imperador coroado, com todos os atributos de poder. Igualmente, descreveu, em detalhes, cada gesto que envolveu o monarca e sua nova corte. Conforme descrito no jornal, o ritual foi longo, cheio de saudações, reverências, orações, e, por fim, a benção das insígnias imperiais, tudo seguido pela missa festiva.

¹²⁹ Óleo s/tela de François René Moreaux (1807-1860). É possível notar, em parte, todo o aparato no teatro da memória e da nacionalidade. Seguindo o modelo das monarquias europeias, o ritual oferece distintas configurações para as pretensões das elites imperiais. Acervo do Museu Imperial de Petrópolis. Disponível em: <http://200.159.250.2:10358/handle/acervo/10239>. Acesso em 26 de fevereiro de 2019. O acervo está sendo digitalizado e disponibilizado na plataforma digital do museu. Cf. Projeto DAMI (Digitalização do Acervo do Museu Imperial).

¹³⁰ Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_03&pasta=ano%20184&pesq>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

A celebrações da coroação seguiram-se por vários dias, sempre acompanhada pela população da capital, e de outras localidades, que tinham vindo para a ocasião. Estava feito então, o grande teatro da nacionalidade. O próximo passo, agora, era assegurar a estabilidade e a unidade territorial do novo governo. Outro fator que também não poderia esperar era a continuidade da dinastia com um vantajoso arranjo matrimonial. Mas onde encontrar uma noiva adequada? O novo imperador tinha apenas 15 anos de idade e, em torno dele, pairava uma exaltada expectativa de identidade e estabilidade nacional.

2.1. É hora de casar: uma princesa italiana para o imperador do Brasil

Vimos brevemente cenas de um longo ato que foi a construção do Brasil monárquico, desde os tempos de d. João VI. Após 1840, deu-se início a um período importante de consolidação do estado imperial. O Brasil já era reconhecido como um país soberano, com relações diplomáticas, e comerciais com vários países. Foi, igualmente, um momento do fortalecimento da economia interna, com a valorização do café. Dom Pedro, nos primeiros anos de reinado, ainda se mantinha isolado, em certo sentido, dos assuntos do governo. A maioria das questões eram tratadas entre os parlamentares e a elite burguesa:

“O fato é que nas imagens desse contexto d. Pedro surgia ainda mais idealizado; quase uma réplica dos modelos da realeza do Velho Mundo. Com a insistência em suas barbas ralas, quase inexistentes, por meio da caracterização de seu olhar altivo, as pinturas inventam no imaginário um monarca que mal aparecia no dia a dia. Mas era preciso casar o rei para que ele fosse de fato reconhecido como adulto. À moda das cortes europeias, a noiva foi encontrada sem a participação de d. Pedro, que diziam, corava ante a ideia do casamento. Em 1843, chegava a escritura e um pequeno retrato de Teresa Cristina, princesa das Duas Sicílias. Não fora fácil encontrar uma esposa para o pai, acusado de ter matado a primeira mulher, e para o filho a situação não se alterara. Por isso, a noiva vinha de uma casa real reconhecida, mas de menor importância dentro da “constelação de princesas à disposição”¹³¹.

A primeira opção, no entanto, seria encontrar uma noiva na antiga casa dos Habsburgos da Áustria, de onde viera a imperatriz Leopoldina. O embaixador encarregado para iniciar as negociações, foi Bento da Silva Lisboa, que passou dois longos anos indo de um canto a outro da Europa, visitando reis e imperadores. Os historiadores são unânimes em afirmar que a causa parecia perdida, neste primeiro momento, visto que o Brasil não inspirava grande entusiasmo nas princesas disponíveis. Dificuldade semelhante também ocorreu com Pedro I, quando tentou buscar na Europa, uma segunda esposa. Após receber oito recusas, o Marquês de Barbacena

¹³¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *De olho em D. Pedro II e seu reino tropical*. São Paulo: Claro Enigma, 2009, p. 30.

conseguiu o improvável: a princesa alemã Amélia de Leuchtenberg, aceitara o desafio, “com a condição de que a Marquesa de Santos se afastasse para sempre do imperador e da corte”¹³². Foi assim que o Brasil conseguiu sua 2ª imperatriz.

Evidentemente, esses antecedentes dificultaram as negociações para casar d. Pedro II. Quando Bento da Silva Lisboa estava prestes a retornar para o Brasil, conheceu Vincenzo Ramirez, ministro do rei Ferdinando II, das Duas Sicílias. Este, rapidamente, viabilizou o casamento do imperador do Brasil, com sua irmã mais nova, Teresa Cristina Maria. Ao que parece, pelo que se observa nas primeiras correspondências entre os noivos, a princesa Teresa Cristina não colocou obstáculos para o êxito do acordo. Ela estava com 21 anos de idade e tinha vivido completamente afastada do convívio familiar, no austero Palazzo Chiaramonte em Palermo, Sicília. Dessa forma, não tinha nada a perder, e logo tudo foi arranjado. Vale ressaltar, que Teresa Cristina era prima de Pedro II, visto que sua mãe, Maria Isabella da Espanha, era irmã de Carlota Joaquina, casada com d. João VI:

“Meu muito caro primo e futuro esposo. Peço a V. M. desculpar-me se não respondo em português à vossa gentil carta, mas ainda não estou muito adiantada no estudo dessa língua para escrever corretamente e não quero recorrer a outros para vos testemunhar, meu caro primo, quanto estou satisfeita pela escolha de minha pessoa para vossa companheira. Recebo com confiança e prazer que vós me dais de querer fazer minha felicidade; esteja certo que eu também farei tudo o que depender de mim para contribuir para a de V. M.; todo o meu desejo é de lhe agradar e de merecer pelos conselhos que ela (V.M.) [?] me dará, a afeição de seus desejos. Peço-vos de transmitir às princesas vossas irmãs que terei grande prazer em conhecê-las e pelas quais tenho grande simpatia, em vista das referências que já ouvi das altezas imperiais. Creio que exageraram muito a V. M. o que me diz respeito e farei todo o possível para justificar a boa opinião. Antecipadamente peço a V. M. indulgência e vossa amizade; e peço receber a certeza da minha como também os meus respeitosos sentimentos, com os quais, sou de V. M., meu muito caro primo e futuro esposo, sua humilde e muito obediente serva. Teresa Cristina de Bourbon, princesa das Duas Sicílias”¹³³.

Observamos, nesta carta escrita em Nápoles, uma linguagem típica de uma jovem que pretendia agradar o futuro marido, acentuado pela qualidade de ser ele um imperador de um país completamente desconhecido. O historiador Avella (2012) reproduz a carta em francês

¹³² AVELLA, Aniello. *Teresa Cristina de Bourbon: uma imperatriz napolitana nos trópicos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 13.

¹³³ CUNHA, Lygia Fonseca Fernandes da. Imperatriz D. Teresa Cristina. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB* Rio de Janeiro: V. 304, p. 206-254, jul./set. 1974, p. 209. A carta foi escrita em francês na cidade de Nápoles no dia 2 de dezembro de 1842. Foi traduzida pela autora e publicada na Revista do IHGB.

quando fala do “epistolário amoroso”¹³⁴ da imperatriz, nos primeiros anos já no Brasil. Dentre as formalidades, estavam assinaturas de consentimento, por parte do rei Ferdinando, da rainha-mãe Maria Isabella, e da própria Teresa Cristina. Um corpo diplomático foi enviado do Brasil para Nápoles, para firmar o compromisso. Partiram em 5 de março de 1843, a bordo de vários navios da armada imperial brasileira. Desembarcaram na capital napolitana, em 21 de maio para finalizar o arranjo matrimonial, e buscar a nova imperatriz.

Rapidamente a cerimônia de casamento foi marcada e realizada por procuração na capela real, em 30 de maio de 1843; pouco tempo após a chegada da comitiva brasileira, e da dispensa especial de Roma, tendo em vista o parentesco dos noivos. Dom Pedro II tinha sido coroado em 1841, em meio às pompas e rituais da monarquia. A cerimônia de entrega da nova imperatriz também foi repleta de simbologias. Foi feito o pedido público, em nome de Pedro II, discursos protocolares, e o consentimento público de Teresa Cristina. Já como a nova imperatriz brasileira, ela renuncia os direitos ao trono napolitano. Realizou-se a passagem simbólica do território italiano para o brasileiro, marcado por uma faixa no centro do grande salão. Tudo estava de pleno acordo com os arranjos políticos.



Figura 13 e 14: medalha comemorativa do casamento entre d. Pedro II e d. Teresa Cristina.¹³⁵

¹³⁴ AVELLA, Aniello Angelo. *Una napoletana imperatrice ai tropici: Teresa Cristina de Bourbone sul trono del Brasile, 1843-1889*. Roma: Exòrma, 2012, p. 182.

¹³⁵ Acervo do Museu Imperial de Petrópolis/RJ. Disponível em: <http://200.159.250.2:10358/handle/acervo/8086>. Acesso em 26 de fevereiro de 2019.



Figura 15: Casamento por procuração da imperatriz Teresa Cristina, em 1843.¹³⁶

Teresa Cristina Maria de Bourbon, agora terceira imperatriz do Brasil, preparava-se para deixar Nápoles e sua família. Terminadas as comemorações protocolares na corte italiana, a comitiva devia retornar ao Rio de Janeiro. A despedida foi registrada pelo cônego capelão, e pelo oficial da marinha napolitana, Eugênio Rodriguez¹³⁷, que acompanhou Teresa Cristina. A comitiva embarcou na fragata *Constituição*, reservada para trazer a imperatriz, sendo escoltada pelo restante da armada brasileira. A viagem durou sessenta e dois dias, sem problemas aparentes, salvo um pequeno acidente ao passarem pela Ilha da Madeira, onde o mastro da fragata quebrou-se, precisando ser substituído. O irmão de Teresa Cristina, Luiz, conde d'Áquila, fazia parte acordo, e vinha casar-se com a irmã de d. Pedro, Januária.

¹³⁶ Óleo s/tela de Alexandre Cicarelli, 1846. Acervo do Museu Imperial/IBRAM.

¹³⁷ CUNHA, Lygia Fonseca Fernandes da. Imperatriz D. Teresa Cristina. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB* Rio de Janeiro: V. 304, p. 206-254, jul./set. 1974 p. 211. O registro foi publicado em 1844 em Nápoles, conforme ressalta a autora.

Finalmente, todos os viajantes chegaram à Bahia de Guanabara, em 3 de setembro de 1843, aportaram no cais *Pharoux*, ainda existente no Rio de Janeiro (cais XV de novembro). A cidade foi preparada e iluminada, para ver a nova imperatriz, conforme registrou o *Jornal do Commercio*: “a cidade tem sido brilhantemente iluminada. Além dos arcos da rua de S. Pedro e da Direita, as iluminações que nos parecerão mais dignas de ver-se são as da câmara municipal, praça do commercio [...]. As illumiações tem de durar nove dias”¹³⁸. Da mesma forma, foi feita ampla divulgação do acontecimento, que envolveu todos órgãos de governo, bem como a população local, que não via algo semelhante, desde a coroação do imperador:

“Apesar da chuva que cahia de quando em quando, estavam as ruas porque tinha de passar o prestito apinhadas de povo que procurava com anciedade ter a fortuna de ver a imperatriz. Sua Magestade respondia com summa benevolencia e graça aos signaes de prazer e respeito que lhe testemunhava a população [...]. Sua Magestade o imperador, em cujo coche ia o irmão da imperatriz, tinha um ar risonho e digno, que indicava o contentamento de que estava possuido, e ao mesmo tempo a gravidade da augusta cerimonia que ia celebrar-se. Está concluído o casamento de S. M. o imperador, Deos abençoe a união dos augustos consortes! Subão até o Omnipotente os sinceros [o] ardentes votos dos fieis súbditos de SS.MM. – Viva o imperador. – Viva a imperatriz”¹³⁹.

Após a bênção e a cerimônia oficial, na capela imperial, cumpriram-se ainda algumas formalidades próprias da ocasião. Foram frequentes os jantares em São Cristóvão, bailes, idas ao teatro S. Pedro de Alcântara, distribuições de honrarias, a grande celebridade era, sem dúvida, a imperatriz Teresa Cristina. Passados os dias de festa, a vida deveria seguir seu ritmo normal. O jovem Pedro II mostrava-se satisfeito com o andamento da relação, apesar da aparente decepção ao conhecer a noiva, conforme mencionamos no capítulo I. O que se verifica, na correspondência entre o casal nos primeiros meses de convivência, é a satisfação com a vida doméstica, e d. Pedro, que se tornava mais expansivo com a presença da mulher. Diziam que o casamento lhe fizera bem. Nesse ínterim, a nova imperatriz era retratada com mais frequência e sua imagem era divulgada em todas as partes do Brasil, junto com o imperador, na tentativa de mostrar que a monarquia e suas instituições estavam garantidas.

¹³⁸ *Jornal do Commercio*, 06 de setembro de 1843. Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹³⁹ *Jornal do Commercio*, 05 de setembro de 1843. Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



Figura 16: gravura do casal imperial após o casamento.¹⁴⁰

O cenário interno do Brasil, após casamento de d. Pedro II, havia se modificado. Não haviam conflitos separatistas, a economia estava se consolidando, graças à entrada do café no mercado internacional, o que também garantia mudanças visíveis na capital do império. Uma “agitação” tomava conta do Rio de Janeiro, que estava recebendo cada vez mais visitantes, de outras regiões que procuravam na “corte”, boas colocações de estudo, e boas ligações com a elite local. Da mesma forma, visitantes estrangeiros tornavam-se frequentes, animados de curiosidade sobre um país tão diferente em formas, e vivências.

A vida cultural também se intensificou com a vinda de artistas europeus, especialmente da Itália, com apoio de Teresa Cristina. Nos teatros, ouviam-se óperas, concertos populares, atrações diversas nos passeios públicos, e nos cafés. Tudo isso era reflexo, em parte, do amadurecimento de Pedro II, que se adaptou às responsabilidades do governo com mais segurança, e da estabilidade econômica:

“É nesse contexto que o imperador passará a se inteirar mais e mais das questões do Estado. Na verdade, d. Pedro anda na contramão das demais realezas. Na Europa em 1848 foi marcado por uma onda de revoluções que começou em

¹⁴⁰ Uma profusão de imagens do casal imperial foi divulgada em todos os cantos do Brasil, após o casamento, objetivando fortalecer a imagem de uma monarquia consolidada. Acervo do Museu Imperial de Petrópolis/RJ. Disponível em: <http://200.159.250.2:10358/handle/acervo/10373>. Acesso em 27 de fevereiro de 2019.

Paris, com a derrubada da monarquia em 24 de fevereiro, passou pela Alemanha, Baviera, Áustria, Hungria e Milão, para chegar em seguida à Sicília [...]. Enquanto isso, d. Pedro II, um jovem rei de 22 anos, vivia no “melhor dos mundos”.¹⁴¹

Todo este movimento acontecia ao passo que, na intimidade de São Cristóvão, a imperatriz Teresa Cristina ia se adaptando rapidamente à realidade do Brasil. Assim, logo viria o primeiro filho do casal. Dom Pedro ausentava-se cada vez mais de São Cristóvão, atendendo às demandas do governo, enquanto d. Teresa Cristina permanece mais reclusa por causa da gravidez, já confirmada. É grande a expectativa acerca do primeiro filho e herdeiro, dessa forma, todos os meses são acompanhados com interesse geral. Por fim, sem nenhum problema, nasce o príncipe d. Afonso, em fevereiro de 1845. Não demorou, para que todo país festejasse o nascimento do filho homem. Estava garantida a sucessão da dinastia bragantina. Obviamente, a experiência é singular para Teresa Cristina, que tem a oportunidade de aprender sobre a maternidade, e como conciliá-la aos deveres públicos. Pedro II, por sua vez, sente-se realizado, torna-se mais seguro do que o habitual. Logo que possível, houve a apresentação pública do herdeiro imperial para todo corpo político e diplomático e para a população no Paço Imperial da cidade.

Assim, as ausências do imperador do convívio familiar são retomadas por motivos óbvios. Nas trocas de cartas entre o casal, pode-se notar mais proximidade, e certa harmonia por causa da chegada do filho: “Minha Teresa. Estimo que tenhas passado bem, assim como nosso Afonsinho”.¹⁴² A imperatriz também se sente realizada nesses primeiros tempos e se dedica exclusivamente ao cuidado do filho. Todavia, é necessário começar as visitas oficiais nas regiões do país, garantindo que a presença física dos monarcas não deixasse dúvida da estabilidade política e territorial. A primeira dessas viagens foi à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, local onde a revolta farroupilha¹⁴³, até recentemente, tanto tinha preocupado o governo imperial. A comitiva também passaria pela cidade de Desterro (Florianópolis), em Santa Catarina. Pedro II e Teresa Cristina partem no dia 6 de outubro de 1845. A imperatriz, receosa, deixa o filho aos cuidados de médicos, e damas do palácio. Contudo, não é possível levá-lo ou deixar de acompanhar o imperador na 1ª viagem oficial.

¹⁴¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 136-37.

¹⁴² CUNHA, Lygia Fonseca Fernandes da. Imperatriz D. Teresa Cristina. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB* Rio de Janeiro: V. 304, p. 206-254, jul./set, 1974, p. 214. Trecho da carta de Pedro II à Teresa Cristina, 1845. Arquivo Histórico do Museu Imperial.

¹⁴³ 1835-1845.

O *Jornal do Commercio*¹⁴⁴ notificava a população sobre a partida dos imperadores que, chegando a Santa Catarina, foram recepcionados com as cerimônias de costume, envolvendo a elite política e os habitantes da então cidade de Desterro¹⁴⁵. O casal foi recebido pela Câmara Municipal e visitou a matriz, a Assembleia Legislativa, para o ritual do “beija mão”, e outros tantos lugares. A cidade transformou-se para a ocasião e a atenção dos imperantes foi disputada pela elite, particularmente entre “católicos conservadores e judeus liberais”¹⁴⁶. Ao final de quase um mês, a comitiva seguiu para o Rio Grande do Sul, em 8 de novembro:

“Seguiram para Porto Alegre e ainda lá muita simpatia angariou a imperatriz, pela sua simplicidade e liberalidade no receber as famílias, além da presença a festas de gala, almoços, Te-Deums, recepções, esmolas e visitas oficiais. Nem sempre acompanhou o marido; chegando a Porto Alegre, deixa-se ficar na Capital da província enquanto o imperador vai ao interior, donde, por vezes lhe envia notícias. De Cachoeira conta a recepção e festa preparada à última hora, nas quais muito se divertiu dançando quadrilhas [...]. Por seu lado, Teresa Cristina responde sempre no mesmo diapasão: demonstra cuidado pela saúde, também fala, embora vagamente no que se passava ao seu redor e manda-lhe notícias do filho, recebidas do Rio”.¹⁴⁷

Embora não se conservem diários pessoais, desta primeira viagem, nota-se nas correspondências de Teresa Cristina ao marido, que ela cumpria seu papel na ausência deste, e destacava o que julgava importante no cotidiano. De retorno a corte, a comitiva imperial passa por São Paulo, ainda uma modesta cidade. Teresa Cristina já esperava outro filho, por isso, não participou de solenidades ou recepções. Permaneceu na cidade, enquanto d. Pedro II visitava Sorocaba, Bom Retiro, Campinas e outras partes. Chegam ao Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1846. Destacamos essa viagem, por ser a primeira feita em caráter oficial, já como imperatriz do Brasil, porém trataremos das viagens imperiais em outro momento.

Em São Cristóvão, a rotina volta ao normal, atenuada somente pela gravidez de Teresa Cristina, que passa todo o tempo em casa. Durante esse período, procurou preservar-se o máximo que pôde de compromissos oficiais. O anúncio do nascimento do segundo filho foi feito com muito entusiasmo pelo governo, e já se organizavam festas para entreter a população. Isabel, a nova princesa, nasceu em 29 de julho de 1846. É nessa época, em que começam as viagens para Petrópolis, que, a partir de então, seria o local preferido do casal, para fugir do calor carioca, da política e dos protocolos da corte.

¹⁴⁴ *Jornal do Commercio*, 7 de outubro de 1845. Disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁴⁵ SCHIBELINSKI, Diego. A corte chega a Desterro: visita de Dom Pedro II a capital da Província de Santa Catarina. In: *Revista Santa Catarina em História – Florianópolis – UFSC – Brasil* ISSN 1984-3968, v.9, n.1, 2015.

¹⁴⁶ Idem, p. 40.

¹⁴⁷ CUNHA, I Lygia Fonseca Fernandes da. Imperatriz D. Teresa Cristina. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB* Rio de Janeiro: V. 304, p. 206-254, jul./set, 1974, p. 216.

O cotidiano da família imperial seguia na normalidade. Contudo, uma notícia pegou a todos de surpresa: o filho e herdeiro imperial, d. Afonso, morreu repentinamente de uma febre. O *Jornal do Comércio* faz nota do acontecimento:

“O Brazil acaba de sofrer uma perda dolorosa e inesperada. O príncipe imperial, o Sr. D. Afonso falleceu de convulsoes hontem as 3 horas e meia da tarde, com 27 meses de idade. Parece que uma fatalidade persegue aos herdeiros presumptivos da illustre casa de Bragança. Os primogênitos desta casa, alguns delles príncipes de grandes esperanças, tem morrido antes de subirem ao throno: aos segundos tem tocado a corôa”.¹⁴⁸

Como era de se esperar, houve muitas manifestações de pêsames aos imperadores, principalmente à Teresa Cristina que, segundo a imprensa, tinha se isolado num estado de melancolia. Outro fator importante é o *status* do falecido, herdeiro do imperador. Tal fato chamou a atenção da opinião pública que, como já frisamos, desejava um sucessor homem. Em todo caso, o tempo de luto se seguiu para a monarquia, e o *IHGB* realizou uma sessão especial para homenagear o príncipe falecido. Houve discursos do presidente, secretários e demais oradores; dedicaram poemas à imperatriz e lamentavam a perda “de seu Sereníssimo Senhor e Presidente honorário”¹⁴⁹. Nota-se que, durante esses acontecimentos, Teresa Cristina já estava novamente grávida, por esse motivo, temeu-se por sua saúde. Leopoldina Teresa, porém, nasceu em 13 de junho sem maiores problemas.

No ano de 1848, mais uma gravidez é noticiada. Nascia em 19 de julho o último filho do casal: d. Pedro Afonso, que se tornava agora o centro das atenções, sendo o novo herdeiro de d. Pedro II. Durante as cerimônias de batismo, o imperador tomou o filho nos braços e o apresentou à população, e ao corpo político, mostrando-se satisfeito com o futuro da dinastia. Tudo indicava que a normalidade voltava aos círculos do poder. Nesse contexto, d. Teresa Cristina divide seu tempo entre o cotidiano em São Cristóvão, e Petrópolis, local que se tornara o preferido da família imperial. Os frequentes deslocamentos para a “cidade imperial” atraiu grande fluxo de pessoas, que se estabeleceram nos arredores do palácio, formando, assim, uma “corte” em torno do imperador. A rotina de d. Pedro II era mais complexa, tendo que se ausentar frequentemente por motivos de governo, quase sempre despachando no Paço Imperial, no centro do Rio. O imperador agora está no centro dos assuntos políticos, acompanha tudo o que acontece e nada é resolvido sem sua aprovação, postura esta que não agradava a todos da elite política.

¹⁴⁸ *Jornal do Commercio*, 12 de junho de 1847. Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁴⁹ Sessão do *IHGB* em 17 de junho de 1847. Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Desde 1844, o governo estava nas mãos do Partido Liberal, o que não garantiu a resolução dos problemas internos do país. Não havia consenso para sanar questões elementares do cotidiano, tais como, implementação de uma “rede de escolas primárias”, ou introduzir o Brasil a “novas tecnologias”¹⁵⁰. O cenário na Europa estava longe da tranquilidade naquele ano de 1848. Na França, ocorreu a queda da monarquia dos Orléans, e a proclamação de uma nova república. Dom Pedro II estava convencido de que o partido poderia garantir as oportunidades para o “progresso” do império. Nesse ínterim, o governo brasileiro decidiu se aproximar da Grã-Bretanha, e estabelecer relações comerciais mais intensas, ao passo que o tráfico de escravos era um problema entre os dois países.

O gabinete de Francisco de Paula Sousa e Melo mostrou-se igualmente dividido por facções, que não estavam interessadas no bem comum. O clima de confronto intensificou-se com a pressão popular, que contava com imigrantes portugueses, animados pela onda revolucionária na Europa. O fracasso iminente do gabinete, em formar a base do governo, resultou em sua renúncia. O imperador, pela primeira vez, voltou-se para o Partido Conservador, que formou um gabinete, determinado em colocar o país nos trilhos. Os liberais fizeram forte oposição ao novo governo, espalhando-se pelas províncias. Em Pernambuco, houve um levante armado, contra o governo central do Rio de Janeiro. Exigiram uma Assembleia Constituinte, e falou-se até em federalização do império.

O gabinete conservador de 1848 foi, segundo José Murilo de Carvalho,¹⁵¹ um dos que maior tempo ficou no poder. Nessa fase da política imperial, notou-se cada vez mais a presença de Pedro II, e a sensação da opinião pública, de que as reformas desejadas seriam implementadas. A rebelião em Pernambuco foi reprimida no início de 1849, após um ataque a cidade de Recife. O governo imperial não estava disposto a encarar outra revolta contra sua autoridade. No que concerne às ideias federalistas e republicanas, eram vistas com desconfiança e sinônimo de anarquia pelos setores políticos. Dessa forma, o regime monárquico era tido como essencial, para a manutenção da estabilidade territorial e política do Brasil. Outro aspecto importante dessa fase foi uma nova aproximação com a Inglaterra.

O tema do tráfico de escravos dominava a cenário nesse período, sobremaneira, quando se pensa na relação entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Desde 1845, ocorreram algumas tentativas por parte do governo britânico, para restringir o tráfico de navios negreiros, o que não era motivado por questões humanitárias, obviamente. A marinha inglesa fazia cerco constante,

¹⁵⁰ BARMAN, Roderick. *Imperador Cidadão*. Trad. Sonia M. Yamamoto. São Paulo: Ed. UNESP 2012, p. 184.

¹⁵¹ CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras 2007, p. 54.

capturando as embarcações, contudo, sem muita eficácia. Foi somente em 1850 que o governo inglês, autorizou a inspeção dos navios negreiros nos portos do Brasil. Isso gerou descontentamento, por parte das elites escravagistas, que não estavam dispostas a aceitar a interferência estrangeira neste assunto.

Tensões dos dois lados ficaram evidentes, mas o papel de d. Pedro II foi essencial para pressionar o gabinete conservador em coibir o comércio de escravos, deixando claro publicamente, sua opinião sobre o assunto. Da mesma forma, afirmando que os envolvidos no tráfico não receberiam nenhuma honraria por parte do governo. Mesmo com a postura contrária do imperador, no que diz respeito à escravidão, e com propostas de leis, que objetivavam sua extinção gradual, ela ainda perdurou, durante quase todo o reinado de Pedro II.

Se, na política, as tensões sempre estavam longe de serem superadas, a corte ficava movimentada. A vida social do Rio de Janeiro, em nada lembrava a pacata cidade, da época de d. João VI. Mudanças urbanas intensificaram-se, juntamente, com novas formas de entretenimento para a população. Construiu-se e ampliaram-se de teatros populares, e da elite carioca, bailes, óperas, recitais, círculos de escritores, tornaram-se comuns. A Rua do Ouvidor, no centro da cidade, tinha lojas para todos os gostos e demandas. O modelo para todo esse processo vinha, obviamente, da Paris burguesa. As antigas construções coloniais começavam a sofrer lentas modificações, dando lugar, a edificações ao estilo neoclássico. Destacam-se os prédios do Palácio do Comércio, e da Academia Imperial de Belas Artes. Também na residência do imperador, ocorreram ampliações e melhorias. Calçamento, arborização, iluminação a gás, foram algumas das mudanças visíveis na rotina urbana. A vida fora de casa tornava-se atraente.

A partir de 1850, o império atingiu o auge da estabilidade política e econômica, a família imperial era popular, e muitas das atrações giravam em torno do palácio de São Cristóvão. Os convites para recepções eram concorridos. No centro da vida palaciana, estava a imperatriz Teresa Cristina, que organizava várias dessas ocasiões. Contudo, essa agitação toda sofreria um grande impacto, com a morte do príncipe Pedro Afonso, em janeiro de 1850. O acontecimento marcou uma mudança visível, no relacionamento entre Pedro II e Teresa Cristina, o que não resultou em uma ruptura entre o casal, contudo, não tiveram mais filhos. Isabel tornava-se, conforme rezava a Constituição, a herdeira da dinastia. Segundo Barman (2012), essa nova situação marcava uma mudança de paradigmas na personalidade do imperador, no que diz respeito ao futuro da monarquia, bem como seu papel pessoal neste processo:

“Por ocasião de sua maioridade em 1840, o imperador havido sido exaltado como o salvador do Brasil. Após algum tropeço inicial, ele amadurecera para se tornar um governante capaz, que tirou o país de três crises perigosas. Em 1853,

o Brasil passava por um período de paz, estabilidade e prosperidade. A morte de seu segundo filho e o provável fim das relações sexuais com a esposa fizeram D. Pedro II considerar a missão que lhe fora designada sob uma nova perspectiva. A monarquia como uma abstração, a ser passada adiante a um herdeiro, deu lugar à percepção do regime imperial como uma emanção de si e somente de si. Ele passou a se ver cada vez mais como não mais que o chefe de Estado de seu país por toda a vida, ou melhor, como cidadão por excelência do Brasil. Pelo restante de seus dias, ou até que o destino decretasse de outra forma, ele atuaria como o guardião da Constituição e guiaria o destino do Brasil unicamente com o que considerasse ser de melhor interesse do país”.¹⁵²

Nessa perspectiva, com o passar dos anos, a existência do regime imperial estava, cada vez mais, intimamente ligada à figura de d. Pedro II. Embora sua filha e herdeira Isabel correspondesse às prerrogativas constitucionais do cargo, a classe política e econômica, com o tempo, não se mostraria inclinada à possibilidade do III Reinado no Brasil, tendo a princesa à frente, como já mencionamos. E para agravar a situação, a própria conduta indiferente do imperador quando se falava em sucessão, nos finais do império, já sinalizava que o regime não tinha grandes chances de sobreviver em sua ausência.

¹⁵² BARMAN, Roderick. *Imperador Cidadão*. Trad. Sonia M. Yamamoto. São Paulo: Ed. UNESP, 2012, p. 194.



Figura 17: Pedro II e Teresa Cristina com as filhas, Isabel e Leopoldina.¹⁵³

2.2. Imperatriz Teresa Cristina e a memória do cotidiano

*“Nós vivemos decerto, respiramos decerto, andamos, abrimos portas, descemos escadas, nós sentamos à mesa para comer, nos deitamos na cama para dormir. Como? Onde? Por que? Refletir sobre esse “virar-se” é em suma falar de uma coisa comum, perseguir esse infra-ordinário, desentocá-lo, dar-lhe sentido e talvez entender um pouco melhor quem somos nós”.*¹⁵⁴

O século XIX foi o século dos diários íntimos, “lugares de memória”, de construção de si, de compreensão do cotidiano da vida, portanto, um lugar de permanência, neste espaço

¹⁵³ Óleo s/tela de François René Moreaux, 1857. Acervo do Museu Imperial-IBRAM.

¹⁵⁴ ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Estudos Históricos*. Vol. 11, nº 21, FGV, 1998, p. 10.

considerado íntimo, restrito, mas que, em alguns casos, escapa desta relação binária entre aquele que escreve e o papel. É o que acontece, com alguns personagens ao longo da história. Destacam-se por sua atuação ou, por vezes, constituem-se no anonimato da existência. Procuramos, nos vestígios desses homens e mulheres, algo de “verdadeiro” de suas vidas. A prática de escrever diários no século XIX, grosso modo, estava relacionada com o desejo sobre algo de si que, a priori, não deviam ser lidos, investigados, vasculhados. Todavia, algo diferente acaba por se impor quando se trata de personalidades públicas. A imagem de si acaba por deslocar-se, em parte, para outros, notadamente no desejo de compor suas trajetórias de vida.

Trilhando o caminho deixado pelos rastros do outro, Jeanne Marie Gagnebin¹⁵⁵ afirma que sem memória não há a possibilidade de reconstrução, pois ela permite pensar nossa identidade e a própria História, aqui vinculada aos rastros de memória. Nessa via múltipla entre o recordar e o reelaborar, podemos perceber nossas próprias mudanças, seja com os outros ou com o cotidiano. Por conseguinte, uma certa narrativa linear de uma vida não possa ser totalmente descartada.

Rastros não são criados de forma totalmente consciente, são frágeis, aleatórios e não são duradouros. Neste caso, são “frutos do acaso”¹⁵⁶ e tentamos trazer, por meio deles, a presença daquilo que já não existe mais e, ao mesmo tempo, evocamos a possibilidade mesmo do esquecimento, da ausência definitiva, visto que, o rastro é um meio. Nessa perspectiva, algumas questões surgem acerca dos rastros de memória: O que são? Onde se encontram e qual o valor que damos a eles?

Na tentativa de vislumbrar algumas possibilidades, Paul Ricoeur¹⁵⁷ também se debruça nos significados dos rastros de memória no processo histórico:

Na verdade, é a própria significação da noção de rastro, em relação ao tempo decorrido, que nos empenhamos em esclarecer. A dificuldade com a qual esbarra toda a empreitada resulta de um fato simples: Todos os rastros estão no presente. Nenhum deles exprime ausência, muito menos anterioridade. Então é preciso dotar o rastro de uma dimensão semiótica, com um valor de signo, e considerar o rastro como um efeito-signo, signo da ação do sinete sobre a impressão [...]. Em resumo, para pensar o rastro, é preciso pensá-lo, simultaneamente, como efeito presente e signo de sua causa ausente [...]. Quanto à função mnemônica, ela é especificada, entre todas as outras pela relação da representação com o tempo e, no cerne dessa relação pela dialética

¹⁵⁵ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

¹⁵⁶ Idem, p. 113.

¹⁵⁷ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas: UNICAMP, 2007.

de presença, ausência e distância que é a marca do fenômeno mnemônico. Apenas o discurso mental o explica”.¹⁵⁸

Nessa perspectiva, para Ricoeur, existem vários processos, inclusive mentais, sobre o conceito e o valor dos rastros na vida individual e coletiva. Ele diferencia, por exemplo os rastros sensoriais dos materiais. Nesses últimos, a “presença” é algo real, não existindo distância entre aquele que o deixou e o interlocutor. Fica evidente que falamos de um lugar no presente, nos situamos nele e, às vezes, não assumamos os riscos dessa certeza.

Dessa forma, a intimidade dos diários e cartas era o local privilegiado dos indivíduos do século XIX que tentavam manter seus laços de afeto e de memória para si. O “deixar rastros” era, então, direcionar a práticas pessoais, tais como guardar objetos, reunir a família, celebrações, livros, animais, ou escrever diários. Uma luta íntima para manter o controle da própria existência diante da fragilidade do tempo. Particularmente para as mulheres, a escrita era o campo de batalha privilegiado num ambiente marcado pela intolerância patriarcal. Elas forjavam, assim, uma resistência anônima e particular, em alguns casos, público e militante em outros, evidenciando uma variedade de vivências.

Portanto, é fundamental perceber a importância do papel dos rastros quando nos propomos trilhar os espaços da memória de outros indivíduos em outras épocas. Ricoeur defende que os diversos rastros deixados ao longo do tempo constituem-se “operações da memória”, por sua vez, são um trabalho historiográfico. No que ele chama de “esboço fenomenológico da memória”¹⁵⁹, fica claro o caráter sensível da recordação, do constante exercício psíquico em manter presente pessoas e fatos que já não estão mais no tempo e no espaço. O resultado é justamente uma ação “bem-sucedida” do ser humano que elabora um agir consciente e consegue ser livre na medida em que assume as consequências de suas escolhas. Reconhece a capacidade de efetuar mudanças em si mesmos e dos próprios sentidos.

No percurso da memória entre o recordar e o esquecer, a biografia de dona Teresa Cristina de Bourbon coloca-se nessa dinâmica do tempo. Tendo sido a esposa de Pedro II, sua memória está intimamente ligada a um lugar de poder e privilégio. Da mesma forma, pode parecer impossível distanciar sua figura das sombras do imponente imperador. Assim sendo, a dimensão do esquecimento em torno de dona Teresa Cristina é uma das chaves de nosso percurso, embora não seja o único. Uma memória que se manifesta nas narrativas que foram produzidas ao longo do tempo, bem como em seu arquivo pessoal. Por meio desses fragmentos

¹⁵⁸ Idem, p. 434-35.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 40.

da história, algo próprio da discreta imperatriz é revelado através dos vestígios que ela deixou de si.

A imperatriz Teresa Cristina também escreveu seus diários, melhor seria dizer, seus cadernos, pelo fato de, em sua maioria, caracterizarem-se como tal. O arquivo pessoal da imperatriz foi redigido, de certa maneira, tardiamente. O primeiro diário data de 1852, e é composto por fragmentos do cotidiano, registrados já no Brasil. Existem outros diários correspondentes aos anos seguintes, uns mais detalhados que outros. O último preservado é de 1887, escrito já na maturidade. Teresa Cristina faleceu aos 67 anos, em 1889; nota-se que ao longo da vida, preocupou-se em registrar diversos momentos de seu cotidiano. Em alguns casos, os diários íntimos não acompanham toda a existência de uma pessoa, limitando-se a momentos específicos.

Os arquivos pessoais sendo eles, cartas ou diários, relacionam-se com o tempo, e o espaço de uma pessoa, não importando de que forma foram constituídos. Não discutiremos aqui, o processo da escrita diarística, permeado por várias questões psicológicas, sociais e literárias, já abordados durante o mestrado. O que nos interessa é a vivência e a experiência do cotidiano de Teresa Cristina, em vários momentos de sua vida. Seus diários são, marcadamente, um registro de fatos, de memória, espaço onde se observa o amadurecimento individual de uma mulher cercada de privilégios, mas que recolhe e observa o que lhe rodeia.

A imperatriz sente o desgaste do tempo e a monotonia dos dias, ao passo que compõe sua escrita de existência. Sua linguagem é bem direta, salvo em algumas ocasiões, onde se expressa de maneira mais pessoal sobre situações e pessoas. Em 1852, vemos a escrita de uma mulher de 30 anos de idade, que vive no Brasil desde os 21. Portanto, tempo suficiente para reconhecer o país, seus hábitos, sua gente e suas dificuldades.

O início da década de 1850, constitui-se como momento de estabilidade para o império brasileiro, como já apontamos. No primeiro diário de 1852, notamos que Teresa Cristina divide seu tempo entre o palácio de São Cristóvão, ocasiões formais na corte, visitas a instituições com o marido, ou por vezes, em companhia de outras mulheres de seu círculo. A vida social em torno da família imperial ainda era bem agitada. Contudo, são frequentes os períodos em branco, que sugerem o dia passado em casa, na leitura, no cuidado das filhas, ou sem novidades que mereçam atenção. Entre 1852 e 1865, os diários somam 77 páginas de texto; transcritas, não passam de apenas 13 páginas. O maior conjunto corresponde aos anos de 1874 a 1876, sendo ao todo, 212 páginas de texto original. Dessa forma, é possível notar um “crescendo” no

processo da escrita diarística da imperatriz, ao passo que também vai envelhecendo, e suas impressões sobre o cotidiano também se ampliam.

Nesse período, o império estava se firmando como nação organizada, e também os imperadores amadureciam nesse percurso. D. Pedro II estava mais maduro física e intelectualmente, com a influência de Teresa Cristina. Nessa época, o casal ainda estava bem próximo, o que favoreceu certa troca de afinidades. As cartas da imperatriz neste período apontam para essa proximidade:

“8 horas da manhã

Petrópolis, 3 de julho de 1852

Meu caro Pedro,

Sou-te realmente grata pela carta que me escrevestes anteontem depois que voltastes do teatro, onde vejo com prazer que ter divertistes. Sinto muito que não tivestes tempo muito bom durante a viagem por mar. Peço-te não vir segunda-feira cedo pela manhã, pois não tem necessidade e não é bom que tomes tanta umidade com a tosse que tens. Espero com impaciência notícias tuas e saber o que encontrastes, se casas na Tijuca estão boas ou não. Com muito prazer te dou notícias das nossas filhas e que todas as duas passaram bem o dia de ontem, alegres e brincando juntas. Leopoldina levantou-se da cama meio-dia. Passaram bem a noite e todas as duas me encarregam de te beijar a mão e dar-te saudades e agradecer pelas bonecas que encomendastes. Eu te escreverei uma outra vez através de José Manuel, que hoje vai e poderá dar-te notícias das nossas filhas. Comecei ontem a ler o livro que me mandastes. Esta carta chegará no teatro, onde espero te divertirás. Tu me perguntas se eu gostaria de ouvir a Favorita outra vez, eu te digo francamente que sim mas não queria que só por minha causa se atrasasse a apresentação da Semíramis, mas verás o que acha melhor para decidir. Adeus te abraço de coração. Estou bem triste longe de ti, que amo tanto, mas com ansiedade espero o dia de segunda. A tua aficionadíssima Mulher Teresa”.¹⁶⁰

O imperador provavelmente estava ausente em alguma viagem pelas redondezas do Rio de Janeiro. Nota-se uma intensa correspondência entre o casal nesta época. Evidentemente, sempre trocaram cartas, mas conforme iam envelhecendo, a relação entre eles passou da paixão dependente, a uma amizade respeitosa. Entretanto, Teresa Cristina sempre procurou estar próxima do marido, e contribuir, a sua maneira, para que ele não tivesse problemas domésticos. Nas cerimônias do calendário oficial, Teresa Cristina sempre estava presente. Eram festas nacionais, tais como o “Dia do Fico”, em que Pedro I decidira ficar no Brasil, o aniversário da imperatriz, da proclamação da Constituição, e tantas outras, sendo a mais importante a “Abertura da Assembleia Geral”, no dia 3 de maio.

¹⁶⁰ Carta da imperatriz a Pedro II. Apud: AVELLA, Aniello. *Teresa Cristina de Bourbon: uma imperatriz napolitana nos trópicos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 187.

Nesta ocasião, a corte comparecia com todo seu aparato para a abertura das câmaras, e a “Fala do Trono”, em que o imperador aparecia de coroa, cetro, manto, símbolos de seu poder. A abertura acontecia, no prédio do senado imperial, no Campo de Santana. Ainda estavam no calendário, ofícios religiosos, típicos da semana santa, em que os imperadores também compareciam. “A imperatriz, vestida de preto, com diamantes percorria as ruas da cidade visitando em torno de sete igrejas”.¹⁶¹ O cotidiano em São Cristóvão era, de certa forma, bem mais agitado do que nos anos posteriores. Ainda ocorriam bailes e recepções organizados pela mordomia imperial. Se ouvia música na Quinta da Boa Vista, a imperatriz cantava suas árias italianas, e recebia visitas, conforme as anotações de Teresa Cristina:

“11 de fevereiro de 1855 – Chegou Miguel Moria Lisboa e José Ribeiro da Silva a bordo da barca Americana Venus de Lisboa em 45 dias.
31 de abril – No retorno de Petrópolis fomos visitar a casa do Marques de Abrantes.
9 de junho – Veio o ministro inglês Howard que partiu de vapor em 14 também o general S. Cruz”.¹⁶²

Quando estavam em São Cristóvão, a rotina era composta pela presença das filhas e pelos empregados do palácio. Embora a corte não fosse como as das monarquias europeias, muita gente circulava todos os dias pela Quinta da Boa Vista. Aos sábados, os imperadores recebiam a população em audiência, sem a necessidade de agendamento. Dessa forma, era comum ver muitas pessoas “comuns” no palácio nessas ocasiões. D. Pedro II, particularmente gostava de conversas, não era raro às vezes, que se juntava a uma roda, onde se discutia de tudo. Muitos cortesãos tentavam obter algum agrado do imperador, mas quase sempre ficavam frustrados. Os assuntos de preferência de d. Pedro eram sobre ciência, arte e novidades de todos os tipos. Assim, não era todo mundo que participava de seu círculo íntimo. A imperatriz partilhava da aversão do marido, por pessoas que queriam obter favores pessoais.

A imperatriz era parte constante na rotina de Pedro II, tanto em casa, quanto nas ocasiões formais, tendo em vista a falta de presença feminina no palácio, salvo pelas poucas criadas. Foi em 1856 que entrou na corte, uma figura que iria se tornar parte integrante da vida imperial, por longos anos. A baiana Luísa Margarida de Barros, condessa de Barral, foi apresentada para ocupar o lugar de preceptora das filhas dos imperadores. A condessa já havia servido a irmã de d. Pedro, Januária, na França em 1840. Assim, foi relativamente fácil ser indicada ao mordomo

¹⁶¹ *Jornal do Comércio*, 16 de abril de 1854. Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁶² Diário da imperatriz. Arquivo Histórico do Museu Imperial. Tradução nossa.

da casa imperial para ocupar o cargo. Em seu diário, d. Teresa Cristina fez poucas anotações sobre a chegada de sua rival:

“1 abril – Chegou a carta da Condessa de Barral.

31 agosto – Chegou a Condessa e na mesma noite veio nos fazer uma visita, foi nomeada Dama.

9 setembro – Começou a educação de minhas filhas”.¹⁶³

A condessa ocupou a função por oito anos, até o casamento das princesas. Em todo caso, não se pode dizer que Teresa Cristina simpatizasse com Luiza Margarida, contudo, não se tem dados que apontem para uma disputa pública entre as duas. Ainda que a condessa tenha caído nas graças do imperador, d. Teresa Cristina continuou próxima do marido. Em seus registros de 1856, podemos observar uma mulher bastante atenta aos acontecimentos, inclusive da política interna e externa:

1856. A princesa Buttera, viúva do príncipe Scordia de Palermo, que vivia em Florença com seus filhos, recebeu ordem de sair da Toscana, em consequência [consequência] de uma carta particular que o rei de Nápolis escreveu ao grão-duque. Cristina foi morar no palácio que a família Cafarelli construiu de acordo com o desenho de Raffaello [...]. O filho do Sr. Cassinis foi preso como implicado no manejo de expedir para a Sicília um falso decreto de abdicação do Rei Fernando. O Sr. Cassinis é ministro especial da Sicília.

Um magistrado napolitano Benedetto Cantalupo acaba de publicar um [uma] obra intitulada “Sul progresso morale della popolazione napoletana” e esforça-se em demonstrar que o reino das Duas Sicílias está em via de prosperidade e de progresso. Corrobora a sua opinião com algarismos de estatística penal e em seguida faz insinuações irritadas ao Piemonte, tem sido profusamente distribuído pelo governo napolitano.

17 dezembro 1856 – Hoje, no meio da tarde, um pequeno barril de pólvora, próximo à parte externa do cais [pier] militar, encarregado de conter a pólvora que serve a alguns vapores [piroscafo] de partida e retorno, explodiu. De tudo que sabemos até agora, é lamentável a perda de algum oficial da guarda e empregado daquela oficina, com cinco ou seis soldados da guarda. As falhas do edifício são tão limitadas quanto cada um [cada pessoa] que viu a bateria presa ao mencionado barril de pólvora”.¹⁶⁴

No início de 1860, o império do Brasil estava, ainda, vivendo tempos de estabilidade política e econômica. A família imperial começava a estudar o futuro de Isabel e Leopoldina, o que significava casamento. Muito se discutiu sobre o tema no Brasil, e na Europa, onde o imperador escrevia cartas e mais cartas, sondando as possibilidades de candidatos possíveis. A possibilidade começou a se firmar, pelo ano de 1863, e, no ano seguinte, as princesas casaram-se com os pretendentes disponíveis: Gastão d’Orleans, o conde d’Eu, e Augusto de Saxe-

¹⁶³ Diário da imperatriz, 1856. Arquivo Histórico do Museu Imperial. Tradução nossa.

¹⁶⁴ Idem, tradução de Neuber Johnny Teixeira, 2020.

Coburgo-Gota, este último pertencia a uma família que se orgulhava de fornecer “bons partidos”, para as monarquias europeias. Obviamente, que esse era um casamento político. Sendo assim, o desejo pessoal não era o principal motivador. Contudo, para além das expectativas, os noivos gostaram uns dos outros, algo não muito comum neste tipo de arranjo. Isabel, se casou com Gastão d’Orleans em 15 de outubro, e Leopoldina com Augusto de Saxe, 15 de dezembro de 1864.

2.3. Uma virada na maré: A Guerra do Paraguai (1864-1870)

Este foi um trágico acontecimento, que marcou profundamente a história de todos os países envolvidos. De um lado estava a “Tríplice Aliança”, formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai, do outro, o Paraguai. O conflito sem precedentes ainda provoca grandes discussões sobre sua causa, e as terríveis consequências, sobretudo para o derrotado Paraguai. A historiografia paraguaia igualmente avalia o real impacto da guerra para sua história econômica, política e social. Existiam divergências de todos os lados: para os outros países, o Brasil era uma monarquia escravocrata e expansionista, com grandes pretensões territoriais. Não vamos nos ater sobre os todos os pormenores que desencadearam o conflito, mas apontar suas principais tensões.

No poder desde 1862, o ditador Solano López, que era militar desde a juventude, estava decidido a se opor agressivamente contra o Brasil e a Argentina. Dotado de certo carisma, conseguiu mobilizar mais de cem mil soldados em torno de seu governo. A tensão entre Brasil e Paraguai já era conhecido por causa da navegação no rio Paraguai, somado à disputa de território na bacia do Prata. Os problemas se agravaram, quando o governo de López interveio no conflito interno do Uruguai, em 1864. Muitos acreditavam que o Brasil poderia invadir o Uruguai, o que levou o Paraguai a ameaçar o governo imperial, se este se envolvesse na questão uruguaia.

Solano López tinha personalidade pautada pela “energia e inquietação”¹⁶⁵, o que agravava suas suspeitas para com o governo brasileiro. A principal causa de agitação era a província de Mato Grosso que era inacessível por terra, tendo no Rio Uruguai, sua única via de acesso para o comércio, e comunicação com o Brasil:

“O Paraguai mantinha rígido controle pelo tráfego do trecho do rio que passava por seu território nacional. Há muito tempo, o Brasil tentava forçar o Paraguai

¹⁶⁵ BARMAN, Roderick. *Imperador Cidadão*. Trad. Sonia M. Yamamoto. São Paulo: Ed. UNESP, 2012, p. 288.

a conceder livre acesso ao Mato Grosso, não só para fins de comércio, mas também para todos os tipos de embarcação. Em 1855, uma missão naval brasileira havia fracassado na tentativa de forçar a concessão de livre acesso. As relações entre os dois países ficaram ainda mais complicadas por reivindicações não atendidas sobre as fronteiras do Mato Grosso”.¹⁶⁶

Do lado brasileiro, não havia consideração pela soberania do Paraguai, o que agravou sua imagem preconceituosa, aos olhos López. O estopim do conflito se deu em 14 de novembro de 1864, quando um navio brasileiro, o vapor Marquês de Olinda, passava por Assunção, levando o novo presidente da província do Mato Grosso, o coronel Carneiro de Campos. Mediante a notícia, de que a embarcação levava armamento, o governo de Solano López aprisionou o barco e toda a tripulação. O fato causou indignação no governo imperial, o que levou o governo paraguaio a proibir qualquer tipo de navegação pelos rios em seu território. A consequência dessa tensão foi o ataque ao Brasil, em dezembro do mesmo ano, onde o Mato Grosso foi invadido. O gabinete liberal de Francisco José Furtado ficou indignado com a atitude, e queria retaliação para preservar a soberania nacional do império. A declaração de guerra aconteceu, em 27 de janeiro de 1865, com forte mobilização nacional.

Foram organizadas várias unidades do Exército Imperial, denominadas de “Voluntários da Pátria”, formado em boa parte por escravos com a promessa de liberdade, após o término da guerra. Em meados de abril, as forças paraguaias atacaram o sul da Argentina, o que impulsionou a formação da “Tríplice Aliança”, cujo tratado fora assinado em Bueno Aires, no mês de maio. Os aliados iniciaram os preparativos para uma ofensiva direta contra o Paraguai, que, em junho, invadiu e saqueou a cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul, território brasileiro. O imperador Pedro II esteve na linha de frente nos meses seguintes, embarcando para o Rio Grande do Sul em julho. No Rio de Janeiro, ficou a imperatriz, extremamente preocupada com a ida do marido para a frente de batalha. Acompanharam o imperador, o genro duque de Saxe, o ministro da guerra, Ângelo Moniz da Silva, e o marquês de Caxias, famoso militar do império.

Dom Pedro II esteve no Sul por quatro meses, acompanhando todos os detalhes do conflito. O imperador que preferia o estudo, livros e artes via-se agora em meio a uma guerra de grandes proporções, sem precedentes na América do Sul. Neste ínterim, as cartas da imperatriz Teresa Cristina evidenciam sua atenção sobre as circunstâncias da guerra. De Porto Alegre, após mobilização de recursos, o imperador seguiu em direção a Caçapava, a oeste. O conde d’Eu tinha chegado recentemente à capital, depois de uma viagem com Isabel para a

¹⁶⁶ Idem.

Europa. Apesar dos fortes protestos da esposa, ele insistia junto ao imperador para se juntar a ele na campanha. Contudo, d. Pedro II não estava disposto, por várias razões, a permitir a presença do genro, pelo menos, por enquanto.

O curso da guerra seguia a todo vapor, e, em setembro de 1865, as forças aliadas conseguiram sitiar a tropas paraguaias em Araguaiana. Dom Pedro II, Bartolomeu Mitre, da Argentina, e Venâncio Flores, do Uruguai, estavam reunidos durante o cerco. A figura do imperador brasileiro destacava-se diante dos presidentes, alto e vestido com farda de general, animava os soldados de todos os lados. As intempéries do clima também se somavam aos problemas. O lado paraguaiano sofria com falta de comida, armas e soldados necessários para uma ofensiva. Os aliados não perdiam a oportunidade de mostrar o desprezo, enquanto os paraguaios derrotados marcharam pelas ruas da cidade:

“Mas a rendição de Uruguaiana não representou o fim do embate. Ao contrário, tinha início então uma guerra de cinco anos e cheia de sacrifícios. E certo que em outubro de 1865 López renunciou à ofensiva, tendo sido derrotado no Rio Grande do Sul, todavia a luta estava longe de seu final. López resistia, e o Império se via mais e mais desprovido de aliados, tendo de arcar quase sozinho com o conflito. É nesse momento que a guerra deixa de ser uma unanimidade para se tornar cada vez mais impopular. Ademais, principiavam as discórdias internas no Exército brasileiro. Tamandaré já estava velho e cansado, e a saída veio das mãos do governo imperial: Caxias contava com grande prestígio e além de general era senador pelo Partido Conservador (isso tudo em um período em que o poder estava nas mãos do Partido Liberal). A entrada de Caxias marca, então, uma nova fase na guerra e a reorganização do Exército. O general chegou ao Paraguai em novembro de 1866 e encontrou um exército desfalcado e desanimado. A região era insalubre e o despreparo geral”.¹⁶⁷

A falta de recursos refletia-se no exército brasileiro e, com isso, a busca obstinada por recompor o desfalque no contingente. Compras de escravos, promessa de libertação, honrarias, tudo foi lançado para promover o interesse dos “voluntários”, para se juntarem às forças aliadas. A visível “mudança de coloração”¹⁶⁸, na aparência do exército imperial, era alvo de muitas críticas, por parte dos paraguaios, que os chamavam de “los macaquitos”. A imprensa também publicava muitas notícias ridicularizando o imperador e, inclusive a imperatriz Teresa Cristina:

“**Acima o poleiro e abaixo os calções.** O mundo anda para trás como os caranguejos e tudo está em um *totum rebultis*, sem que se possa atinar com o quilo das coisas – Os macacos andam com o fuzil ao ombro, as mulheres de bota forte, casaca, quepe e espada, são feitas uns Hércules, e os homens em contrapeso para sair em campanha do Paraguai vestem o uniforme oficial do belo sexo, que é de crinolina ou saia balão. Quando falamos assim, verão nossos

¹⁶⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras 1998, p. 467-68.

¹⁶⁸ Idem, p. 469.

leitores, que nos referimos a Corte do augusto soberano dos macacos. Os que estão em exibição, são os 30.000 de reforço que, a imperatriz Tereza Cristina Maria enviou a Polidoro. Em consequência de seu honorável pedido. A tempo de embarca-los dizem que, assumindo essa magestade macacuna, falou nestes termos às caldas longas. Brasileiros: “vais conquistar um nome sobre as águas do Paraná. Os exércitos dos homens têm tentado errado com os Paraguaio. Por isso os mando de saias balão, pois assim as armas não podem conquistar esses leões, os incentivos da beleza, e os golpes da crinolina, desarmarão a indômita bravura dessas gentes. A expedição que vão empreender é em nome de vossa soberana Imperatriz. Teresa Cristina Maria. Os macacos contestaram: Acima o poleiro, abaixo os calções! Porém ao chegar a altura, de San Vicente, o reforço foi reduzido a 999 fora dos nove, e a Imperatriz Bomba sofreu um paroxismo de raiva”.¹⁶⁹

Sob a ótica da imprensa paraguaia, as investidas dos aliados eram uma prova de sua arrogância e confiança em um pretenso direito de supremacia na América do Sul, sobretudo o Brasil. Para tanto, a linguagem satírica procurava desmoralizar os esforços na guerra, bem como demonstrar a crueldade das forças aliadas, mas também deixar claro a forte resistência por parte das tropas paraguaias. O jornal satiriza Teresa Cristina comparando-a ao irmão Ferdinando II, ao chamá-la de “Imperatriz Bomba”. Seus traços físicos também se assemelham aos africanos escravizados no Brasil. Na charge, d. Teresa Cristina aparece dando instruções na mobilização do “exército de macacos”. Uma forte conotação de crítica à pretensão de civilidade da monarquia, e ao preconceito racial. A nota ressalta a influência preponderante de Teresa Cristina no contexto controverso da guerra. Nota-se a posição de destaque de Teresa Cristina no panorama da sangrenta guerra. Evidencia-se, mais uma vez, sua participação, muito além de mera preocupação, mas mostra-se profundamente envolvida no conturbado contexto.

¹⁶⁹ Jornal *El Centinela*, Assunção, 13 de junho de 1867, p. 4. Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

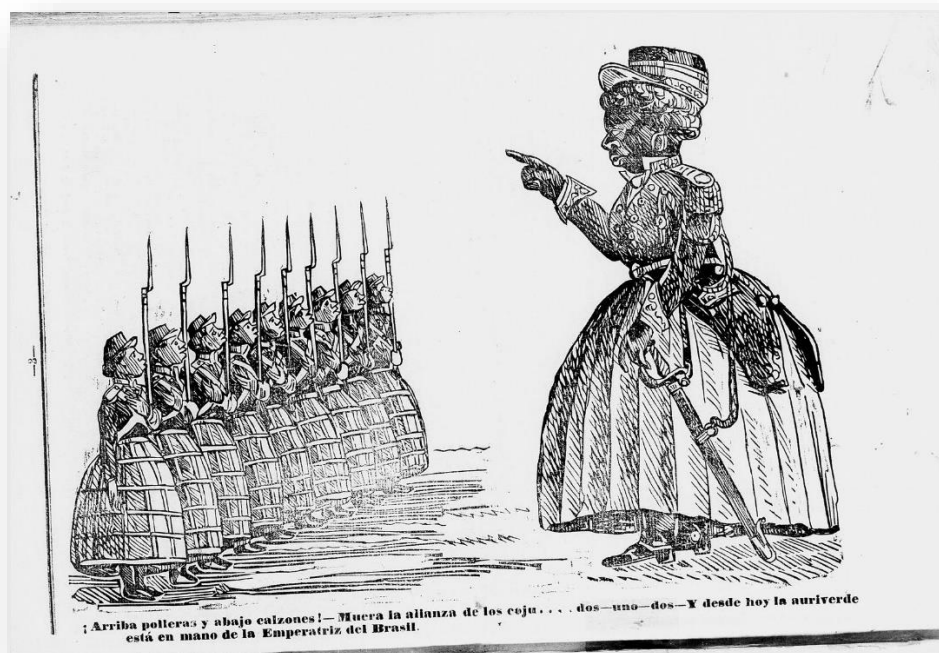


Figura 18: A imperatriz Teresa Cristina comanda um exército de macacos com saias.¹⁷⁰

Enquanto d. Pedro II estava na frente de batalha no Sul, d. Teresa Cristina permanecia no Rio de Janeiro, e se ocupava da representação na ausência do marido nas formalidades da capital. Visitava hospitais, mobilizava, juntamente com as mulheres da corte, a confecção de curativos, e toda espécie de utensílios, que pudessem ser úteis para os soldados durante o conflito. O imperador retornou para o Rio de Janeiro em 9 de novembro de 1865. Por lá, ficava Caxias no comando das operações militares. Com o retorno de d. Pedro, o marido de Isabel, intensificou seus argumentos para se juntar às frentes. Entretanto, o imperador fazia de tudo para driblar os pedidos do genro, oferecendo outras responsabilidades nas forças armadas da corte. O conde chegou a encaminhar uma solicitação ao Conselho de Estado, mas ficou frustrado com mais uma negativa. A imperatriz, muito preocupada, escrevia constantemente para o marido, antes de seu retorno:

“Já não tenho mais paciência, ainda não chegam notícias do Rio Grande, não sei ao que atribuir esse atraso, estou bem triste com isso, espero em Deus que não seja porque tu estás doente, e que não queres que eu o saiba e por isso tu atrasas a volta de algum vapor. Eu não cesso de rezar ao Senhor por ti todos os dias. Graças ao Céu não tem novidades sobre nossa saúde aqui. Hoje o ministro da Marinha me disse que no dia 22 partirá o vapor Marcílio Dias, nome de um imperial marinheiro da conhoneira Paranaíba que faleceu valorosamente num

¹⁷⁰ Idem, p. 3.

desses combates contra o Paraguai e que se deu ao vapor inglês Mazeppa que o governo acaba de comprar. Que sorte seria a minha se eu pudesse embarcar e partir para o sul, esta separação se torna cada dia mais horrível para mim. Adeus te abraço de coração, e acredita-me para a vida. A tua aficionada Mulher e Amiga Teresa. Hoje chegou do Pará o vapor Paraná, que conduz a Brigada Expedicionária da Guarda Nacional do Maranhão, composta de 370 oficiais, 5 cadetes e 512 praças de Pret, mais 2 oficiais e 94 praças de diversos corpos e 34 praças para a armada”.¹⁷¹

“O vapor Brasil não parte mais amanhã como estava marcado, mas sim no dia 24, por ordem do ministério pois querem ver se até aquele dia chegará algum outro vapor do sul que traz alguma notícia tua e da guerra, esta noite entrou o vapor francês do sul, ou seja, de Montevideú, o vapor francês talvez amanhã vamos saber alguma notícia de lá, tomara que sejam boas. Da Bahia chegou o vapor S. Romão, que conduz o corpo Policial de Pernambuco, composto de 8 oficiais e 145 praças, traz mais 6 oficiais, 377 praças diversas 22 para arada mais 31 passageiros. Hoje a manhã inteira se passou com visitas, que te asseguro teria gostado muito que fossem para celebrar tua volta que temo não aconteça em breve. Eu não posso mais, sem ti, tudo me falta. Adeus, até amanhã, acredita-me. Tua afionadíssima Teresa”.¹⁷²

Nessas duas cartas, Teresa Cristina descreve ao marido toda a movimentação percebida nestes dias de guerra. Da mesma forma, não deixa de perceber a gravidade da situação; mais uma vez, nota-se a personalidade inquieta da imperatriz, que está preocupada com Pedro II, e as prolongadas ausências de notícias. Mas a guerra é outro objeto de análise constante de Teresa Cristina. Tudo o que se refere ao conflito preocupa a imperatriz, permanecendo envolvida com os acontecimentos. Em outros momentos, o conteúdo das cartas está repleto de detalhes sobre soldados, navios de guerra e notícias da Europa. A imperatriz está atenta a todos os detalhes: “na cidade se disseram tantas coisas sobre a guerra do Paraguai, que esperamos o vapor francês de Montevideú com impaciência”.¹⁷³

Em 1867, a guerra ainda estava em curso para Caxias; o avanço das tropas já sinalizava a vitória por parte dos aliados. Dessa forma, justificando problemas de saúde, pedia para retornar ao Rio de Janeiro, visto que o foco agora era a captura de Solano López. O despacho foi enviado para o ministério da Guerra, que traziam também outros motivos defendidos para que o marquês pudesse deixar o comando do exército. O ataque dos jornais sobre a continuidade do conflito atingiam pessoalmente a Caxias. Militar experiente, havia presidido duas vezes o Conselho de Ministros, além de ocupar cadeira no Senado Imperial.

¹⁷¹ Carta da imperatriz a Pedro II, 18 de agosto de 1865. Apud: AVELLA, Aniello. *Teresa Cristina de Bourbon: uma imperatriz napolitana nos trópicos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 199.

¹⁷² Idem, 20 de agosto de 1865.

¹⁷³ Ibidem, 17 de agosto de 1865.

Assim sendo, o imperador e seus conselheiros viam-se em uma situação difícil. Depois de muito debate entre o gabinete, conselho de guerra, e ministros, foi enviado ao marquês um ofício, que reafirmava a confiança do governo imperial em seu comando. Paralelamente, foi apresentado na “Fala do Trono” em maio, a proposta de lei para a extinção da escravidão, mas o tema causava muito desconforto nas elites políticas, somado com os desgastes da guerra. As disputas internas continuaram por muito tempo, inclusive com desentendimentos dentro da família imperial, sobre a questão da negativa do imperador, em enviar o conde d’Eu para auxiliar o marquês.

Enquanto o clima era bem tenso, nas esferas do poder político, a imperatriz Teresa Cristina continuava acompanhando com atenção os acontecimentos, mas seguia com sua rotina cotidiana, conforme vemos em seu diário, em meados de 1868:

- “1- Esta tarde ser receberam diferentes pessoas, sendo dia de felicitação pelo ano novo. Veio também o ministro português e seu adito. Leitura.
- 4 – Nós fomos ao teatro Gynnasio ver a comédia os Palermos. Primeiro foi recebido o ministro inglês (espaço em branco) que se apresentou pela primeira vez com toda a delegação, e também veio o ministro espanhol e o enviado da França Roquete e Mongomeri.
- 5 – Foi Paolo Barbosa a Tijuca.
- 6 - Festa de reis. Nós fomos a missa cantada na capela, leitura.
- 7 – O imperador saiu esta manhã para o embarque das tropas.
- 8 – Fomos ao arsenal da marinha para ver dois vapores que estão sendo construídos, 7 de Setembro, e um menor, Lamego. Depois fomos a Ilha das Cobras para ver lançar ao mar o monitor Piauí, depois fomos a bordo. Augusto veio de manhã de propósito para assistir a essa festa, depois da qual parti para Petrópolis.
- 9 – O imperador saiu para ver o embarque de 1.600 e muitos soldados para o sul.
- 10 – Em casa”.¹⁷⁴

Como de costume, o mês de janeiro foi bastante intenso: a imperatriz relata várias atividades ministeriais, outros tantos embarques de tropas para a guerra, eventos beneficentes no teatro e momentos de estudo em casa. Fevereiro também começou com visitas de ministros, de delegações estrangeiras a São Cristóvão. No dia 20, a imperatriz assistiu à distribuição de prêmios na Academia Imperial de Belas Artes, participou de recital no conservatório de música, e, por último, foi jantar na casa da filha Leopoldina. A rotina de Teresa Cristina estava permeada de atividades ligadas à sua posição, e pelos eventos constantes da guerra. A imperatriz anota tudo, ficando claro que estava atenta ao cotidiano político do império e de sua família:

- “21 – Festa dos militares. Augusto foi conosco.

¹⁷⁴ Diário da imperatriz, janeiro de 1868. Arquivo Histórico do Museu Imperial. Tradução nossa.

22 – Esta manhã nós fomos a cidade às 8 horas porque o imperador, ele tinha que ver o embarque das tropas, e eu fiquei no palácio para esperar lá o imperador, e ir junto ver o vapor América, Felipe também foi. Augusto não foi havendo conselho naval. Leopoldina não foi porque (espaço em branco). O vapor América é soberbo, saímos fora da barra depois que retornou o comandante Bossia que ofereceu o café da manhã, que foi muito bom, havia a música dos alemães. Às 2 estávamos de volta”.¹⁷⁵

Com d. Pedro II de volta ao Rio, o casal participou, em março, da sessão de aniversário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Os dias em branco no diário sinalizam que Teresa Cristina permanecia em casa. Mas a calma doméstica era interrompida com notícias da devastação da guerra. A imprensa não dava trégua nos detalhes, do que se passava no Paraguai. A imperatriz também estava preocupada com o arrastar do conflito e mantinha-se informada sobre tudo:

“20 – Chegou o vapor francês Annis do sul que trouxe a notícia que ocorreu uma grande batalha relatada por nossa armada sobre uma ponte contra os paraguaios que durou 5 horas, tomando-se. O marquês de Caxias teve um cavalo morto. Paraguaios se reconsideraram em Angustura.

21-22.

23 – Nós fomos ao teatro pela segunda vez assistir a baroneza de Cayapó. Quando estávamos lá veio a notícia da prisão de Vilella por nossas tropas no dia 11 de dezembro, que foi uma batalha sangrenta. Morreram muitas pessoas de um lado e de outro. Da parte dos paraguaios foi imensa, como se verá pelos jornais. Esta notícia veio pelo vapor brasileiro. Rapidamente havia muita alegria pela cidade, alguns foram ver bandas de música pela cidade dando vivas. Esta notícia nos dá esperança que em breve teremos a boa notícia do fim da guerra”.¹⁷⁶

Pela ótica da imperatriz, podemos perceber que ela sabia que o conflito estava custando muito para os envolvidos, principalmente muitas vidas perdidas. Pelo entusiasmo relatado por Teresa Cristina, na cidade do Rio de Janeiro, a opinião pública também estava ansiosa pelo término da guerra. O desejo do genro em tomar parte neste cenário só se concretizaria no ano seguinte, em 1869. Enfim, o imperador concordava com sua partida para a frente de batalha, a fim de auxiliar Caxias, e pôr fim ao conflito.

Janeiro começou, como de costume, com muitos compromissos, e uma viagem da princesa Isabel, com o marido a Minas Gerais, conforme descrito pela imperatriz. Aos sábados, havia a tradicional audiência diplomática no palácio. A filha Isabel e o genro estiveram bem próximos nesses primeiros dias do ano. A tão esperada nomeação para comandar as forças armadas na guerra chegaria em março. As tropas estavam exaustas e Caxias bem doente, assim,

¹⁷⁵ Idem, fevereiro de 1868. Tradução nossa.

¹⁷⁶ Ibidem, dezembro de 1868.

a coroa interveio em favor de sua substituição pelo conde d'Eu. Isabel estava desolada e atormentava o pai para que voltasse atrás na questão, o que não ocorreu. A imperatriz registrou as notícias das batalhas dos dias 21, 22 e 23 de dezembro, e nova atualização dos acontecimentos no dia 27.¹⁷⁷

Depois de tanta demora, o conde não estava convencido das verdadeiras razões que motivaram a mudança de atitude do imperador. Desconfiado, pediu esclarecimentos ao conselheiro Paranhos, sobre a pressa para que assumisse o comando do exército. O que estava em jogo era uma questão política, envolvendo conservadores e liberais. Assim, Pedro II procurou, na pessoa do genro, certa neutralidade para resolver os conflitos, bem como para animar o espírito dos combatentes, já bastante desgastado. Outra motivação girava em torno da captura, a qualquer custo, de Solano López, sem a qual a resolução da guerra pareceria incompleta.

O príncipe consorte também redigiu um diário de campanha, onde diariamente anotava suas impressões particulares, sucessos e frustrações na chefia do exército. A figura do príncipe tornava-se primordial nos eventos seguintes, que antecederam o final da guerra. A imperatriz manteve extensa correspondência com o genro e procurava animá-lo em sua nova função:

“30 de março. Almoçamos em São Cristóvão; dali, fomos ao Arsenal da Marinha com o Imperador e Gousti. Os barcos estavam entulhados no cais. Recebi felicitações do Instituto Politécnico; houve grande diligência de todos. Atraso de diversas pessoas. Esperamos a correspondência do ministro dos Negócios Estrangeiros; houve discussão para saber se passaríamos por Desterro. O Imperador, Gousti, o Visconde e numerosos oficiais saltaram do [vapor] Alice entre a ilha das Cobras e [o Forte de] Villegagnon. Enfim, deixamos a barra para trás. Fazia um tempo esplêndido. Havia nevoeiro do lado de Petrópolis, mas perfeita claridade nos morros do Município Neutro. O sol pôs-se entre nuvens de ouro, enquanto discernimos ainda as erras altas da ilha Grande e de Guaratiba”.¹⁷⁸

¹⁷⁷ Diário da imperatriz Teresa Cristina, janeiro de 1869. Arquivo Histórico do Museu Imperial. Tradução nossa.

¹⁷⁸ *Diário do conde d'Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai*/organização, tradução e notas de Rodrigo Goyena Soares. 1ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.



Figura 19: o conde d'Eu (esquerda), com a família imperial, antes de sua partida para a guerra.¹⁷⁹

Antes da partida do conde, o marquês de Caxias já tinha tomado a capital do Paraguai, Assunção, em 5 de janeiro de 1865, com grandes perdas para o Brasil. A guerra, que no começo era vista como questão de honra e soberania nacional, agora não tinha nenhum apoio da opinião pública. A permanência do exército imperial, e os recursos gastos para manter as tropas, minaram a economia interna. Caxias, doente e exausto, não desejava continuar a busca por López, o que desagradava ao imperador. O marquês, diante da recusa de seu pedido para deixar o comando, simplesmente saiu de Assunção, e deixou o comando do exército nas mãos do veterano mais velho. De volta ao Rio de Janeiro, o governo não fez questão de celebrar seu êxito, nem seu retorno. Teresa Cristina relata em seu diário a única ocasião em que o marquês de Caxias foi homenageado no palácio imperial:

“21 - Nesta noite o marquês e a marquesa de Caxias visitaram-nos. Após passar um tempo com o Imperador, o marquês veio apresentar seus respeitos a mim,

¹⁷⁹ Insley Pacheco, 1866. Veem-se a princesa Isabel, o conde d'Eu, Leopoldina e o marido, Augusto de Saxe (Gousti), sentados estão dom Pedro II e d. Teresa Cristina. Coleção *Retratos da Família Imperial*. CD-ROM, 2012.

eu estando com a marquesa e d. Josefina. Em minha presença, o Imperador entregou a ele a medalha de Campanha e pediu-me para prendê-la no peito do marquês”.¹⁸⁰

Com a demissão de Caxias, o conde teria todas as prerrogativas de comando, podendo escolher os oficiais que quisesse. O tom de d. Pedro II para com o genro havia mudado. Agora o imperador deixava claro que acreditava na capacidade do conde em um desfecho favorável para o Brasil. Dessa forma, ao chegar em Assunção, no dia 15 de abril, a opinião geral era positiva. Gastão d’Orleans começou reorganizando e reequipando as forças brasileiras, com o objetivo de capturar de vez Solano López, e pôr fim à guerra o mais rápido possível. A imperatriz também se mostra confiante que a presença do genro traria um resultado positivo, que, para ela, é o fim da guerra:

“29 de maio 1869, 10h da noite

Meu caro filho Gastão

Recebi ontem a tua carta de 15, e uma para o imperador que logo entreguei. Ela me fez o maior prazer sabendo que, graças a Deus, ia passando bem não obstante, as ocupações que deves ter, meu caro Gastão. Com prazer também li que o exército está agora mais satisfeito e animado com a tua estada lá. Ouvi dizer que se esperava em Montevideu naqueles dias o marechal. Tomara certo bem longe do Lopez. Espero em Deus que breve verei esta guerra acabada”.¹⁸¹

Três meses após assumir o comando do exército, o conde d’Eu empreendeu todos os recursos na ofensiva contra Solano López. O Paraguai sofreu uma derrota expressiva em Piribebuy, nas cordilheiras, e outra em Campo Grande, a leste do país, em 16 de agosto. Contudo, os imperiais não conseguiram a desejada captura de López. Para muitos, as causas da guerra já haviam sido sanadas, a prisão do presidente paraguaio era uma obsessão para o Brasil. Em sete meses de campanha, na desesperada busca pelo fugitivo, o exército brasileiro literalmente passava fome, pois, as provisões estavam atrasadas. O conde conseguiu decifrar o sistema de movimentação dos soldados paraguaios. Dessa forma, a busca continuava e o conflito também.

Na verdade, a rendição era uma questão de tempo, pois a capital, Assunção, já havia sido tomada pelas tropas brasileiras. Contudo, a negativa de rendição de López fazia com que avançassem para o centro do país. Gastão d’Orleans mostrava-se bem ciente do desgaste a que estavam expostos. Mas, para ele, como militar, era questão pessoal corresponder às expectativas do imperador, que tanto o tinha frustrado inicialmente:

“2 de setembro.

¹⁸⁰ Diário da imperatriz, fevereiro de 1869. Arquivo Histórico do Museu Imperial. Tradução nossa.

¹⁸¹ Carta da imperatriz ao conde d’Eu. Arquivo Histórico do Museu Imperial.

Veio Mitre e, após algumas considerações sobre as futuras expedições, indagou se não era tempo de enviar a López intimação para render-se, responsabilizando-o com sua vida, caso não aceitasse. Eu disse que não poderia responder nada a esse respeito sem consultar Paranhos, mas que essa intimação me parecia inoportuna enquanto não nos encontrássemos, novamente, em frente ao inimigo; e enfim, eu disse que não poderia pensar em dar outras condições de rendição a López se não a preservação de sua vida e aquela de seus súditos. Mitre, no que lhe concerne, dizia poder garantir-lhe liberdade de retirar-se para onde bem quisesse, mas fora da América do Sul. Pela primeira vez, ele queixou-se das despesas que a continuação desta guerra impunha às nações aliadas e do calor ao qual nos exporíamos; não obstante, comunicou-me que havia endereçado ao governo argentino relatório segundo o qual avançaríamos pelo interior. Em suma, pareceu-me que Mitre resignou-se a essa eventualidade, embora não a desejasse. Fez calor a tarde”.¹⁸²

Embora o conde tivesse boas qualidades de comando, não se comparava ao experiente marquês de Caxias. Assim, não estavam dentre suas qualidades, frieza, diplomacia na resolução de oposições contrárias, nem era um militar que inspirasse os demais. De todo modo, compartilhava da opinião que a guerra deveria terminar logo. Portanto, sempre defendeu suas justificativas junto ao imperador, e ao Ministério da Guerra. Como era característico de d. Pedro II, demonstrava muita paciência com o movimento das coisas. Seu desejo também era o fim do conflito, mas não antes da captura de Solano López. A imperatriz Teresa Cristina, continuava a correspondência com o genro, sempre com uma linguagem de preocupação maternal, mas também perfeitamente consciente das implicações que a guerra já trazia para o Brasil:

“26 de setembro de 1869. São Cristóvão.

Meu caro filho Gastão

A muito tempo não te tenho escrito, não foi por falta de amizade, mas como sei que tem tanto a fazer não quis te incomodar com minhas cartas. Como parte amanhã o capitão tenente Guimarães, me aproveito para mandar-te estas duas linhas. Com prazer pela Isabel tenho sempre notícias tuas que graças a Deus são boas e espero que assim continuará a certo, até o fim desta terrível guerra. Faço bem ideia o que terão tido de trabalho e aborrecimento. Espero que breve teremos o prazer de ver-te de volta. Adeus, meu caro filho Gastão. Recebe minha benção e abraço de tua afetuosa mãe, Thereza”.¹⁸³

Com o avanço do exército brasileiro, pelo território do Paraguai, os “vencedores” procuraram implantar reformas internas. Uma das mais significativas foi a abolição da escravidão no país. O conde d’Eu ordenara ao governo provisório paraguaio a imediata libertação dos negros escravizados¹⁸⁴. No Brasil, no entanto, não houve atitude contrária à

¹⁸² *Diário do conde d’Eu*, setembro de 1869. Apud: *Diário do conde d’Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai*/organização, tradução e notas de Rodrigo Goyena Soares. 1ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 152.

¹⁸³ Carta da imperatriz ao conde d’Eu. Arquivo Histórico do Museu Imperial.

¹⁸⁴ BARMAN, Roderick. *Imperador Cidadão*. Trad. Sonia M. Yamamoto. São Paulo: Ed. UNESP, 2012, p. 334.

atitude do conde, mas tão pouco facilitou o debate interno sobre a questão. Após o mês de agosto, a guerra parecia cada vez mais absurda. Solano López tinha mandado adolescentes e até crianças para a batalha.

Na contramão da política do imperador, d. Teresa Cristina não parecia estar a favor da captura, ou mesmo da execução de López pelas tropas. Em mais uma carta ao genro, evidencia que a fuga do ditador já seria o suficiente para acabar com o conflito. A intensa caça ao fugitivo López não traria benefícios a nenhum dos lados, já que o esgotamento era evidente, assim como desejo de muitos em desertar. Dessa forma, o conde d'Eu parecia mais como um “capitão-domato”¹⁸⁵ em busca do ex-presidente paraguaio:

“30 de outubro de 1869 – São Cristóvão
Meu caro filho Gastão,
Ha quase um mês que não te escrevo, não por falta de amizade, mas tenho estado doente com tu deve ter sabido pela cara Isabel, que foi para mim uma filha extremosa todo o tempo da minha moléstia. Graças a Deus estou quase de todo restabelecida o que tenho anemia e fraqueza nas pernas. Com prazer tenho sempre boas notícias tuas. Desejo bem saber com certeza que o Lopez tenha fugido, assim a guerra será finita e te poderemos ver entre nós. Não te mando notícias daqui porque Isabel te-las Dara. Adeus meu caro filho Gastão, receba a benção e abraço de tua afetuosa mãe, Thereza”.¹⁸⁶

Enfim, depois de longos cinco anos de uma guerra sangrenta, Solano López foi capturado em Cerro Corá, no dia 1 de março de 1870. O ex-ditador foi executado, junto com o filho adolescente. Sobre essa sentença de morte, o conde, segundo notas de seu diário, não estava de acordo, pois preferia o julgamento e prisão de López. Os anos de conflito marcaram o fim de uma época de estabilidade para o império brasileiro. Muitas foram as despesas, mortes, desgastes políticos e financeiros para o Estado.

Embora a opinião pública estivesse em júbilo pelo fim da guerra e pela pretensa vitória dos aliados, verificar-se-ia, nos anos seguintes, o enfraquecimento da monarquia de Pedro II. No Paraguai, as perdas foram muito maiores, justamente pela violência e carnificina, esgotamento de recursos naturais e de vidas humanas. Não é à toa que a “Guerra do Paraguai” ainda está no centro de debates na historiografia, de todos os países envolvidos. A guerra é considerada o maior conflito bélico da América do Sul.

Mesmo diante dos resultados negativos, a corte do Rio de Janeiro preparou uma grandiosa recepção para o exército de voluntários e para os militares de comando,

¹⁸⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 475.

¹⁸⁶ Carta da imperatriz ao conde d'Eu. Arquivo Histórico do Museu Imperial.

especialmente o conde d'Eu, que pode desfrutar, momentaneamente, de certa popularidade. Contudo, as festas que se seguiram não esconderam os problemas políticos que o Brasil “vitorioso” deveria enfrentar. O impacto do conflito era drástico, pois afetou as finanças internas e aumentou a dívida externa, além de agravar a crise de anos anteriores. Deu margem para o descontentamento das forças armadas do Brasil para com o governo e motivou o surgimento do Partido Republicano, em 1871. O imperador também estava visivelmente mudado: “o enorme esforço despendido durante o conflito fez com que, no final da guerra, aos 45 anos, ele parecesse um velho”¹⁸⁷.

Quando o príncipe consorte chegou à capital, foi recebido por estudantes eufóricos, vereadores, presidente de províncias, professores, políticos, e muita gente que reconhecia os esforços dos imperiais. “Organizaram-se declarações de poesia, cantou-se um te-déum e emanciparam crianças cativas. Alguns outros organizaram uma subscrição para adquirir uma espada de ouro que seria presenteada ao Príncipe”¹⁸⁸. O entusiasmo era visível, para a imperatriz, que agradeceu o genro e “filho”, por sua dedicação, e atuação direta no encerramento da guerra:

“19 de março de 1870 – São Cristóvão
Meu caro filho Gastão

Parabéns e muitos parabéns te ofereço pela glória e terminação [término] da guerra de que tu tomaste grande parte. O país te deve ser bem agradecido de todos os sacrifícios pelo que tu passaste. Recebe um abraço bem de coração de tua mãe pela terminação (término) da guerra. Pode bem imaginar a alegria que tivemos com esta notícia, particularmente, Isabel e o imperador. Quando esta notícia chegar em Europa deve causar grande espanto, porque não esperavam este desfecho. Phelippe já partiu para o sul ainda nada sabendo de sua chegada a Santa Catarina. De novo te lo recomendo e te peço de lhe entregar esta carta. Adeus, receba minha benção e abraço de tua afetuosa mãe. Thereza”.¹⁸⁹

O conflito e a conclusão da guerra contra o Paraguai foram um divisor de águas na história do Brasil e marcou profundamente a política e a economia do governo de Pedro II, como apontamos. A aparente vitória dos aliados e a subjugação do governo paraguaio não foram suficientes para que a opinião pública louvasse tal conflito. Ao contrário, notou-se um país devastado financeiramente e, o mais grave, humanamente esgotado, em que suas questões sociais não chegaram a ser sanadas.

¹⁸⁷ CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 124.

¹⁸⁸ *Diário do conde d'Eu*, setembro de 1869. Apud: *DIÁRIO DO CONDE d'EU: comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai*. Organização, tradução e notas Rodrigo Goyena Soares. 1ªed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 50.

¹⁸⁹ Carta da imperatriz ao conde d'Eu. Arquivo Histórico do Museu Imperial.

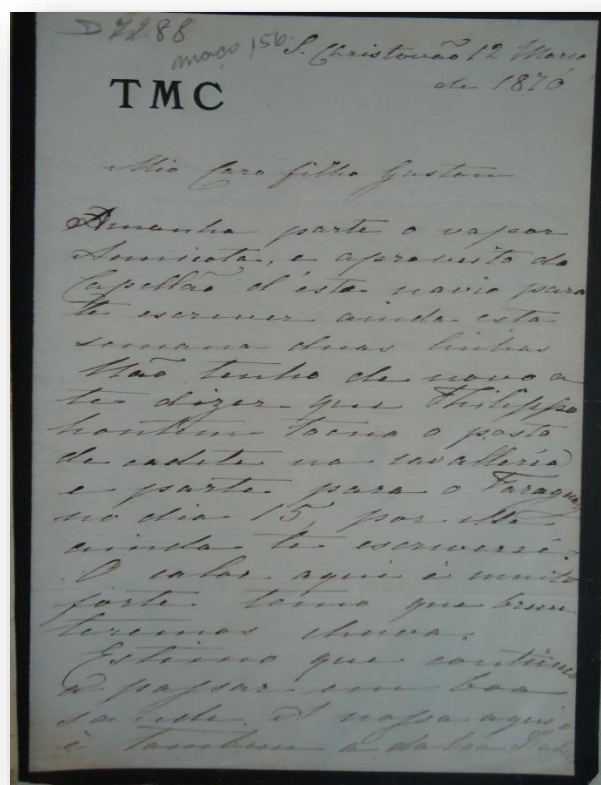


Figura 20: Carta da imperatriz ao conde d'Eu, 1870.¹⁹⁰

¹⁹⁰ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis/RJ. Foto do autor, 2013.

III

Caminhos da imperatriz: as viagens de Teresa Cristina pelo Brasil e pelo mundo

Contrariamente às três ocasiões que esteve fora do Brasil, (1871-73, 1876-77, 1887-88), as viagens de dom Pedro II pelas províncias do império tinham caráter oficial, portanto, de afirmação da autoridade territorial e monárquica. Na maioria dos casos, estavam presentes a imperatriz Teresa Cristina e uma comitiva especial. As viagens pelo Brasil ocorreram em vários momentos do governo de Pedro II, não vamos nos deter sobre todas elas, o que seria longo e desnecessário neste tópico. Para tanto, escolhemos algumas ocasiões, em que tais visitas tiveram maior impacto político, bem como destaque na imprensa da época.

Como já mencionado, os imperadores fizeram sua primeira viagem oficial pela província do Rio Grande do Sul em 1845, passando por Santa Catarina e, no retorno à capital, por São Paulo. Apesar da preocupação de alguns setores da política pela escolha da província a ser visitada, a recepção da comitiva imperial foi melhor do que se esperava. Certa curiosidade animava os gaúchos em ver o jovem imperador e sua esposa que, segundo as notícias locais, causou grande simpatia na população por sua simplicidade. O casal desempenhava funções distintas, a imperatriz Teresa Cristina visitava hospitais e educandários, além de participar de missas e recepções. O imperador esteve, ainda mais uma vez, no Rio Grande do Sul em 1865, no contexto inicial da guerra contra o Paraguai. Em 1847, o imperador percorreu regiões do Rio de Janeiro, mas, na ocasião, a imperatriz estava grávida e, portanto, não o acompanhou nesses percursos.

As viagens imperiais pelo Brasil faziam parte do rito da monarquia, no processo de construção da identidade nacional, permeada pela figura institucional do imperador, bem como de agregação das elites locais. Todo o ritual começava com o anúncio oficial da viagem, dos locais por onde a comitiva iria passar, o que resultava no embelezamento de ruas, edifícios públicos, praças, casas etc. Tudo deveria ter um cenário perfeito para agradar os imperantes, políticos e, é claro, proporcionar à população momentos de entretenimento. Dessa forma, todo o aparato que envolvia a ocasião era permeado pelo exercício visível da “forma de poder”¹⁹¹ da

¹⁹¹ GENOVEZ, Patrícia Falco. A viagem como forma de poder: a viagem de Pedro II e a inauguração da rodovia União e Indústria em 1861. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 3, nº 5, 1998, pp. 161-180.

instituição monárquica, bem como a “personificação do próprio Estado”¹⁹² na pessoa de Pedro II.

Outra dessas ocasiões ocorreu em 1859 durante a primeira viagem oficial à Província do Nordeste.¹⁹³ A escolha dessa região reflete, além dos aspectos políticos, um forte apelo simbólico, pois, em 1823, d. Pedro I e a imperatriz Leopoldina também visitaram a província baiana. Assim, no dia 1º de outubro de 1859, Pedro II, a imperatriz Teresa Cristina e numerosa comitiva partiram rumo às províncias do Nordeste brasileiro. Chegaram em Salvador no dia 6, iniciando, assim, a visita oficial a uma das áreas mais antigas da história da colonização. O imperador registrou com detalhes essa viagem nos seus cadernos de viagem. Essa documentação, juntamente com os registros da imperatriz, foi reconhecida como patrimônio da humanidade, sendo inseridos no “Registro Memória do Mundo da Unesco” em 2013.¹⁹⁴

Como de costume, a população baiana recebeu com entusiasmo os imperantes. Os prédios públicos foram reformados e enfeitados com bandeiras verde-amarelas. Foi erguido pela Câmara Municipal um pavilhão para a entrega das chaves da cidade. Os monarcas hospedaram-se no Palácio do Governo, seguindo a determinação do próprio imperador que não desejava gastos excessivos e desnecessários. Após a chegada, seguiu-se uma extensa agenda, iniciada na sala do trono, ricamente preparada para receber a elite local:

“Foi com o maior prazer que toda a população da Bahia viu anunciada a visita do Augusto Monarcha Brasileiro e de sua virtuosa Esposa à antiga capital da vasta região de Santa Cruz, tão cheia de recordações históricas, quanto de bellezas naturaes [...]. S.M. o imperador, desejando sobretudo poupar sacrifícios pecuniários aos habitantes dos lugares que pretendia visitar, mandou recomendar ao presidente da província que se limitasse a fazer preparar para sua residência o palácio do governo, e as casas das camaras municipaes, ou outros edifícios públicos que porventura fossem mais commodos, advertindo que todas as outras despezas seriam feitas pela mordomia. Essas recommendações fizeram-se públicas, além de serem oficialmente communicadas as competentes autoridades”.¹⁹⁵

“[...] No fundo avultava o dossel. Sobre três degraus, forrados de veludo verde e orlados de fino galão de ouro, estavam duas cadeiras de braços, ambas douradas em obra de talha, estofados de damasco de Lyon, escarlata. Ao lado de cada uma dessas cadeiras via-se um bufete forrado de veludo verde, agalado de ouro, e em cima deles duas almofadas do mesmo estofado com bordas também

¹⁹² Idem, p. 2.

¹⁹³ Cf. *Memórias da viagem de SS. Magestades Imperiaes ás províncias da Bahia, Pernambuco, Parahiba, Alagoas, Sergipe, e Espírito Santo. Tomo I, 1861*. Disponível online na Biblioteca do Senado Federal. Acesso em 20 de dezembro de 2019; *Viagens pelo Brasil: Bahia, Sergipe, Alagoas, 1859-1860*. Dom Pedro II, prefácio e notas de Lourenço Luiz Lacombe, 2ª ed. Rio de Janeiro: Bom Texto; Letras & Expressões, 2003.

¹⁹⁴ Cf: <<http://museuimperial.museus.gov.br/palacio/patrimonio-da-humanidade.html>>. Acesso em: janeiro de 2020.

¹⁹⁵ *Memórias da viagem de SS. MM. II*, p. 5

de ouro. De uma grande coroa dourada, suspensa no alto, pendiam graciosamente duas cortinas de veludo também verde, forradas de seda amarela e guarnecidas com granja de ouro, sendo ambas rematadas por uma sanefa de veludo verde, orlada com galão e colhida com uma borla de canotilho”.¹⁹⁶

Nota-se toda a opulência que marcava o discurso ligado à autoridade imperial. Nem mesmo d. Pedro II podia fugir deste aparato em torno de sua figura. Dessa forma, os espectadores deveriam presenciar todo o simbolismo da monarquia e seus atributos de poder. A comitiva permaneceu em terras baianas até dia 12 de outubro. Nesse período, o imperador visitou escolas, um hospital militar, participou de exames públicos e de celebrações religiosas. A imperatriz Teresa Cristina recebia, por vezes sozinha, a população e autoridades locais, e também visitava hospitais, orfanatos, recolhimentos para meninas e igrejas, além de tomar parte em recepções e bailes, onde até dançava com algum convidado.

Em torno da figura da imperatriz, havia muita curiosidade, pois as histórias sobre suas qualidades já haviam chegado àquelas terras. Uma das primeiras homenagens foi dirigida à Teresa Cristina pelas alunas da escola pública da Conceição da Praia e do colégio Gratidão da freguesia da Sé. Vestidas de branco e coroadas com flores brancas, receberam a esposa de d. Pedro e uma das alunas recitou versos e dirigiu-lhe uma breve saudação:

“Senhora. – Não é uma homenagem mentida de grandes palavras ou grandes pompas o que vimos oferecer a V. M. I.; é a expressão singela de algumas almas cândidas, que apenas sabem dizer o que sentem. Senhora, vós sois bem bem-vinda entre os bahianos. V. M. Imperial era há muito d’elles conhecida pela fama de vossas virtudes que a ornão, hoje vão elles ter o ineffavel prazer de contemplar Vossa Augusta Pessoa. Nós, parte mínima d’este povo brioso, vimos em nome dos mais terno sentimento da humanidade, vimos guiadas pela piedade filial saudar a mãe desvelada dos brasileiros”.¹⁹⁷

O cerimonial seguia um rigoroso protocolo, que se evidenciava quando o casal participava da mesma solenidade. Nos desfiles pelas ruas da cidade, havia sempre grande número de pessoas, bem como proteção da guarda nacional, cavalaria, e claro dos altos membros da igreja. Tudo com o objetivo de elucidar o *status* do monarca, e o lugar que ele ocupava na hierarquia política do Império. No primeiro desses eventos, a tropa contava com cerca de quatro mil soldados, os imperadores iam debaixo do pátio, que era igualmente carregado pelos políticos mais importantes da província. Somavam-se tiros da artilharia, desfiles da cavalaria e continência diante dos monarcas. Nessa época, ainda ocorria um ritual particularmente curioso, o “beija-mão”, introduzido nos tempos de d. João VI. Um sinal de

¹⁹⁶ *Idem*, p. 18.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 25.

subserviência ao imperador e a monarquia. Tal prática não agradava muito a d. Pedro II, que, na primeira oportunidade, lançou mão dele:

“SS. MM. dignarão-se dar logo o beija-mão, a que forão admittidas além das pessoas que fizerão parte do cortejo, segundo determinações do programa, os officiais dos corpos que se achavão em parada. S. M. o imperador trajava a farda de general, e S. M. a imperatriz vestia de azul e branco, tendo na cabeça plumas das mesmas cores”.¹⁹⁸

O imperador Pedro II inspecionou tudo o que julgou importante em sua estada em Salvador e nas redondezas. Participou, com especial interesse, de exames em escolas públicas, onde anotava as impressões sobre a organização do prédio, preparo dos professores, métodos de ensino, e sobre o aprendizado dos alunos. Por vezes, ficava desapontado pelo currículo ensinado e pela falta de preparo de algumas instituições. A imperatriz, por sua vez, priorizava visitas a casas religiosas, hospitais e orfanatos, nos quais se destacava a simplicidade com que se dirigia às crianças sem família. A comitiva seguiu para Itaparica e para outras vizinhanças, onde todo o protocolo repetiu-se.

Tendo concluído essa etapa da viagem e após uma missa na igreja de Nossa Senhora da Corrente, os imperadores receberam as despedidas do corpo diplomático, e da população presente no cais. No dia 16 de outubro, partiram a bordo do vapor *Pirajá*, com os presidentes das províncias de Alagoas e Sergipe. Estavam juntos os correspondentes do *Jornal do Commercio*, e da *Bahia*, dr. Pedro Eunapio da Silva Deiró, e Francisco José da Rocha.

¹⁹⁸ *Memórias da viagem de SS. Magestades Imperiaes ás províncias da Bahia, Pernambuco, Parahiba, Alagoas, Sergipe, e Espírito Santo. Tomo I, 1861.* Disponível online na Biblioteca do Senado Federal p. 26.



Figura 21: Pedro II e a imperatriz Teresa Cristina em visita à Bahia.¹⁹⁹

A comitiva seguiu pelo baixo São Francisco, onde d. Pedro fazia anotações, e desenhos das paisagens que observava com atenção. A primeira parada foi no povoado de Piassabuçu, com cerca de 2000 habitantes. Lá assistiu aulas em uma escola com 84 meninos matriculados, e, também 40 meninas. Notou que a população de mulheres era bem superior à dos homens.²⁰⁰ Chegando à cidade de Penedo, dirigiu-se ao convento franciscano para uma cerimônia, indo depois para a Câmara Municipal. O imperador sentiu-se satisfeito com a beleza da cidade, porém, advertiu o presidente da província de Alagoas, sobre as condições precárias da pesca, e de algumas moradias. Para auxiliar, deixou no município 4 contos para o adiantamento das obras mais urgentes. Queixou-se da banda de música, que tocou “sofrivelmente”, da pregação

¹⁹⁹ Óleo s/tela de Joaquim Gomes Tourinho da Silva, 1861. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Disponível em: < https://www.instagram.com/brazil_imperial/?hl=pt-br >. Acesso: 10 de novembro de 2018.

²⁰⁰ Pedro II, 14 de outubro de 1859. Apud: *Viagens pelo Brasil: Bahia, Sergipe, Alagoas, 1859-1860*. Dom Pedro II, prefácio e notas de Lourenço Luiz Lacombe, 2ª ed. Rio de Janeiro: Bom Texto; Letras & Expressões, 2003, p.104.

“maçante” do franciscano, e do cantochão muito longo dos padres: “arranhou-nos os ouvidos”.²⁰¹

Seguindo seu itinerário, o imperador passou pelos povoados de Carrapicho, e da Saúde. A imperatriz estava com as filhas Leopoldina e Isabel, que acompanhariam a próxima etapa da viagem a Recife, Pernambuco. D. Pedro ainda passou por Propriá, local onde tinham sido descobertos alguns fósseis, que foram enviados ao Rio de Janeiro, para o Museu Real. Pedro II quis visitar uma aldeia indígena, que o recebeu em 2 fileiras com suas indumentárias tradicionais, portando arcos e flechas. Passou ainda, por Serro dos Três Irmãos, Traipu, chegando, por fim, a Curral das Pedras, em Sergipe.

Enquanto d. Pedro II percorria vários lugares, em Salvador, a imperatriz Teresa Cristina, no dia 19 de outubro, representou o marido na festa de São Pedro de Alcântara, padroeiro do Império e do imperador. Foi preparada uma grande recepção, onde, com uniformes de grande gala, militares, políticos, magistrados, funcionários públicos e artistas prestaram lealdade à imperatriz do Brasil. Teresa Cristina cumpriu à risca seu papel, com sua amabilidade de sempre. Convidou 71 veteranos da independência para um almoço no Paço Imperial, no dia seguinte. Na ocasião, fez-se, como de costume, continências diante da imperatriz e os veteranos da Bahia fizeram um típico discurso em versos. Em outro momento, Teresa Cristina escrevia ao marido:

“Bahia, 18 de outubro de 1859

Caro Pedro

Grandíssima foi a minha alegria ontem à noite quando Pedreira, às 8 e meia, me deu a tua carta do dia 13, com a felicidade percebo o tem bom estado de saúde até o dia 15. Fizeste muito bem ficando na baiúca como tu dizes, assim não sofreste; dessa maneira deverias fazer todas as viagens. Vejo daqui que me dizes que fostes bem recebido e com muito entusiasmo; e eles têm toda a razão, pois tudo o que fazem por ti e não é suficiente; porque tu mereces tudo. Tenho muitíssimas saudades de ti, desejo já ver-te de volta e dar-te um abraço bem terno, não tem um momento em que eu não me lembre de ti, caro Pedro”. Passei o dia 15 bem triste, longe de todos aqueles que amo. Não aguento mais esta distância. Fui obrigada a receber no dia 15, às 6 da noite, todas as pessoas que vieram me cumprimentar, que foram numerosas, o corpo consular e a câmara municipal também. Todos me perguntaram se eu havia recebido notícias tuas. No dia 19 haverá o almoço dos veteranos e a noite receberei. Eu não saí, estou a manhã toda nos meus aposentos, me parece estar numa masmorra. Faz um calor excessivo, sobretudo à noite, quase não posso dormir por causa sempre da mesma tosse de irritação. Calmon vem aqui todos os dias, diz que é sua obrigação; estes dois últimos dias veio somente depois do almoço porque está com secreção. No dia 15 estes senhores me presentearam com doces, 2 bezerras, 2 cabras, 1 carneiro. Desejo-te todas as felicidades no dia do teu onomástico, como teria gostado poder passá-lo contigo, enfim paciência. [...]. Não recebi as coisas de barro que comprastes para as pequenas, imagino que tu não as tenha enviado ainda, pois não as recebi. Aqui o tempo nos dias 13 e 14 foi magnífico,

²⁰¹ Idem, p. 105-106.

nos dias 16 e 17 teve chuva pela manhã, depois do almoço foi bom. Adeus, adeus, um abraço terno da tua Esposa do coração. Teresa²⁰²

A imperatriz é bastante eloquente em suas considerações sobre as formalidades do dia, bem como sobre diversos aspectos. Notamos a liberdade narrativa, algo que não acontece sempre na escrita dos diários. Da mesma forma, observa-se o motivo pelo qual o imperador mencionou raras vezes a esposa em seus diários de viagens, talvez por protagonizarem eventos em momentos distintos. Mas o que fica evidente é que Teresa Cristina tinha um papel importante nessas ocasiões, em que, não raras vezes, assumia para si a representação política da monarquia. Na cerimônia do beija-mão, a imperatriz pediu para ver a histórica bandeira da batalha do Pirajá²⁰³, que foi apresentada na presença do presidente da província. Em seguida, na janela do paço, recebeu a continência da guarda, e, na sala do trono, a população de Salvador.

Dom Pedro II retornou à capital baiana em 26 de outubro e foi recebido pelas autoridades, sendo conduzido ao encontro da imperatriz Teresa Cristina. Os monarcas continuaram a percorrer vários lugares, dando continuidade ao programa de visitas, tais como a catedral, ao convento do Carmo e à Câmara de Jaguaripe. Nessa etapa da viagem, devia o imperador dar a atenção aos membros do clero, participando de vários ofícios religiosos e audiências. O imperador quis visitar também os presídios e mostrou interesse em saber das condições dos presos, de suas sentenças, e como eram atendidas suas necessidades mais básicas: “não consentido que sofram pena mais dura do que a lei permite”.²⁰⁴

No mês de novembro, concluíram a viagem pela Bahia, mas antes os imperadores quiseram visitar as povoações do recôncavo. A bordo do *Apa*, passaram pela cachoeira de Itajaí, Itaparica, Santo Amaro e Nazaré. Foi extenso o itinerário pelas regiões de Salvador. Na noite de 17 de novembro, a elite baiana compareceu em peso ao baile oferecido pela Associação Comercial da Bahia. A ocasião mostrou todo o poder político local, as mais importantes famílias rivalizavam em suas *toilettes*, joias e todo o possível, para demonstrar que a elite local nada deixava a desejar em opulência. D. Pedro II dançou com a esposa do comendador e com várias senhoras. A imperatriz, vestida de preto e com grinalda de rosas brancas na cabeça, dançou com o ministro do império, João de Almeida Pereira, e com o conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da província.

²⁰² Carta da imperatriz à Pedro II, Arquivo Histórico do Museu Imperial. Apud: AVELLA, 2014, p. 191.

²⁰³ Considerada a principal batalha na época da independência, onde as tropas baianas enfrentaram e venceram as forças portuguesas em 1823.

²⁰⁴ Memórias da viagem de SS. MM. II, p. 113.

Por fim, no dia 19 de novembro, a viagem seguiu rumo à Pernambuco. De acordo com a imprensa, a despedida dos imperadores foi “extraordinária”, dado o número de pessoas, que compareceram ao Paço da cidade e que acompanharam a carruagem durante o trajeto, até o arsenal da marinha. A guarda nacional ficou a cargo da escolta dos imperantes pelas ruas, as casas estavam cobertas de tapeçarias e flores. Pedro II e Teresa Cristina embarcaram no *Apa*, sendo seguidos por barcos a velas, todos embandeirados. Assim, a comitiva deixava a Bahia e, ao que parecia, estava satisfeita com a visita imperial, tendo tido a viagem um bom resultado.

Em Recife, a principal capital das províncias do Norte não foi diferente. Toda a cidade tinha se preparado e esperava com curiosidade os ilustres visitantes. O imperador e a imperatriz chegaram no dia 22 de novembro de 1859. O acontecimento foi noticiado por todos os jornais que circulavam na cidade. A Província de Pernambuco cumpria um importante papel no centro político e econômico do império. Dessa forma, a visita de d. Pedro II e da imperatriz tinha como objetivo central fortalecer a aliança entre a capital e a região e “sanar a crise política, que já era sentida no Rio de Janeiro”.²⁰⁵ De todo modo, apesar do caráter conciliador da visita, a população estava entusiasmada em ver os imperadores e todo percurso oficial era noticiado em detalhes:

“Ao meio-dia os sinos da torre do Collegio, os da minha matriz²⁰⁶, annunciavam o TE-DEUM, que a noite se havia de cantar na igreja do mesmo Collegio, em honra e louvor da da feliz visita de SS. MM. á capital de Pernambuco [...]. A immensa população desta encantadora cidade pouco a pouco ia despertando do pequeno descanso, com que havia reanimado as lassas forças, fatigadas nos festivos e innocentes prazeres em que haviam empregado grande parte da noite, absorta pelos regozijos em que nadavam por ocasião da visita de seus augustos soberanos. Eram 6 horas da manhã [...]. S.M. o Imperador se achava montado em um soberbo cavallo castanho de raça andaluz, que suavemente movia os passos como que para não privar o illustre cavalheiro de aspirar as suáveis emanações de um nascer do dia em uma terra onde o viajante pela primeira vez tudo para elle é novo e curioso [...]. Eram 4 ³/₄ da tarde. Immensas turmas que faziam para mais de três mil pessoas se apinhavam no campo do palácio, e em grandes ondas, sempre crescentes, affluíam até a fachada do paço imperial. Era pelo meio dessas grandes turmas que cortava uma pequena jangada de pescaria competentemente tripolada puchada sobre quatro rodas a dous tirantes por 36 homens daquela profissão, vestidos simplesmente de calças e camisa brancas com um bonet de verde e amarelo; trazia sua vela aberta e bem enfunada pelo vento; dir-se-ia que ia navegando sobre mares de bonanças. Parou, ou pareceu que dera fundo, ou encalhara defronte ao portico principal do paço. S.M. a Imperatriz, logo incontinentemente appareceu em uma das janellas acompanhada de uma de suas damas, dos Exms. Srs. Ministro do império, presidente da província, e alguns fidalgos da casa imperial alli em serviço.”²⁰⁷

²⁰⁵ Cf. COSTA. Ana Cristina Bezerra. O império e o imperador: motivações para a viagem de D. Pedro II à Província de Pernambuco em 1859. In: *ANPUH-BRASIL – 30º Simpósio de História*. Recife, 2019, s/d.

²⁰⁶ Vigário João Clemente da Rocha.

²⁰⁷ Diário de Pernambuco, 17 de dezembro de 1859. Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O cronograma oficial era semelhante ao de outras cidades visitadas. Foram 32 dias em Pernambuco e os imperadores percorreram várias localidades, repartições públicas, escolas, igrejas, quartéis. Receberam tanto pessoas da elite, bem como a população em geral; “prestigiando tanto as lideranças conservadoras quanto as liberais”²⁰⁸. Entre as cidades visitadas, destacam-se: Olinda, Bujari, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão, Tamandaré, Rio Formoso, dentre outras.



Figura 22: Desembarque de Pedro II e de Teresa Cristina em Recife.²⁰⁹

O casal imperial permaneceu na província até 24 de dezembro. Durante esse período, dom Pedro II, no auge de seus 34 anos de idade, viu e deixou-se ver; firmando uma imagem de estabilidade e poder, amparado pelo cerimonial da monarquia, mas também pela cordialidade no trato com a elite e com a população. A próxima parada da comitiva era em Paraíba, chegando ao porto do Capim, a tempo para as festas de natal. A região foi palco de várias revoltas ao longo do século XIX, mais um dos motivos para a visita do imperador. Após celebrar o natal em João Pessoa, d. Pedro II iniciou seu itinerário acompanhado por políticos e pelo presidente da Província, Ambrósio Leitão da Cunha. Nos dias seguintes, passaram em Cabedelo, Pilar e Bayeux. A última parada da viagem era na cidade de Mamanguape. A visita à província da Paraíba encerrou-se no dia 30 de dezembro.

²⁰⁸ COSTA, Ana Cristina Bezerra. O império e o imperador: motivações para a viagem de D. Pedro II à Província de Pernambuco em 1859. In: *ANPUH-BRASIL – 30º Simpósio de História*. Recife, 2019, s/d 2019, s/d.

²⁰⁹ Fotografia de Augusto Stahl. Disponível em: <<http://revista.algomas.com/exclusivas/dompedro>>. Acesso: novembro de 2018.

Durante a passagem dos imperadores por Maceió, na província de Alagoas, a imperatriz Teresa Cristina cumpriu muitas funções sem d. Pedro II e por lá permaneceu durante boa parte da estadia e prestigiou um evento um tanto inusitado. Após uma sessão de beija-mão no Paço, a imperatriz assistiu à apresentação do “Batalhão da Imperatriz”, composto por 200 mulheres, em meio aos muitos festejos populares, em honra de d. Teresa Cristina:

“Todas estas noites há sido muito concorrido o beija-mão á S. M. a imperatriz, tanto de homens como de senhoras que, na honra que recebem, ficam fanatisados pelo acolhimento que encontram na idolatrada soberana dos brasileiros. O povo em massa não tem abandonado a praça, e constantemente os foguetes e os vivas dão fogo ao entusiasmo de que se acha possuido o povo alagoano; as lindas noites de lua hão abrilhantado mais o festim popular. Na quinta feira á noite, deu-se porem, um d’esses factos grandiosos e tão sublimes que bem difficil é descrevel-os [...]. Queremos falar do batalhão da imperatriz, composto somente de senhoras e que marchou n’essa noite no largo dos Martyrios, logar da parada, para a praça do paço imperial [...]. As 8 horas da noite de 5 corrente marchou do largo dos Martyrios, esse distincto batalhão, composto todo de senhoras gradas d’essa cidade, a duas de fundo, tendo por sua chefe, a Exma. Sra. D. Amália Dantas, digna esposa do Exmo. Sr. Presidente d’esta província [...]. Era uma distincta homenagem prestada á virtuosa Imperatriz, cuja virtude e história fazem o esplendor da corôa brasileira”.²¹⁰

Antes de retornar para o Rio de Janeiro, a comitiva de d. Pedro II ainda iria passar pela província do Espírito Santo. Saíram de Valença, na Bahia, em direção a Vitória, por lá chegando no dia 26 de janeiro de 1860. A recepção seguiu o molde das outras cidades. Antes do desembarque, ouviram-se salvas de tiros, hino nacional, enquanto o *Apa* aproximava-se da fortaleza de São Francisco Xavier da Barra. Foguetes também foram ouvidos por toda cidade. Para receber os imperadores, subiu a bordo o presidente da província, Pedro Leão Veloso, o secretário de governo e outras autoridades:

“Todas as autoridades civis e militares, tudo enfim que há de mais distinto na província estava no Cais das Colunas esperando Suas Majestades. Para recepcionarem e acompanharem a imperatriz, num dos pavilhões, o da esquerda, aglomeravam-se as senhoras da sociedade juntas à primeira dama da província, a esposa do presidente, D. Francisca Autran Leão Veloso. Vestiam seus mais belos e esmerados trajes de gala; cinturinhas elegantemente apertadas pelos coletes abertos na frente, à Maria Stuart, à Lavallière, à La Pompadour, cabelos enfeitados de fitas e de flores”.²¹¹

Em seguida, os monarcas seguiram escoltados pela Guarda Nacional, em cortejo, até a capela para a bênção das autoridades eclesiásticas. Pela “Ladeira do Imperador”, via-se um arco patrocinado pelos comerciantes da cidade, bem como muitos capixabas que se aglomeravam

²¹⁰ *Correio da Tarde: Jornal Commercial, Político, Litterario e Noticioso do Rio de Janeiro*, 9 de janeiro de 1860. Disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²¹¹ ROCHA, Levi. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. 3ª edição. Vitória: Coleção Canaã, 2008, p. 64.

para ver o imperador e a imperatriz. Na frente do paço, foi realizada uma grande parada militar, composta de oitocentos a mil soldados; os imperadores assistiram à exibição das janelas. Como de costume, teve início, na sala do trono, o tradicional beija-mão, em que compareceram representantes de vários municípios. Havia em torno da visita uma forte expectativa econômica da província, visto que havia muitas fábricas de açúcar, de cachaça, além de muitas fazendas de café.²¹² Uma rotina igualmente extenuante aguardava d. Pedro II e d. Teresa Cristina, que deveriam visitar inúmeras igrejas, conventos, escolas, orfanatos, repartições públicas etc. À noite, das janelas do palácio, os imperadores ainda apreciavam a iluminação da cidade.

Em suas andanças pelas escolas da província, o imperador mostrou-se insatisfeito com o ensino público, o que não era novidade, visto que, na opinião do diretor da instrução pública, João dos Santos Neves, o ensino na província era “negativo, que sem dar nada, ou dando pouco, gasta e estraga muito”²¹³. Na última etapa da viagem, d. Pedro II seguiu em fevereiro de 1860, para a Serra, passando por Nova Almeida, Linhares, Itapemirim, Guarapari e Colônia do Rio Novo. Na ocasião, encontrou com seu primo austríaco, o príncipe Maximiliano de Habsburgo, irmão do imperador da Áustria, Francisco José, que estava em excursão pelo Brasil. Ao término da viagem pelo Espírito Santo, no dia 9 de fevereiro, Maximiliano seguiu para o Rio de Janeiro, com a comitiva imperial.

Nem todos concordavam com os reflexos positivos das viagens de d. Pedro II pelas províncias citadas. Dentre os objetivos “negativos”, destacavam-se o endurecimento da centralização de poder na capital do império e, por conseguinte, a má distribuição econômica. Ficou evidente, em alguns casos, a precariedade das instituições nas distantes províncias, bem como do ensino, das condições urbanas e políticas, dentre outras. Tal fato não passou indiferente ao imperador, que, na “Fala do Trono”, na abertura da Assembleia Geral do ano seguinte (1861), ressaltou a necessidade, urgente, de “melhorar o sistema administrativo das províncias; reformar a legislação militar, facilitar os meios de comunicação; administrar retamente a justiça e atender à sorte dos encarregados de distribuí-la”:

“A mingoa das subsistências, proveniente da inclemência das estações, sentiu-se em alguns pontos do Império, flagellou, com mais rigor os povos do sertão da Bahia [...]. Melhorar o systema administrativo das províncias, e a posição de seus primeiros funcionários, é uma necessidade, cuja satisfação se torna cada vez mais urgente [...]. Promover a aquisição de braços uteis, bem como a fundação de escolas práticas de agricultura, e tudo o quanto possa alimentar este principal ramo da produção nacional, é assunto de maior importância, digno seguramente de vossa solicitude. As rendas públicas ainda se resentem das

²¹² Idem, p. 70.

²¹³ Ibidem, p. 93.

causas que têm concorrido para seu decrescimento. Espero, porém, que por meio do mais escrupuloso emprego dos dinheiros públicos poder-se-ha equilibrar-se a receita com a despesa, mantido sempre o nosso credito dentro e fora do paiz”.²¹⁴

Ainda em 1861, d. Pedro II vai, com toda a família imperial, para a cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, com o objetivo de inaugurar a estrada “União Indústria”, que aproximava a corte ao sul de Minas, importante na produção de café. A família imperial ficou hospedada na quinta do comendador Mariano Procópio Ferreira Lage. Essa viagem pode ser compreendida como uma “ponte que unia os interesses do Império aos da região sul da Zona da Mata Mineira”²¹⁵. A presença de d. Pedro II, da imperatriz Teresa Cristina e das filhas, Isabel e Leopoldina acenavam para o “discurso do progresso”, almejado pela região, com a inauguração da estrada, assim como a diminuição da distância entre a elite local e a capital do império, facilitando suas aspirações políticas. A visita, desta vez, durou 5 dias e não foi na província de Minas, mas na cidade de Juiz de Fora. Ficou evidente o *status* da elite local e seu papel social na produção cafeeira e escravocrata no país.

De todo modo, essa etapa das viagens imperiais pelo Brasil teve como eixo principal a unidade nacional e simbólica do império. Ofereceu tanto para as elites quanto para a população, uma relação de troca com o imperador e suas instituições, permeado também com manifestações no aspecto sentimental nas muitas ocasiões públicas, em que d. Pedro II e d. Teresa Cristina podiam ser vistos interagindo com pessoas de todas as classes. Seguindo um espaçamento cronológico, destacaremos duas viagens que tinham o mesmo carácter já na última década da monarquia: 1880 (província do Paraná) e 1881 (província de Minas Gerais). Um longo salto temporal que foi marcado pela guerra do Paraguai (1864-1870), tratados anteriormente e que tomou grande parte da agenda política e pessoal do imperador. Assim, suas viagens restringiram-se ao campo de batalha, no Rio Grande do Sul.

As duas viagens ao Paraná e a Minas Gerais correspondem à maturidade de d. Pedro II e de Teresa Cristina, que, na ocasião, tinham 54 e 58 anos de idade. Da mesma forma, a última década do império seria fortemente marcada pela fragilidade da saúde do imperador e do declínio de sua política centralizadora. Ao mesmo tempo, as distâncias entre as regiões do Brasil também diminuía, em certa medida, pela construção da extensa malha ferroviária, que ligava várias dessas províncias com a capital. Este foi um dos motivos que levaram os imperadores à

²¹⁴ *Fallas do Throno, 1823-1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 563. Disponível *online* na Biblioteca do Senado Federal.

²¹⁵ GENOVEZ, Patrícia Falco. A viagem como forma de poder: a viagem de Pedro II e a inauguração da rodovia União e Indústria em 1861. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 3, nº 5, 1998 p. 2.

província do Paraná, em 18 de maio de 1880: A inauguração dos trabalhos de construção da estrada de ferro entre o Paranaguá e Curitiba foi, por muito tempo, discutida na corte do Rio de Janeiro como altamente viável, a fim de ligar o litoral com a região central da província.

A primeira parada da comitiva foi na cidade de Paranaguá. Os imperadores foram recebidos com foguetes, barcos embandeirados, música e, claro, pela população, de mais de 300 pessoas, no cais do desembarque. O presidente da província, Manoel Pinto de Sousa Dantas e as autoridades municipais foram a bordo recepcionar os monarcas ao som do hino nacional. No dia seguinte, após visitarem a alfândega, algumas escolas, a matriz, a praça do mercado e outros tantos estabelecimentos, foi oferecido um disputado baile à noite pela Câmara Municipal, em que a elite local compareceu em peso. A imperatriz não compareceu por achar-se indisposta. Antes de seguir para a capital da província, os imperadores passaram por Antonina, subiram a Serra do Mar e São João da Graciosa.

Logo após pernoitarem em Pouso do Rio do Meio, os imperantes chegaram a Curitiba, em 21 de maio pelas três da tarde. Segundo a imprensa, foram recebidos de forma “estrondosa e brilhante”²¹⁶, com ruas repletas de arcos e de bandeiras. Por onde passavam, d. Pedro II e Teresa Cristina causavam forte “comoção popular”²¹⁷. Como não havia indústrias, visitaram ervateiras, artesãos e ferreiros, que cumpriam um importante papel na economia local. Inaugurou-se a Santa Casa de Misericórdia, que, durante muito tempo, foi o único hospital da cidade. No dia 24 de maio, em Vila do Campo Largo, além de outros eventos, os imperadores entregaram cartas de alforria. Mas nem tudo eram flores: Curitiba não tinha boas estruturas urbanas, não havia coches ou carruagens.

O casal seguiu de Ponta Grossa para Castro, em carro emprestado pela baronesa de Tibagi, junto com o restante da comitiva em diligências que, por vezes, se perdiam pelo caminho. Com inúmeros inconvenientes da viagem, a imprensa critica a postura excessiva de d. Pedro II:

“Sua magestade o Imperador continua a passar sem novidade em sua importante saúde. A virtuosa imperatriz do Brasil, continua a experimentar os rigores do artigo do código que diz que a mulher é obrigada a acompanhar seu marido por toda parte. O código não tinha previsto o caso do marido viajante, e urge reformal-o n’esse sentido. Na imperial comitiva ha mortos e feridos, jornalistas desmaiados, veadores distanciados, a etiqueta de chinellos, por já não pode aguentar as botas. Logo pela madrugada, Sua Magestade o Imperador acorda antes de adormecer, vai almoçar ao norte da província, de pé á entrada de um pouso, e segue para o sul. Em caminho, quando o caso urge, destaca-se da

²¹⁶ *Gazeta de Notícias*, 22 de maio de 1880. Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

²¹⁷ <[117](https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-parana-na-rota-do-imperador-ebwex9sxcohc28yu65x1csq4u/>.”</p></div><div data-bbox=)

comitiva, e vai ao mato apanhar parasitas. Á noite, dança e ouve discurso. Este é o unico tempo de repouso que tem o actual Ashaverus do Paraná: enquanto a retórica floresce, sua magestade resona”.²¹⁸

A estadia na Província do Paraná estava quase concluída. No dia 2 de junho, foi realizado o baile de despedida oferecido pela *Sociedade Curitibana*, contando com cerca de 200 convidados. Às 22 horas, o imperador e a imperatriz chegaram ao salão do baile, permanecendo até a meia noite. Antes de seguir para o Rio de Janeiro, passaram novamente em Morretes, Antonina e Paranaguá. No dia 7 de junho, retornaram para a Corte, depois de 20 dias de visita à província. A estrada de ferro, motivo principal da visita imperial, seria inaugurada em 1884, pela princesa Isabel.

Por fim, destacamos outra importante viagem de d. Pedro II e de Teresa Cristina, pelo interior do Império. Dessa vez, o destino era a Província de Minas Gerais e o imperador estava particularmente interessado nessa viagem, tanto pela importância histórica das Gerais, como por sua importância econômica. O casal partiu da estação de São Cristóvão, no dia 26 de março de 1881, rumo a Barbacena. Além dos monarcas, faziam parte da comitiva: d. Maria Cândida de Figueiredo, dama da imperatriz, José Caetano de Andrade Pinto, veador, o barão Nogueira da Gama, barão de Maceió, médico do imperador, os ministros da marinha e da agricultura. Acompanharam também os correspondentes do *Gazeta de Notícias*, e do *Jornal do Comércio*, o presidente da Província do Rio de Janeiro, o ministro da fazenda, e outros políticos, que retornaram à capital, logo que se despediram dos imperadores.

A comitiva passou novamente por Juiz de Fora e não entrou na cidade, permanecendo na estação para o almoço, o que não impediu a divulgação da chegada. Muitas pessoas que aguardavam puderam ver o imperador e a imperatriz. A viagem terminou em Barbacena, por volta das 16 horas. Todos foram recepcionados por representantes da Câmara Municipal e de outras corporações, além da população local. Para a ocasião, o presidente da província, dr. José Francisco Neto, barão de Coromandel, nomeou muitos funcionários públicos para representá-lo e fez uma grande preparação, com banda de música, bandeiras, cavalaria etc. Dom Pedro II achou desnecessário que tantos funcionários deixassem seus postos, sendo, portanto, dispensados da recepção, para retornarem a Ouro Preto²¹⁹. Evidentemente, a atitude do imperador não foi muito apreciada pelos mesmos, mas acataram a recomendação do monarca. O jornal do Partido Liberal de Ouro Preto, então, capital da província, destacou a visita imperial,

²¹⁸ *Gazeta de Notícias*, 6 de junho de 1880. Disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²¹⁹ ALVARENGA, SUSIELY. *As viagens de Dom Pedro II à Província de Minas Gerais em 1881: Festividades Política e Ciência*. Dissertação de mestrado, 2012, p. 53

com uma edição especial sobre a chegada dos imperadores a Minas Gerais e registrou toda a estadia.

O presidente da Câmara dos Deputados, dr. Camilo Faria Ferreira Armond, ofereceu seu palacete como residência imperial. A imperatriz Teresa Cristina seguiu a pé, sob o pátio, enquanto d. Pedro II foi de carro. As ruas estavam limpas e enfeitadas para causar boa impressão aos ilustres visitantes. No cronograma, estavam previstas uma visita à Santa Casa de Misericórdia e a presença no assentamento da pedra fundamental da penitenciária. Pedro II sempre visitava as escolas para meninos e meninas em suas viagens.

Sua impressão em Barbacena foi, mais uma vez, negativa: “Não gostei em geral do adiantamento na instrução, sobretudo religiosa”.²²⁰ Não foi diferente em outras repartições, que não registravam adequadamente suas despesas, havendo falta de informações sobre o sistema de distribuição de água da cidade. Ao que tudo indica, as primeiras impressões do imperador sobre a administração da cidade não foram muito positivas.

No dia 28 de março, pela manhã, dirigiram-se para Ouro Preto. O trajeto foi peculiar, tendo em vista a simplicidade com que foi feito: “A partir desse ponto, a imperatriz, sua dama de companhia e respectivas criadas foram de liteiras – veículo sem rodas preso a dois animais –, o imperador e os outros homens da comitiva foram ora de cavalos, ora de burros”.²²¹ Foram pelo mesmo caminho, em que estava a linha da Estrada de Ferro Pedro II, alguns pontos já tinham sido construídos, outros estavam em andamento.

O imperador observou todos os trabalhos executados e anotou todos os detalhes em seu diário de viagem. Mais uma vez, a impressão não foi das melhores. Durante o percurso até Carandaí, d. Pedro caiu do cavalo, que, por isso, foi substituído por um burrico. Havia no local, algumas casas e uma capela. Pedro II interagiu com os moradores, perguntando sobre os pastos, plantações, criação de gado etc. Chegando em Queluz, após as formalidades da ocasião, estando na residência, teve um momento tipicamente mineiro: “ouviu moda de viola e elogiou o músico: “O rapaz tocou bem a viola e melhor violão””.²²²

Em Ouro Branco, a comitiva fez uma parada em Varginha, onde os inconfidentes estiveram reunidos e puderam ver a mesa histórica, onde os rebeldes mineiros encontraram-se com Tiradentes. Não se demoraram muito e já avistaram Ouro Preto, sendo recebidos por alguns

²²⁰ ALVARENGA, SUSIELY. *As viagens de Dom Pedro II à Província de Minas Gerais em 1881: Festividades Política e Ciência*. Dissertação de mestrado, 2012 p. 56. (Dos diários de d. Pedro II).

²²¹ PIRES, João Ricardo Ferreira. *Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do imperador D. Pedro II (1881)*. Dissertação de Mestrado, 2007, p. 85.

²²² ALVARENGA, SUSIELY. *As viagens de Dom Pedro II à Província de Minas Gerais em 1881: Festividades Política e Ciência*. Dissertação de mestrado, 2012 p. 59.

cavaleiros, que desejaram fazer a escolta dos monarcas. Segundo seus diários, d. Pedro ficou encantado com a da cidade, logo que a avistou. É claro que sua chegada foi registrada pela imprensa:

“Ouro Preto, 30 de março de 1881. Hoje, segundo está anunciado, SS. MM. II. devem chegar a esta capital. Às 5 horas da tarde, a cidade, onde no século passado a causa da independência teve o seu primeiro martyr, será honrada pela imperial visita. Para Ouro Preto, como para toda a província, este dia terá de constituir-se numa época memorável, figurando, nos annaes mineiros, como o início de uma nova era, promettedora de progresso e melhoramentos, que ao faustíssimo acontecimento vão seguir-se. A viagem dos soberanos do Brasil ao centro de nossa província, há tanto tempo promettida e tão anciosamente esperada, já é uma esplendida realidade, que enche de júbilo o coração de todos os mineiros”.²²³

Nota-se a grande expectativa em torno da visita imperial. De fato, os imperadores visitaram tudo o que puderam. A notícia da viagem foi noticiada quase nove meses antes, assim, considera-se uma visita quase de “surpresa” a Minas Gerais. De todo modo, foram vários os preparativos executados: reformas de ruas, prédios públicos e praças. De forma que nem tudo ficou pronto a tempo e isso não prejudicou o cumprimento do cronograma estabelecido para impressionar o monarca e sua esposa:

“Mesmo assim, a população estava em festa e aguardava ansiosamente para conhecer o Monarca e sua consorte. Todas as ruas por onde a comitiva passou ficaram repletas de gente e conseqüentemente, a carruagem que levava o Imperador e a Imperatriz enfrentou grande dificuldade para se locomover até o palácio: “A caleça custou-lhe a subir por estas ruas de aspecto tão original, e temia que se pisasse alguém pois havia imenso povo e cordialíssimo acolhimento”. Suas Majestades ficaram hospedadas no Palácio do Governo – atual sede da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto – e aí encontraram-se com o vice-presidente da província, então presidente em exercício, o já mencionado Dr. Francisco Netto, com o bispo de Mariana, D. Antônio Correia de Sá e Benevides, e com “a câmara municipal, autoridades civis, judiciárias e militares, muitas senhoras”.²²⁴

²²³ *A Actualidade*, 30 de março de 1881. Disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²²⁴ ALVARENGA, SUSIELY. *As viagens de Dom Pedro II à Província de Minas Gerais em 1881: Festividades Política e Ciência*. Dissertação de mestrado, 2012, p. 62-63.



Figura 23: caricatura de Pedro II por Agostini.²²⁵

Após a recepção pelos mineiros e suas autoridades, d. Pedro e d. Teresa Cristina dirigiram-se para o palacete designado como hospedagem: o antigo palácio dos governadores da capitania, onde hoje funciona a Universidade Federal de Ouro Preto. Os demais membros da comitiva hospedaram-se na antiga Casa da Câmara, atualmente o Museu da Inconfidência.²²⁶ Fizeram questão, após breve descanso, no dia seguinte, de visitar as obras de Aleijadinho, na igreja de S. Francisco de Assis bem como, a sepultura do célebre artista mineiro. O jornal da cidade não dispensou elogios e entusiasmo pela visita do imperador, publicando versos em prosa, louvando a monarquia e seu imperador: “Salve ó Pedro, Rei amado. Deste povo que te adora; de paz ventura e bonança. Teu reinado é longa aurora”.²²⁷

Na agenda do dia estavam previstos: um encontro com os políticos e uma passagem pelas repartições públicas, feita por d. Pedro e d. Teresa Cristina, que, na ocasião, entregaram uma carta de alforria a uma escrava Manoela, por iniciativa do monsenhor José Augusto e para duas escravas do coronel José Egydio da Silva Campos, para três da baronesa de Campos e outras do dr. José Fernandes Torres.²²⁸

²²⁵ *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, ano 6, número 244, 1881. P. 8. Apud: ALVARENGA, 2012, p. 61

²²⁶ PIRES, João Ricardo Ferreira. *Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do imperador D. Pedro II (1881)*. Dissertação de Mestrado, 2007, p. 89.

²²⁷ *A Actualidade*, 31 de março de 1881.

²²⁸ Idem.

No dia 2 de abril, foi oferecido um almoço pelo capitão Lúcio Fernandes Ramos, que, apresentou aos monarcas uma cadeira usada por d. Pedro I em sua viagem a Minas Gerais. O casal mostrou-se curioso com a importância histórica do mobiliário e agradeceu ao hospedeiro por se lembrar do primeiro imperador. Dom Pedro fez um passeio pela fazenda imperial “Palácio” e a imperatriz Teresa Cristina ficou na cidade, para receber os que foram cumprimentá-la, os quais, em sua maioria, eram pessoas simples da cidade.

O padre Honório Benedicto Ottoni, deputado da câmara, fez um fervoroso discurso à imperatriz Teresa Cristina, em que agradecia sua generosidade e sua “disponibilidade em atender aos ouro-pretanos”. Os imperadores mostraram bastante interesse em conhecer o escritor e poeta Bernardo Guimarães (1825-1884), que causou espanto ao decidir encontrar-se com os imperadores no palácio da cidade:

“B. Guimarães nunca teve a menor *[in]tenção* de ir à presença do monarca nem isso jamais lhe passou pela cabeça; mas alguns parentes e amigos o informaram de que o Imperador e a Imperatriz haviam, durante a viagem, por vezes, pronunciado seu nome com muita consideração, [...]. De feito, no dia seguinte ao da chegada do Imperador, à noite, B. Guimarães apresentou-se em palácio na intenção de felicitar Suas Majestades e retirar-se. Nessa noite, a sala estava cheia e as recepções eram feitas sem a menor etiqueta, confusamente, e no meio de algum sussurro. Os desembargadores e uma comissão da assembleia provincial já se tinham apresentado e o Imperador os tinha recebido e despachado mais familiarmente do que solenemente. Chegou a vez de B. Guimarães. O Imperador o reconheceu logo: apertou-lhe a mão e, após algumas palavras que ninguém ouviu, pois que ninguém prestava atenção, ele disse ao poeta em voz alta: – Quero que me dê suas obras, e todas”.²²⁹

Quando os imperadores retornaram à cidade, no término da viagem, encontraram-se novamente com o poeta mineiro, do qual receberam as obras como presente. Como de costume, as visitas continuaram por Ouro Preto. D. Pedro esteve no prédio dos correios, no batalhão da polícia e criticou o fato dos soldados não dormirem no estabelecimento, mas em casa de parentes. Em 2 de abril, o imperador saiu da capital, para percorrer povoações e fazendas da região. A primeira foi em Cachoeira do Campo, chegando às 11h30 da manhã. Terminada a recepção formal pelas autoridades e pela população, d. Pedro dirigiu-se para uma fazenda, e a imperatriz, para a residência de Felisberto Gomes de Moura, que serviu como hospedagem imperial. No dia seguinte, os imperantes estiveram nos laboratórios e oficinas e assistiram “aos processos da malga massa”.

²²⁹ *A Província de Minas*. Ouro Preto, 22 de maio de 1881. Apud. ALVARENGA, 2012, p. 67.

Após descansarem, dirigiram-se ao arraial de Rio das Pedras, onde foi oferecido um almoço. Imediatamente após almoçarem, seguiram para o arraial de Santo Antônio de Rio de Cima e, depois, para Congonhas do Sabará, atualmente Nova Lima. Foram hospedados na casa do sr. Pearson Morrison, diretor da Mina de Morro Velho. Este desejava mostrar os trabalhos de mineração para os imperadores e organizou um passeio incomum. No dia 4 de abril, visitaram o hospital e a matriz; logo depois, o imperador e a imperatriz desceram, vestidos de mineiros, ao interior da mina, para inspecionar os trabalhos.

Por lá, foi oferecido um *Lunch*, organizado pelo sr. Gorceiux, no qual tomaram parte todos os que estavam presentes. Todos permaneceram no interior da mina, por uma hora e meia.²³⁰ Pela madrugada, partiram em direção à Sabará, por lá chegando às 9h da manhã. Estavam esperando mais de 300 cavaleiros. Chamou a atenção do imperador a serra do Curral e da Piedade²³¹, passando pela mesma casa que hospedou d. Pedro I:

“Nessa cidade, SS.MM, hospedaram-se em casa do nosso particular amigo, o Sr. coronel Jacintho Dias da Silva, que procurou o quanto foi possível agradar os imperantes, e toda a comitiva, o que facilmente conseguirão o seu gênio expansivo e préstimos illimitados. Em Santa Luzia, para onde seguiram SS. MM às 6 da manhã do dia 5, foi igualmente festejada a entrada de tão distintos hospedes. Antes d’hai chegarem, almoçaram na casa junto á Aroeira. A viagem foi poética; feita em barcas, gastaram nellas algumas horas, tendo portanto SS. MM. ocasião de apreciarem, os magníficos panoramas que nos offerecem a pittoresca margem do Rio das Velhas. Procurando o convento de Macaubas, para ahi seguiram depois do almoço, fazendo uma jornada sem o menor desagradável incidente”.²³²

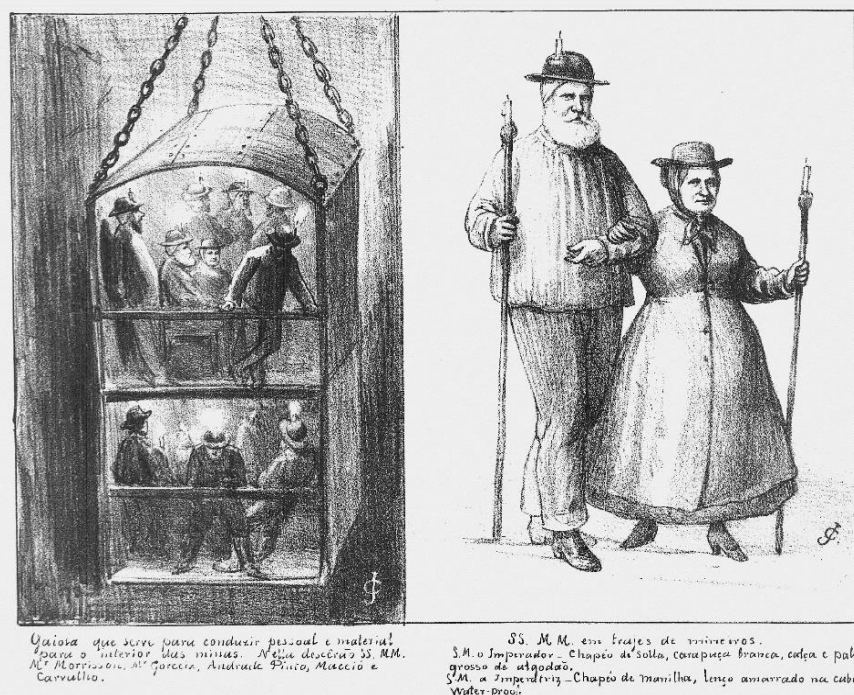
Observa-se que o itinerário proposto era bem intenso, por vezes, feito rapidamente para se deslocarem a outras localidades. Em santa Luzia, estiveram com o chefe do Partido Liberal da cidade, Modestino C. da Rocha Franco. Dom Pedro perguntou sobre a Estrada de Ferro Pedro II. De Macaúbas, dirigiram-se para Lagoa Santa. Lá o imperador conheceu o cientista Peter Lund, andou pelas grutas, viu as coleções arqueológicas e paleontológicas de Lund.²³³ Dom Pedro ainda passeou e pescou na lagoa.

²³⁰ A *Actualidade*, 13 de abril de 1881.

²³¹ PIRES, João Ricardo Ferreira. *Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do imperador D. Pedro II (1881)*. Dissertação de Mestrado, 2007, p. 105.

²³² A *Actualidade*, 13 de abril de 1881, p. 2.

²³³ PIRES, João Ricardo Ferreira. *Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do imperador D. Pedro II (1881)*. Dissertação de Mestrado, 2007, p. 108-109.



Figuras 24: D. Pedro II e d. Teresa Cristina trajados de mineiros.²³⁴

Como era de se esperar, o imperador quis conhecer as escolas mistas. Notou que os prédios eram bem modestos. É interessante observar a postura de d. Pedro, no que se refere ao ensino religioso nas escolas: “Aproveitei a ocasião para repetir que a doutrina religiosa deve-se ensinar somente na casa paterna e a igreja ou templo quando se possa ensinar aí; o que não sucede ainda no Brasil”²³⁵. Fica evidente que, para o imperador, o ensino público deveria atender às demandas da sociedade e não à doutrinação religiosa, que devia restringir-se ao espaço familiar. Assistiu a pequenos recitais e, junto com a imperatriz, dirigiu-se para Matosinhos, onde dormiram.

No dia 9 de abril, a comitiva chegou em Santa Luzia, onde foram hospedados pelos barões de S. Luzia; a baronesa Maria Alexandrina de Almeida Viana era afilhada do imperador. Na cidade, estiveram no Hospital da Misericórdia, cadeia, e Câmara Municipal. D. Pedro e d. Teresa Cristina deixaram uma considerável doação para o município e, rapidamente, dirigiram-se para Sabará. Passaram pela casa do monsenhor José Augusto. D. Pedro visitou mais uma

²³⁴ Ângelo Agostini. *Revista Illustrada*. Rio de Janeiro, 1881. Disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²³⁵ Diários de d. Pedro II. Apud: ALVARENGA, SUSIELY. *As viagens de Dom Pedro II à Província de Minas Gerais em 1881: Festividade Política e Ciência*. Dissertação de mestrado, 2012, p. 86.

mina e passou pelo arraial de Pompéu e Caeté, onde também deixou doações para asilos e hospitais. Seguindo o cronograma, passou pelo Colégio do Caraça, acompanhado de Afonso Pena. O local ainda guarda objetos utilizados por d. Pedro e pela imperatriz em sua estadia.

A paisagem do lugar, bem como o convento dos padres, agradou muito a d. Pedro. Os funcionários e os alunos, vestidos de batinas, receberam os monarcas com velas nas mãos. Ao imperador, foi oferecido o mesmo quarto que seu pai, Pedro I ocupou, quando passou pelo local. Foi conhecer uma fábrica de minério de ferro e, posteriormente, deslocou-se para freguesia de São João do Morro Grande.

Sua estadia no Caraça teve também momentos incômodos, onde ficaram evidentes desconfortos remanescentes da época da “Questão Religiosa”. O fato, grosso modo, teve em seu cerne a disputa de autoridade entre o imperador e o papa e estremeceu a relação entre a Igreja Católica e o Império do Brasil, em 1875. A questão resultou na prisão dos bispos, Dom Vital e Dom Macedo da Costa, que representavam uma ala ultraconservadora do catolicismo. Depois de muita discussão, os bispos foram libertados:

“O professor da disciplina, padre João Chanavat, convidou o seminarista Rodolfo Augusto de Oliveira Pena para discorrer sobre o que aprenderam. O aluno “começou dizendo ser falsa e contrária aos ensinamentos do Concílio Vaticano a doutrina que julgava necessário o Placet para que os atos pontifícios tivessem força de lei num país católico”. A resposta incomodou o Monarca e como se a explicação do seminarista não fosse suficiente, o professor pediu ainda, que ele expusesse quantos poderes haviam na sociedade e o aluno afirmou que haviam dois poderes, o eclesiástico e o civil, [...]. Ao ouvir a assertiva, D. Pedro II interrompeu a explicação e perguntou o que era feito quando se tratava de questões mistas. O professor tomou a palavra e afirmou que, nesse caso, a decisão caberia à Igreja. Instantaneamente o Imperador discordou: “Como Chefe do poder civil, e defensor nato da Constituição brasileira, protesto”. Em carta ao bispo de Mariana, o padre Clavelin afirmou que: “Os rostos dos Seminaristas, que até então mostraram grande alegria pela presença do Monarca, cobriram-se logo de uma expressão de tristeza, manifestando assim a profunda mágoa que lhe causara tal protesto”.²³⁶

O episódio deixou claro que, apesar do que se pensava, a relação entre a Igreja Católica e o Brasil não tinha melhorado nos anos seguintes. O padre diretor ainda reprovou a atitude do imperador que, sendo católico, desafiava a autoridade de Roma. Dom Pedro, no entanto, reafirmou que era “contra os abusos da autoridade eclesiástica”. Diante da problemática toda, acharam por bem mudarem de assunto. Assim, a visita imperial continuou como o previsto, os monarcas assistiram outras aulas e percorreram todo o prédio, incluindo a capela. Apesar dos mal-entendidos, o casal foi bem recepcionado e a banda dos seminaristas homenageou a

²³⁶ Idem, p. 101-102.

imperatriz Teresa Cristina. Em uma trilha, por onde d. Pedro passeou, ainda existe uma inscrição, que relembra um tombo do imperador. Deixando o Caraça, a comitiva passou rapidamente por Catas Altas e por lá distribuíram cartas de alforria.

Chegou a vez de visitar a cidade de Mariana. Os preparativos para a recepção dos imperantes já haviam começado, o que iria coincidir com a semana santa e, por conseguinte, era previsto uma infinidade de cerimônias religiosas. Entraram na “velha e monótona cidade”, no dia 13 de abril, pelas 20h, foram recebidos pelo bispo da cidade, d. Antônio Maria Correa de Sá e Benevides, que tomou a frente dos detalhes da visita. Evidentemente, ofereceu o palácio episcopal para a hospedagem. Toda a cidade estava em festa, ruas foram pavimentadas, ergueram-se arcos e coretos. A Sé foi toda iluminada para o *Te Deum*, que seria assistido pelo casal em grande gala.

Entre uma cerimônia e outra, d. Pedro e d. Teresa Cristina foram visitar uma mineração no Arraial de Passagem e o Morro de Sant’Ana, onde examinaram as novas instalações, para a retirada de água de uma mina. A expectativa, em torno da visita imperial era, em grande parte, a concretização de melhorias para a região, conforme ressaltou o discurso feito pela Comissão da Assembleia Provincial, ao recepcionar os imperadores:

“Senhor! – Em nome da assembleia legislativa provincial, e por ella commissionedos, viemos saudar a V. M. I. e sua Augustíssima Consorte, pela prospera viagem a essa capital. A assembleia mineira, Senhor, interpreta os sentimentos de toda a província, vendo neste faustíssimo acontecimento, não só mais uma esplendida irradiação do vosso grande amor pela terra da patria, como também o prenuncio dos melhoramentos e progresso que á Imperial visita vão seguir-nos.”²³⁷

De volta às cerimônias religiosas, os monarcas deveriam participar, na sexta-feira santa, do tradicional ofício das trevas e da procissão do enterro. Nos momentos de descanso, dom Pedro e Teresa Cristina procuravam conversar com diferentes pessoas. O excesso de cerimônias religiosas desagradava o imperador, que não tinha o hábito de participar delas, mesmo no Rio de Janeiro: “[...]. Não tenho gostado do modo porque cantam aqui p. e. a Paixão. As lamentações das trevas de ontem foram lamentáveis, tom sem caráter triste e muito aborrecido, pior foi o das lições dos noturnos”.²³⁸ Infelizmente, não se conservaram os diários da imperatriz Teresa Cristina desse período.

²³⁷ A *Actualidade*, Ouro Preto, 18 de abril de 1881, p. 2.

²³⁸ *Diários de d. Pedro II*, volume 24, p. 104. Apud: PIRES, João Ricardo Ferreira. *Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do imperador D. Pedro II (1881)*. Dissertação de Mestrado, 2007, p. 119.

A comitiva deixou Mariana no dia 18 de abril, indo para o arraial de Antônio Pereira. Novamente em Ouro Preto, foram recebidos com muita empolgação pelas autoridades e pela população. Ocorreram desfiles e um baile de despedida, onde a orquestra tocou valsas e, nos intervalos, o escritor Bernardo Guimarães foi despedir-se dos monarcas e entregou-lhes suas obras publicadas, conforme pedido de d. Pedro II. Ainda passariam por Ouro Branco e Queluz, hoje Conselheiro Lafaiete, só então seguiriam viagem. A passagem pela capital Ouro Preto e vizinhanças durou 23 dias, visita na qual o imperador pôde ver, mais claramente, a realidade da administração pública, o sistema de ensino, a prática religiosa, a mineração, fazendas e outros tantos aspectos do cotidiano dos mineiros.

Durante o percurso até São João del Rei, a comitiva pode ver ainda várias fazendas que compunham o panorama. Em vários pontos do trajeto, formou-se um cortejo de cavalaria, que chegou a quase 600, quando se aproximara da entrada da cidade. Sob a ponte, foi erguido um arco pelos farmacêuticos e pelos acadêmicos. No dia 24, a comitiva chegou a São João Del Rey, última parada antes de retornar ao Rio de Janeiro:

“Ansiosa por ver D. Pedro II e D. Teresa Cristina, a população ocupou todas as ruas da cidade por onde os Monarcas passaram e foi com dificuldade que conseguiram chegar ao destino final. Durante os dias em que permaneceram na localidade, a população pôs-se a festejar a presença dos ilustres visitantes: “A cidade de S. João d’El-Rei deixou de ser naqueles dias, em que teve dentro dos seus limites os imperiais viajantes, a abelha trabalhadora, para se transformar em uma rosa formosa e luxuriante”. Ao passarem pela Câmara Municipal, ornada com toda a pompa, uma banda de música prontamente começou a tocar. As janelas das casas estavam devidamente enfeitadas e as senhoras aguardavam a passagem dos Monarcas: “As janelas estavam elegantemente adornadas e cheias de senhoras, que, por sua formosura e apurado toalete prendiam a atenção, caindo dali sobre os Augustos viajantes uma chuva de [*ilegível*] flores” (*Grifo nosso*).²³⁹

O imperador e a imperatriz ficaram hospedados no palacete de Eduardo Ernesto Pereira da Silva, barão de S. João del Rei. De acordo com o “Arauto de Minas”, a comitiva teve dificuldade para entrar na câmara, pelo grande número de pessoas presentes, calculadas em “mais de 12.000”²⁴⁰. Depois de um breve descanso, d. Pedro II não perdeu tempo e saiu para ver a cidade. Viu tudo o que podia: Câmara da Moeda, a cadeia, o Hospital da Misericórdia e o “Salão da Philharmonica”. Assistiu à inauguração da Escola João dos Santos, visitou a biblioteca, que elogiou por ser “bem completa”. O passeio durou até a noite, quando pôde ver a cidade toda iluminada. Houve ainda queima de fogos e bandas de música fazendo a diversão nas ruas.

²³⁹ ALVARENGA, SUSIELY. *As viagens de Dom Pedro II à Província de Minas Gerais em 1881: Festividades Política e Ciência*. Dissertação de mestrado 2012, p. 133-134.

²⁴⁰ *O Arauto de Minas* 2 de maio de 1881, p. 2.

No dia seguinte, foi, juntamente com a imperatriz, para mais um *tour* e conheceu o Colégio da Conceição, para meninas. D. Teresa Cristina dirigiu-se para o palacete, a fim de descansar e, mais à noite, participou de uma cerimônia na matriz e, com o imperador, foi ao teatro.

Desde 1879, havia uma estrada de ferro d'Oeste. O imperador e sua comitiva percorreram 100 km de estradas em locomotivas, indo visitar a gruta da Casa da Pedra. Um guia acompanhou o imperador, apoiado por um cordão. A imperatriz Teresa Cristina, acompanhada de seu séquito, “pé aqui, pé acolá, entrou também na gruta”.²⁴¹ De retorno a São João del Rei, os visitantes passaram pela margem do Rio Elvas e das Mortes. Ainda houve tempo para algumas andanças pela freguesia.

De retorno à corte, foram feitas paradas rápidas novamente no arraial de Barroso, em Barbacena, na estação de Juiz de Fora, João Nepomuceno e Leopoldina, onde demoraram um pouco mais. Visitaram a Estrada de Ferro e a fazenda de Assis Ferreira. Na etapa final, pela Zona da Mata, estiveram em São Geraldo, Ponte Nova, onde houve tempo para um banho de cachoeira. A imperatriz Teresa Cristina já sentia o cansaço desses dias de andanças, de morros, de fazendas, de grutas etc, preferindo ficar mais tempo em casa.

A longa viagem oficial pela Província de Minas Gerais durou 36 dias. Comparada com outras viagens, pelas províncias mais distantes do Norte, Nordeste e Espírito Santo, essa durou pouco. Entretanto, foram muitas as cidades, povoações e arraiais visitados, bem como muitas cerimônias para um casal, já na maturidade. A comitiva chegou, enfim, ao Rio de Janeiro, tarde da noite em 30 de abril. O imperador e a imperatriz visitariam a província mais uma vez naquele ano, no mês de agosto. Desta vez, para a inauguração, em de São João d'El Rei, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, principal ponto de distribuição de mercadorias, do estado para o Rio de Janeiro. Outras viagens foram feitas pelo interior de São Paulo, em 1886, tendo em vista a ampliação da malha ferroviária e para conhecer outras realidades da província. Estas foram as últimas visitas, em caráter oficial, realizadas pelos imperadores no Brasil, antes da proclamação da República.

3.1. Pedro e Teresa: viajantes pelo mundo

Durante quase cinquenta anos de reinado, d. Pedro II fez inúmeras viagens pelo Brasil como parte estratégica de consolidação do Estado, de afirmação de autoridade, mas também para conhecer outras regiões brasileiras. No entanto, as três viagens que realizou para o exterior

²⁴¹ Idem, p. 3.

tiveram caráter distinto. Não era objetivo do imperador ser visto como chefe de Estado, representante de uma instituição monárquica. Dentre vários motivos que o levou a fazer tais viagens, estava o desejo pessoal de conhecer a Europa e outras partes do mundo.

Salvo raríssimas ocasiões, Pedro de Alcântara estava à procura de “férias”, deixando o imperador do Brasil, para trás. Essas viagens internacionais estavam nos planos de d. Pedro há muito tempo, o que não foi possível realizar, por causa das viagens internas pelas províncias. Dessa forma, quando julgou oportuno, não mediu esforços para concretizar este projeto há muito adiado.

A primeira viagem foi anunciada na “Fala do Trono”, em 3 de maio de 1871, bem como as justificativas que embasavam a decisão, sendo a mais crítica o recente falecimento de sua filha, Leopoldina, ocorrido na Áustria em fevereiro. Da mesma forma, era preciso buscar os netos, Pedro Augusto e Augusto, para serem educados no Brasil, já que a princesa Isabel ainda não tinha filhos. O mais velho, Pedro Augusto, assumiria, por um tempo, a posição de herdeiro da coroa; por isso, a “necessidade” de ir buscá-lo, conforme estabelecia a constituição do Império:

“Graças á Providência Divina nenhum acontecimento perturbou a tranquilidade pública, e o estado sanitário na Côrte e nas províncias é, em geral, satisfatório. Transpassado da mais pungente dôr, communico-vos que no dia 7 de Fevereiro último falleceu em Viena d’Áustria minha muito amada e prezada filha a Princeza D. Leopoldina, Duqueza de Saxe [...]. As relações entre o Império e as demais potencias são de perfeita amizade e merecem ao governo a maior solicitude. Celebrou-se o accordo prévio dos governos alliados para os ajustes definitivos de paz com a república do Paraguay. Espero que brevemente poderá prosseguir a negociação e ser levada ao desejado termo, como o exigem os direitos e os interesses dos alliados e da nação paraguaya. As rendas do Estado têm decrescido no corrente exercício, mas são transitórias as principais causas dessa diminuição, e é portanto de presumir que reassumam dentro em pouco tempo o seu movimento ascendente. Não obstante os grande encargos que pesam actualmente sobre o thesouro nacional, nossos recurso naturaes sobram para continuar a satisfazer-os pontualmente, sem que ao mesmo tempo deixem de ter impulso os melhoramentos de que precisa o Brasil. Conseguiremos este duplo resultado, se a par de bem entendida economia, procuramos animar a lavoura e o commercio por modo eficaz, principalmente com a introdução de braços livres, a facilidade dos meios de transporte e o desenvolvimento das linhas telegráphicas. A Constituição do Estado afiança ao cidadão brasileiro ampla liberdade civil e política”.²⁴²

Mesmo diante dos vários motivos anunciados, para alguns políticos, o momento não era o mais viável para uma ausência tão prolongada do Brasil. Sobre esse aspecto, Teresa Cristina

²⁴²*Fallas do Throno, 1823-1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 667-68. Disponível *online* na Biblioteca do Senado Federal

não podia se negar a acompanhar o marido, que também ressaltou a preocupação com a saúde da imperatriz, por causa do falecimento da filha. O conflito com o Paraguai tinha terminado há pouco, conforme ressaltou d. Pedro II e havia ainda certa instabilidade diplomática. Sem dúvida, outro ponto central do problema era deixar a regência nas mãos da inexperiente Isabel.

O Partido Republicano tinha recentemente lançado seu manifesto e estava em plena discussão o tema da “Lei do Ventre Livre”, que, segundo José Murilo de Carvalho, foi “provocada pelo próprio imperador”.²⁴³ Na Europa, o clima também não estava tão calmo. A França, um dos destinos do casal, tinha acabado de sair perdedora do conflito com a Prússia; o império de Napoleão III tinha caído e a recente república estava bem agitada. A Itália e Alemanha estavam em processo de unificação, assim, o cenário era perturbador.

Mesmo com todos esses aspectos, no dia 25 de maio de 1871, dom Pedro partiu, levando Teresa Cristina e outras quinze pessoas rumo a Portugal. Recusou que suas despesas fossem custeadas pelo Estado, arcando do próprio bolso. Da mesma forma, não permitiu que a renda da princesa Isabel fosse aumentada durante a regência. Nessa circunstância, d. Teresa Cristina permite-se escrever seu diário de viagem, onde por sua própria ótica, experimenta o cotidiano, tudo o que viu e vivenciou durante a prolongada ausência:

“Nossa viagem do Rio de Janeiro à Europa no ano de 1871. Partimos no dia 25 de maio no vapor inglês *Il Doro* às 9 da manhã minha filha Isabel e Gastón, e diferentes pessoas vieram nos acompanhar sobre o vapor direto para a fortaleza S. Cruz”.²⁴⁴

A travessia foi relativamente calma, salvo por algumas indisposições próprias das viagens de navio. Os viajantes chegaram ao Porto, em 12 de junho de 1871. Foram recebidos com entusiasmo pelos portugueses, pelo rei de Portugal, d. Luis I, e o esposo da falecida irmã de Pedro, Maria da Glória. Assim que cumprimentou os reis a bordo, pediu que toda a etiqueta fosse dispensada, pois quem chegava era Pedro de Alcântara, e não d. Pedro II. O rei-viúvo, d. Fernando, ironizou, dizendo que “És em toda parte o imperador do Brasil”, o que Pedro respondeu: “Nada, nada, fora do império não sou senão Pedro de Alcântara, e minha mulher, Thereza Christina”.²⁴⁵ Passadas as alfinetadas reais, o desembarque ocorreu sem maiores problemas, embora, para Portugal, quem chegava era mesmo o imperador.

Contrariados, d. Pedro e Teresa Cristina foram saudados pelas autoridades locais, e pelos membros da associação dos veteranos da liberdade e por todos os membros da câmara

²⁴³ CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 144.

²⁴⁴ Diário da imperatriz Teresa Cristina, 1871. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis/RJ.

²⁴⁵ *Jornal do Porto*, 14 de junho de 1871. Disponível online na Hemeroteca Digital de Portugal: <<http://purl.pt/14338>>.

municipal. Foi nomeado um grupo de onze pessoas, para acompanhar o casal para Lisboa. O desembarque e o itinerário foram acompanhados de perto pela imprensa portuguesa:

“Todos os jornaes saudam hoje com palavras de affecto e consideração os imperadores do Brasil. Todos manifestam sincero jubilo por ver em terra portugueza o filho de D. Pedro 4º, que tão bem há sabido até hoje desempenhar-se do árduo officio de reinar, e tão bem tem sabido conciliar a affeição do seu povo, e o respeito de todos os que presam do coração as instituições liberaes [...]. Se lhe não bastasse, para todos merecer a consideração e respeito, ser esposa de D. Pedro II, teria a imperatriz do Brasil para lhe grangear as geraes atensões as suas qualidades, que a tornam modelo das mães e rainhas constitucionaes. Anjo no lar domestico, a snrª D. Thereza jamais se valeu de sua influencia e do muito amor que lhe dedica o sr. D. Pedro para ter predomínio em questões politicas, e só para obter de seu esposo o perdão ou socorro para algum desgraçado”.²⁴⁶

Nota-se o tom laudatório típico dessas homenagens. Mais uma vez, está reproduzida a imagem pública de d. Teresa Cristina, exaltada por não fazer política e se dedicar a questões domésticas. Evidentemente, a imagem pública difere, em certo ponto, da verdadeira personalidade da imperatriz. No dia seguinte à chegada, d. Pedro e d. Teresa Cristina foram ao Lazareto e ao Tejo, a bordo do vapor. A filarmônica executava solenes obras durante o trajeto. Em Lisboa, o casal não aceitou hospedagem no palácio real, sendo instalados nas “instancias de El Rei”, que ficariam à disposição, pelo tempo que desejassem. D. Pedro reencontrou, então, sua madrastra, d. Amélia, mulher de seu pai e ex-imperatriz do Brasil, que não tinha visto desde a infância, quando esta deixou o país, com d. Pedro I, em 1831: “Chorei de alegria e também de dor vendo minha mãe tão carinhosa, mas tão avelhantada e doente”.²⁴⁷

Em sua estadia em Portugal, o casal visitou algumas cidades incógnitas, buscando não chamar a atenção e poder fazer seus passeios. Estiveram em Braga, São Vicente de Fora, onde visitaram os túmulos de d. Pedro I e da irmã, Maria da Gloria; passearam entre pessoas nas praças, cafés, teatros e depositaram uma coroa de flores aos pés da estátua de Luís de Camões. Os reis portugueses conseguiram, com muita dificuldade, que o casal aceitasse um jantar oferecido no Palácio da Ajuda. Na manhã de 22 de junho, seguiram para a Inglaterra.

Antes de chegar ao Reino Unido, d. Pedro e d. Teresa Cristina pararam em Madri, onde permaneceriam por 2 dias e, sem cerimoniais, visitaram o Museu do Prado e andaram pelo centro da cidade. Respeitosamente, d. Pedro recusou o convite do rei Amadeo I para visitá-lo no palácio real. E logo foi possível, na tarde de 25 de junho, partir com a esposa em direção à França. A situação francesa era bastante agitada quando os imperadores chegaram. A cidade

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 147.

ainda estava ocupada pelas tropas prussianas que tinham derrotado Napoleão III; assim, era visível o ar de instabilidade. Em janeiro daquele ano, no Palácio de Versalhes, o então rei da Prússia, Guilherme I, tinha sido proclamado imperador da Alemanha, concluindo o processo de unificação. Em Paris, o casal hospedou-se no Hotel Inglaterra às margens do Sena, justamente no lado ocupado pelos prussianos.

Em Paris, d. Teresa Cristina quase não saía devido ao cansaço das longas caminhadas de Pedro. Este, por sua vez, visitava inúmeros lugares, tais como: a Notre Dame, museus, parques, edifícios públicos, dentre outros. A próxima parada era em Calais, e de lá para Londres. A estadia na capital inglesa foi bem movimentada para a comitiva de d. Pedro. Foram vários os edifícios visitados: igrejas, sinagogas, bibliotecas e, claro, uma visita à rainha Vitória. A soberana estava em Windsor e lá recebeu os imperadores do Brasil. O encontro foi cordial dos dois lados. Os outros membros da família real ficaram admirados com a simplicidade de d. Pedro e d. Teresa Cristina. Além de Londres, também visitaram Liverpool, Oxford, Manchester, Birmingham e Birkenhead, indo no dia 24 de julho, para Edimburgo, na Escócia.

De volta a Londres, partiram rapidamente para a Bélgica. A comitiva já demonstrava cansaço pelo ritmo da viagem, o que não incomodava d. Pedro II. Sempre hospedados em hotéis, nunca em palácios oficiais, percorriam tudo o que era possível, seguindo o entusiasmo frenético do imperador. Passaram por Bruges, Antuérpia e Bruxelas, onde d. Pedro ia de um lado para outro. A imperatriz fazia pequenos passeios com suas damas por estabelecimentos comerciais e jardins. Nessa ocasião, Teresa Cristina encontrou-se com alguns membros da sua família, que há muito não via. Jantou com o sobrinho, o último rei das Duas Sicílias, Francisco II, e o conde de Trapani. Devido ao cansaço, d. Teresa Cristina limitou-se a poucas anotações nessa etapa da viagem:

“14 de agosto.

Depois de uma hora de viagem de Gand chegamos a Anvers e as 6 e meia chegamos em Escaut. Em Anvers depois de um trajeto de 5 minutos chegamos a S. Antonio partimos de carruagem e fomos ver a cidade onde vimos a estátua do Rei Leopoldo e Van Dick”.²⁴⁸

²⁴⁸ Diário da imperatriz Teresa Cristina, 1871. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis/RJ.



Figura 25: A imperatriz Teresa Cristina em Londres.²⁴⁹

Os viajantes passaram pela Escola de Agricultura de Gand, foram ao local da Batalha de Waterloo e para outros pontos da cidade. Os imperadores também receberam os cumprimentos do corpo diplomático e de brasileiros que moravam em Bruxelas. A família do rei Leopoldo II conseguiu oferecer um jantar de gala no palácio, em honra de d. Pedro e d. Teresa Cristina. Para evitar qualquer recusa por parte do imperador, o rei foi pessoalmente ao hotel, para buscar o casal de carruagem para a ocasião. Ainda houve tempo e energia para um *tour* em Serainge e Liège, antes de partirem para a Alemanha.

Foi em Aix-la-Chapelle que os turistas imperiais resolveram fazer a primeira parada. Evidentemente, a cidade deixou d. Pedro entusiasmado por seu aspecto histórico e industrial.

²⁴⁹ Uma profusão de retratos de Teresa Cristina foram produzidos no contexto da primeira viagem ao exterior. A imagem de mulher numa posição de poder. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/fotos/empress?mediatype=photography&phrase=empress&sort=mostpopular> Acesso em 12 de abril de 2019.

Foi lá que Carlos Magno, coroado imperador do Ocidente, fez sua capital, e é precisamente onde está seu túmulo, que foi visitado pelo casal. Muitos eventos históricos aconteceram em Aachen, nome em alemão, dentre eles coroações de imperadores e concílios ecumênicos da Igreja Católica na Idade Média. Descendo pelo rio Reno, passaram em Hanigswinter e foram acompanhados pelo genro, duque de Saxe, para Düsseldorf. O duque estava servindo de intérprete, visto que o alemão não era muito familiar para os visitantes.

Em Areneburg, embarcaram na antiga cidade de Hamburgo e, de carruagem, seguiram para o Hotel de l'Europe, devidamente ornamentado com a bandeira imperial do Brasil. Foi organizada pelos comerciantes alemães uma apresentação de barcos iluminados, em que a banda militar executou o hino nacional brasileiro. Já hospedados, enquanto d. Pedro fazia suas andanças, a imperatriz Teresa Cristina fazia visitas pelo centro da cidade e pelas casas de comércio, sendo acompanhada com curiosidade pelos turistas que por lá passavam.

No dia 23 de agosto, os viajantes chegaram a Berlim e foi nesta cidade que o imperador aceitou os mais variados e polêmicos convites. O primeiro deles foi a recepção oferecida pela condessa Maria von Schleinitz (1842-1912), que o convidou para conhecer seu célebre salão. A condessa era famosa por sua cultura, tendo patrocinado vários projetos, admirava Goethe e Shopenhauer, mantinha contato com Franz Lizt e Richard Wagner, além de ser considerada “uma mulher perigosa, temida até por Bismark”²⁵⁰. Foi neste “salão subversivo”, que d. Pedro esteve com várias personalidades, tais como: Lepsius, Ranke e o próprio Wagner.

No dia seguinte, outras tantas visitas foram realizadas. D. Pedro e d. Teresa Cristina, visitaram a universidade, a câmara dos senadores, escolas e igrejas. Decidiram cumprimentar o imperador alemão Guilherme I, mas, estando este ausente, foram recebidos pelo herdeiro, Frederico e sua esposa, “Vicky”, filha mais velha da rainha Vitória. A princesa gostou muito do casal, e, em 1873, convidaram-nos para serem padrinhos de sua filha Margarida. Também visitaram Dresden, Freiberg, Eisenach e Leipzig, foram conhecer o castelo de Wartburg, onde esteve abrigado Martinho Lutero em 1521.

Por fim, o casal chegou a Coburgo, no dia 30 de agosto. Este era o principal objetivo da viagem: buscar os netos Pedro e Augusto e também visitar o túmulo da filha Leopoldina. Os pequenos foram logo apresentados aos avós pelos duques de Coburgo, já na estação. A imperatriz, visivelmente emocionada, abraçou e beijou por muito tempo os netos.²⁵¹ Os meninos lembravam-se dos avós, pois tinham nascido no Rio de Janeiro, antes de seus pais

²⁵⁰ BRAGANÇA, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo. *Dom Pedro II na Alemanha: uma amizade tradicional*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2014, p. 57.

²⁵¹ Idem, p. 65.

mudarem-se para Coburgo. A visita ao túmulo ocorreu logo após a sua chegada e a comitiva dirigiu-se à igreja de Santo Agostinho, onde a princesa estava sepultada. Em sua estadia, a imperatriz Teresa Cristina também reviu vários parentes.

No mês de setembro, foram a Viena cumprimentar os parentes Habsburgos. A capital austríaca era uma mistura do moderno e do antigo e, obviamente, uma atração para os visitantes. Por outro lado, a etiqueta rígida dava o tom nos palácios do imperador Francisco José, primo de d. Pedro II. Os monarcas foram recebidos em Hofburg, pela família imperial da Áustria e participaram de um banquete. Teresa Cristina fez poucas anotações em seu diário:

“6 de setembro. [...]. Partimos de Viena para Pest. A condessa de Barral para Paris. Partimos de Viena às 3 e às 9 chegamos felizmente em Pesta. Na estação de Neuhausel descemos para comer qualquer coisa. Foi divertido ver todos correndo para a mesa do almoço.

7 – Primeiro nós fomos ao museu de antiguidade húngara que é uma imensa sala com inscrições romanas, vasos e armas romanas. Instrumentos de pesca, armas turcas, objetos de arte da idade média em avolio, mosaicos, e objetos turcos modernos. Vimos a galeria dos quadros que é de 200. Depois fomos ver o Museu de História Natural, muito interessante. Biblioteca com mais de cem mil volumes. 4º no estaleiro de máquinas a vapor. Depois do almoço saímos pelo caminho de ferro quase perpendicular chamado [espaço em branco]”.²⁵²

As poucas anotações da imperatriz Teresa Cristina apontam para um ritmo cotidiano bem intenso, com muitas andanças e novidades. Nota-se também que a imperatriz tinha uma percepção própria da viagem e dos lugares visitados. Assim, não somente d. Pedro II ficava entusiasmado pelas artes antigas e modernas, mas também sua esposa. De retorno, os monarcas turistas foram a Carlsbad, cidade famosa pelas águas curativas, onde a imperatriz devia fazer seu tratamento. Ao que parece, foi uma das mais agradáveis estadias, onde o casal pôde passear livremente. As águas fizeram bem à saúde da imperatriz, deixando-a mais disposta, sendo assim, podiam continuar com a viagem. A próxima cidade a ser visitada era Munique, por lá chegando em 25 de setembro.

Em Munique, o casal conheceu Isabel, duquesa de Goiás, filha da marquesa de Santos com d. Pedro I. A duquesa tinha sido educada naquela cidade, sob a tutela da imperatriz Amélia e viveu sempre na Alemanha, deixando muitos descendentes. A visita foi igualmente agradável para o casal. De retorno, passaram, mais uma vez, pela Áustria, Itália, França, Espanha, terminando pela Palestina. Mas a coroação dessa primeira viagem deu-se com a visita ao Egito, há muito desejado pelo imperador. A Grécia, outro desejo do imperador, teria que ficar para outra ocasião.

²⁵² Diários da imperatriz, 6 e 7 de setembro de 1871. Arquivo Histórico do Museu Imperial. Original em italiano. Tradução nossa.

Chegaram no dia 4 de novembro e a visita seria restrita ao Baixo Egito: Cairo e Alexandria.²⁵³ Surge mais uma vez o entusiasmo de Pedro de Alcântara, o viajante intelectual, que anota em seu diário o cotidiano da população, seus costumes, trajes, idioma etc. A comitiva esteve em Gizé, Heliópolis, Menfis, Saqqara e Alexandria. D. Teresa Cristina, provavelmente, apreciou as riquezas arqueológicas, tais como a grande esfinge e as pirâmides. Em outra ocasião, os imperantes estiveram novamente no Egito, em 1876, como parte da segunda viagem internacional realizada. Pela ótica de d. Pedro, surgem duas imagens do Egito: uma reflete a beleza e grandiosidade do passado e a outra, uma modernidade desorganizada:

[...]. Ao analisar este diário, há a presença de algumas temáticas: descrições de paisagens, em que a geografia e o clima são sempre apontados como fascinantes; conhecimento dos estudos que estavam sendo desenvolvidos, em que se constrói um antigo Egito a partir de uma confluência entre o que se leu e o que se viu; e preservação patrimonial e preservação da memória. Nesse sentido, há a presença, nos diários de viagem do imperador, de dois Egitos: um antigo e um moderno. Embebido por ideias e conhecimentos oriundos do Velho Mundo, o imperador brasileiro observou o Egito como uma territorialidade que havia sido imponente e esplendorosa em um remoto tempo, vivido há mais de quatro mil anos; entretanto, na modernidade, examinou o contrário: uma civilização decadente, apenas se salvando, nesse panorama de hábitos atrasados, aqueles que mantiveram contato com as populações europeias e com os modelos civilizatórios desejados e difundidos, principalmente, pela Inglaterra e França, cujo intuito era levar a “civilização”.²⁵⁴

No Brasil, a imprensa acompanhava os passos dos imperadores em suas excursões pelos mais remotos lugares do mundo. Dom Pedro ia de canto a canto, tendo sempre a pequena esposa pelo braço. Entretanto, o restante da comitiva já começava a reclamar das longas caminhadas e do cansaço: “Percorremos todo o Egito, resmungava Nogueira Gama [...]. Atolados até os joelhos, em montes de areia movediça e abrazadora, sob o clima africano, e imagine-se o que sofremos”.²⁵⁵ A tão sonhada visita ao Egito durou 15 dias; assim, todos retornaram à Europa, no dia 15 de novembro, desembarcando em Nápoles, cidade natal da imperatriz Teresa Cristina.

²⁵³CAMARA, Giselle Marques. *“Então esse é que é o Imperador? Ele não se parece nada com reis”*: Algumas considerações sobre o intelectual brasileiro Pedro de Alcântara e suas viagens pelas terras do Nilo. Dissertação de Mestrado: Rio de Janeiro, 2005.

²⁵⁴SANTOS, Jacqueline Monteiro. *O imperador itinerante: dom Pedro II no Egito e a construção da identidade nacional*, 2008, p. 4

²⁵⁵LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II. Vol 2: Fastígio: 1870-1880*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977. p. 298.



Figura 26: Caricatura dos imperadores viajantes²⁵⁶

Em Roma, o casal visitou o Papa Pio IX, que, então, enfrentava uma crise pela perda de parte dos estados pontifícios, após a unificação italiana. Como era costume, esteve na Universidade de Roma e ainda passou por Perúgia, Florença, visitando a *Expozizione Beatrice*, em honra a Dante. O casal deveria ser recebido no pavilhão ao som do hino nacional do Brasil, mas d. Pedro optou por chegar bem antes da hora marcada e pôde passar despercebido entre os demais visitantes, observando cada detalhe quanto possível. Após ser descoberto, quase de surpresa, visitando a exposição, perguntou ao professor De Gubernatis, que o acompanhava:

"Explique-me uma coisa, meu caro professor: porque é que de quando em quando ouço tocar lá fóra o hino do meu paiz? De Gubernatis, um pouco confuso, explicou ao Imperador a homenagem projetada da banda de música. E adiantou: como chegassem de carro varios personagens respeitaveis, altos, de longas barbas, o chefe da banda, com medo de enganar-se, resolvera receber cada um ao som do hino brasileiro. De forma que a unica barba branca que não tivera o seu hino fôra justamente o imperador do Brasil - porque tinha vindo a pé!"²⁵⁷

O episódio só reforçava o aspecto informal com que d. Pedro queria ser tratado: como um simples turista. Ainda houve tempo para visitar Pisa, Gênova e Turim, para, enfim, retornar a Paris. Na capital francesa, os imperadores estiveram em companhia de várias personalidades.

²⁵⁶ Revista Ilustrada, 1871. Disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁵⁷ LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II. Vol 2: Fastígio: 1870-1880*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977, p. 305.

Gobineau preparou uma lista bem seleta, em que se destacavam Rena, Dumas, Pasteur, Gizot, Claude Bernader, dentre outros. A imperatriz Teresa Cristina também tinha seu círculo pessoal, para além dos “doutores” que cercavam o marido. Frequentemente organizava pequenas recepções no Grande Hotel. A mulher e a filha de Gobineau tornaram-se suas amigas e participavam dessas ocasiões:

“Essas recepções de Dona Tereza-Cristina eram aliás, deliciosas. A atmosfera de certa liberdade que ali reinava, sem prejuízo da distinção do ambiente fazia o encanto de todos. Enquanto a Imperatriz recebia as senhoras, o Imperador "deixava-se ficar, quase sempre, num salão visinho, com algumas personalidades das ciencias e das letras, que Gobineau lhe apresentava. - Onde está o Imperador? - Está com os doutores, respondia a Imperatriz. O príncipe de Joinville dava uma gargalhada. - Diga-me uma coisa, Chica, perguntava êle á mulher, se tu me tivesses perdido, irias procurar-me entre os doutores? - Eu te procuraria por toda a parte, respondia a Princeza sorrindo”.²⁵⁸

Pela segunda vez, rumaram para Portugal, onde ficariam até meados de março de 1872. Nesta última etapa da viagem, o casal visitou outros lugares no Porto, em Lisboa, Braga, Coimbra, Leiria. Pela segunda vez, d. Pedro e d. Teresa Cristina foram visitar a ex-imperatriz Amélia, no Palácio das Janelas Verdes para despedir-se. Enfim, após quase um ano de ausência, partiram para o Brasil, no dia 13 de março. Levavam os netos Pedro Augusto e Augusto Leopoldo, que viveriam no país até o final do reinado de Pedro II. No Brasil, a situação era incerta: de um lado, havia a expectativa pelo retorno, depois de uma prolongada ausência. Por outro, setores da elite cafeeira estavam ansiosos pelo fim da regência de Isabel que, pouco tempo antes, tinha assinado a “Lei do Ventre Livre”.

3.1.2 A segunda viagem em 1876: Os imperadores *ianques*

Passaram-se quatro anos desde que d. Pedro e Teresa Cristina fizeram sua primeira viagem internacional. Nesse interim, muitos foram os assuntos internos no império do Brasil, dentre eles, foram as consequências da “Lei do Ventre Livre de 1871”, e os desdobramentos da “Questão Religiosa”, no ano anterior de 1875. De todo modo, quando a oportunidade veio, d. Pedro II não hesitou em arquitetar mais uma escapada. Dessa vez, o principal motivo era a saúde da imperatriz, que não estava boa há tempos. Em 1875, ela tinha sofrido uma queda, que agravou as dores em suas pernas. No início de 1876, a imperatriz esteve em Nova Friburgo, para tratamento com banhos, devido a fortes dores.²⁵⁹ Nesse mesmo ano, havia nascido o

²⁵⁸ Idem, p. 310.

²⁵⁹ BARMAN, Roderick. *Imperador Cidadão*. Trad. Sonia M. Yamamoto. São Paulo: Ed. UNESP, 2012, p. 387.

primeiro filho da princesa Isabel, Pedro, o príncipe do Grão-Pará, seu herdeiro. Os netos mais velhos, Pedro Augusto e Augusto Leopoldo, tinham se adaptado à vida nos trópicos. A sucessão estava segura e nada impediria a nova aventura do imperador.

Tudo foi previamente arranjado para que Isabel assumisse mais uma vez o governo, sem a influência direta do marido, o conde d'Eu, que tanto incomodava a elite política. O duque de Caxias estava à frente do Conselho de Estado e o parlamento não pôs obstáculos para a ausência de quase um ano e meio. A imprensa noticiou a partida da comitiva imperial, que aconteceria em 26 de março de 1876, em direção aos Estados Unidos. Por lá, aconteceriam as celebrações do centenário da independência, que d. Pedro desejava participar. Com o casal, embarcaram o visconde do Bom Retiro, junto com a esposa, Joaquim Raimundo de Lamare, vice-almirante, o médico José Ribeiro de Sousa Fontes, Karl Henning, professor de sânscrito e alguns criados:

“Partem hoje para os Estados-Unidos, de onde seguem depois para a Europa, os Augustos Imperantes do Brasil, ficando encarregada do governo, durante a ausência de seu Augusto Pai, Sua Alteza Sereníssima a Senhora Princesa D. Isabel. O motivo d’esta segunda viagem de Suas Magestades, é a saúde de Sua Magestade a Imperatriz, que n’estes últimos tempos não em sido tão boa quanto todos nós o desejamos [...]. Para o elevado e esclarecido espírito de Sua Magestade o Imperador devem ser de muita vantagem estas viagens aos paizes mais adiantados que o nosso, vantagens de que todos nós viremos a gozar. Fazemos votos pela feliz viagem de Suas Magestades”.²⁶⁰

Durante a preparação da viagem, o jornal New York Herald enviou, no início de janeiro, seu repórter James J. O’Kelly para entrevistar o imperador. Da mesma forma, fez toda cobertura durante a viagem do casal, tendo em vista que seriam os primeiros monarcas a pisar em solo norte-americano. Evidentemente, O’Kelly não desgrudou de d. Pedro e d. Teresa Cristina. A comitiva imperial do Brasil era esperada para as celebrações de abertura da Exposição da Filadélfia, juntamente com o presidente Grant, em grande estilo. Curiosamente, d. Pedro, tão avesso a essas ocasiões, não colocou obstáculos em participar das solenidades que o esperavam. E precisamente nessa viagem, observamos a escrita diarística de Teresa Cristina, mais intensa e cheia de detalhes. Ela anota tudo o que lhe chama a atenção sobre pessoas, costumes e suas impressões do cotidiano.

²⁶⁰ *Gazeta de Notícias*, 26 de março de 1876. Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

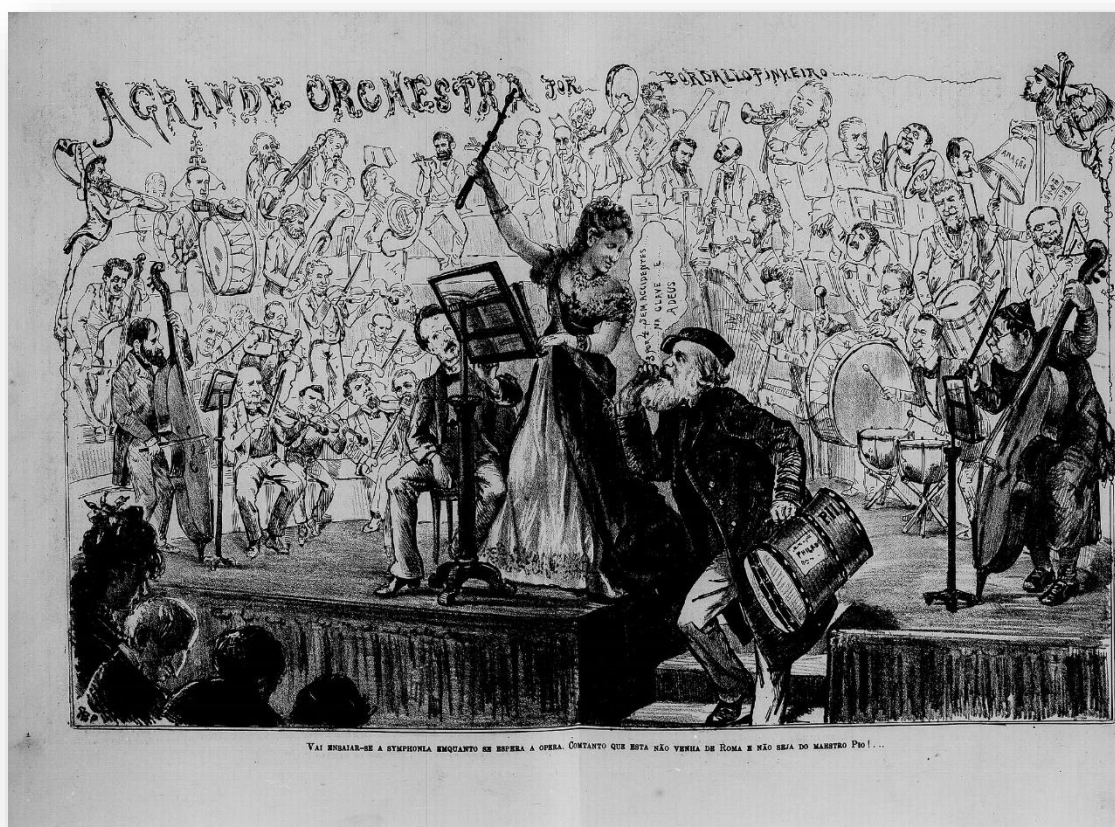


Figura 27: Charge da situação política em que d. Pedro II decide viajar, deixando Isabel como regente.²⁶¹

O embarque ocorreu após uma missa, celebrada na capela imperial de São Cristóvão. Estiveram presentes Isabel, o marido e todos os netos dos imperadores. O diário de viagem da imperatriz é mais completo e detalhista do que em outras ocasiões. Já durante a travessia, registra um pequeno acidente entre as embarcações:

“29 - Às 6 chegamos à Bahia ficando a bordo por causa de uma quarentena. Vieram diferentes vapores em torno do nosso. O Cardoso de Menezes esteve em terra, depois entrou um outro passageiro rumo aos Estados Unidos.
30 – Ótima viagem mas faz calor.
31 – Chegamos a Pernambuco às 6. O imperador não quis descer em terra. O tempo e o mar magnífico, nunca tinha visto o mar assim tão tranquilo como hoje. Vieram a bordo diferentes pessoas entre eles o Presidente Carvalho de Moraes com a mulher. A uma saímos de Pernambuco”.²⁶²

²⁶¹ Nesta ilustração é possível observar a orquestra caótica, e o “discreto” conde virando as partituras de Isabel regente. Ilustração do jornal *O Mosquito*, março de 1876. Disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁶² Diário da imperatriz Teresa Cristina, março de 1876. Arquivo Histórico do Museu Imperial, Petrópolis/RJ. Original em italiano. Tradução nossa.

O paquete *Hevelius* tinha saído do Rio de Janeiro e passaria por Salvador, Recife e Belém. Nesta cidade, o imperador desceu para um giro rápido e foi recebido por muitas pessoas no cais, por tiros de canhão e por muitas bandas de música. O repórter americano ficou surpreso pela postura de d. Pedro, que cumprimentava as pessoas sem cerimônia e sem nenhuma segurança. Segundo José Murilo de Carvalho (2007), a mistura de cores da população impressionou O’Kelly, “um mosaico humano”, exclamou.²⁶³ Para a imperatriz Teresa Cristina, a viagem tinha acontecido sem maiores problemas, salvo algumas indisposições, mas, ainda assim, anotou em seu diário, essa primeira parada:

“Abril. 1- Esta manhã choveu, boa viagem. O tempo mais fresco.
2 – Tenho estado doente porque o vapor se move muito. Depois do meio dia estávamos melhor, tempo bom.
3 – Sem novidade.
5 – Começamos a entrar no rio pela manhã. Encontramos um vapor que entrava e depois encontramos outro chamado Augustin que saia [?] o piloto chamado David José Montes, um verdadeiro índio, continuamos a viagem e soltando a [espaço em branco] chegamos ao porto do Pará, rapidamente embarcamos em um pequeno vapor Nacional que foi conduzido ----- a terra”.²⁶⁴

Nesse mesmo ritmo, seguiram viagem e logo não se viu mais o litoral do Brasil e os imperadores novamente tornaram-se, Pedro de Alcântara e Teresa Cristina. Por fim, os viajantes chegaram a Nova York, no dia 15 de abril e logo foram recebidos a bordo pelo secretário de Estado, ministros, embaixadores, dentre outras autoridades. Todos notaram o contraste dos monarcas brasileiros, que em nada lembravam os altivos reis europeus. A imprensa americana noticiou detalhadamente todos os passos do casal e, mesmo posteriormente, quando d. Pedro já havia falecido, ainda se lembravam da simplicidade do imperador e de sua esposa:

“Nós o encontramos a bordo do *Hevelius* no porto, em 15 de abril de 1876, e foi amor à primeira vista [...]. O que particularmente nos conquistou foi o tratamento que deu aos três ministros, Taft, Robeson e Fish, e aos outros figurões que lhe tinham vindo oferecer uma recepção de rei. O imperador quebrou a pose desses homens de modo magnífico e nós o adoramos, porque essas mesmas pessoas nos tinham esnobado na noite anterior”.²⁶⁵

Era ordem do próprio presidente Grant que a recepção dos imperadores fosse cheia de protocolos, tendo em vista o *marketing* positivo que desejava com a visita imperial, em uma ocasião histórica importante. Contudo, como era de sua índole, sempre que pôde, d. Pedro abria mão dessas distinções todas, causando frenesi na população que o acompanhava. Em uma dessas ocasiões, “enganou” as oito carruagens e os setenta policiais, que iriam fazer sua escolta

²⁶³ CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 161.

²⁶⁴ Diário da imperatriz, abril de 1876. Tradução nossa.

²⁶⁵ CARVALHO, 2007, p. 162.

até o *Fifth Avenue Hotel*, tomando incógnito um carro de aluguel, enquanto que, na Quinta Avenida, embandeirada de verde e amarelo, algumas pessoas aguardavam sua passagem.

Na mesma noite da chegada, d. Pedro quis ir ao teatro, onde foi executado o hino nacional brasileiro. Ao que parece, o imperador não fez muita questão com a saúde da mulher. Sua agenda diária incluía frenéticas visitas a escolas, fábricas, sinagogas, asilos, oficinas, e tudo o mais que lhe era possível ver. Teresa Cristina também fez sua agenda própria de atividades, em companhia de sua amiga, d. Josefina F. Costa. No dia 17, Pedro II seguiu para São Francisco e a imperatriz permaneceu em Nova York.

Em seus registros, d. Teresa Cristina assume uma voz própria, em certo sentido, distinta de d. Pedro. Juntamente com outras mulheres de sua comitiva, pôde organizar seu cotidiano em seu próprio ritmo. A imperatriz também aprecia os passeios pela cidade, mas sem a pressa do marido:

“18- Fui ver a estrada que sobe a montanha com carruagem por meio de uma máquina a vapor que move as cordas para sair. Depois fomos ver o grande armazém. À noite fomos ao teatro chamado Academia de Música, se representou o Freischutz. Em todos esses lugares fui acompanhada por D. Josefina, mulher do ministro Delamare.

19 – Fui com D. Josefina a mulher do nosso ministro, primeiramente a Trustees of the Cooper Union, 2 na casa dos enjeitados mantida por M. Cooper é protestante, 3 a uma outra casa de instrução para rapazes e moças mantida por Mrs. Paul L. Thebaud, este é católico, são os monges do coração de Maria que assumiram a direção dos rapazes. A noite fomos ao teatro Italiano Il Barbieri di Serviglia, a Rosina foi representada por M. Belloc.

20 – Fomos à academia para a representação da [espaço em branco] pelos rapazes de diferente [?] pessoas da sociedade, foi graciosíssima e muito me diverti

21 – Uma missa por meu irmão Carlos, e de lá fomos ao Campo Santo que está na Ilha Grande, é magnífico. Existem diferentes monumentos, vimos isso com a filha de Thomson”.²⁶⁶

De modo algum, a imperatriz Teresa Cristina reflete, nessas ocasiões, a imagem estereotipada que alguns historiadores lhe atribuem: “mulher de pouca cultura e interesses limitados”. Ao contrário, sua ótica é diferente da de d. Pedro II e, conseqüentemente, também sua percepção do cotidiano. D. Pedro, por sua vez, não perdia tempo; em Chicago, participou até de um culto mórmon. Toda essa disposição para eventos não muito aristocráticos rendeu-lhe o título de “imperador republicano”. Já em Nova York, junto com suas companheiras, d. Josefina, d. Emília e De Lamare, Teresa Cristina tentou visitar alguns hospitais, mas sem sucesso, conforme narra em seu diário do dia 21. À noite, foi a um teatro particular para uma pequena apresentação.

²⁶⁶ Diário da imperatriz, abril de 1876. Tradução nossa.

Enquanto d. Pedro fazia sua excursão por São Francisco, Teresa Cristina preparava-se para encontrá-lo na Filadélfia, onde assistiriam a abertura da Exposição Universal. O grande evento marcaria o início das festas do centenário de independência dos Estados Unidos. O casal imperial era uma das importantes atrações, que daria um tom diferente a uma celebração de caráter fortemente republicano. A abertura da grande exposição estava marcada para o dia 10 de maio. No Brasil, a presença de d. Pedro foi noticiada pela imprensa do Rio de Janeiro, que também ressaltou, com admiração, o desenvolvimento do país norte-americano:

“Abre-se hoje a exposição de Philadelphia. Eia-ahi uma noticia secca, uma noticia simples e no entanto deixando-a assim mesmo sobre o papel sem mais commentario, que noticia que mais estimule a intelligencia nos seus monólogos! O punhado de foragidos que um dia aportou ás terras septentrionaes d’este continente pode fundar uma nação e constituir por assim dizer um novo direito publico, uma nova economia politica, uma vida religiosa sem dependência do estado e uma liberdade ampla sem por isso amesquinhar ou por embaraço á lei, o que foi o supremo empenho do mundo antigo e é ainda o máximo desespero dos povos europeus. Para fundarem elles uma nova economia politica tornavam colossal a indústria e á própria Inglaterra foram pedir que medisse o seu commercio com o d’elle [...]. A America diz hoje a Europa e ao mundo: vinde vêr se nós os foragidos de há um século não pertencemos à civilização. Olhai, comparai, sêde juizes! E ha América há de sahir victoriosa. O Imperador do Brazil, o chefe do Estado que o destino reserva como rival do colossal lá foi, lá está a esta hora. Altos destinos de Deus que decreta que a primeira exposição artística do povo que com Washington, um simples cidadão, constituiu, tivesse como o mais elevado espectador uma cabeça coroada. É nossa crença que a nossa patria tem tudo a ganhar com essa coincidência”.²⁶⁷

Nesse contexto, o que permeava a comemoração do centenário era um discurso marcadamente elaborado para exaltar os “valores americanos” e da América, como a “pátria-mãe” da liberdade, do progresso e da tecnologia, e, em suma, da democracia. Sua história é colocada dessa forma, para reafirmar que a imagem de povo “foragido” dera lugar a um país civilizado e moderno. Assim, elaborava-se visivelmente, com a exposição da Filadélfia, uma imagem bem articulada, de construção da identidade nacional americana. De igual maneira, os membros da sociedade eram levados a “se auto identificarem” nesse processo.²⁶⁸

O Império do Brasil também se associou nessa linguagem discursiva e de imagem, visto que foi montado especialmente um pavilhão brasileiro onde se viam seus produtos de exportação: o tabaco, o açúcar e o café, dentre outros. Viam-se, também, instrumentos de moer grãos e diversos objetos indígenas. Sobre esse aspecto, a Exposição Universal da Filadélfia de

²⁶⁷ *Gazeta de Notícias*, 10 de maio de 1876.

²⁶⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal de Filadélfia de 1876. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.2 jan./dez. 1994, p. 157.

1876 mostrou-se um dos momentos mais emblemáticos na construção da identidade nacional e deixou claro o caminho pelo qual a América desejava seguir.

Em suma, a exposição “cumpriu uma função hegemônica, precisamente porque propagou as ideias e os valores dos líderes nacionais do mundo da política, das finanças, das corporações e da intelectualidade do país”²⁶⁹, ou seja, sua própria compreensão americana da política e da sociedade. Voltemos aos nossos visitantes. A presença do imperador e da imperatriz do Brasil ofuscou a própria imagem do presidente Ulysses Grant. O imperador e o presidente chegaram juntos de carruagem e, da grande varanda do *Machinery Hall*, assistiram ao desfile. Na ocasião, d. Pedro conheceu Thomas Edison e Graham Bell, o inventor da mais nova atração: o telefone, o que deixou o imperador brasileiro entusiasmado.

A imperatriz Teresa Cristina observava com atenção os acontecimentos e as pessoas com quem se encontrava. Ao lado do presidente Grant, e de sua esposa, participou da abertura da exposição e visitou várias vezes o pavilhão do Brasil. Também registrou em seu diário a importante ocasião:

“10 - Hoje foi a grande festa da abertura da exposição, às 10 chegamos ao pavilhão da exposição. Dirigiram-se o imperador, o visconde do Bom Retiro, o ministro brasileiro e o secretário em uma carruagem, eu, D. Josefina, a esposa do ministro e De Lamare, assim estávamos até o local em que eles tinham acomodado, que estava ao sol como todas as outras pessoas. Eu estava sentada perto da esposa do presidente que não fala. Aquele inglês que estava atrás da esposa do ministro Fich era muito amável e fala francês. Esperou-se a chegada do presidente para abrir a exposição. Ouvi diferentes discursos entre eles do presidente que não se pode ouvir falando baixo. Terminado tudo começou a visita a exposição eu caminhando de braço com o presidente, o imperador com a presidente [esposa] o presidente segurava o braço do presidente da exposição. Eu quase não falei nada porque não falo aquele inglês. Vimos o grande pavilhão da agricultura e das máquinas. Terminado lá, o presidente e todos partiram e nós fomos a pé ao pavilhão das Senhoras. O caminho era péssimo estava cheio de lama. Depois retornamos ao hotel e meu marido continuou o seu giro pela exposição. À noite ficamos em casa [espaço em branco] onde está hospedado o presidente para uma reunião em trajes de corte e decotes e diamantes. Todos permanecemos em pé toda a reunião [ilegível]. Fomos ver a exposição agrícola, onde vi também a de Portugal. Vi também a de belas artes. À noite vieram me visitar Mr. Okelly as 6 o Ministro espanhol, esposa e secretário e a esposa do ministro inglês”.²⁷⁰

Fica evidente a ótica singular da imperatriz Teresa Cristina, no que se refere às experiências do cotidiano, por uma ótica bem particular. Não é nosso objetivo comparar sua escrita com a d. Pedro II, sobremaneira nos seus diários de viagem. Contudo, somente o fato de Teresa Cristina propor-se a compor uma escrita diária demonstra sua capacidade de síntese,

²⁶⁹ Idem, p. 158.

²⁷⁰ Diário da imperatriz, maio de 1876. Tradução nossa.

mas também sua subjetividade detalhista, que a diferencia do imperador, que, a seu modo, deixa claro a necessidade de observar tudo, ao mesmo tempo. D. Teresa Cristina, ao contrário, observa, reflete e assimila tudo, em seu próprio ritmo, em um compasso distinto. Um trecho de uma carta, dirigida à filha Isabel, evidencia que nem sempre o casal estava em concordância sobre tudo, e vê como positiva a atitude da filha em aproximar-se da imagem de Pedro II:

“1876- Exposição da Filadelfia

Teu pai ainda na função e eu vim para casa muito aborrecida. Tenho visto de tudo só pelo meu lado, porque teu pai quer ver tudo, só paciência. Tenho visto pelos jornais que tens ido a diferentes estabelecimentos; parece que comesas a fazer a mesma atividade que teu pai, o que estimo, minha querida e boa filha”.²⁷¹

A imperatriz tomou parte em uma função interessante: a abertura do pavilhão das mulheres na exposição. Acompanhada pelo ministro Borges, vestida de preto, sorridente, “pequena e roliça”²⁷², passava por entre as líderes feministas que queriam seu autógrafo. Em seu retorno para a Filadélfia, d. Pedro II visitou várias vezes a exposição, e examinou invenções que concorriam premiações, enquanto a imperatriz continuava com sua agenda, ora nos pavilhões, ora pela cidade:

“13 – O imperador seguiu para Annapolis para ver o Arsenal e De Lamare foi com ele. Bom Retiro permaneceu aqui, partiram às 7 da manhã. Eu fui ver a Catedral que não tem nada de belo com quadro a óleo representando a crucificação oferecida pelo Rei da França Carlos X, e outro que representa S. Luiz enterrando os feridos no campo de batalha dado pelo Rei. Depois fui ver a estátua de mármore a Vênus, de lá fomos à galeria dos quadros do Sr. [espaço em branco], de lá para a câmara municipal para ver a rotunda, antes de tudo fomos ao parque que muito gostei. A noite fomos ao teatro, academia de música onde representou Miss Mary Anderson que tem 16 anos de idade é graciosa e representa perfeitamente, ela veio ao nosso camarote nos cumprimentar. Nesta cidade de Baltimore estive com Ernesto Merrola filho do antigo ministro napolitano que esteve no Brasil em 1843. Ernesto foi também secretário da delegação napolitana no Brasil”.²⁷³

O casal seguiu para Washington, onde ficariam brevemente. Nessa cidade, a rotina incluía várias visitas a estabelecimentos de ensino, oficinas, universidade, catedral, como de costume. A imperatriz também registrou sua passagem pela capital e, de maneira geral, ficou satisfeita com o que viu, desde “à casa do americano Mr. Probased Chaton Avenue, onde tinha uma bela livraria, quadros e estátuas”²⁷⁴, até mesmo uma “casa” onde se matava porcos, que

²⁷¹ Carta à princesa Isabel, 1876. Arquivo Grão-Pará, Museu Imperial de Petrópolis/RJ.

²⁷² HARDING, Bertita. *O trono do Amazonas: a história dos Braganças do Brasil*. Trad. Adalgisa Nery. Rio de Janeiro: José Olympio 1944, s/d.

²⁷³ Diário da imperatriz, maio de 1876. Tradução nossa.

²⁷⁴ Diário da imperatriz, 14 de maio de 1876. Tradução nossa.

Teresa Cristina preferiu não entrar. No dia 8 fizeram um passeio pelas cataratas do Niágara, que muito impressionou a comitiva, em particular a imperatriz, que anotou em seu diário:

“4 – Às 8 chegamos ao Niágara e da estação fomos ao hotel chamado International. As 10 fomos à missa na Catedral. Depois fomos ver a cascata do Niágara, que não é possível imaginar um espetáculo semelhante, é belo e majestoso. Eu permaneci no hotel quando o imperador, Augusto, Bom Retiro, De Lamare, Macedo e Okelly foram descer por baixo da cascata, antes de descer trocaram de vestimenta, estavam com uma vestimenta desbotada e impermeável. Nesse lugar compraram fotografias e outras pequenas coisas. Passando pela ponte eu segui por um caminho e o imperador passou a pé”.²⁷⁵

E suma, os imperadores do Brasil causaram excelente impressão na visita aos Estados Unidos. Os norte-americanos reconheciam o *status* aristocrático dos visitantes, mas, para eles, não era o mais importante. De fato, as atitudes tanto de “Mister Alcântara”²⁷⁶, quanto de sua esposa traduziam a simplicidade do caráter de ambos e o interesse pelas novidades atuais. Todos ficaram impactados ao ver d. Pedro pegar um “taxi” e pagar pela corrida, como qualquer turista. Enfim, após alguns meses, a visita chegou ao final, e os viajantes, no dia 12 de junho, embarcaram no vapor “Rússia”, mais uma vez, rumo à Europa.



²⁷⁵ Idem, junho de 1876.

²⁷⁶ BRAGANÇA, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo. *Dom Pedro II na Alemanha: uma amizade tradicional*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2014, p. 84.

Figura 28: A comitiva imperial em Niágara Falls. Sentados estão d. Josefina, d. Teresa Cristina e d. Pedro II.²⁷⁷

O desembarque aconteceu em Liverpool, mas não ficariam na Inglaterra. Enviou um telegrama à rainha Vitória, desculpando-se por não poder visitá-la, mas que o faria na volta. Entretanto, em Londres, hospedou-se no Hotel Claridge e quis visitar o Museu Britânico. Logo que possível, partiram para Calais e, por fim, chegaram a Bruxelas, onde a irmã de d. Pedro, Januária, aguardavam-nos. O casal foi recebido pelo rei Leopoldo II na estação, pois desejava cumprimentar os imperadores. Na capital belga, d. Pedro e d. Teresa Cristina ficaram alguns dias, onde se encontraram com universitários brasileiros. Não deixaram de passar na Alemanha, para visitar pontos históricos e artísticos de Magúncia, Berlim e Frankfurt.

A imperatriz seguia, conforme suas forças permitiam, o incansável marido pelos atrativos das cidades. Passaram por Baden-Baden, Stuttgart e Munique, mais uma vez hospedados em hotéis, recusaram a estadia nos palácios oficiais. A imperatriz Teresa Cristina encontrou-se com sua irmã, Antônia, grã-duquesa da Toscana e seu filho Fernando. A nobreza alemã fazia de tudo para que os imperadores aceitassem convites para banquetes, recepções, bailes etc. Contudo, quase sempre eram frustrados pela negativa de d. Pedro. De Salzburgo. Foram para a Gestein, onde Teresa Cristina fazia seus banhos medicinais. Lá, recebeu a visita dos netos mais novos, José e Luís, que viviam na Alemanha.

Em 12 de setembro, d. Teresa Cristina foi a Coburgo, onde desejava visitar o túmulo da filha Leopoldina. Devido ao atraso do telegrama comunicando sua chegada, não havia ninguém aguardando. Ela se hospedou no Hotel Leithausser e quem acompanhou sua estadia foi a condessa de Barral, sua antiga “rival”. A duquesa Alexandrina conta que a imperatriz estava “retraída”²⁷⁸ e de luto por causa de sua filha. D. Pedro tinha ido para Bayreuth, sendo recebido, mais uma vez, pela condessa von Schelinitz, enquanto Teresa Cristina fazia seu tratamento nas águas de Geistein. Somente se reencontrariam na Grécia, para seguir para a Terra Santa.

Diferentemente da primeira viagem de 1871, o cronograma incluía cidades gregas e uma estadia de 24 dias na Terra Santa. Essa era outra parte do mundo que muito chamava a atenção de d. Pedro II e que, talvez, em outra oportunidade, não seria possível conhecer. No dia 14 de novembro de 1876, de madrugada, o navio ancorou no cais de Beirute. A agenda era extensa e

²⁷⁷MASON, Samuel J. **[D. Pedro II, Tereza Cristina Maria e outras pessoas em Niagara Falls]**: [retrato]. Nova Iorque, Estados Unidos: [s.n.], 1876. 1 foto: estereograma, papel albuminado, pb, 16 x 8. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=5631. (Detalhe). Acesso em: 16 abr. 2020.

²⁷⁸BRAGANÇA, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo. *Dom Pedro II na Alemanha: uma amizade tradicional*. São Paulo: Editora Senac São Paulo 2014, p. 94.

variada. Acompanhavam o casal, o visconde de Bom Retiro, o dr. José Ribeiro de Souza Fontes, as damas de Teresa Cristina, a baronesa Fonseca Costa e d. Joaninha. A própria geografia do local era diferente dos demais locais visitados. Os homens caminhariam a pé e as mulheres eram carregadas em pequenas cadeiras. Assim relata d. Teresa Cristina sua chegada:

“14 – Esta manhã partimos de Beirout [Beirute] às 5 da manhã para Damasco em uma diligencia o tempo tem estado ruim e chuvoso. Às 10 chegamos a Kanahir onde almoçamos sob uma tenda. Aqui nos separamos do imperador, do visconde do Bom Retiro, e Artur de Macedo que foram para Baalbec, eu e D. Josefina De Lamare, Dr. Fontes seguimos para Damasco onde chegamos a noite 6”.²⁷⁹

Nos poucos apontamentos de Teresa Cristina, nessa etapa da viagem, podemos notar certo cansaço e impressões mais frias sobre os lugares visitados, talvez pela dificuldade de locomoção e as constantes oscilações do tempo. Dom Pedro, ao contrário, estava “eufórico” com tantas coisas e lugares para ver. Em Baalbeck, pôde apreciar as ruínas e colunas antigas. Em sua curiosidade, o imperador “media os templos, decifrou símbolos e deixou seu nome gravado numa pedra”.²⁸⁰ No dia seguinte à chegada, a imperatriz visitou “a mesquita e toda a cidade”²⁸¹ e uma igreja maronita e esteve em alguns lugares, por onde andou o apóstolo Paulo, e um cemitério, onde haviam sido enterrados cristãos mortos em uma perseguição:

“20 – Às 6 partimos de Naouran se vê o lago de Tiberíades e neste lugar almoçamos e seguimos viagem até Kakoult onde vi as pontes dos filhos de Jacó, acampamos para passar a noite; todos os caminhos de hoje foram péssimos.

21 – Toda a noite choveu muito e pudemos sentir os sons dos chacais que estavam rondando o acampamento. Partimos às 6 da manhã depois de 5 horas chegamos a Meidal e Magdala”.²⁸²

Dom Pedro II é bem mais extenso em suas anotações. Foram muitas as experiências e pessoas com quem se encontrou e, raras vezes, mencionou a imperatriz em seu diário. Teresa Cristina também não faz muitas considerações sobre a rotina do marido, preferindo registros mais precisos de suas próprias atividades. O que é certo é que ambos fizeram o que desejavam. O imperador era incansável, querendo ver de tudo: no suposto posto da samaritana, andou a camelo, examinou manuscritos da Torá e, claro, em Jerusalém fez o percurso dos lugares em que, segundo a tradição cristã, Jesus teria andando. A visita não oficial dos imperadores do Brasil terminou após 24 dias; antes, o imperador quis comemorar seu aniversário de 51 anos, em Jerusalém. A comitiva seguiu para o Egito e depois retornou a Europa.

²⁷⁹ Diário da imperatriz, novembro de 1876. Tradução nossa.

²⁸⁰ FAINGOLD, Reuven: *D. Pedro II na Terra Santa: diário de viagem – 1876*. São Paulo: Editora Sêfer, 1999, p. 19.

²⁸¹ Diário da imperatriz, 15 de novembro de 1876.

²⁸² Idem, novembro de 1876.

A primeira parada foi na Itália, depois a comitiva dirigiu-se para Viena, onde ficou cerca de suas semanas. Na capital austríaca, houve recepção formal e jantar oferecido pelo imperador Francisco José. Em princípios de 1877, retornaram para a Alemanha, desta vez, o kaiser Guilherme I se encontrou com o casal. Em abril, chegaram a Paris, para uma longa temporada. Ainda passariam na Inglaterra, Escócia, Irlanda, Holanda e Suíça.

Assim, mais uma extensa viagem estava chegando ao fim. Depois de 18 dias em Portugal, em 8 de setembro de 1877, os imperadores e sua comitiva embarcaram para o Rio de Janeiro. Começava, então, uma fase de lento declínio da monarquia brasileira, com um cenário político instável, que permearia a última viagem do casal ao exterior, em 1887.

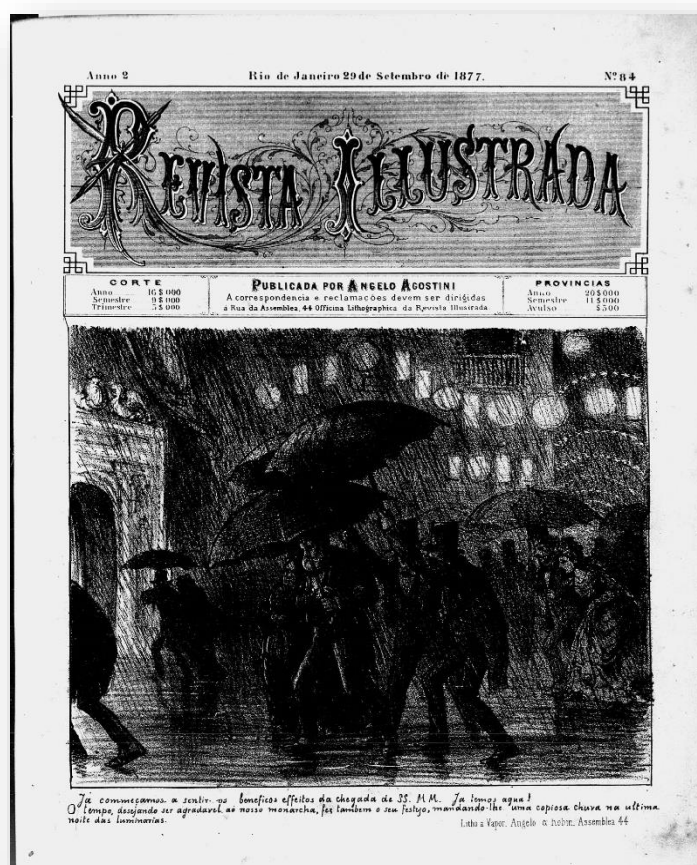


Figura 29: Sob forte chuva, os imperadores chegam ao Rio de Janeiro.²⁸³

²⁸³ Ilustração de capa da *Revista Ilustrada*, 29 de setembro de 1877. Lê-se a legenda: “Já começamos a sentir os benefícios efeitos da chegada de SS. MM. Já temos água!”. Disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

3.1.3. 1887: Uma viagem e o último respiro da monarquia

A década de 1880 foi decisiva para o reinado de d. Pedro II e, por conseguinte, para a própria monarquia. Um dos graves problemas internos era o persistente horror da escravidão. Ficava cada vez mais evidente que era uma questão de tempo até chegar a abolição definitiva. A própria família imperial, a seu modo, engajou-se na campanha para obter o máximo de alforrias possíveis, em diversos setores do império. No ano de 1886, durante as comemorações do aniversário da imperatriz Teresa Cristina, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro organizou a entrega de 176 cartas de libertação a homens e mulheres. No dia 14 de março, a cidade preparou-se para celebrar o desfile em honra da imperatriz que, ao lado do marido e da filha Isabel, entregou as respectivas cartas.

Estiveram presentes no salão do trono da câmara várias instituições públicas, dentre elas: escolas, oficinas, políticos e a elite que procurava beneficiar-se dessa demonstração pública. O presidente da câmara, dr. Pereira Lopes, leu discurso de abertura na presença da família imperial, dirigindo-se ao imperador e à imperatriz:

“Senhor! – realiza-se hoje mais uma festa da libertação! Ella é a continuação da propaganda de civilização benéfica e, gloriosamente iniciada, por esta Ilma Câmara no memorável dia 29 de julho de 1885. Com tanto, se não maior entusiasmo ainda, alimentada de uma parte por Vossa Magestade Imperial e de outra pelo desejo incessante de um povo que, desapaixonadamente procura resolver o problema da escravidão no Brasil [...]. Não foi, Senhor, nem poderia ser porque impossível fôra a esta Câmara ou deixar de passar despercebida uma data tão gloriosa como a de 14 de março, em que a nação brasileira se cobre de galas e, jubilosa, sollemnisa e comemora de sua muito excelsa e venturosa Imperatriz, aquella que com toda justiça é proclamada a solícita mãe dos brasileiros. Recebei, portanto, Augusta Senhora, amparai-os com o manto magestático de vossa bondade; entregai-lhes suas cartas, afim de que eles hoje mesmo, ao transporem as portas d’este Paço Municipal, possam logo fruir os divinaes encantos, os admiráveis benefícios da Liberdade; pois elles, Senhora bendizendo as vossas bemfazejas e augustas mãos, por tantos títulos já tão venerandas, bendirão igualmente o faustoso dia 14 de Março, anniversario natalício de vossa augusta e adorada mãe”.²⁸⁴

O discurso foi longo e, de certo modo, eloquente no que se refere à necessidade urgente de resolver a questão, sendo um desejo nacional. De fato, várias províncias já haviam feito a abolição interna, por exemplo o Ceará e o Rio Grande do Sul, em 1884. Evidentemente, as ditas “benfazejas” não se deram conforme era necessário após a concretização da abolição total, em 1889. Não houve nenhum interesse por parte das elites monárquicas e, posteriormente da república, em inserir os negros na sociedade, com seus direitos garantidos. De todo modo, não

²⁸⁴ *Diário de Notícias*, 15 de março de 1886. Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

vamos aprofundar-nos nas várias questões envolvendo o processo da abolição no Brasil. O fato é que o tema estava no centro das discussões políticas e sociais, na última década do Império. Feito o discurso, a imperatriz, juntamente com a princesa Isabel, entregou as cartas de alforria, fato que teve muita repercussão no país.

Somava-se a essa importante discussão, o dilema em torno da sucessão de d. Pedro II. A demanda estava posta e, de um lado, estavam os poucos defensores de um III Reinado nas mãos de Isabel. Do outro, estavam os entusiastas em torno do neto mais velho, d. Pedro Augusto, que já estivera na posição de herdeiro do trono. A postura de príncipe nesse contexto sinalizava que ele ainda desejava a concretização do projeto. E fez de tudo para conquistar o lugar de Isabel. Estava sempre perto dos avós e tinha uma relação muito próxima com d. Teresa Cristina. Aproveitando-se dessa aproximação e desejando fazer “campanha” nas cortes europeias, acompanhou os imperadores na última viagem internacional. As atenções voltaram-se para o tema, justamente pela visível debilidade física do imperador no início de 1887, quando sua saúde, rapidamente, deteriorou-se.

Nos primeiros meses de 1887, a rotina do imperador resumia-se a idas para Petrópolis e a despachos habituais aos sábados, no Rio de Janeiro. Nesse ínterim, a filha Isabel, o marido e os filhos estavam em viagem na Europa que deveria durar seis meses. Em fevereiro, sentiu fortes dores de cabeça e febre; sua disposição física oscilava entre dias de melhora e recaída. No mês seguinte, foi novamente acometido de um surto de vômito e febre. Os médicos da corte não estavam certos de qual doença sofria d. Pedro. O dr. Mota Maia sugeriu uma mudança de ambiente, para analisar o quadro. A imperatriz Teresa Cristina estava completamente absorvida pelas complicações de saúde do marido. Talvez, por esse motivo, o último diário conservado data de 1887 e é constituído de poucas linhas, com informações muito precisas sobre a saúde de d. Pedro II:

“Petrópolis 7 de fevereiro
Nestas notas o imperador cai doente com forte febre.
9 – Hoje passou bem, dormiu em nossa cama no quarto.
18 – De novo com febre.
19 – De cama
25 – Passeio a pé pela manhã”.²⁸⁵

Como podemos notar, os dias eram passados em torno do marido. Os jornais não davam informações precisas para não alarmar a população, mas era evidente que algo não ia bem. Os imperadores estavam na casa de “Avelar”, conforme anotação da imperatriz. Não havendo

²⁸⁵ Diário da imperatriz, fevereiro, 1887.

melhoras, o casal transferiu-se para uma fazenda, em Águas Claras, o “netinho Pedro”²⁸⁶, conforme anotou Teresa Cristina, também estava presente. Em abril, a situação não melhorou muito, mas d. Pedro conseguia fazer pequenos passeios. Entre os dias 18 e 27, a imperatriz escreve “nenhuma novidade”²⁸⁷. Porém, no dia 28, novamente “acesso de febre”. Teresa Cristina escreve, diariamente, cartas para pessoas no Rio de Janeiro, bem como para a filha em viagem:

“Petrópolis, 4 de março de 1887

Cara filha Isabel

Ainda estou tão perturbada com a moléstia de teu Pae que não sei o que faço, por isto me desespera que não escrevo longamente. Faço bem ideia o quanto te a de ter impressionado recebendo esta noticia. Graças a Deos Teu Pae vae melhorando mas ainda esta de cama. Que falta tem me feito em esta ocasião mais que nunca.

Tua afetuosa mãe em coração, Thereza”.²⁸⁸

Na maioria dos diários da imperatriz, surge uma mulher que descreve seu cotidiano de forma simples e com uma narrativa formal, sem muitas considerações pessoais, na maioria dos casos. Ao passo que, em suas cartas, o que aparece é uma mulher muitas vezes inquieta e mais livre, que se relaciona com o cotidiano e com seu ritmo de forma mais simples e reflexiva. Nessa inversão de lugares de escrita, observamos uma imagem da mulher imperatriz em seus diários. Ao mesmo tempo no outro, em suas cartas, uma mulher que escolhe não ser silenciosa, que se mostra sem restrições. Essa face de Teresa Cristina é bem perceptível no contexto da última viagem, tendo em vista o principal motivo dela: o agravamento da saúde de Pedro II. Dessa forma, é desse período seu último diário, escrito de forma objetiva. Ao contrário, suas cartas são mais numerosas e repletas de traços pessoais.

²⁸⁶ Idem, 11 de abril de 1887.

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ Carta da imperatriz à Isabel. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis/RJ. (Manuscrito).



Figura 30: Pedro II, o neto Pedro Augusto e Teresa Cristina, em 1887.²⁸⁹

Contrariamente às outras ocasiões, dessa vez, d. Pedro II não estava disposto a viajar, pois as circunstâncias eram outras. A ausência prolongada da princesa incomodava os círculos do poder, o que desgastava ainda mais sua imagem. Dessa forma, diante do gradativo declínio da saúde do imperador e das insistências dos médicos, ficou decidido pelo tratamento na Europa. Foi comunicado à Isabel que ela deveria retornar ao Brasil e assumir mais uma vez a regência durante a ausência de seus pais. Assim, junto com o marido e com os filhos, chegou ao Rio de Janeiro, em 6 de junho. No dia 30 a bordo do *Gironde*, d. Pedro, Teresa Cristina, Pedro Augusto

²⁸⁹ A viagem de 1887 também estava repleta de expectativas para o príncipe Pedro Augusto, que desejava ser reconhecido pelas cortes europeias como o potencial sucessor de Pedro II para o III Reinado no Brasil. Para tanto, fez sua parte estabelecendo vínculos com os mais variados círculos de poder, e na autopromoção de sua imagem. Jungmann. Acervo pessoal do autor.

e outros acompanhantes embarcaram na Europa. D. Teresa Cristina fez poucos comentários durante o trajeto, limitando-se a apontamentos sobre o clima e o mar.

Desembarcaram em Lisboa, onde o rei d. Luís aguardava-os. A parada foi rápida e sem qualquer cerimônia e, imediatamente, seguiram para Paris. Na estação, já estava à espera da comitiva brasileira a condessa de Barral. Logo após se estabelecerem, o aspecto de d. Pedro era melhor, tanto é que fizera alguns passeios pela cidade. A imperatriz visitou Margarita Montpensier, em 26 de julho. No dia seguinte, “o imperador foi ao teatro sozinho eu não fui”²⁹⁰, anotou em seu caderno. O destino para o tratamento era Baden-Baden, em suas águas medicinais.

Por lá chegaram no dia 3 de agosto, às 6h da manhã. Nessa região da Alemanha, ficariam até 1 de outubro, já confiantes na melhora de d. Pedro. O imperador gostava dessa cidade, de suas paisagens e do movimento de intelectuais que também procuravam a região para descansar. Da mesma forma, muitos monarcas europeus tiravam férias por lá. A imperatriz recebeu, também, muitas visitas de seus parentes e quis conhecer a Floresta Negra, e esteve com a cunhada, Januária. Depois, escreveu nos dias seguintes:

“16 – Os médicos me disseram saúde precária.
20 – Teatro e baile.
21 – Corrida de cavalo.
22 – Januária partiu.
23 – Concerto de música.
24 – Corrida e teatro”.²⁹¹

Observa-se que d. Teresa Cristina estava consciente do real estado de saúde do marido. Entretanto, entre uma melhora e outra, procurava fazer programas simples. O tratamento de d. Pedro consistia em massagens, duchas terapêuticas, ginástica e passeios curtos. No entanto, no que se refere ao último, não seguiu as prescrições médicas. Foi ver uma piscicultura de salmões, tirou fotos, comprou presentes para a imperatriz e jantou com o barão de Jauru, seu amigo. Esses excessos custariam caro a sua saúde nos próximos meses. As últimas anotações de Teresa Cristina no diário sugerem que não houve ânimo e nem condições para escrever:

“Uma reunião musical na casa da baronesa Soiz. Esta noite chegou meu neto, a gran-duquesa da Toscana com sua filha Antonietta e dois filhos pequenos
17 –Chegou esta noite a imperatriz Augusta da Alemanha.
21 – O grão duque a granduquesa de Baden chegaram hoje as 8 da noite vieram fazer uma visita. Nós fomos ao teatro (Carmém) e fomos obrigados a ir em casa para receber o grão duque, e depois retornamos ao teatro.”²⁹²

²⁹⁰ Diário a imperatriz, 27 de julho de 1887.

²⁹¹ Idem, agosto de 1887.

²⁹² Últimas anotações da imperatriz no diário, setembro de 1887.

Nesses dias, a imperatriz passou algum tempo com a irmã, Antônia da Toscana, com seu genro, o duque de Saxe, e o neto Luís de 15 anos. Além da imperatriz da Alemanha, recebeu a visita de Teresa da Baviera, que conhecera em 1876. Mais uma vez, em companhia do neto Pedro Augusto, foi ao teatro. Muitas personalidades que estavam em Baden-Baden procuravam encontrar-se com o velho imperador. O tratamento mostrou-se benéfico para d. Pedro que, controlando sua dieta, diminuiu o açúcar e melhorou seu estado diabético. No dia 1 de outubro, pela manhã, chegaram a Coburgo.



Figura 31: Diários manuscritos da imperatriz Teresa Cristina.²⁹³

Mais uma vez em Coburgo, os imperadores e Pedro Augusto participaram de uma cerimônia no túmulo de Leopoldina. De volta ao Hotel Leuthäusser, receberam algumas visitas e foram visitar o Castelo de Callenberg. Dom Pedro desejava ir, mais uma vez, à Palestina e ao Egito, contudo, os médicos não permitiram tal viagem. Assim, contentou-se em ir a Cannes, e posteriormente à Itália. Em Cannes, não houve agravamento do estado de saúde, ele e a imperatriz seguiam agendas distintas, ainda que não ficassem distantes. O imperador fazia frequentes passeios a pé, com Mota Maia. Teresa Cristina, por sua vez, quando podia,

²⁹³ Arquivo Histórico do Museu Imperial. Foto do autor, 2012.

descansava no hotel ou andava de carruagem pela cidade. Essa foi a rotina durante março, e parte de abril de 1888.

No final de março, Pedro Augusto adoeceu de catapora, segundo o boletim dos jornais, ficando vários dias de cama. Em meados de abril, encontravam-se em Nápoles e o estado de saúde de d. Pedro, após breve melhora, começou a decair novamente. Escreve Teresa Cristina a Isabel:

“Noite, Napoli 17 de Abril 1888

Minha querida filha Isabel

Pode bem fazer Idea da minha alegria em receber por teu Pae a tua photographia que me fez o maior prazer achei te com bom semblante que saudades tenho de ti e de vos todos. Recebi também a tua carta de 14 de março e os jornais dos pequenos. Te agradeço de ter naquille [naquele] dia sabido minha saúde. Vejo que as minhas cartas te derão alguma alegria com a esperança de vos ver em Julho e com o meu telegrama que te mandei. Daqui ficaste certa da nossa volta ao Brazil esta noite terá o teu telegramma em resposta ao seu que muito te agradeço. Vejo por tudo o que me diz quantos sabores tem tido por tudo o que tem passado pelos últimos tumultos que houverão por causa do ministério. Felizmente que tudo se acalmou. Bem me lembrei de ti minha querida filha e tive muita pena de ti. Deos e a ssmma Virgem te protegem”.²⁹⁴

A imperatriz dava por certo o restabelecimento do marido e seu rápido retorno ao Brasil, o que muito desejava. Mais uma vez Teresa Cristina, preocupa-se com as divergências na política brasileira, que discutia calorosamente a lei de abolição. Nesse contexto, também visitou as ruínas de Pompéia e Herculano, importantes centros arqueológicos e a cratera do Vesúvio:

“Aqui vamos sem novidades já fomos a Pompéia e teu Pae andou 5 horas a pé por ver tudo o que havia de novo e de novo o que já conhecia. Fizerão algumas escavação e acharão alguns objectos de barro [?] e [ilegível] veras tudo do jornal de teu Pae. Eu fui por toda a parte de caderinha por causa de meu joelho que me impede [impede] de andar[...]. Todas as senhoras e Teu Pae, Pedro e os semanario foram a pé até a grande crateira não decemos porque o vulcão estava em movimento de erupção e attirava algumas pedras e cinzas, e com espetáculo magnífico mas pouco seguro estar perto.”²⁹⁵

Durante o mês de maio de 1888, d. Pedro II ficou mais debilitado. As constantes divergências entre o médico Mota Maia e Pedro Augusto, sobre o real estado do avô, obrigaram a imperatriz a solicitar uma conferência com médicos especialistas, para um parecer mais preciso. A reunião aconteceu em 9 de maio e o diagnóstico foi noticiado como “pleurisia secca, com phenomenos nervosos”²⁹⁶, a imperatriz estava bastante assustada com as crises do marido. No dia 22 de maio, ocorreu a crise mais forte, segundo o jornal um padre foi chamado para

²⁹⁴ Carta da imperatriz à princesa Isabel. Arquivo Histórico do Museu Imperial.

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ *Diário de Notícias*, 27 de maio de 1888.

fazer a unção. O quadro seguiu praticamente o mesmo durante o mês. Enquanto isso, no Brasil, tinha sido assinada, no dia 13, a “Lei Áurea”, que abolia a escravidão no país. Teresa Cristina recebeu um telegrama de Isabel, mas esperou para dar a notícia ao marido.

Em carta à filha em junho, a imperatriz lamentava o estado de saúde do imperador, bem como a impossibilidade de retornar em breve ao Brasil. Ela agradece a estima dos brasileiros, pelos cumprimentos no seu aniversário: “Podem estar certos que sempre serei grata a todos os Brasileiros, que sempre forão os mesmos para mim a 43 anos e seria muito ingrata se fosse o contrario”.²⁹⁷ Curiosamente, após receber a notícia da abolição, d. Pedro foi melhorando visivelmente. Os jornais no Rio de Janeiro traziam, diariamente, os boletins médicos atualizados. Na corte, já se faziam planos para as comemorações de regresso dos imperadores, associados ao entusiasmo pelas festas do dia 13 de maio. Teresa Cristina também parabenizou a filha pela assinatura da lei:

“Aix –les-Bains 8 de Junho de 1888

Minha querida filha Isabel

Recebi a tua carta de 13 de maio, que [ilegível] senti saber que estavas de cama quando o fizes-te, mas certamente que devia ter te cansado todas as festanças que hoverão pela libertação, que farão uma grande gloria.

Graças a Deos teu Pae esta em convalecencias e tomando forças [...]. Hoje recebi teu telegramma pedindo-me que me tratasse da perna e o braço. Esteja certa que farei tudo o que for necessário por isso. O Motta Maia já fallou com o [?] sobre o meu tratamento desde Milano, e hoje commecarei [começarei] com a massagem. Tenho visto o teu amigo Francez [?] e muito fallamos de ti minha querida filha. Tua aff. Mae. Thereza”.²⁹⁸

²⁹⁷ Carta da imperatriz à princesa Isabel, 2 de junho de 1888.

²⁹⁸ Arquivo Histórico do Museu Imperial.



Figura 32: A comitiva imperial em visita a Pompéia: no centro estão, d. Pedro II, d. Teresa Cristina, e Pedro Augusto.²⁹⁹

Em Aix –les-Bains, dom Pedro estava cada dia melhor. Juntamente com a condessa de Barral, e os viscondes de Carapebús, d. Teresa Cristina fazia pequenas visitas, e participou de uma cerimônia religiosa pela saúde do imperador. No dia 21 de julho, a comitiva de d. Pedro chegava em Bordeaux, para, no mês seguinte, retornarem ao Brasil. A cidade recebeu com festa d. Teresa Cristina, que chegou primeiro. Segundo a imprensa, muitos curiosos estavam na estação para ver a imperatriz brasileira.

No fim do mês de julho, Teresa Cristina fez uma peregrinação à cidade de Lourdes, nos Pirineus. Passou no início de agosto, em Cette e Carcassonne, para o almoço. Nesta cidade, muitas pessoas estavam aguardando para ver a soberana. Teresa Cristina chegou a Lourdes. No dia 2 de agosto, fez uma visita à gruta de Massabielle³⁰⁰, ouviu a missa e seguiu para o hotel:

“Uma imperatriz em Lourdes. Sob este título lemos no *Jornal de Lourdes*, de 5 do corrente. A Gruta recebeu a visita, estes últimos dias, a visita da imperatriz do Brasil. Sua Magestade Thereza Christina Maria de Bourbon estava acompanhada de S. A. I. D. Januária de Bragança, condessa d’Áquila, irmã do Imperador, do príncipe Luiz de Bourbon e seu filho [...]. Sua Magestade era ali esperada a 1 de agosto às 7 horas da noite pelo Sr. barão de Ourem, conselheiro particular do Imperador [...]. Teve cumprimentos graciosos para com todos,

²⁹⁹ SOMMER, Giorgio. [Pedro II, Teresa Cristina Maria e comitiva em visita as ruínas de Pompéia]. [S.l.: s.n.], [1888]. 20,6 x 25,6cm em c. 31,6 x 38cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon842749/icon842749.jpg. Acesso em: 17 abr. 2020. (detalhe).

³⁰⁰ A cidade de Lourdes, ficou famosa em 1858, depois que, Bernadette Soubirous, uma pastora de ovelhas, teria tido uma visão da virgem Maria, na gruta dos porcos. Construiu-se uma igreja, e havia uma fonte água “milagrosa”.

enquanto todos se afastavam com respeito para lhe abrir uma passagem até o carro. A suavidade do seu olhar e a facilidade do seu trato conciliavam-lhe todos os corações”.³⁰¹

Os imperadores partiram de Bordeaux, no dia 5 de agosto, rumo ao Brasil. Chegava ao fim a última viagem internacional que o casal fizera como monarcas brasileiros. As circunstâncias dessa viagem eram bem distintas das demais, conforme apontamos. O misto de incerteza com a recuperação do imperador, da conturbada regência de Isabel e dos desfechos desta para o futuro da dinastia e da monarquia foram os eixos principais nos últimos momentos do II Reinado. No Brasil, o barão de S. Francisco fez uma petição para que fossem organizados os festejos para acolher os imperadores, sendo montada uma comissão especial, com a Associação Comercial, políticos e outras entidades.

O navio *Congo* aportou no porto do Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 1888. Desde o cais, arcos foram montados e embandeirados de verde e amarelo. Logo de manhã, a população começou a chegar onde seria o desembarque. Iluminações a gás também se espalharam por onde seguiria o trajeto. Os edifícios públicos foram todos ornamentados com flores e bandeiras. Às 10h, a banda municipal começou a tocar, enquanto se formava o quadro das autoridades para receber os imperadores. A princesa Isabel, o marido e os filhos já esperavam. Às 11h, d. Pedro e d. Teresa Cristina desembarcaram e foram recebidos pela família, com tiros de canhão, música e “cerca de 2 mil pessoas”³⁰² que os aguardavam. Durante o cortejo até São Cristóvão, pessoas corriam atrás da carruagem dos imperadores que estavam muito emocionados. Em Sant’Ana, lia-se: “A nação brasileira exulta de júbilo pelo regresso de SS.MM. Imperiaes; Ao monarcha liberal, a patria livre; Á Imperatriz Thereza Christina, os desamparados”.³⁰³

Durante os dias que se seguiram, muitas foram as comemorações pelo retorno dos imperantes. Nas praças, as bandas tocavam até tarde da noite, havia dança, iluminação especial e fogos de artifício. No regresso ao Brasil, a imperatriz Teresa Cristina foi a “grande heroína”, por sua paciência e dedicação, durante a doença do imperador. Foi organizada uma subscrição popular, para oferecer à Teresa Cristina uma coroa de louros e diamantes com estrelas, representando as províncias do império. Segundo a imprensa, a adesão foi unânime e a cerimônia deveria ocorrer no palácio da Boa Vista, no dia 27:

“Á S. M. a Imperatriz foi hontem entregue uma corôa de ouro e brilhantes offerecida pelo Sr. Domingos da Silva Lima, em nome do povo que a estremece. Ao chegar a commitiva a S. Christovão, o Sr. Carvalho da fabrica de flores, offereceu a S. Magestade a Imperatriz, em nome do povo, um ramo de flores

³⁰¹ *Diário de Notícias*, 26 de agosto de 1888.

³⁰² *Gazeta de Notícias*, 23 de agosto de 1888.

³⁰³ Idem.

artificiaes. O Sr. capitão Lima, ao entregar a corôa a Sua Magestade á Imperatriz, pronunciou um eloquente discurso [...]. A augusta senhora agradeceu a significativa prova de apreço e amisade que lhe dava o povo fluminense”.³⁰⁴

Entretanto, passada a euforia pelo retorno, o verdadeiro cenário político ficava mais evidente. O imperador, embora recuperado, tinha envelhecido e não aparentava o antigo vigor dos anos anteriores. Nesta fase, da última viagem, nota-se que a imperatriz é a protagonista dos eventos que permeiam o cotidiano doméstico, mas não lhe escapam as tensões que o momento reflete. Se corresponde constantemente com amigos e com a filha Isabel, regente aconselhando-a. No ano seguinte, 1889, o descontentamento dos proprietários de café, a falta de indenização pela abolição, a crise nos setores militares, dentre outros fatores, não inspiravam as elites políticas em apostar na continuação do regime, sobretudo, nas mãos de Isabel.

Dessa forma, como já apontamos no início deste trabalho, a queda da monarquia aconteceria no dia 15 de novembro de 1889, envolta em muitas discordâncias sobre o verdadeiro papel dos militares e as controvérsias sobre interesse do imperador em manter-se no poder, ou mesmo sobre a questão problemática da sucessão. O tema ainda continua sendo muito discutido pela historiografia atual. O que se seguiu, para não nos repetirmos, foi o exílio de toda família imperial na Europa, com alguns amigos. O episódio teve seu tom dramático no dia 28 de dezembro, com o falecimento repentino de d. Teresa Cristina, aos 67 anos em Portugal, poucos dias depois de chegarem.

³⁰⁴ *Gazeta da Tarde*, 28 de agosto de 1888.



Figura 33: Homenagem da *Revista Illustrada* pelo regresso dos imperadores.³⁰⁵

3.1.4. Imperatriz Teresa Cristina: uma memória para a posteridade

Em seus últimos dias no exílio, d. Teresa Cristina já demonstrava que sua saúde não estava boa. Abatida, tossindo muito, ficava grande parte do tempo no hotel, enquanto o marido fazia suas andanças por todos os lugares. O clima do inverno europeu agravou ainda mais seus problemas. D. Pedro estava visitando o Liceu de Belas Artes quando recebeu a notícia da morte repentina de Teresa Cristina, vítima de um ataque cardíaco. Imediatamente, retornou para o hotel e, segundo as testemunhas, estava muito abatido com o acontecimento. O *jornal do Porto* fez uma ampla cobertura desse acontecimento, bem como dos funerais da ex-imperatriz brasileira:

“Foi brusca e d’uma intensa força de d’impressão a noticia da morte da imperatriz do Brazil. Essa nova de passamento correu de chofre n’uma sensação de espanto e de pungimento por toda a cidade [...]. O prestígio que a illustre senhora gozava provinha de uma causa de funda verdade e de admirável

³⁰⁵ *Revista Illustrada*, 22 de agosto de 1888. Disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

sentimento. A bondade que irradiava em esplendores refulgentíssimos de luz n'essa alma compassiva de princeza havia creado, na evidencia commovedora dos contínuos actos de generosidade, uma estima geral e um respeito fervorado pela imperatriz que sabia, como bem poucas, conservar e apurar nas grandezas do throno, as qualidades suaves e misericordiosas da mulher. O publico habituou se a contemplar a D. Thereza Christina, como um exemplar perfeitíssimo da grande virtude [...]. Atender aos outros, aproveitar as regalias de sua situação suprema para acudir aos que teem na vida a privação e a desfortuna; remediar os accidentes que transtornam uma existencia e abandonam um futuro; derramar em de redor uma expersão de bem e uma effusão de consolações - eis ahi está a obra d'essa imperatriz na sua inffluencia pública”.³⁰⁶

No Brasil, também circulavam pelos jornais do país a notícia do falecimento de Teresa Cristina. Várias instituições por ela patrocinadas emitiram notas públicas de pesar. Tal como o jornal português, as homenagens seguiam exaltando a vida e as qualidades da imperatriz. Em Portugal, as festas de aclamação do rei Carlos I foram adiadas por causa dos funerais de Teresa Cristina. Foi realizada uma cerimônia oficial, com cortejo pelas ruas, até a igreja da Lapa, onde foi colocado o corpo embalsamado da imperatriz. Os rituais aconteceram até o dia 9 de janeiro de 1890, com grande participação de políticos, da família real portuguesa e da população.

A família de d. Pedro seguiu de trem para transportar o corpo de Teresa Cristina para Lisboa, onde foi sepultado no panteão real de São Vicente de Fora. Por sua atuação discreta junto ao imperador e de sua contribuição para a cultura brasileira, iniciava-se um lento processo de atribuir a ela um lugar, ainda que discreto, na história do Brasil:

“A última vez que vi aquella boa velhinha, pequenina, risonha, de rosto meigo emmoldurado nos bandos de prata, - foi no baile da ilha Fiscal. D. Pedro não parava. Entrava numa sala, sahia para entrar em outra, embarafustava pelos corredores, tropeçava nas cadeiras, escorregava nos tapetes, pisava os vestidos das senhoras. Aparecia, ao mesmo tempo, em quatro pontos differentes, - num delírio, numa velocidade de locomotiva louca, em arrancos de foguete, em saltos de cabra montez. E para onde quer que elle fosse, lá ia penca do império. Lá ia o Motta Maia – sombra de D. Pedro, - lá ia o conde, lá ia o príncipe-naturalista, lá iam os camaristas o Novaes, la ia o Malvino,[?] ia tudo, - embrulhado num torvelinho, passando, repassando, aparecendo, desaparecendo... E pelo braço de D. Pedro, muito pequena e muito curvada, tremula, arrastando-se com uma resignação, lá ia também Dona Thereza: parecia uma folha secca arrebatada por um furacão, Naquelle festa, em que as bandas de música tocaram os funeraes do império em compasso de walsa era ella talvez a única pessoa do império que estava triste. Pobre mulher, doente e velha... [...]. Não, ella não nascera pra aquillo... Já a natureza a fizera pequenina como para esconde-la, modestamente, despercebida, no meio da multidão. E parecia que ella ainda se fazia menor... Nascêra para o descanso do lar, para a vida obscura e sagrada de mãe de família: esposa de um imperador que a achava feia teve de se sacrificar e de sofrer por elle, teve de aparecer e brilhar, decotada

³⁰⁶ *Jornal do Porto*, 29 de dezembro de 1889. Disponível online na Hemeroteca Digital de Portugal.

e affavel, n'uma côrte pulha, - Côrte de rei maníaco e vaidoso, - côrte em que os fidalgos não sabiam calçar luva e as fidalgas não sabiam walsar, côrte de um rei que comia canja, no camarote, entre dois actos de opera. E não podendo ser mãe de família, foi mãe de um povo. Porque foi o povo que lhe conferiu o título de Mãe dos Brasileiros. E eu não conheço um só brasileiro, mas um só, que, ao passar por ella não lhe tirasse reverentemente o chapéu, com amor e respeito. Confesso que sua morte me veio ferir, profundamente e dolorosamente... De toda aquela família, a velha imperatriz era a única pessoa que eu amava. Amava-a. Lembro-me ainda de que, em pequeno, vi sempre no quarto de minha mãe, num quadro que ella presava, a dose phisyonomia da santa mulher que morreu, de repente, num quarto comum de hotel do Porto”.³⁰⁷

Esse é um artigo de um republicano, que admirava Teresa Cristina, não como imperatriz, mas como mulher e mãe. Em linhas gerais, era a opinião comum sobre ela: quase sempre desprezada pelo marido e que não tinha o menor apreço pelas bajulações de sua posição. Não era de se espantar o motivo pelo qual d. Teresa Cristina optou por uma posição discreta, ainda que influente, na política imperial. Dom Pedro II viveu em Cannes, por um tempo, em Versalhes e em Paris. Ainda esteve em Baden-Baden, em 1890. Seus últimos dias foram dedicados à escrita, a traduções e a passeios. Faleceu no Hotel Bedford, em Paris, no dia 5 de dezembro de 1891, mesmo ano em que a condessa de Barral, com quem se manteve próximo, faleceu.

O restante da família imperial seguiu caminhos distintos. Isabel, com o marido e com os filhos, instalaram-se, posteriormente, no castelo d'Eu, na Normandia, França. Os príncipes, Pedro de Alcântara, Luís, e Antônio alistaram-se no exército austríaco. Pedro Augusto, “o favorito”, não teve muita sorte. Após o falecimento dos avós, ficou cada vez mais isolado. Chegou a ser examinado por Sigmund Freud e terminou seus dias no sanatório Tülln an der Donau, nos arredores de Viena, em 6 de julho de 1934, aos 68 anos.

³⁰⁷ *Cidade do Rio*, 30 de dezembro de 1889, p. 2. Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



Figura 34: Uma das últimas fotos da imperatriz Teresa Cristina, poucos dias antes de seu falecimento.³⁰⁸

Aos poucos, a República do Brasil ia superando a ruptura com o passado imperial e, por conseguinte, com seus personagens. No século XX, iniciou-se uma campanha para revogar o decreto de banimento dos herdeiros de d. Pedro II. Chegara a hora de “restabelecer” o culto ao último imperador como “grande governante”. Dessa forma, a república fazia as pazes com o seu passado. O IHGB teve papel importante nesse novo discurso nacional de reabilitação da memória monárquica. O grande momento escolhido foram as comemorações do centenário da independência em 1922. Discursos fervorosos foram feitos, estátuas inauguradas e artigos publicados. E para o coroamento de todo esse aparato, o governo decidiu trazer de volta os restos mortais dos imperadores, como parte da celebração. A imprensa já noticiava o retorno e o cronograma das festividades, bem como artigos biográficos dos imperadores³⁰⁹.

Assim, passados trinta anos do exílio, os corpos de dom Pedro II e dona Teresa Cristina retornavam ao Brasil, em janeiro de 1921, a tempo para as comemorações. Após o desembarque, os caixões seriam levados, em cortejo, pela Avenida Rio Branco direto para a

³⁰⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B39tIR9gdlo/>. Acesso em 18 de fevereiro de 2020.

³⁰⁹ *Gazeta de Notícias*, 9 de janeiro de 1921.

catedral do Rio de Janeiro. Lá seriam celebradas novas exéquias, missas e a visitação do público. Representantes do governo federal, das forças armadas e da igreja católica estiveram presentes. De fato, era uma reconciliação pública com a memória de dom Pedro II e seu regime.



Figura 35: Matéria de capa sobre o retorno do rei.³¹⁰

Era o desejo do governo federal que a princesa Isabel retornasse ao país, com o marido e com o único filho ainda vivo, Pedro de Alcântara. Contudo, já envelhecida e doente, faleceu em 14 de novembro de 1921. O conde d'Eu chegou a visitar o Brasil logo que o banimento foi revogado e visitou vários locais do Rio de Janeiro e sua antiga casa em Laranjeiras. Junto com o filho, embarcou para as comemorações da independência, em 1922, porém faleceu a bordo do navio durante a viagem. Nem todos estavam de acordo com a exaltação da memória dos imperadores, mas as elites políticas e o entusiasmo popular acabaram por eclipsar os protestos

³¹⁰ Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

e a favorecer as manifestações simpáticas ao retorno “triunfal do corpo do rei”³¹¹. Evidentemente, nem tudo eram flores. O Brasil da década de 20 era ainda instável cultural e politicamente e, para os setores mais radicais, a “mitificação” da figura do imperador não ajudaria em nada na concretização dos ideais republicanos:

“Mas em 1925 não foi um ano qualquer, especialmente para essa história da construção da memória mítica de d. Pedro. Nesse contexto, em meio a uma crise republicana, deu-se um importante debate que mobilizou a cidade do Rio de Janeiro como um todo. A polêmica girou em torno das comemorações do centenário de nascimento de d. Pedro II, que se dariam no dia 2 de dezembro. Poderia “a República festejar um herói por ela banido”? Na verdade, a “República do café-com-leite” dava, na década de 20, sinais evidentes de sua pequena popularidade. As mudanças ocasionadas, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial, modificavam a feição do país e desarrumavam o jogo tão bem montado pelas oligarquias paulista e mineira. O crescimento industrial e a urbanização punham em cena novos grupos sociais – setores médios, a burguesia industrial, o proletariado –, até então aliados do poder”.³¹²

De todo modo, mesmo com o acirrado debate, a data do aniversário de d. Pedro chegou a ser transformada em feriado nacional, uma das muitas contradições do Brasil. Contudo, não era a monarquia que era celebrada e, sim, os “ideais republicanos” que o imperador encarnava. Durante os anos seguintes, os imperadores estiveram sempre em pauta. Várias homenagens foram feitas em cidades pelo país, tais como Petrópolis, Teresópolis, Salvador, Fortaleza, dentre outras. Mas o ápice de tudo era a inauguração de um grande mausoléu que deveria acolher os túmulos imperiais. A história do império devia agora fazer parte da vida cotidiana.

Em 1922, foi inaugurado o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. A instituição era o ponto de partida para revisitar a história nacional, em caráter oficial. Anos depois, Getúlio Vargas promoveu a criação do Museu Imperial de Petrópolis, em 1940. O mesmo presidente favoreceu a construção do mausoléu, que foi inaugurado no dia 5 de dezembro de 1939, com sua presença e dos remanescentes da família imperial. Foram encomendados túmulos esculpidos por Leão Veloso, retratando Pedro II e Teresa Cristina. Mais tarde, viriam também os corpos de Isabel e do conde d’Eu.

³¹¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p 505.

³¹² Idem, p. 507.



Figura 36: Cortejo com os caixões de d. Pedro II e d. Teresa Cristina pelas ruas de Petrópolis/RJ, em 1939.³¹³



³¹³ Coleção *Retratos da Família Imperial*. CD-ROM, 2012.

Figura 37: Túmulo dos imperadores na Catedral de Petrópolis.³¹⁴

Para a imperatriz Teresa Cristina, a “reconciliação” tardaria um pouco mais. Embora a historiografia sempre se referisse a sua figura, como já mencionamos, estava sempre vinculada à pessoa de d. Pedro II. O próprio imperador decidira que toda a coleção de fotos, peças arqueológicas e outros tantos itens adquiridos ao longo de seu reinado, levassem o nome de “Coleção Thereza Christina”. De fato, o Brasil possuía, até recentemente, uma das mais importantes coleções arqueológicas das Américas, cujas peças, em boa parte, eram fruto do empenho de Teresa Cristina, em colecionar artefatos antigos. A coleção também é composta de importante acervo fotográfico do século XIX, sob guarda da Biblioteca Nacional.

Infelizmente, vários dos itens arqueológicos perderam-se no trágico incêndio do Museu Nacional, em setembro de 2018. Por isso, equipes de várias áreas e muitos voluntários estão trabalhando para resgatar o que for possível dessa coleção. Em 2020, foi anunciada a recuperação de algumas pequenas esculturas da coleção. De acordo com Evelyne Azevedo (2018), “não foi só o patrimônio que se perdeu naquela noite, assistimos ainda à falência de um projeto cultural para o Brasil, cujas raízes remontavam à fundação do Museu”.³¹⁵

Foi dito que a imperatriz não gostava de fazer política e não interferiu publicamente em questões de Estado. Em parte, por sua personalidade e também pela própria conduta do imperador, no que se referia a questões de governo. D. Pedro II, provavelmente, não compartilharia o poder pessoal com sua esposa, nem com qualquer pessoa. De todo modo, a atuação pública de Teresa Cristina era visível no aspecto assistencial, de forma geral, mas também na vida cultural do Brasil. Depois de seu casamento, a imperatriz tomou a iniciativa de trazer para o país objetos encontrados em suas propriedades de Veio, Isola Farnese, Vaccareccia e de escavações patrocinadas em Pompéia, na Itália. Antes, já havia trazido objetos de bronze e de decoração oferecidos pelo irmão Ferdinando II.

Dessa forma, mesmo com sua rotina no Brasil, a imperatriz continuou ao longo dos anos a acompanhar as escavações que ocorriam na Itália, por meio de seus procuradores. Em 1854, mediou, junto ao seu irmão Ferdinando II, a vinda de mais de 250 peças do Museu de Nápoles. Dentre os diversos itens, foram selecionados “sessenta bronzes, trinta vidros antigos, cem

³¹⁴ Mausoléu Imperial na Catedral de Petrópolis/RJ. Disponível em: <https://m.facebook.com/pg/BrazilImperiu/photos/?tab=album&album_id=2082430488753824&ref=page_inter_nal>.

³¹⁵ AZEVEDO, Evelyne. A coleção Teresa Cristina: a idealização e falência de um projeto cultural para o Brasil. In: *Concinnitas*. Ano 19, nº 34, dezembro de 2018, p. 116.

terracotas, sessenta vasos gregos pintados e dez pinturas pompeianas”.³¹⁶ Após breve interrupção, Teresa Cristina autorizou que recomeçassem as escavações de Isola Farnese. Uma das mais importantes peças encontradas foi um busto de Antínoo (111-130 d. C), amante de Adriano, imperador romano, em 1878. O artefato foi entregue a Rodolfo Lanciani, chefe da “Direção Técnica das Escavações de Roma”, para análise:

“Roma, 9 de julho 1878

Examinei o busto, o qual se refere o Ofício da V. Ex.^a anotado à margem, no seu atual lugar de depósito com o Sr Sili de Campagnano domiciliado no vicolo del Mortaro N. 3. O busto é feito em mármore grego, pouco maior que o tamanho natural, e representa a efígie de Antínoo, com os atributos de Baco jovem, com coroa de pâmpanos em volta dos cabelos, e nébride sobre as costas. A conservação do mármore seria perfeita, se o longo período abaixo da terra não o tivesse corroído um tanto a superfície. O busto foi encontrado por acaso por um agricultor arando o terreno, fora da área de Veios, município romano, ao lado de tramontana. O agricultor entregou-o a Sili, o locatário do terreno. A questão pendente agora é se Sili deverá entregá-lo ao Marques Ferraioli, enfiteura, ou ao representante da Imperatriz do Brasil, proprietária da área. Junto com o busto voltou à luz o plinto de uma estatueta viril em mármore, de 2/5 aproximadamente do tamanho natural, com a parte inferior das pernas e alguns fragmentos do busto. O representante da Imperatriz do Brasil enviou logo uma pessoa competente ao lugar, para tomar as notas e as informações necessárias a fim de examinar o lugar do descobrimento na estação oportuna”. O Chefe de Serviço R. Lanciani”.³¹⁷

O busto é enviado ao Brasil, junto com outros objetos arqueológicos. Foi igualmente encaminhado a Roma uma coleção etnográfica brasileira, formada por conchas, por esqueletos de tribos indígenas e por utensílios de uso cotidiano dessas tribos. Assim, a imperatriz firmava um intercâmbio de peças entre o Brasil e a Itália. Teresa Cristina, após uma restauração, doou, em 1880, o busto encontrado para a Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, hoje Museu Nacional de Belas Artes, onde hoje pode ser visto.

Não era somente pela arqueologia clássica que a imperatriz Teresa Cristina interessava-se. Quando veio para o Brasil em 1843, já estimulava a vinda de muitos artistas italianos e, ao longo de sua permanência, um intenso fluxo migratório, que favoreceu o estabelecimento das primeiras colônias italianas por todo o país. Da mesma forma, foi por sua intervenção que o compositor Carlos Gomes (1839-1896) estudou na Itália, ao invés da Alemanha. A formação do músico foi financiada pelos imperadores do Brasil. Pelo gosto pessoal da imperatriz, muitas pequenas companhias de teatro e orquestras receberam seu patrocínio. Era comum sua presença

³¹⁶ Idem, p. 118.

³¹⁷ AVELLA, Aniello. *Teresa Cristina de Bourbon: uma imperatriz napolitana nos trópicos 1843-1889*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 124-125.

nos teatros e recitais, tanto no Rio de Janeiro, como em outras cidades que visitou. Mas uma vez fica evidente que Teresa Cristina estava longe de ser a mulher submissa e desinteressada que a historiografia criou. A sua maneira, achou uma forma alternativa de contribuir para a história cultural do Brasil, da mesma forma demarcou sua posição e influência.

A imperatriz Teresa Cristina também se destaca como patrona de várias regiões do Brasil. São muitas as cidades que fazem memória da imperatriz. Uma das mais emblemáticas, e que está ligada diretamente a figura de Teresa Cristina, é a capital do Piauí, Teresina. Sua história está relacionada à mudança de território, de perspectivas econômicas e sociais. De acordo com a historiografia local, quando o conselheiro Saraiva, então presidente da província, apresentou ao imperador várias justificativas para a mudança da capital de Oeiras, para Teresina, contou com o apoio direto da imperatriz junto ao marido³¹⁸. Assim, a mudança ocorreria em 1852 e até hoje a cidade recorda o papel de d. Teresa Cristina para sua emancipação.

No Maranhão, outra cidade homenageia em sua história a imperatriz Teresa Cristina. Em 1856, era criada a “Vila da Imperatriz”, que teve seus primeiros habitantes no final do séc. XVI e início do XVII, sendo chamada inicialmente de “Santa Teresa do Tocantins”³¹⁹ e hoje é conhecida como “Imperatriz”. Outros exemplos somam-se: como Teresópolis, na serra carioca, cujo prédio da prefeitura chama-se “Palácio Teresa Cristina”. Em 2019, durante as comemorações dos 197 anos do nascimento da imperatriz, foi lançada a “Medalha Imperatriz Teresa Cristina”³²⁰, pela prefeitura de Teresópolis. Na ocasião, são homenageadas mulheres que se destacaram na prestação de serviços ao município. O prêmio também tem o objetivo de valorizar o trabalho e os direitos das mulheres, em vários setores da sociedade local.

Em Sergipe, por volta de 1575, surgia o povoado “Chapada”, que, no século XIX, passou a ser chamado de “Vila Cristina”, em 1882. Foi somente em 1944, que a cidade passou a ter o nome de “Cristinápolis”³²¹. O local possui uma banda marcial chamada ‘Banda Imperatriz Teresa Cristina’³²², iniciativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, criada em 2010 e formada por jovens da cidade. A banda ganhou vários prêmios e destaca-se nas festas folclóricas da região.

³¹⁸ Cf. <<https://www.portalodia.com/noticias/teresina/aqui-nasceu-teresina-304103.html>>.

³¹⁹ Cf. <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/maranhao/imperatriz.pdf>>.

³²⁰ Cf. <<https://teresopolis.rj.gov.br/medalha-imperatriz-teresa-cristina-premiacao-presta-homenagem-a-mulheres-de-destaque-em-teresopolis/>>.

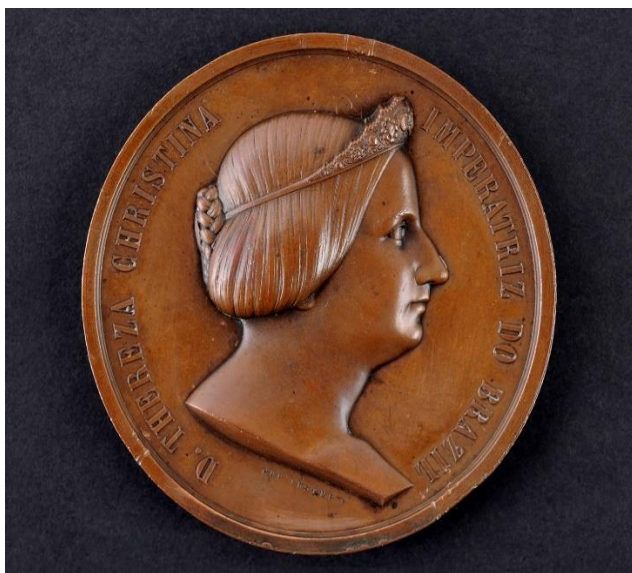
³²¹ Cf. <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/sergipe/cristinapolis.pdf>>.

³²² Cf. <<http://pjadcristinapolis.blogspot.com/2011/10/banda-marcial-imperatriz-tereza.html>>.



Figuras 38 e 39: desfile da Banda “Imperatriz Teresa Cristina”.³²³

Em suma, observamos que a trajetória e a memória de Teresa Cristina fazem parte do cotidiano de alguns lugares do Brasil, presentes em objetos, coleções espalhadas pelo país, bem como em aspectos da vida cultural, lugar de destaque de sua atuação. Existem nos arquivos e museus brasileiros, muitas fotografias da imperatriz em várias fases da vida. Este aponta para o interesse pessoal de Teresa Cristina pela fotografia e também sugere que, para ela, a imagem negativa sobre sua fisionomia não a incomodava. Na maioria dos retratos, podemos observar uma mulher ativa e de personalidade forte e que, não raras vezes, aparece sorrindo. Uma pose não muito usual para os padrões retratistas da época.



³²³ Disponível em: <<http://pjadcrisinapolis.blogspot.com/2011/12/banda-marcial-imperatriz-tereza.html>>. Acesso em 10 abril de 2020.

Figura 57: medalha comemorativa do Recolhimento de Santa Tereza, 1852.³²⁴

3.1.5. Imagens de mulher: Dona Teresa Cristina e a representação feminina no Império do Brasil

Quando intento librar-me no espaço
As rajadas em tétrico abraço
Me arremessam a frase – mulher...
Narcisa Amália, *Invocação*

O século XXI: o século da internet, das comunicações a longa distância em tempo real, descobertas no campo da ciência, busca da qualidade de vida, mas também de retrocessos políticos em todo o mundo. Modelos antigos que pensávamos estar superados insistem em voltar para assombrar o processo rumo à “civilização”. Poderíamos enumerar vários fatores que impulsionam as idas e vindas da história e o fetichismo em torno desses modelos de sociedade onde a “ordem e o progresso” são pautados como o único objetivo. Contudo, o que verificamos todos os dias parece ser o oposto: discursos que versam sobre uma ideia de Estado democrático, sem de fato priorizar políticas econômicas e sociais, que contribuam para a concretização desta que mais parece ser uma utopia, no caso do Brasil.

De todo modo, não podemos desconsiderar que se, por um lado, vemos marchar manifestantes conservadores e arautos de uma sociedade arcaica, do outro, também surgem vozes que não se calam, ou melhor, que não podem calar-se diante dos retrocessos políticos, abusos sociais e culturais. Outro fator alarmante no Brasil atual é o crescente número de feminicídios registrados³²⁵. Tal situação não é nova: o que vemos é justamente um discurso de ódio que se dirige às mulheres e a outras ditas “minorias”, ou melhor, maiorias que foram “minorizadas”. Essa breve alusão permite-nos analisar que o problema histórico e cultural, no caso do Brasil, ao que parece, está longe de mudar. Um aspecto positivo aqui é a existência de instâncias que dão voz e lugares de fala a muitos que são deixados de lado. Existem leis que

³²⁴ O Recolhimento de Santa Tereza acolhia as meninas indigentes em situação de vulnerabilidade extrema que não eram admitidas em outras instituições. A imperatriz Teresa Cristina era a principal benfeitora. Disponível em: <<http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/7881>>.

³²⁵ <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/17/preocupacao-com-aumento-de-feminicidios-no-brasil-motiva-debate-na-cdh>>.

protegem, ou deveriam proteger mais eficazmente, os grupos que sempre estiveram à margem do desenvolvimento social.

No que se refere à história das mulheres no Brasil, verifica-se um longo processo de dominação patriarcal, neste trabalho analisado na sociedade imperial. O séc. XIX despontou como o século do desenvolvimento industrial, do aumento da população nas cidades, dentre outros fatores, de ordem política e cultural. Quando dom João VI chegou com sua corte, em 1808, mudanças significativas deram-se a passos largos, conforme mencionado no início do texto. Contudo, o papel do homem e da mulher na sociedade brasileira foi se firmando ao longo do I e II Reinados. Sob este prisma, um ideário em torno desses papéis também tinha seus arautos. Neste aspecto, a figura da imperatriz Teresa Cristina estava colocada no centro desse imaginário, direcionado, assim, ao comportamento das mulheres brasileiras.

A construção do papel social das mulheres esteve ligada a um discurso ordenador da sociedade e sua formação burguesa urbana. Ideologias higienistas, sustentadas pela medicina da época, davam suporte para o desenvolvimento de padrões de comportamento para mulheres e homens. Nessa conjuntura, impõe-se, da mesma forma, uma imagem “ideal” de mulher frágil, decorrente de sua delicadeza e debilidade³²⁶. Entretanto, essa noção já havia sido posta no século anterior pelos filósofos iluministas: “mulher, ser da paixão, da imaginação, e não das ideias”³²⁷:

“Assiste-se, durante o século XIX, ao processo de institucionalização da medicina como produtora de um saber capaz de ordenar e orientar todas as áreas da sociedade: na formatação do espaço urbano, no trabalho, nas relações familiares e nos corpos masculinos e femininos. A retórica médica apresentava a “sociedade como um organismo caótico que necessitava ser regrado, estabelecendo uma oposição entre desordem real e uma ordem ideal, sendo a interferência do médico considerada indispensável” (Matos, 2003, p.109). O estabelecimento dos ideais higienistas, responsáveis por toda uma ideologia nascente, passará a desenhar uma nova conduta social, provocando modificações que serão verificadas na organização da família brasileira com vista ao estabelecimento da saúde psíquica e física que garantisse filhos saudáveis. No que tange às famílias das classes populares, trata-se também de garantir uma força de trabalho adequada e disciplinada”.³²⁸

Não se pode dizer que a forma “binária” de dominação patriarcal, apoiada na desejada submissão feminina, foi a única tônica existente, na história das mulheres no Brasil. O que se

³²⁶ SANTOS, Aline Tosta. *A construção social do papel da mulher na Primeira República*. Artigo online, s/d, p. 1.

³²⁷ SOIHET, Rachel. É proibido não ser mãe: opressão e moralidade da mulher pobre. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 191-212.

³²⁸ SANTOS, Aline Tosta. *A construção social do papel da mulher na Primeira República*. Artigo online, s/d, p. 1.

verifica é um terreno conflitante, mas também de resistência. As pesquisas recentes de historiadoras afirmam a existência desigual entre homens e mulheres, ao longo do processo histórico, o que é mais evidente na esfera pública e privada do cotidiano. No Brasil, a realidade concreta de muitas mulheres, em várias regiões do império, desenrolava-se em casa, na direção de escolas, no magistério, assumindo os negócios de família, quando faleciam pais, maridos ou filhos. Dessa forma, concluímos que não havia uma única voz e uma única prática cotidiana. Sob esse prisma, fica evidente uma realidade bem diversa nas formas de vivência das mulheres brasileiras no II Reinado. Essa constatação não diminuía uma prática ou tentativa hegemônica de controle sobre as mesmas. Assim, houve tentativa de dominação, mas também houve resistência.

Todo esse conjunto de fatores evidenciam um cenário de idealizações, representações, frente à vida cotidiana. A figura da mulher, esposa e mãe dedicada à vida doméstica e cumpridora de suas “qualidades primordiais”, permanecia no discurso e no desejo, sob o ponto de vista masculino, de um modelo para ser seguido. No que se refere à imperatriz Teresa Cristina, sua imagem era sempre associada às expressas qualidades femininas. Discursivamente, era colocada como um grande trunfo de certos setores da sociedade, na tentativa de firmar e justificar o lugar da mulher na organização da sociedade imperial. Nesse aspecto, a imprensa cumpria um papel central na divulgação deste ideário de modelo para as mulheres. Não raras vezes, a esposa de Pedro II era exaltada pela imprensa da corte, como cumpridora e exemplo das virtudes femininas. Mesmo atualmente, o que alguns autores mais destacam, em Teresa Cristina, ainda são seus atributos “silenciosos”, o que não desejamos fazer:

“Mãi dos desamparados, a Sra D. Thereza Christina encontrou no coração de todos os brasileiros um altar tanto mais sagrado quando justamente reflecte os sentimentos de amor e de virtude, os melhores diamantes que rutilam em uma corôa. Ao oscular a fronte de seus netos, hoje, que sente o seu coração inundando-se de alegria e que a felicidade borda o seu lar de esperanças, sentimos profundamente que a mão que tantos benefícios tem feito não pode ainda ser molhada pela lágrima do escravo. Mãi, esposa e avó, os que não têm lar e nem família, saúdam a imperatriz na hora em que os horisontes da patria reflectem os raios de um novo sel – o da redempção dos captivos”.³²⁹

A nota acima aparece na primeira página do *Gazeta da Tarde*, no dia do aniversário da imperatriz, o que era comum nesta festividade. No pequeno trecho, o autor evoca a realidade íntima do papel materno, a atuação caridosa de Teresa Cristina com os pobres e desamparados, algo tido como sagrado e seu mais valioso atributo, ao passo que contrasta com a realidade nada

³²⁹ *Gazeta da Tarde*, 14 de março de 1885. Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

sagrada da escravidão e sua herança racista, ainda não superada no Brasil. Na organização da sociedade, a imagem da família burguesa cumpria um importante papel. Nesse sentido, a família imperial estava no centro desse imaginário, onde cada membro deveria ser o exemplo para os demais. Vemos evocados, na pessoa da imperatriz, os atributos de mãe e avó, e seus gestos de afeto na intimidade familiar, portanto, um exemplo a ser seguido, especialmente pelas mulheres, conforme observamos em outro artigo:

“S. M. a imperatriz ha 35 annos que fez-se brasileira e só tem, de dia em dia, crescido na estima e consideração de seus concidadãos pelas suas inexcusáveis virtudes. Em nosso paiz, onde a monarchia não tem muitas raízes e em que a maledicencia a todos fêre, jámais uma só voz se levantou para fazer qualquer reparo em relação á augusta esposa do chefe de Estado. Mantendo-se rigorosamente em seu papel de esposa e mãe, jamais S. M. a imperatriz se ha affastado do caminho direito, envolvendo-se, mesmo indirectamente, em assumpto algum fôra de sua competencia. Virtuosa e, consequentemente, religiosa antes de tudo, S. M. a imperatriz ha recebido alguns duros golpes com resignação verdadeiramente evangélica [...]. Reconcentrou-se em sua dôr e, com maior nobreza, achou em seus sentimentos religiosos força bastante para rezistir a tão duras provanças. Coração aberto a todos os actos de generosidade, e lá sempre a Imperatriz do Brazil prompta para socorrer os infelizes. Deu sempre bellissimos exemplos a seus filhos e a, todos que têm a honra de com ella conviver. Em nosso vasto paiz não se encontra um só brasileiro que, no dia de hoje, não faça votos para que ainda muitos annos de existencia a virtuosa senhora cujo nome é abençoado e pronounciado com veneração e respeito em toda a terra de Santa Cruz”.³³⁰

Fica evidente a produção de um discurso bem direcionado ao universo das mulheres e a toda sociedade burguesa, que deveria olhar para d. Teresa Cristina mais como uma “mulher virtuosa” do que como uma monarca, representante de um regime imperial. Tal função simbólica era oposta à do imperador. De fato, a atuação pública de Teresa Cristina estava mais voltada às obras assistenciais do que relacionada às pombas da monarquia, algo que, a nosso ver não se constitui como indício de um caráter submisso ou mesmo alienado das questões cotidianas do Império, como pudemos observar anteriormente. Pode-se dizer que era mais um traço de sua personalidade.

Por outro lado, esse aspecto de sua vida foi bem utilizado pelos meios de comunicação da época, para lançar uma propaganda adequada ao ambiente feminino. Um discurso que reforçava o estereótipo fundante do desejo de dominação sobre as mulheres, sob a perspectiva masculina dominante. A vida nas ruas, no entanto, não coincidia com realidades pouco desejadas para as moças de boa família. Um espaço onde reinava a desordem, a sujeira e a

³³⁰ *Gazeta da Tarde*, 14 de março de 1888. Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

pobreza, a violência, ou seja, o perigo: “a mulher que saia para esse espaço, obrigada a enfrentar tudo isso, eram as escravas domésticas”.³³¹

Dessa forma, à mulher respeitável caberia sempre o papel de “santa-mãezinha”, grande responsável pela manutenção da ordem familiar e, por consequência, social, a base para a construção de uma célula familiar ideal, onde os valores cristãos se constituíam um projeto a ser indiscutivelmente vivenciados na família, e na sociedade. Portanto, as mulheres nada deveriam almejar que não estivesse dentro desse projeto: “fora de sua competência”, a exemplo difundido da imperatriz Teresa Cristina.

O Brasil do séc. XIX incorporou, em suas práticas cotidianas, o modelo liberal francês. A língua era estudada e falada pela elite da corte e os hábitos de convivência seguiam o mesmo tom. Portanto, o conceito de “família liberal” vinha também da França. Nesse aspecto, havia três pontos importantes de reflexão, que definiam a linha entre o público e o privado, o papel da sociedade, bem como do masculino e do feminino. Nessa linha de análise, eram fundamentalmente importantes os alicerces que garantissem a “liberdade dos interesses privados”³³², como força matriz da nação. A liberdade e a ordem estavam intimamente ligadas ao poder social, sendo pilar da sociedade e do poder público. Nesse sentido, os intelectuais franceses, contribuíam para dar legitimidade à noção de “família como princípio do estado”:

“A família, fundamento do Estado monárquico, é em si uma monarquia paterna, uma sociedade de linhagem que garante a estabilidade, a duração, a continuidade. O pai é seu chefe natural, como o rei-pai é o chefe natural da França, a qual também é uma “casa”. Restaurar a monarquia equivale a restaurar a autoridade paterna. “Para retirar o Estado das mãos do povo, é necessário retirar a família das mãos das mulheres e dos filhos” [...]. Reforçai o poder doméstico elemento natural do poder público, consagrai a total dependência das mulheres e dos filhos, garantia da obediência constante dos povos”.³³³

Com algumas nuances, esse foi o mote durante a primeira metade do século XIX, no que concerne aos papéis constituídos na sociedade. Pretendia-se que cada indivíduo pudesse assimilar sua função e exercê-la, independentemente de sua vontade. O Brasil, como nação constituída, também buscou fundamentação nas leis e práticas das nações europeias, tentando estabelecer o *status* de uma monarquia civilizada. Assim, observamos um “crescendo” na

³³¹ BURILLE, Celma Faria de Souza. *Trajetória da mulher na história do Brasil: submissas ou arditosas?* Cascavel, Paraná 2012, p. 3.

³³² PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 82.

³³³ *Idem*, p. 85. A autora traz o discurso do filósofo Louis Bonald (1754-1840) na Câmara dos Deputados em dezembro de 1815, portanto, após a queda de Napoleão Bonaparte, onde era discutido a reorganização da sociedade francesa, por meio da restauração bourbônica, uma moralização da nobreza e a abolição do divórcio, tido como a arma da mulher “para enfraquecer a autoridade paterna”.

elaboração de discursos semelhantes. Por outro lado, o Brasil, já naquela época, era bastante heterogêneo e a maioria não vivia conforme os padrões europeus.

A família burguesa surge, na segunda metade do XIX, como a responsável pelo bom andamento dos “interesses públicos”, algo visto como um reflexo da vida doméstica. A vida em sociedade devia transparecer, ao menos exteriormente, uma harmonia funcional vivida na esfera da casa, que se estendia ao externo. Dessa forma, ao pensarmos sobre o conceito de “família” no século XXI, parece estranho, para dizer o mínimo, que certos sistemas comportamentais pareçam ainda nos assombrar. Vemos claramente que, salvo as muitas formas de resistência, o “velho” modelo familiar ainda é visto, por alguns grupos, como garantia de estabilidade e de progresso. Por conseguinte, em certo sentido, ainda não nos desvencilhamos totalmente da velha estrutura patriarcal.

No que concerne ao imaginário acerca das mulheres, de forma geral, nota-se uma forte influência dos padrões de comportamento vitorianos (1837-1901), da Inglaterra. Falava-se muito de “virtudes”, para classificar formas de comportamento moral aceitável. Estavam na ordem do dia: a higiene, o trabalho, uma retidão, fidelidade conjugal etc, que são valores cotidianos peculiares à época. É nesse cenário que o núcleo familiar devia somar, igualmente, uma ideia de “cidadania e civilidade”. Dessa forma, a “boa família” é o centro e a pedra fundamental do Estado. No Brasil imperial, a imagem era um importante meio de comunicação de tais valores. Retratos familiares eram produzidos em larga escala, seguindo esses parâmetros estéticos. A família de d. Pedro II era frequentemente fotografada em poses que denotavam a seriedade e a hierarquia familiar, virtudes indispensáveis para a vida, conforme se pretendia acreditar.



Figura 58: homenagem à imperatriz Teresa Cristina, 1888.³³⁴

Na figura acima d. Teresa Cristina, na ótica do artista, traduz-se um aspecto do que se acreditava ser o modelo ideal de mulher. Na ilustração, a imperatriz aparece rodeada por anjos, em uma espécie de glorificação celestial, por suas virtudes. Pode-se notar uma atitude de veneração representada por jornalistas de mãos dadas, que reverenciam a imperatriz do Brasil. Nas linhas abaixo, lê-se: “As virtudes e a bondade de S. M. a Imperatriz são o único assumpto que os nossos jornaes confraternizam e estão de perfeito acordo”³³⁵. Elementos bem colocados, o que deixava claro o discurso pretendido, no tocante às práticas e ao universo íntimo reservado às mulheres no Brasil.

³³⁴ Homenagem do Jornal *O Mequetrefe*, março de 1888. Disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³³⁵ Idem.

3.1.6. Vozes destoantes no Império: a imprensa feminina

Uma das características positivas do governo de d. Pedro II era a liberdade de imprensa. Na corte do Rio de Janeiro, circulavam os mais variados jornais, periódicos, folhetins, tanto conservadores quanto liberais, atendendo a demandas igualmente variadas. Da mesma forma, em todas as províncias do império, havia uma grande circulação de jornais, que tinham seus correspondentes na capital. Assim, as notícias do cotidiano, da política, e tantas outras curiosidades, estavam na pauta do dia. Este período foi fortemente marcado por mudanças estruturais na economia brasileira e europeia. Por conseguinte, a cultura estava profundamente marcada pelo eurocentrismo, uma visão que não incluía a diversidade de identidades, modos de vivência, mas que valorizava uma ideia de “cultura branca, masculina, letrada e cristã”.³³⁶

Mas onde as mulheres se encaixavam neste processo? Quais eram seus objetivos? Do que falavam? Como foi dito, observamos uma produção discursiva de uma elite dominante, majoritariamente masculina, que pregava, salvo poucos exemplos, a hegemonia política centrista e padrões rígidos de comportamento. Entretanto, vozes destoantes de mulheres emergiam em todos os lugares do império. Escreviam sob pseudônimos ou mesmo assinavam o próprio nome. Escrita e saber estiveram, grosso modo, ligados ao poder. Observamos que a figura da imperatriz Teresa Cristina aparecia no discurso em torno do conceito de “virtudes femininas”, sendo enaltecida como modelo para as mulheres brasileiras. Entretanto, as mulheres tinham outros meios para se fazer ouvir e escapar do espaço restrito que se impunha. E quase sempre não estavam preocupadas em reproduzir, ou mesmo aceitar os padrões restritivos da sociedade patriarcal.

É neste percurso que no Brasil, na segunda metade do séc. XIX, circulavam jornais inteiramente produzidos e voltados para o público feminino. Escolhemos como modelo os jornais *O Sexo Feminino* (1873-1889), *Echos das Damas* (1879-1888), *A Família* (1888-1894) e *A Mulher* (1881)³³⁷, este último produzido em Nova Iorque, mas destinado às mulheres no Brasil. O objetivo não é analisar a história de cada periódico³³⁸, mas os assuntos recorrentes em cada um deles, oferecendo um recorte temático do cotidiano das mulheres, de suas demandas e

³³⁶ TELLES, Norma. Escritoras, Escrita, Escrituras. In: DEL PRIORE, Mary. *A história das mulheres no Brasil*; PINSKY, Carla Bassanezi (coord.) São Paulo: Contexto, 2012, p. 401.

³³⁷ Disponíveis online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³³⁸ Sobre o tema cfr.: CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finas do séc. XIX. In: *Estudos Feministas*; Florianópolis, 24(1):406: 261-279; janeiro-abril/2016; CUNHA, Alexandre de Faria. *Educação e mercado de trabalho feminino no séc. XIX: Um estudo das reivindicações femininas a partir dos periódicos Echo das Damas e a Mãe de Família*. Monografia, 2018, 38 págs.

de como enxergavam o mundo a sua volta. É interessante observar que todos os jornais citados eram produzidos e editados por mulheres. Eram, portanto, direcionados a seu cotidiano, em um meio predominantemente masculino, inclusive na imprensa tradicional, onde os assuntos do dia eram a política interna e externa. Dessa forma, ao contrário do que se esperava, as mulheres não estavam alheias sobre problemas do cotidiano, mas apresentavam artigos sobre vários temas, o mais recorrente era o da “emancipação feminina”.

Outro tema que permeia todos esses periódicos é, principalmente, o da educação da mulher. Tendo em vista que, em meados dos *Oitocentos*, a maioria da população era analfabeta, às mulheres ficava reservada uma formação primária. Esta era voltada à vida doméstica ou para o casamento. Grande parte das classes pobres não tinha acesso a quase nenhuma educação formal. Nessa perspectiva, os periódicos femininos defendiam, contundentemente, a formação integral da mulher, não mais restrita à vida doméstica. O primeiro jornal destacado é o “Sexo Feminino”, cuja fundadora, Francisca da Motta Diniz, era a principal redatora. Inicialmente, era publicado na cidade de Campanha, na província de Minas Gerais. Depois passou a circular na corte do Rio de Janeiro.

O editorial dividia-se entre variedades, literatura, anúncios, poemas, religião, dentre outros assuntos. Embora não tenha tido uma circulação contínua ao longo dos anos, conseguiu grande repercussão na capital do império, bem como em outras províncias, onde circulava. Já na primeira página, datada de 14 de agosto de 1875, lê-se:

“A mulher. Diz o homem que a mulher é um poema que é preciso ler com o coração muitos annos para ser comprehendido, ha elle feito esforços inauditos para justificar o orgulho que o domina, julgando-se com superioridade sobre ella, procurando nos exames anatomicos differenças physiologicas. Tudo tem sido baldado, e apenas é e sera meia questão de amor proprio. Está moralmente demonstrado que o homem e a mulher são ambos seres relativos, não sendo mais que duas metades de um todo [...]. Sabemos que cada nação aprecia a mulher conforme seus costumes, sua educação, seus typos. Nos primeiros tempos da grande civilisação indica, achanol-a collocada superior ao homem. Os Vedas dizem: A mulher está próxima da Divindade. Filha, esposa, mãe, é estimada e considerada como igual ao homem pelas leis e pela sociedade. Com a decadência da civilisação torna-se porem a mulher escrava. Ainda hoje repetem alguns homens, os velhos prejuízos em que foram imbuídos, negando a mulher: sensação, paixão, etc., considerando-a até como um ente normal. A mulher não existe; bem o querem elles, ou si existe, elles a tem em suas opiniões definido do seguinte modo: - A mulher: - É um ente circunscripto [?], instrumento, voluvel, em expectativa perpetua. É o unico ente inacabado que DEOS permittio ao homem chamar a si e teminar. É um anjo de refugio”.³³⁹

³³⁹ *O Sexo Feminino*, 14 de agosto de 1875. Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O artigo continua descrevendo que o olhar vigente sobre a mulher é equivocado. Os “pensadores” que tentam definir o *status* das mulheres, desconhecem sua biologia, sua educação, seus “typos”, sua “marcha do organismo”. E se a mulher é este “ser anormal”, ela deve ser isenta de qualquer penalidade, para os crimes das quais as acusam. Destaca-se uma coluna para a “as Mulheres da História”, onde, em cada número, é narrada a biografia de mulheres notáveis que, mesmo não negando seu sexo, como se dizia, foram protagonistas de sua história:

“Lançado os olhos por este longo acervo de experiencia que se chama História; e que é a lição do mundo, vemos que em todas as éras, e em todas as epocas, houve mulheres que sem o deixarem de o ser; sem usurparem os predicados do outro sexo, exerceram uma notável influencia nos successos contemporaneos. Helena, Aspasia, Cleópatra, Semiramis, Sapho de Mytilene, Corina, Phriné, Hypathia d’Alexandria, Judith, Irene, Joana d’Arc, Isabel, a catholica, Isabel de Inglaterra, Isabel de Hungria, estão como tantas outras nesse caso; e é inegável que gravaram seo nome, como um padrão, nos fastos da humanidade”.³⁴⁰

Conforme Karoline Carula, esse jornal foi “o precursor da imprensa periódica brasileira, da defesa da emancipação da mulher”.³⁴¹ Da mesma forma, apostava na “missão civilizadora”, dado que o progresso da nação estaria igualmente ligado ao progresso da educação feminina. Portanto, era fundamental uma formação completa, que permitisse às mulheres escolher o próprio caminho, como esposas, mães, profissionais e solteiras, caso quisessem. Evidentemente, esse desejo de liberdade e essa “redefinição da mulher” estavam em curso em outros lugares, como os Estados Unidos, e em alguns países europeus, por exemplo, na França e na Inglaterra, onde as mulheres tinham acesso a trabalho remunerado:

“Os homens julgados pelas mulheres. Os homens raras vezes perdoam as mulheres o manejarem a penna; pensão, mas erradamente, que isso lhes é privilegio exclusivo. Mad. Guiberi”.

“Os homens não são se não o que os fizemos, e, a superioridade que elles acreditam ter sobre nós, é por que o consentimos. Mad. Puisieux”.³⁴²

³⁴⁰ *O sexo Feminino*, 05 de setembro de 1875. Disponível *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁴¹ CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(1): 406, janeiro-abril/ 2016, p. 273-274.

³⁴² *O sexo Feminino*, 12 de setembro de 1875, p. 3.

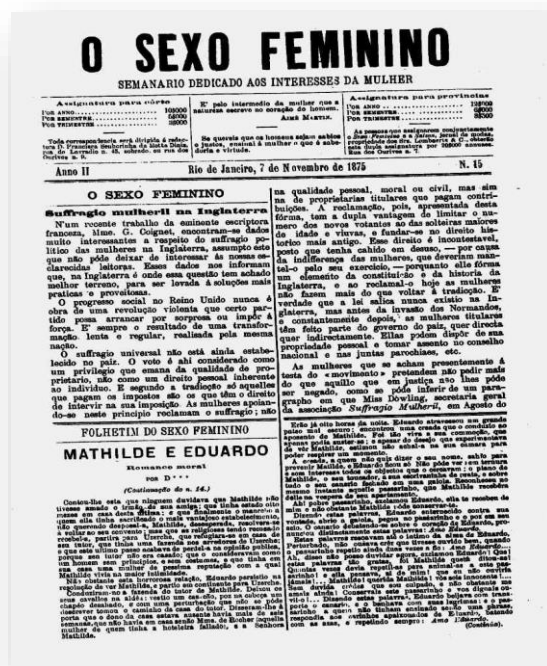


Figura 42: primeira página da edição de nov.1875.³⁴³

Outro jornal de destaque no universo das mulheres era o “Echo das Damas”, fundado por Amélia Carolina da Silva Couto, em 1879, e contava com a colaboração de outras companheiras. O editorial trazia temas diretamente voltados para seu público: ciência, literatura, política, em outras palavras, tinha o objetivo de favorecer um olhar crítico sobre o papel das mulheres na sociedade. O periódico era bem eclético em seus temas, mas nada tinha de amador. Já se lia, na primeira página da edição de abril, o principal objetivo do jornal: “defender os interesses da mulher” [...], “abrindo-lhe as portas para um futuro mais brilhante”³⁴⁴.

Da mesma forma que em outros periódicos, o assunto recorrente e amplamente debatido era a questão da educação da mulher, defendida pelas autoras como um dos pilares para a emancipação feminina, conforme lê-se em artigo de Anália Franco:

“A pesar da mais completa indiferença que quasi todos olham para o importante assumpto da educação feminina pretendemos expender mal delineadas notas algumas idéas a esse respeito. Idéas confusas sem duvida, mas que deixarão transparecer ao menos a nossa convicção a nossa fé profunda na efficacia da educação [...]. A idéa de que a educação da mulher deve consistir exclusivamente na aquisição de prendas agradáveis, afim de que ella possa

³⁴³ *O Sexo Feminino*, 7 de novembro de 1875. Nota-se nesta edição que o editorial começa falando do “Suffragio Mulheril na Inglaterra”.

³⁴⁴ *Echo das Damas*, 18 de abril de 1879. Disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

brilhar e reinar na sociedade, é um erro que começa a dissipar-se, mas que está ainda longe de ser geralmente condenado³⁴⁵.

A autora acentua os vários fatores que contribuíam para que a educação das mulheres não avançasse na sociedade brasileira. Por exemplo, a existência de um temor generalizado dos pais, que temiam uma instrução formal mais ampla, que incentive as filhas a buscar liberdade e “paixões” não condizentes com sua condição. Temor que não se verifica em algumas “civilizações”, onde “alguns homens ciosos dos seus privilégios veneram a mulher inteligente e cultivada”³⁴⁶. No mesmo editorial, Amélia Couto exalta a atuação da princesa Isabel, no processo de libertação dos escravos, ocorrida em 13 de maio, e de todos os brasileiros que “bem sabiam compreender o valor da liberdade”³⁴⁷.

Por outro lado, havia uma forte oposição de setores da sociedade conservadora, que condenavam publicamente as ideias de emancipação da mulher, que era tida como contrária aos valores do sistema social burguês porque coloca o ambiente familiar privado e organizado sem o papel da mulher.

Seguindo na trilha das muitas vozes destoantes que fizeram-se ouvir no Brasil do II Reinado, destacamos dois jornais que cumpriram importante papel na luta das mulheres, na busca de seus direitos. São eles: *A Mulher* (1881)³⁴⁸ e *A Família* (1888-1894)³⁴⁹. O primeiro foi iniciativa de Maria Augusta Estrela e Josefa Águeda F. M. de Oliveira, editado nos Estados Unidos, mas voltado para os “interesses e direitos da mulher brasileira”, como se lê na primeira página.

Este periódico segue o mesmo caminho dos citados anteriormente e se lançava com mais ênfase na educação superior e profissionalização da mulher. Para tanto, destacava o “protagonismo” das mulheres diante desse processo e chamava a atenção delas, para tomarem consciência e atuarem de maneira mais efetiva na busca e conquista de seus direitos.

O caso de Maria Augusta Estrela é particularmente interessante, tendo em vista que foi estudar medicina em Nova Iorque. Ela entrou para a história como a primeira mulher brasileira a formar-se em Medicina, graças a uma bolsa de estudos oferecida por d. Pedro II. Foi nesse contexto que conheceu sua colaboradora Josefa Águeda, também estudante de Medicina.

³⁴⁵ *Echo das Damas*, 27 de maio de 1888.

³⁴⁶ Idem.

³⁴⁷ Idem.

³⁴⁸ Sobre o tema cf. COSTA, Priscila Trarbach. Refletindo sobre as contribuições do periódico *A Mulher* para as discussões acerca da instrução feminina no séc. XIX. In: *Reunião Científica Regional da AMPED. Educação, movimentos sociais e políticas governamentais*: Curitiba, 2016, p. 1-14.

³⁴⁹ Disponíveis online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ambas, após formarem-se nos Estados Unidos, voltaram ao Brasil e seguiram na profissão, atendendo especialmente às mulheres pobres. A primeira edição de *A Mulher* saiu em janeiro de 1881, editado em Nova Iorque, mas circulando igualmente no Brasil.

Ainda estudantes, tiveram a iniciativa de participar ativamente para a libertação feminina. Defendiam a capacidade intelectual das mulheres em atuar nos mesmos ambientes que os homens, estando portanto, aptas para a formação superior e para exercer uma profissão fora do ambiente doméstico:

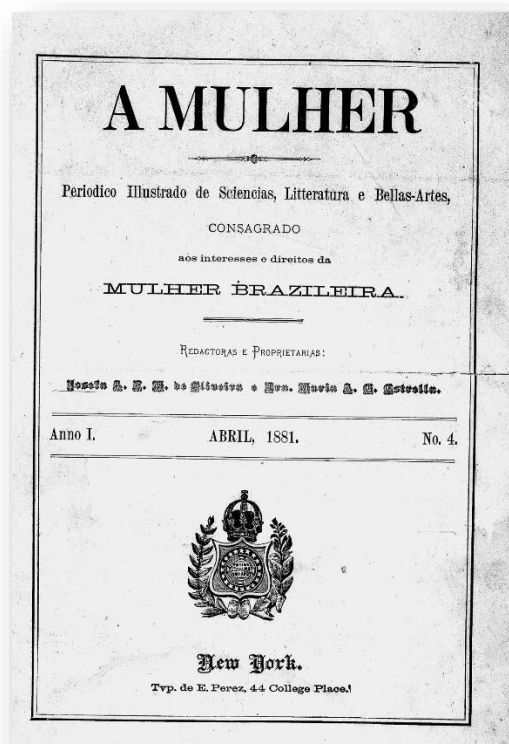
“Os que condenam no Brazil condemnam a instrucção superior da mulher, invejam as idades antiga e media, desejam que os costumes da Turquia e da India vão para o Brazil. Felizmente o progresso das sciencias na Allemanha, na Inglaterra, na Hespanha, Suissa, Itália, Portugal, França, e America do Norte, onde estamos, fez com que a mulher surgisse radiante tomando parte nos comicios populares, nas escolas, no ensino superior e no esplendido banquete das sciencias. Nós, jovens brasileiras, rasgando as brumas que se antepunham aos raios reflectores da civilização moderna, aqui estamos estudando medicina para dizer aos refractarios das leis naturais e sociaes: Aqui estamos doutoradas e promptas para exercermos na cabeceira das nossas patricias o sacerdócio da medicina”³⁵⁰.

Nota-se um vivo embate de posturas entre as militantes e os conservadores, que justificavam, do ponto de vista biológico e religioso, a inferioridade feminina. Por outro lado, havia, por parte das autoras, uma forte aproximação com a realidade norte-americana, sobremaneira, na forma em que homens e mulheres relacionavam-se, bem como na maneira que elas circulavam muito mais livres pela sociedade e eram mais conscientes de seu papel como protagonistas na busca por direitos.

Portanto, se a justificativa para sua submissão vinha do caráter biológico, elas também argumentavam, desse ponto de vista, sua superioridade: “A alta qualidade de coragem, é o animo que a mulher tem vinte vezes mais que o homem. Ella occulta dores, as mais aguçadas, e mais remittentes, o que elle nunca pode”³⁵¹. O embate discursivo é eloquente e cheio de premissas de ambos os lados.

³⁵⁰ *A Mulher*, junho de 1881.

³⁵¹ Idem, abril de 1881.



Figuras 43: Capa do editorial do periódico *A Mulher*³⁵².

Por fim, voltamos nossa atenção para a revista, *A Família*, fundada pela pernambucana Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913), importante defensora dos direitos da mulher, que posteriormente, tomou o formato de jornal. O primeiro exemplar foi publicado na cidade de São Paulo, em 1888. O principal objetivo de Josephina de Azevedo, também conhecida como Zefa, era a emancipação feminina, em sua dimensão mais ampla, inclusive na política³⁵³.

Após a transferência para a corte do Rio de Janeiro, o periódico circulou até 1897. Os números que foram preservados pela Biblioteca Nacional datam de 1888 a 1894. O jornal contou com a participação de mulheres de diversas cidades, igualmente engajadas em questões sociais, e eram incentivadas a escrever no periódico:

“As leitoras realmente participavam da escrita do jornal, como podemos conferir diante das muitas colaboradoras que publicaram com certa regularidade, em São Paulo a lista de escritoras foi composta por Analia Franco, professora em Taubaté; Maria Amelia de Queiroz, da cidade de Recife; Adelia Barros, poetisa paulistana; Emiliana de Moraes, esposa de Pedro de Moraes,

³⁵² Disponível online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em novembro de 2019.

³⁵³ Cf. SILVA, Laila Correa e. O direito ao voto feminino no século XIX brasileiro: a atuação política de Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913). In: *Revista do corpo discente do PPG- História da UFRGS*. Aedos, Porto Alegre, v. 10, n. 23, p 114-131, dez, 2018.

residente em Ubá (Minas Gerais); Maria Zalina Rolim, filha do Juiz de Direito de São Roque; Maria Ramos, professora em Mogi das Cruzes; Maria Augusta, diretora de um colégio em Juiz de Fora; Luiza Thienpont, professora na Estação de Mineiros; Paulina A. da Silva, esposa de Santos Silva, residente em São Paulo; Alzira Rodrigues, de São Paulo e Mlle. Rennotte, diretora do colégio Piracicabano. Disso, resultou uma profusão de diferentes opiniões sobre formas de se educar a mulher, e de fazê-la ampliar o escopo de sua participação na vida pública e na política nacional”³⁵⁴

Evidentemente, a militância em favor das mulheres é um traço comum entre as escritoras mencionadas acima. Da mesma forma, havia o respeito pelas posições que se identificavam com os papéis do casamento e da maternidade, mas que, ainda assim, reforçavam a importância da formação integral da mulher. Mesmo antes da República, já estava visível na revista o tema do voto feminino, veementemente defendido por Josephina de Azevedo, que se intensificou após o 15 de novembro de 1889:

“É chegado o momento de mostrarem as nossas patricias a sua importância na sociedade. Se não lhes é permitido, pelo natural egoísmo dos representantes do sexo que se diz forte, entrar directamente nessas titânicas lutas da politica, lançando na urna expontanea e conscienciosamente o seu voto, para o candidato que lhe seja sympathico, pelas suas ideias, pelas suas convicções; têm contudo o recurso de intercederem ajudadas da influencia que lhes concedeu a natureza, com seus paes, irmãos e esposos, para a victoria da candidatura de um moço a todos os títulos digno de ser contado no número dos representantes da nação. O direito de voto das mulheres é uma necessidade lattente, de que há muito recente se não só o nosso, como muitos outros paizes”³⁵⁵.

No Império do Brasil, então, o sistema eleitoral era bastante peculiar e conservador. Era definido pela posição e renda e, claro, reservado somente aos homens. Demoraria muito até que as mulheres pudessem votar. O primeiro código eleitoral brasileiro data de 1932, no governo de Getúlio Vargas. Em 1934, foi incorporado esse direito feminino à Constituição. De todo modo, após a mudança do regime em 1889, o embate sobre o tema continuou presente no trabalho de Josephina de Azevedo e de suas companheiras. Na edição do dia 17 de dezembro de 1889, já na República, trazem-se notícias dos ânimos de várias partes do país, pós-queda da monarquia, e das expectativas com relação ao governo republicano:

“Já podemos contar algumas adhesões á causa momentosa de nossa emancipação política. A luz da justiça, secularmente, obscurecida pelo egoísmo dos homens, começa a brilhar para o Brazil, com a aurora da República [...]. Da república mineira há exemplos vivos, eloquentes, da extrema dedicação, do sincero devotamento á causa que então se agitava como redmptora entre o

³⁵⁴ COSTA, Priscila Trarbach. Refletindo sobre as contribuições do periódico *A Mulher* para as discussões acerca da instrução feminina no séc. XIX. In: *Reunião Científica Regional da AMPED. Educação, movimentos sociais e políticas governamentais*: Curitiba, 2016, p. 118.

³⁵⁵ *A Família*, 6 de julho de 1889.

desespero de um povo que gemia [...]. Não só em Minas, como em toda parte, fundaram-se clubs de senhoras, que tinham por fim fazer a causa nacional, interpretada pelos espíritos patriotas, dos sentimentos, das queixas e humilhações do povo brasileiro”³⁵⁶.

Nota-se certa euforia no tocante aos recentes acontecimentos, que pareciam anunciar mudanças positivas para a sociedade brasileira. Da mesma forma, ficava evidente a rede de informações que se estabelecia na imprensa, que dava detalhes do andamento e propostas do governo republicano. Contudo, ainda em 1890, o embate textual continuava sendo publicado, em forma de uma peça teatral intitulada “O voto feminino” de autoria de Josephina de Azevedo. O texto teatral respondia à posição negativa do governo provisório, no que diz respeito à pauta de reivindicações das mulheres, não hesitando em usar uma “linguagem cênica e de comédia”³⁵⁷.

É precisamente nesse jornal que a redatora escreve uma pequena nota póstuma sobre a imperatriz Teresa Cristina, por ocasião de seu falecimento, em 28 de dezembro de 1889, lamentando com “profunda e dolorosa mágoa”, a notícia do falecimento da ex-imperatriz brasileira:

“Os brasileiros, sem exceção, que se haviam habituado a segui-la pelo pensamento como um anjo de paz e bondade, ainda conservam na profunda saudade por aquella que, nascida na Itália era a primeira das brasileiras, que, princeza e imperatriz, era a mais simples e virtuosa das mulheres, aquella adoração sincera, legítima, que em nada se parecia com a adulação ás poderosas rainhas, quando o telegrapho, em uma destas manhas, trouxe a todos a noticia de sua morte. E todos sentiram penalizados essa nova cruel, que empaldecia uma das mais caras affeições de um povo. É que na sua simplicidade angélica, na sua dedicação sublime, no seu devotamento pela sorte dos infelizes, ella se fizera constituir o ídolo de um povo, que se acostumava a venerl-a, não como rainha, mas como carinhosa mãe. Por isso chamavam-n’a – a mãe dos brasileiros... [...]. E no largo traço de saudade que a deixa apóz si não há um só sentimento de despeito, uma expressão de ódio, porque ella foi no throno a virtude, a candura e a consagração do amor. Foi simplesmente mulher. A Família, inclina-se reverente diante do túmulo aberto de Thereza Christina, como a última homenagem áquella que foi no Brazil a mais illustre representante de seu sexo”³⁵⁸.

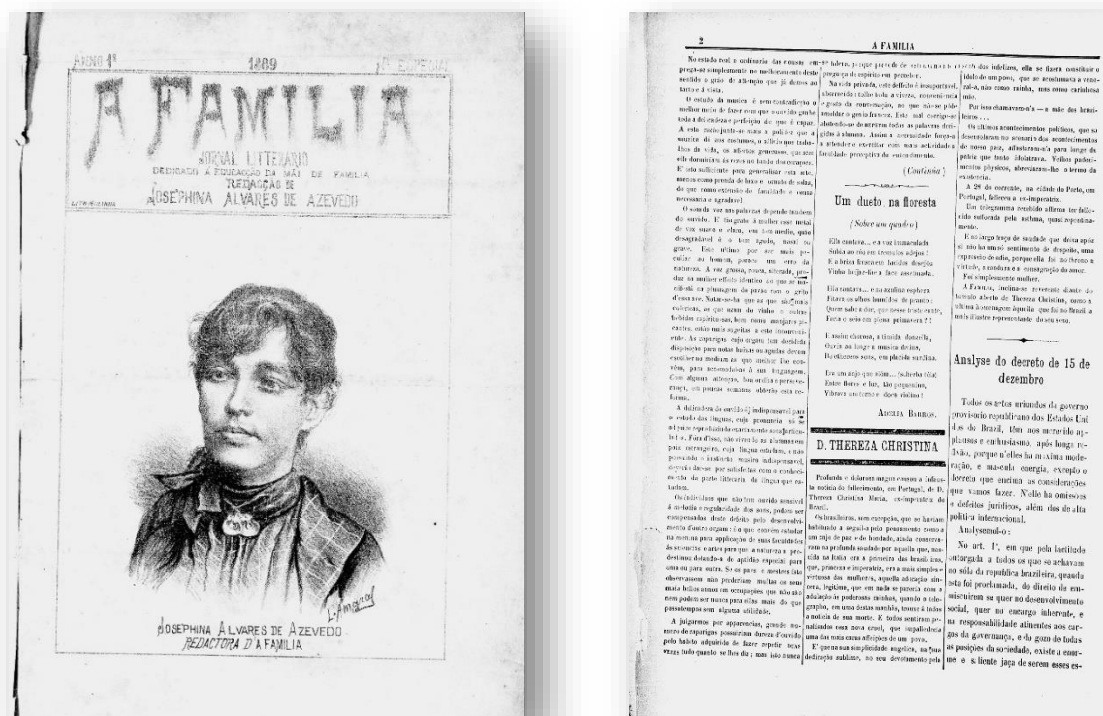
A homenagem é interessante, pois, reconhece a figura de d. Teresa Cristina próxima dos ideais defendidos por Josephina. Não consta, em outros jornais feministas, até onde foi possível verificar, artigo semelhante sobre a esposa de d. Pedro II. Evidentemente, não é exaltada aqui

³⁵⁶ Nota do *Diário de Sorocaba*, publicado no *A Família* em 17 de dezembro de 1889, pouco mais de um mês da proclamação da república.

³⁵⁷ COSTA, Priscila Trarbach. Refletindo sobre as contribuições do periódico *A Mulher* para as discussões acerca da instrução feminina no séc. XIX. In: *Reunião Científica Regional da AMPED. Educação, movimentos sociais e políticas governamentais*: Curitiba, 2016, p. 120.

³⁵⁸ *A Família*, dezembro de 1889.

a posição monárquica e privilegiada da imperatriz, mas, sim, sua figura feminina. Assim, mesmo em seu papel de esposa e de mãe, destacava-se por seu compromisso e afeto pelos brasileiros, principalmente com os mais pobres. Portanto, observamos nesse trecho certa aproximação ao modelo feminino, tão exaltado por outros meios de comunicação. Contudo, não se pode dizer, em um primeiro momento, que a imperatriz Teresa Cristina fosse uma defensora feminista, o que também não é afirmado por Josephina de Azevedo.



Figuras 44 e 45: capa da edição de dezembro de 1889, com ilustração de Josephina de Azevedo e a homenagem a d. Teresa Cristina³⁵⁹.

Em suma, o que propusemos neste tópico foi demonstrar a diversidade de vivências no Império do Brasil, no que se refere ao cotidiano das mulheres e suas representações. De um lado, temos um discurso bem alicerçado no que se pensava ser o ideal acerca dos papéis de homens e de mulheres na sociedade ocidental, e dos lugares pré-estabelecidos pela história, pela biologia e pela religião. Essa noção de lugar social emanava nas camadas da elite branca, aristocrática e burguesa, que buscavam um *status* em conformidade com os padrões europeus. De igual forma, chegavam ao Brasil Oitocentista as mudanças políticas de pensamento, vindos de outros lugares, que não ficavam alheios.

³⁵⁹ Disponíveis online na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em novembro de 2019.

Dessa forma, não se pode afirmar haver uma visão unilateral das vivências do cotidiano e da suposta submissão das mulheres em seu modo de vida. O espaço da literatura, da escrita e da educação, bem como de outros tantos recursos, foram intencionalmente utilizados pelas mulheres do século XIX, na busca de uma existência alternativa, para além daquela a que estavam destinadas. São muitos os exemplos de mulheres que não reproduziam os rígidos padrões burgueses de lugar social, mas que transitavam pelas mais variadas vias de existência, seja no trabalho, na gerência de negócios e manutenção familiar, na educação etc. Isso produzia uma disputa que se dava no discurso, mas também nas práticas diversas.

Considerações finais

A imperatriz Teresa Cristina viveu 46 anos no Brasil. Seu casamento foi uma estratégia política, fruto de um intenso processo, que objetivava concretizar a estabilidade política do recente império brasileiro. Como tantos outros contratos matrimoniais da época, esperava-se que ela cumprisse seu papel primordial de mulher e de esposa do imperador: gerar filhos para a monarquia. A princesa napolitana tinha sido educada para isso, então, desde sua chegada no Rio de Janeiro em setembro de 1843, procurou corresponder com a expectativa em torno de sua figura. Contudo, o Brasil tinha um longo processo de emancipação pela frente e, de certa forma, sua trajetória como mulher e imperatriz também precisava ser forjada.

Ao observar a história de sua vida, notamos uma série de fases de amadurecimento, o que não a difere de nós mesmos. Portanto, a biografia pretendida nesta pesquisa trata de uma mulher do século XIX, nascida em meio de privilégios próprios de seu *status* social. No entanto, a monarquia brasileira não reproduzia os velhos padrões das casas reais da Europa, no tocante às pompas e às circunstâncias. Dessa forma, a imperatriz Teresa Cristina, embora ocupasse um *status* fundamental na hierarquia imperial, mostrou-se um indivíduo que não usou sua posição de maneira maliciosa, mostrou uma demarcada influência junto do imperador e seu círculo. Ficando evidente que não só se interessava pela vida política do Império, como compreendia como a máquina do Estado funcionava.

O que fica evidente para nós é uma imagem diferente da imperatriz Teresa Cristina, bem distante do conceito de mulher silenciosa ou submissa. Podemos dizer que não foi sua intenção destacar-se entre os “grandes heróis” do império, tal como sua posição exigia. Dedicou-se às causas assistenciais, ao patrocínio cultural, no apoio a artistas em diversas esferas, mas sem

dúvida, revelou-se em suas cartas e diários, uma mulher com profundo senso da realidade que a cercava, muito dinâmica, interessada e preocupada com a vida do Brasil.

A figura do “grande homem”³⁶⁰ estava posta no século XIX e tinha sua base no Iluminismo do XVIII. Dessa forma, as narrativas biográficas acentuavam essa característica do herói que devia ser lembrado e reverenciado. Sob o olhar dos biógrafos, surgiam os “monumentos”, uma realidade especial posta acima dos outros, reflexo de uma “originalidade do eu”³⁶¹. A vida de Teresa Cristina, vista pela ótica do silêncio, não a colocaria neste patamar, salvo pela condição de esposa do imperador, atribuindo a essa condição a duração de sua memória. Entretanto, o que se verifica é o contrário, sua memória permanece, ainda que permeada por um certo enigma, que começa a se dissipar.

A imperatriz Teresa Cristina, buscou uma forma própria de existir ao lado de Pedro II, o “Magnânimo”, “neto de Marco Aurélio”, alguns títulos dados ao imperador do Brasil. A ela coube tornar-se a “mãe dos brasileiros”, com toda a conotação que esse atributo materno trazia consigo. Mas, em absoluto, pode ser vista com menos importância na história brasileira. A simplicidade de sua vida no trono e a imponente figura de dom Pedro II colocaram-na em contraposição a toda a representação em torno do marido. Ainda que, não se esperasse dela uma influência política explícita nas engrenagens do Estado, sabia como direcionar sua percepção e atuação. Como evidenciado, forjou sua própria individualidade, seu ritmo e, portanto, sua permanência na memória.

Alguns historiadores apostaram em uma “vida silenciosa ou silenciada”. O que não concordamos, antes o que se verifica é uma vida composta por ela como sujeito, relacionada ao que sua condição privilegiada agregava. Portanto, ao falarmos da representação feminina no Brasil do XIX, deparamo-nos com várias imagens idealizadas e difundidas de virtude, fragilidade e submissão. Tais atributos, em absoluto, foram assumidas e vivenciados por todas as mulheres. A diversidade cultural do Brasil também impôs-se, para que diversas mulheres, por todos os lugares, buscassem espaços próprios, muitas vezes longe daqueles a que estavam destinadas.

Sobre esse aspecto, a biografia de Teresa Cristina não pretende ser vista neste trabalho como mera narrativa factual, embora traços dessa natureza não sejam completamente raros. A pesquisa biográfica tem, em si, algo de “individual e coletivo”, portanto “relata algo”³⁶².

³⁶⁰ SOUZA, Adriana Barreto de. Pesquisa, escolha biográfica e escrita da história: biografando o duque de Caxias. In: *História da Historiografia*, Ouro Preto nº 9, 2012, p. 111.

³⁶¹ Idem.

³⁶² SCHMIDT, Benito Bisso. Biografias e regimes de historicidade. In: *MÉTIS: história & cultura*. V. 2, nº 3, p. 57-72, jan./jun. 2003, p. 65.

Entretanto, ao pensar nessa trajetória individual, estamos lidando com a “história-problema”³⁶³, que não fica encerrada na mera ação cronológica de eventos, mas, no caso da imperatriz, está ligada a um certo imaginário acerca do feminino, que vai ao encontro da própria história das mulheres no Brasil. Evidentemente, tal visão é fruto de uma determinada ótica social, patriarcal e conservadora, que, ainda hoje, tem visíveis ressonâncias em nossas atitudes cotidianas.

Nesse cenário contemporâneo, surgem certos discursos com acentuado mote saudosista, que visam justamente a manutenção de ideais tradicionais e de ordem social, bem como de outras tantas estruturas obsoletas e arcaicas, que não deveriam estar no epicentro de nossas relações, pelo menos não como proposta para os problemas da atualidade. Sobre esse aspecto, a biografia e mesmo a figura de Teresa Cristina poderiam sugerir um apelo ao passado imperial. Contudo, o “retorno” às figuras do império, ao nosso ver, deve pontuar suas inerentes contradições de vida. Seguindo essa premissa, as trajetórias desses personagens devem reforçar o apelo para que não se caia na ilusão de um passado glorioso, o que nem de longe é o caso do Brasil.

Em suma, a escrita biográfica traz consigo muitas possibilidades e dilemas a serem superados. Uma vida não pode ser tomada sob uma única perspectiva ou sob um único eixo. As pesquisas biográficas apontam para as instabilidades da vida, suas dissonâncias e frustrações, mas também para acertos, ainda que poucos. Portanto, não apostamos numa “biografia definitiva”. Ao passo que vida cotidiana é feita por indivíduos em suas particularidades, esses também compõem a coletividade com um todo. As biografias atuais tratam de diferentes formas de viver, algumas com mais sucessos, outras nem tanto. O que fica evidente é o “indivíduo no palco central da história”³⁶⁴. Não nos escapam as descontinuidades do tempo e as ambiguidades individuais. A memória de d. Teresa Cristina esteve oscilante no tempo. Em nossa perspectiva, buscamos o indivíduo e sua dimensão cotidiana da memória, bem como suas escolhas.

Por meio de diferentes movimentos individuais, rompem-se as totalidades aparentes e fechadas. Dessa forma, concluímos que a História tem como objeto o “humano” e nós, historiadores, somos levados a essa síntese por diversas vias transversas. O caráter errante da vida permeia nossas escolhas como biógrafos. Portanto, as questões estão sempre abertas às análises transversas, de acordo com as demandas do tempo presente.

³⁶³ Idem.

³⁶⁴ AVELAR, Alexandre de Sá. Biografia e ciências humanas em Wilhelm Dilthey. In: *História da Historiografia*, nº 9, 2012, p. 141.

Principais fontes:

Diários da imperatriz Teresa Cristina Maria – 1852-1887 e algumas cartas/Arquivo Histórico do Museu Imperial/AHMI.

Revista do IHGB: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html>>.

Jornais:

A Actualidade;

A Família;

A Mulher;

A Província de Minas;

Cidade do Rio;

Correio da Tarde: Jornal Commercial, Político, Litterario e Noticioso do Rio de Janeiro;

Commercio de São Paulo;

Diário de Notícias;

Diário de Pernambuco;

El Centinela;

Echos das Damas;

Gazeta da tarde;

Gazeta de Notícias;

Gazeta do Povo;

Jornal do Commercio;

Jornal do Porto;

O Mequetrefe;

O Mosquito;

O Paiz;

O Sexo Feminino;

Revista Illustrada.

Disponíveis em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>.

Acervo digital da Biblioteca Nacional/RJ.

Acervo da hemeroteca digital de Portugal.

Acervo do Museu Imperial de Petrópolis/RJ/IBRAM.

Acervo do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro/MHC/IBRAM.

Acervo do Museu Histórico Nacional/RJ/IBRAM.

Acervo do Museu Nacional de Belas Artes/RJ.

Acervo do Museu do Caraça/MG.

Coleção “Retratos da Família Imperial”. Arquivo Histórico do Museu Imperial/AHMI/2012-cd Room.

Referências bibliográficas:

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs). *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos (Org.). *Memória Feminina: mulheres na história, história de mulheres*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2016.

ACTON, Harold. *Os últimos Bourbons de Nápoles*, Giunti, Florença 1997.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru: Edusc, 2007, p.247-254.

_____. O significado das pequenas coisas: História, prosopografia e ego-história. In: AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Grafia da vida: reflexões com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012, p. 15-37.

ALIANELLO. *La conquista del sud. Il Risorgimento nell'Italia meridionale*, Rusconi, Milano, 1972; BERTOLETTI, *Il Risorgimento visto dall'altra sponda*, Napoli, 1967.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império*. Porto: Afrontamento, 1993.

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Isabela Guimarães Rabelo do. *Resistência feminina no Brasil Oitocentista: as ações de divórcio e nulidade de matrimônio no Bispado de Mariana*, 2012. Dissertação de mestrado.

ARTIÈRS, Philippe. Arquivar a própria vida. In: *Estudos Históricos*, 1998. p.9-34.

ALVARENGA, SUSIELY. *As viagens de Dom Pedro II à Província de Minas Gerais em 1881: Festividades Política e Ciência*. Dissertação de mestrado, 2012.

AVELAR. Alexandre de Sá. A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões. In: *Dimensões*, vol. 24, 2010. p.157-172.

_____. Biografia e ciências humanas em Wilhelm Dilthey. In: *História da Historiografia*, nº 9, 2012. p.129-143.

_____; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.) *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

_____. Entre a tradição e a inovação: o IHGB e a escrita biográfica nas primeiras décadas republicanas. In: *História da Historiografia*, v. 13, n. 33, maio-ago., ano 2020, p. 397-429.

AVELLA, Aniello Angelo. Brasil, Portugal e Itália. In: *Geo UERJ*, ano 12, n. 21, vol. 2, 2010, p. XX.

AVELLA, Aniello Angelo. Teresa Cristina Maria, uma imperatriz silenciada. In: *Historia e Liberdade* -ANPUH, 2010.

AVELLA, Aniello Angelo. *Una napoletana imperatrice ai tropici: Teresa Cristina de Bourbonne sul trono del Brasile, 1843-1889*. Roma: Exòrma, 2012.

AVELLA, Aniello. *Teresa Cristina de Bourbon: uma imperatriz napolitana nos trópicos 1843-1889*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

AZEVEDO, Evelyne. A coleção Teresa Cristina: a idealização e falência de um projeto cultural para o Brasil. In: *Concinnitas*. Ano 19, nº 34, dezembro de 2018, p. 116-125.

BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil, 1790-1822)*. São Paulo: Annablume, 2006.

BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2001.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BARMAN, Roderick. *Imperador Cidadão*. Trad. Sonia M. Yamamoto. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

_____. *Princesa Isabel, do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2003.

BRAGANÇA, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo. *Dom Pedro II na Alemanha: uma amizade tradicional*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2014.

BÉDARIDA, François. As responsabilidades do historiador *expert*. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Editora da FGV, 1998, p. 145-153.

BEZERRA, Gustavo de Alvim de Góis. As viagens do imperador: uma abordagem inglesa para a atuação internacional não oficial. In: *Cadernos de Relações Internacionais*, vol. 2, nº 2, 2008, p. 1-22. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.CadRI.13547>.

BRITO, Rômulo de Jesus Faria. Chapéu, chinelos e uma mala imperial: as imagens de d. Pedro II em sua primeira viagem à Europa no traço caricatural de Raphael Bordallo Pinheiro. In: *XII Encontro Estadual de História-AMPUH/RS, 11 a 14 de agosto de 2014*. Unisinos, São Leopoldo/RS.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986.p. 183-191.

BURILLE, Celma Faria de Souza. *Trajetória da mulher na história do Brasil: submissas ou arditosas?* Cascavel, Paraná, s/d.

CAMPOLIETI, Giuseppe. *Il re bomba. Ferdinando II - Il Borbone di Napoli che per primo lottò contro l'unità d'Italia*, Mondadori. Milano, 2001, pag. 149.

CAMARA, Giselle Marques. “Então esse é que é o Imperador? Ele não se parece nada com reis”: *Algumas considerações sobre o intelectual brasileiro Pedro de Alcântara e suas viagens pelas terras do Nilo*. Dissertação de Mestrado: Rio de Janeiro, 2005.

CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(1): 406, janeiro-abril/2016, p. 261-279. <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p261>.

CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CORRENTI, Santi. *Breve Historia da Sicília*. 2.ed. Roma: Newtoncompton Editori S.R.L, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec-Ed.Unicamp, 1996.

COSTA, Priscila Trarbach. Refletindo sobre as contribuições do periódico *A Mulher* para as discussões acerca da instrução feminina no séc. XIX. In: *Reunião Científica Regional da AMPED. Educação, movimentos sociais e políticas governamentais*: Curitiba, 2016, p. 1-14.

COSTA. Ana Cristina Bezerra. O império e o imperador: motivações para a viagem de D. Pedro II à Província de Pernambuco em 1859. In: *ANPUH-BRASIL – 30º Simpósio de História*. Recife, 2019, s/d.

CUNHA, Lygia Fonseca Fernandes da. Imperatriz D. Teresa Cristina. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB* Rio de Janeiro: V. 304, p. 206-254, jul./set. 1974.

Descritores: Teresa Cristina Maria, Imperatriz consorte de Pedro II, Imperador do Brasil, 1822-1889.

CUNHA, Alexandre de Faria. *Educação e mercado de trabalho feminino no séc. XIX: Um estudo das reivindicações femininas a partir dos periódicos Echo das Damas e a Mãe de Família*. Monografia, 2018, 38 págs.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *A casa do imperador: do paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação de mestrado.

DARATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DELGADO, Andrea Ferreira. *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*. Campinas, 2003. s.n. (tese de doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2003. 498 fls.

_____. A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias. Campinas, 2003. (tese de doutorado).

_____. Cora Coralina: a construção da mulher-monumento. In: *Caderno Espaço Feminino*, v.19, n.1, jan/jul. 2008. p. 387-416.

_____. Cora Coralina: a construção da mulher-monumento. In: *Caderno Espaço Feminino*, v.19, n.1, jan/jul. 2008. p.387-416.

DEL PRIORE, Mary. *Condessa de Barral: A paixão do imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

_____. *O príncipe maldito*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

_____. (org.). *A história das mulheres no Brasil*; Carla BassaneziPinsky (coord de textos) 10. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DIÁRIO DO CONDE d'EU: comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai. Organização, tradução e notas Rodrigo Goyena Soares. 1ªed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p.223-240.

- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Trad. Gilson C. Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- Dom Pedro II e sua imagem refletida no império* (online). S/d.
- DUBY, George; PERROT, Michelle (orgs). *Escrever a história das mulheres. História das mulheres no Ocidente*. Lisboa: Afrontamento, 1991.
- DURELLI, Francesco. Cenno storico di Ferdinando II, dalla Stamperia Reale, Napoli, 1859, pag. 9. In: AA.VV., *La storia proibita*. Quando i Piemontesi invasero il Sud, Controcorrente, Napoli, 2008, pag. 230.
- ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- ENGEL, Magali. O médico, a prostituta e os significados do corpo. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal, 1996, p.169-190.
- FAINGOLD, Reuven: *D. Pedro II na Terra Santa: diário de viagem – 1876*. São Paulo: Editora Sêfer, 1999, p. 19.
- Fallas do Throno, 1823-1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 563. Disponível online na Biblioteca do Senado Federal.
- FELTRI, F.M. La situazione dell'economia nel Regno delle Due Sicilie. In: *Percorsi di Storia Locale*, 2010.
- FERREIRA, Fernando Luís Vieira. Dom Pedro e Dona Teresa: In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB* Rio de Janeiro: V. 175, p. 107-114, 1940.
- FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília Neves (org). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (v. 1).
- FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz et alii (org). *D. João VI e o oitocentismo*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.
- FRAGUAS, Alessandra Bettencourt Figueiredo; MARTINS, Thais Cardoso. O habitus e o hábito de d. Pedro II: novos olhares sobre os diários do imperador. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.
- FLEIUSS, Max. imperatriz D. Thereza Christina. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB* Rio de Janeiro: T. 92, v. 146, p. 347-380, 1922 [publicado em 1926].
- FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito & CORREA, Maria Letícia (org). *200 anos de imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

- _____. Memória, História, Testemunho. In: SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de História: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. p.85-93.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, Testemunho. In: SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de História: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. p.85-93.
- GALASSO, G. *Storia del regno di Napoli*, Torino, 2007.
- GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- GENOVEZ, Patrícia Falco. A viagem como forma de poder: a viagem de Pedro II e a inauguração da rodovia União e Indústria em 1861. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 3, nº 5, 1998, pp. 161-180.
- GIAMMELLARO, Pietro. Biagio Pace e la Sicila Antiga. In: *Studi Storici – Rivista Trimestrale Dell’Istituto Gramsci*, Aprile-Giugno 2012.
- GIUFFRIDA, Antonino. La “Repubblica Della Scienza” nella Sicilia Borbonica tra mito e realtà. In: *Mediterranea Recherche Storiche*. Anno XI, Aprile, 2014 (online).
- GODOI, Rodrigo Camargo. *Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. UNICAMP, 2014. Tese de doutorado.
- GOUVEA, Maria de Fátima Silva. *O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GUIMARÃES, Valéria Lima. Em torno da biografia como gênero histórico. In: *X Encontro Regional de História- AMPUH-RJ: História e Biografias*. UFRJ, 2002.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Teresa Cristina de Bourbon (1822-1889) a face oculta da imperatriz silenciosa. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011.

- HARDING, Bertita. *O trono do Amazonas: a história dos Braganças do Brasil*. Trad. Adalgisa Nery. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. A imperatriz Theresa Christina: um olhar brasileiro. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB* Rio de Janeiro: Ano 173, n. 457, p. 225-241, out./dez. 2012.
- IL REGNO BORBONICO NEL PRIMO QUARANTENNIO DELL'OTTOCENTO. In: *Storia della Sicilia*, s/d, p. 369-396.
- JAEGER, Francesco II di Borbone. *L'ultimo re di Napoli*, Mondadori, 1982.
- JANCSÓ, I. A construção dos Estados Nacionais na América Latina: apontamentos para o estudo do Império como projeto. In: SZMRECSÁNYI, T. & LAPA, J. R. A. (org). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____(org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003.
- KABENGELE, Daniela do Carmo. *A Trajetória do “pardo” Antonio Ferreira Cesarino (1808-1892) e o trânsito das mercês*. UNICAMP, 2012. Tese de doutorado.
- KRAAY, Hendrik. *Política racial, estado e forças armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- KRAUSE, Thiago; PACHÁ, Paulo. Nostalgia Imperial. In: *Jornal Folha de São Paulo. Caderno Ilustríssima*, 19 de julho de 2020.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006.
- LAET, Carlos de. A Imperatriz. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro/IHGB* Rio de Janeiro: T. 98, v. 152, p. 790-792, 1925.
- LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Oliveira. D. *João VI no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II. Vol 1: Ascensão: 1825-1870*. São Paulo: Editora da da Universidade de São Paulo, 1977.
- _____. *História de Dom Pedro II. Vol 2: Fastígio: 1870-1880*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.
- _____. *História de Dom Pedro II. Vol. 3: Declínio: 1880-1891*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.
- LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *A utopia do poderoso império*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

LORIGA, Sabina. *A biografia como problema: jogos de escalas*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1998.

_____. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAINENTI, Fernando. Maria Sofia di Bourbone, l'ultima regina delle Due Sicilie. In: *Agorà XVII-XVIII*, April-Set. 2004.

MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime português na Província do Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo: Hucitec, 2010.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: interpretação do Brasil joanino (1808-1821)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

_____(org). *A Independência Brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A mulher no discurso médico e intelectual brasileiro. In: *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, pp. 217- 262. História e Saúde collection. <https://doi.org/10.7476/9788575414514>.

MARQUES, M. Eduarda C. M. (org). *A guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MELLO, Silvia Natália. O silêncio ruidoso das mulheres. In: *Contexto e Educação*, Editora Unijuí – ano 19, nº 71-72. Jan/dez. 2004, p. 141-144.

Memórias da viagem de SS. Magestades Imperiaes ás províncias da Bahia, Pernambuco, Parahiba, Alagoas, Sergipe, e Espírito Santo. Tomo I, 1861. Disponível online na Biblioteca do Senado Federal.

MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

MONTEIRO, Tobias. *Pesquisas e depoimentos para a História*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo, 1982.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora 34, 2015, 4ª Edição.

MULHOLLAND, Caitlin; DALSENER, Thamís. As biografias não autorizadas: uma história a ser contada. In: FUKELMAN, Clarisse (org). *Eu assino embaixo: biografia, memória e cultura*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 77-92.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (c. 1808-1810)*. São Paulo: Alameda, 2008.

NORONHA, Gilberto. *Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: EDUFU, 2007. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-155-0>.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a História. A biografia como problema historiográfico no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: 2009. (tese de doutorado).

OLIVEIRA, Lilian Sarat de. Educação e religião das mulheres no Brasil do séc. XIX: conformação e resistência. In: *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008, p. 1-5.

PACE, Bioagio. *Arte e Civilização da Sicília Antiga*; CATAUDELLA, Quintino. *História da Literatura Grega*; PEYREFITTE, Roger, s/d.

PAGNOTTELLA, Paolo. Maria Sofia di Bourbonne. In: *Marinai d'Italia*, s/d, p. 52.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEDRO II. *Viagens pelo Brasil: Bahia, Sergipe, Alagoas, 1859-1860*; prefácio e notas de Lourenço Luiz Lacombe. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bom Texto; Letras & Expressões, 2003.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Revista Bras. de História*. São Paulo: 1989. p. 9-18.

_____(org). *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *História dos quartos*. Trad. Alcida Brant. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *Memórias Femininas, Mulheres Públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. Ecos de uma história silenciosa das mulheres: As mulheres ou os silêncios da história. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, jan-abril de 2008, p. 253-255. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100024>

PIRES, João Ricardo Ferreira. *Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do imperador D. Pedro II (1881)*. Dissertação de Mestrado, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal de Filadélfia de 1876. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.2 jan./dez. 1994. p.151-167. <https://doi.org/10.1590/S0101-47141994000100011>.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Trad. Guilherme J. F. Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas: UNICAMP, 2007.
- RICOEUR, Paul. *História e Verdade*. Trad. F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968.
- RICOEUR, Paul. *O si mesmo como um outro*. Trad. Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.
- ROCHA, Levi. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. 3ª edição. Vitória: Coleção Canaã, 2008.
- RUSSO, Filippo. *Ferdinando II: Il grande re*. Collan Storica vol. 3. Fede & Cultura, 2013.
- SANGRO, Michele de. *I Bourboni nel Regno delle Due Sicilie*, vol. 8, 1884.
- SANTOS, Jacqueline Monteiro. *O imperador itinerante: dom Pedro II no Egito e a construção da identidade nacional*. (online). S/d.
- SALES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: memórias e imagens*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.
- _____. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013.
- SELVAGGI, Roberto Maria. *Ferdinando II di Borbone - Storia di un sovrano napoletano. Trent'anni di regno tra progresso e reazione*, Newton, Roma, 1996, pag. 13.
- SILVA, Laila Correa e. O direito ao voto feminino no século XIX brasileiro: a atuação política de Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913). In: *Revista do corpo discente do PPG- História da UFRGS*. Aedos, Porto Alegre, v. 10, n. 23, p 114-131, dez, 2018.
- SIRENA, Concetta. *Les elites urbane di Siracusa e Noto Sistemi Locale e nuova politica nell'Ottocento boubonico*, 2010, Catânia. Tese de doutorado.
- SISSON, S. A. *Galeria dos brasileiros ilustres: Teresa Cristina Maria*. Brasília: Senado Federal, 1999. Vol. 2. Coleção Brasil 500 anos.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. Pesquisa, escolha biográfica e escrita da história: biografando o duque de Caxias. In: *História da Historiografia*, Ouro Preto nº 9, 2012, p.106-128. <https://doi.org/10.15848/hh.v0i9.401>.
- SOUZA, Paulo Rogério de; PIRATELI, Marcos Roberto. A história da literatura grega: origem e influência do gênero trágico na antiguidade clássica. In: *Jornada de Estudos Antigos e Medievais*, 2010, p. 1-10.

SOIHET, Rachel. É proibido não ser mãe: opressão e moralidade da mulher pobre. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal, 1986.p.191-212.

_____.; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

<https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000200015>.

_____. *Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas*. S/d. SCIROCCO, A. *L'Italia del Risorgimento 1800-1870*, Il Mulino, Bologna, 1993.

SCUDERI, Grazia. *I poteri locale in Sicilia: dalla costituzione del 1842 alla costituzione del 1848*. Tese de doutorado, Università degli Studi di Catania, Facoltà di Scienze Politiche

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografias e regimes de historicidade. In: *MÉTIS: história & cultura*. V. 2, nº 3, p. 57-72, jan./jun. 2003.

_____. Grafias da Vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. In: *História Unisinos*: Vol. 8, n. 10, jul./dez, 2004.

_____. História e Biografia. In: *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.187-205.

_____. Escrever biografias hoje: entre inovações e modelos tradicionais. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org). *O Brasil em dois tempos: História, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 205-217.

_____. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. In: *História*: Vol.33, n.1, p. 124-144, jan./jun. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742014000100008>.

SPADARO, Mariolina. *Francesco II di Bourbone, L'ultimo Re di Napoli: Ritratto di um sovrano che amò sinceramente il suo popolo*. Editoriale Il Giglio, s/d.

SCHIBELINSKI, Diego. A corte chega a Desterro: visita de Dom Pedro II a capital da Província de Santa Catarina. In: *Revista Santa Catarina em História – Florianópolis – UFSC – Brasil* ISSN 1984-3968, v.9, n.1, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *De olho em D. Pedro II e seu reino tropical*. São Paulo: Claro Enigma, 2009.

_____. *O império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2001.

TAMBARA, Elomar. A educação feminina no Brasil ao final do século. XIX. In: *História da Educação*, Pelotas (1), abril de 1997, p. 67-89.

TELLES, Norma. Escritoras, Escrita, Escrituras. In: DEL PRIORE, Mary. *A história das mulheres no Brasil*; PINSKY, Carla Bassanezi (coord.) São Paulo: Contexto, 2012.

VALLE, Sergio della. L'ultima Regina. In: *RC Napoli Flegreo*, Bolletino n. 9, anno 3, giugno 2003.

VECCHIATO, Francesco. *Il regno di Napoli nell'età rivoluzionaria e napoleonica: Relazioni internazionali e tensioni social*, s/d, 1998.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. Antonio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1971.

VILAS BOAS, Sérgio. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. São Paulo: ed. UNESP, 2008.

WASZAK, Aline Isabel. *História das mulheres, gênero e educação: reflexões sobre o ensino de História no Brasil (1998-2015)*, 2015. Monografia. <https://doi.org/10.5380/rv.v0i38.42060>.

ZERBINI, Eugenia. A Imperatriz Invisível. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 2007.